

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, grey outline map of Brazil is positioned to the right of the word 'Albuquerque'. The map is filled with a light grey color and has a darker grey outline. The word 'Albuquerque' is written in a large, black, cursive script that overlaps the map.

ISSN 1983-9472



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL**

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupericio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Aldrin Armstrong Silva Castel-lucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (U-niversidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMG); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Sílvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Campo Grande na época dos fordinhos.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@gmail.com

Editora UFMS • Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009)- . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009- .
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
DOSSIÊ	
HISTÓRIA E LITERATURA	
BATISTA, Paula Virginia Pinheiro <i>Casas de papel: livrarias, editoras e tipografias na correspondência Trocada entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo</i>	9
CORRÊA, Rubens Arantes <i>O Ateneu e o ocaso da monarquia brasileira: literatura e militância política em Raul Pompéia</i>	33
GONÇALVES, Leandro Pereira <i>A formação do integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado</i>	49
BALZAN, Elisa Maria; SOUSA, Neimar Machado <i>Uma leitura histórica/literária para a sala de aula da obra a Retirada Da Laguna de Visconde de Taunay</i>	69
GOMES, Arilson dos Santos <i>História e Literatura: das ações afirmativas a possibilidade de ensino da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul</i>	85
ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de <i>O imaginário da cidade e do campo na obra de Adolfo Caminha</i>	107
ASSIS, Gabriela Lima de <i>Hayden White entre a História e a literatura</i>	131
RESENDE, Leandro Rocha; OLIVEIRA, Fabiane Costa <i>Chegou o Governador: o caso emblemático de um discurso ficcional que buscou subverter o discurso histórico</i>	153

CAMPOS, Luciene Lemos de; DUARTE, Luciano Rodrigues <i>A representação da mulher entre três poemas de Jorge Lima</i>	173
SILVA, Mauricio <i>A escrita da cidade: a cidade pré-modernista e as transformações modernizadoras</i>	191
CALVÃO, Rafaela Nichols <i>Marques de Sade: uma percepção da lei através dos livros “A filosofia da alcova” e “Os cento de vinte dias de Sodoma”</i>	201
CANDIDO, Wesley Roberto <i>Metaficção historiográfica – Diálogos entre o discurso histórico e Literário nos romances latino-americano</i>	215
CADERNO ESPECIAL	
<i>Matto Grosso na Revolução Paulista e as contas de requisição</i>	235

Apresentação

A revista Albuquerque cumpre mais uma vez o seu compromisso de divulgar a produção acadêmica de qualidade, representando a área de História e suas articulações com as demais Ciências Humanas. Nesta edição de número oito, em seu quarto ano de teimosa existência sob o seu formato em papel e a despeito das dificuldades inerentes à publicação tradicional de artigos, a Albuquerque apresenta o dossiê História e Literatura.

Os trabalhos aqui publicados atenderam à chamada pública através de edital específico, submetidos à avaliação e aprovação de conformidade com os seus critérios e normas. Entretanto, neste caso, os responsáveis pela revista se surpreenderam com o resultado desta chamada, prontamente atendida com a afluência de bons trabalhos e em quantidade que extapolou as expectativas desta edição.

Entende-se, dessa forma, que a Albuquerque se fortalece e se consolida, buscando sempre atrair os pesquisadores que elegeram a área da História para focar seus estudos e que escolheram também a forma convencional de revista acadêmica, editada como brochura. Isso não significa uma reação conservadora diante das ferramentas eletrônicas, das redes sociais e demais instrumentos de divulgação via internet que, sem dúvida nenhuma, socializam a produção científica de forma muito mais rápida e democrática. Muito ao contrário, acredita-se que em breve a Albuquerque será editada também em versão eletrônica, sem excluir a sua forma tradicional.

Como bem demonstram os artigos do dossiê que seguem publicados, a escrita, o texto e a literatura, expressada sob as suas mais diversas modalidades e através dos diálogos possíveis com a ciência da História, remetem à tradição da pena, do papel e da prensa que produziram epístolas, documentos, códices e livros. Essa tradição é ainda muito importante e o prazer que proporcionam aos leitores e pesquisadores jamais será superado pelas inovações tecnológicas por mais fantásticas que se apresentem.



DOSSIÊ
HISTÓRIA E
LITERATURA

Casas de Papel: livrarias, editoras e tipografias na correspondência trocada entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo

Paula Virginia Pinheiro Batista*

O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas de leitura e escrita da história expressas na correspondência trocada entre os historiadores João Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo entre os anos de 1916 a 1927. Ambos participaram ativamente do campo intelectual, respectivamente, no Brasil e em Portugal. No presente artigo analisamos os comentários que os missivistas faziam sobre suas leituras, numa busca de apreender que tipo de apropriações eles faziam desses livros partilhados entre eles, enfocando a troca de romances e obras de ficção. A partir das cartas, buscamos expor algumas das condições de produção e circulação das suas obras, bem como as estratégias de publicação e divulgação das mesmas.

Palavras-chaves: *Capistrano de Abreu – Comunidade de Leitores – Correspondências*

Não basta falar de livros mediante um código específico. É preciso imprimi-los, estocá-los, vendê-los, embalá-los e expedi-los. Assim vai-se das palavras às coisas!

A amizade epistolar entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo foi alimentada pela colaboração mútua do cotidiano do ofício do historiador, cotidiano esse composto pelas pesquisas nos arquivos, pelas leituras compartilhadas e pela prática diária da escrita.

* Doutoranda em História Social da UFC. paulavir@ig.com.br

¹ DARNTON, Robert. A história da leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 22.

The objective of this research is to analyze the practices of reading and writing of history expressed in correspondence between historians John Capistrano de Abreu and Joao Lucio de Azevedo between the years 1916 to 1927. Both participated actively in the intellectual field, respectively, in Brazil and Portugal. In this present article we analyze the comments that the correspondents were on their readings, in a

quest to apprehend what kind of appropriations made these books they shared between them, focusing on the exchange of novels and works of fiction. From these letters, we seek to expose some of the conditions of production and circulation of their works, as well as strategies for publication and dissemination of the same.

Keywords: Capistrano de Abreu - Community of Readers - Mailings

Para Bourdieu, “existir socialmente é ocupar uma posição determinada na estrutura social (...), é pertencer a grupos, é estar encerrado em rede de relações (...) que se lembram sob a forma de obrigações, de dívidas, de deveres, em suma, de sujeições”². Os círculos de convivência, como os institutos e as academias, eram lugares de sociabilidade intelectual, onde os “homens de Letras” se congregavam. De tal modo, Capistrano e João Lúcio eram frequentadores dessas associações: Capistrano era um frequentador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional, já João Lúcio frequentava a Academia de Ciências de Lisboa e a Sociedade Nacional de História. Durante pelo menos 12 anos entre 1916 e 1927, eles discorreram sobre seu cotidiano nas cartas que trocavam entre si.

Capistrano dizia sentir-se deslocado de sua época, mas criou diversas estratégias para se inserir no campo intelectual brasileiro. Recusou o convite da Academia Brasileira de Letras e o Prêmio Pedro II do IHGB, mas frequentava as reuniões desta instituição, escrevia artigos para o periódico da mesma e acompanhava o seu cotidiano. E mais, frequentava a casa de alguns membros do IHGB e confabulava, com os amigos, pedidos de emprego.

As relações sociais que eles teceram no decorrer da amizade epistolar foram fundamentais para o reconhecimento de sua posição no campo cultural. Souberam atuar politicamente através de uma convivência intelectual nos diversos grêmios influentes no período. Capistrano e João Lúcio tinham a História como um dever e viveram-na como uma verdadeira “profissão de fé”.

² BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 42.

Capistrano se aproximou de alguns intelectuais lusitanos, como João Lúcio, com intuito de estabelecer intercâmbios e também de penetrar no mundo dos arquivos portugueses. Essas cartas revelam as práticas de pesquisa, como ir aos acervos, anotar, copiar, contratar copistas. Também descrevem as dificuldades da escrita, o domínio das fontes. As correspondências permitem vislumbrar a trajetória de suas investigações históricas.

A tarefa do historiador era apurar fatos, buscar a exatidão dos acontecimentos; por isso, a busca pelos documentos se tornou primordial. Capistrano localizou fontes, copiou-as, publicou documentos, crônicas e obras sobre o Brasil colonial para transformar esses dados e informações em textos históricos que traziam suas reflexões sobre o processo histórico vivido no país. João Lúcio também se tornou um dos grandes conhecedores da documentação existente em Portugal sobre assuntos que se referiam ao Brasil.

Nos arquivos, há poucos traços da existência de leitores, mas essas cartas nos mostram esses dois historiadores trocando confidências literárias. Na maioria das vezes, Capistrano lia os livros e emitia julgamentos literários. A correspondência trocada entre Capistrano e João Lúcio funciona como um catálogo dos livros lidos por eles no início do século XX. Ler essas cartas de Capistrano nos oferece as dimensões sociais da república das Letras no Brasil, e através delas podemos vislumbrar uma classificação dos autores lidos por ele e seus círculos de amizades.

A sede de leitura de Capistrano e seu intercâmbio intelectual com João Lúcio permitiram que eles estabelecessem trocas livrescas entre os dois países. As epístolas indicam também um pouco do cotidiano das livrarias, apresentando parte do sortimento de livros dessas “casas de papel”.

Os intercâmbios intelectuais marcam significativamente a escrita da história desenvolvida sobre a interferência de pares intelectuais, com trocas de documentos, livros, opiniões e afetos. O diálogo epistolar estabelecido entre esses dois intelectuais estimulava a produção historiográfica de ambos, além de propiciar a colaboração mútua entre uma rede de outros intelectuais.

Neste artigo, optamos por historiar a amizade entre os dois a partir da trajetória de Capistrano de Abreu, relacionando a amizade epistolar com um cotidiano de leituras e livros. Entretanto, as cartas de Capistrano de Abreu com um

acervo documental diversificado possibilitam compor inúmeras interpretações com enfoques diferentes.

Além de livros e leituras, Capistrano e João Lúcio também enfocam os locais onde esses livros circulavam: as tipografias, editoras e livrarias. Estão presentes os mexericos, as intrigas e as bisbilhotices do mundo letrado, a partir dos seus julgamentos “lapidares” acerca dos tipógrafos, livreiros e editores.

Em 1923, quando Capistrano pretendia mudar-se do Rio de Janeiro para São Paulo, para morar com Domingos Jaguaribe, Carlos Werneck escreveu:

Viveria triste, longe dos seus amigos, e *habitués*, longe de suas livrarias. A visitinha habitual ao Briguier, ao Garnier, onde encontra sempre este ou aquele outro perguntador; a consulta ao Instituto Histórico ou à Biblioteca Nacional; a palestra de volta, na Livraria Científica, com o Edgar Mendonça ou o Fernando; o jantar das 4ª feiras à Rua Sorocaba ou os almoços dos domingos no Curvelo... tudo acabaria por fazer-lhe muita falta e conduzi-lo de novo à Guanabara. São pequenas cousas, ninharias, mas que formam a vida quotidiana e das quais um velho não se desapega facilmente.³

A carta revela um pouco dos hábitos cotidianos de Capistrano, e também de alguns homens de Letras. Segundo Tânia Bessone, “as livrarias eram locais de convívio e sociabilidade de leitores e tentavam manter-se às vistas desses interessados”⁴.

As livrarias e editoras são locais com os quais Capistrano sempre esteve envolvido por diversos motivos. Frequentava as principais livrarias da cidade do Rio de Janeiro - Garnier, Laemmert, Leuzinger, Francisco Alves, Briguier -, com as quais entreteve contratos profissionais e pessoais e sobre as quais encontramos alusão na sua correspondência.

A presença de Capistrano no comércio de livros do Rio de Janeiro vem de sua chegada à cidade em 1875, quando foi trabalhar na livraria Garnier. Ao chegar à cidade, Capistrano tinha em mãos apenas uma carta de recomendação escrita pelo romancista José de Alencar: “esse moço, que já é fácil e elegante escri-

³ Carta de Carlos Werneck para C.A., de 12/10/1923. In: ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Ed. org. e prefaciada por José Horório Rodrigues, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1977, p. 193.

⁴ BESSONE, Tânia Maria Tavares. *Palácios dos destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870 – 1920)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 91.

tor, aspira ao estágio da imprensa desta corte”⁵. Tornou-se um dos funcionários de uma das principais livrarias do Rio de Janeiro no século XIX e um dos poucos empregados brasileiros contratados pelo livreiro Garnier. Como relata Hallewel, Garnier preferia contratar franceses: “seus principais assistentes tinham nomes como A. Garraux, A. Franchou, H. Puysegur e F. Briguiet”⁶.

Capistrano escrevia críticas literárias de algumas obras publicadas ou vendidas pela livraria/editora. O emprego o aproximava da Imprensa e lhe dava acesso às publicações de uma das principais casas de livros do Rio de Janeiro. Além disso, a livraria era frequentada pela elite intelectual brasileira da época. Segundo Alessandra El Far, a livraria Garnier localizada na famosa Rua do Ouvidor: “reunia todo fim de tarde renomados homens de letras que lá iam para saber as novidades editoriais e participar das discussões literárias em voga”⁷.

Desde 1875, Capistrano escrevia artigos para vários jornais da cidade do Rio de Janeiro como *O Globo* (1875), *Jornal do Comércio* (1876) e *Gazeta de Notícias* (1878), entre outros. Na *Gazeta*, participou ativamente da redação escrevendo artigos para a coluna “Livros e Letras”. A *Gazeta de Notícias* estava instalada na Rua do Ouvidor nº. 70, de onde o jovem jornalista Capistrano de Abreu escrevia cartas aos amigos usando o papel timbrado do jornal. Seu ambiente de trabalho centrava-se principalmente na famosa Rua do Ouvidor, tanto que em 3 de setembro de 1917, ele escreveu ao amigo Domício da Gama, recordando-se das reuniões: “que lhe direi dos nossos amigos? Um a um vão desaparecendo, e quando me lembro de nossas sessões da Rua Nova do Ouvidor, e de sua aparição fulminante nas festas do centenário, hesito se é melhor morrer ou ver morrer, que é afinal em que se resume a vida”⁸.

A livraria Garnier, de seu fundador e editor Baptiste Louis Garnier, editou clássicos estrangeiros e foi uma das primeiras a editar autores brasileiros. Foi responsável também pelo lançamento de romancistas brasileiros, como José

⁵ José de Alencar *apud* HOLANDA, Firmino. *Capistrano de Abreu*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002, p. 56.

⁶ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Ed. da USP, 1985, p. 133.

⁷ EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006, p. 22.

⁸ Carta de C.A. para Domício da Gama, de 3/09/1917. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência... op. cit.*, v. 1, 1977, p. 263

Veríssimo, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Bernardo Guimarães, Silvio Romero, João do Rio, Joaquim Nabuco. Baptiste Louis adoeceu e seu irmão, Hippolyte, assumiu a editora, que não arriscava seu nome em autores desconhecidos. Uma das exceções foi Graça Aranha, autor de *Canaã*, o primeiro autor desconhecido no qual ele apostou, cujo sucesso editorial foi um dos maiores do começo do século XX (1902).

Cabe sublinhar que a Garnier era a livraria e editora da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, embora fosse especializada em obras de ficção, publicando autores de reputação garantida, campo que permitiu sua sedimentação no mercado editorial carioca. Também foi essa editora que publicara alguns romances de José de Alencar, escritor responsável pela mudança de Capistrano para a corte em 1875. Somente depois de vinte anos de trabalho, Alencar encontrou uma editora para seus romances: “um editor, o Sr. B. Garnier, que espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso em meados de 1870”⁹.

Desde seu emprego na Garnier, a frequência de Capistrano às casas de livros da cidade era constante, a ponto do historiador usar as livrarias como referências de seu endereço particular. Em carta a João Lúcio de 1916, ele recomendou: “no Rio moro à Rua D. Luísa, 145 (Glória, às vezes). Para lá ou para a Livraria Brigueit, Rua Sachet, 23º, pode dirigir qualquer cousa que queira”¹⁰. Para Guilherme Studart, avisou: “meu endereço no Rio continua Laranjeiras, 2. – ou Livraria Alves, Ouvidor, 136”¹¹. Ou ainda: “quando me escrever, dirija antes para Gonçalves Dias, 46, caixa do correio 590, Livraria Clássica”¹². Às vezes, solicitava algum livreiro, seu amigo, que pagasse uma conta sua: “pelo vapor passado enviou o livreiro Jacinto Ribeiro dos Santos a meu pedido uma ordem de 40\$ para pagar as colheres”¹³.

⁹ ALENCAR, José. *Como e porque sou romancista: autobiografia literária em forma de carta*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 74.

¹⁰ Carta de C.A. para J.L.A., de 7/02/1916. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência... op. cit.*, v. 1, p. 10.

¹¹ Carta de C.A. para Guilherme Studart, de 20/03/1899. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência... op. cit.*, v. 1, p. 148.

¹² Carta de C.A. para Guilherme Studart, de 18/06/1893. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência... op. cit.*, v. 1, p. 146.

¹³ Carta de C.A. para Luís Sombra, de 18/04/1912. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência... op. cit.*, v. 3, p. 24.

Note-se que o historiador menciona quatro livrarias da cidade como referências para encomendas e correspondências, o que aponta que suas relações não eram específicas apenas com uma livraria, mas generalizava-se por vários estabelecimentos editoriais. Esse era um hábito comungado por alguns “homens de Letras”, como podemos apreender da carta de João Lúcio que também enviava encomendas pessoais às livrarias de Lisboa:

Seu recomendado José Pinto Guimarães desembarcou à pressa, e deixou para mim na livraria do Teixeira o exemplar de Fr. Vicente. Tive pena de o não ver para conversarmos de Você. O volume ofereci-o à Academia das Ciências, ficando eu com o exemplar mandado antes a minha mulher, a que a comovente dedicatória realça o valor. Recebi todos os números atrasados da “Revista do Brasil”; onde sempre encontro cousas com que mato as “saudades da terra”. O discurso de Ruy soberbo, como documento do orgulho e despeito do super-homem.¹⁴

O uso desses espaços para encomenda mostra a assiduidade desses “clientes” aos estabelecimentos editoriais da época. Capistrano frequentava as livrarias do Rio de Janeiro quase que diariamente, impulsionado por diversos motivos, desde a compra de volumes até a revisão de provas da impressão, visto que algumas livrarias também eram editoras de obras.

Alguns de seus amigos, ao saberem de seus hábitos, às vezes procuravam-no em alguma dessas casas de livros: “procurei-o ontem no Alves, mas um pouco tarde; o Sr. já havia saído. Hoje fiz a mesma cousa e sem outro resultado”.¹⁵ Entretanto, segundo Antônio Sales, algum desconhecido ao deparar-se com Capistrano na Garnier, procurava iniciar uma conversa com o historiador, sem muito sucesso:

Em uma ocasião na livraria Garnier, um jovem escritor meu amigo, conversando com ele [Capistrano], tratava-o de “mestre”. De repente Capistrano irritou-se e disse: Porque me chama mestre? Mestre é sapateiro, pedreiro ou carpinteiro. O rapaz ficou de todas as cores, e nunca mais se aproximou dele¹⁶.

¹⁴ Carta de J.L.A. para C.A., de 19/06/1919 – *Acervo do Instituto do Ceará*.

¹⁵ Carta de Max Fleiuss para C.A., de 10/10/1895. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.* v. 3, p. 283.

¹⁶ SALES, Antônio. *Reminiscências: Capistrano de Abreu*. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, t. XLI. 1927, p. 256.

Capistrano entreteve contratos profissionais e pessoais com as principais livrarias do país, entre elas destaca-se também a Livraria Leuzinger, que por muitos anos descrevia seu estabelecimento como “loja de papel”, mas em 1875 passou a imprimir e encadernar volumes, tornando-se “a mais importante encadernadora do Brasil, produzindo trabalhos acima dos melhores padrões europeus, garantindo assim regularmente contratos para encadernar as próprias publicações do governo”¹⁷. Era a tipografia preferida do Governo, em detrimento da Tipografia Nacional, já que foi a Leuzinger e não a Tipografia Nacional a impressora encarregada do *Catálogo da Exposição da História do Brasil* publicado pela Biblioteca Nacional entre 1881-1883.

Datam deste período, então, os contatos profissionais estabelecidos entre Capistrano e a livraria/editora Leuzinger, de propriedade de Georges Leuzinger, editora de dois dos livros de Capistrano: *Descobrimto do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (Tese do concurso para o Colégio Pedro II) publicado em 1883 e *Rã-txa Hu-ni-kui*, publicado em 1914. De acordo com Hallewell “o mais importante autor a ser regularmente editado por Leuzinger foi o historiador Capistrano de Abreu”¹⁸.

Estava sempre circulando pela Leuzinger, como relata em carta a Paulo Prado: “todos estes dias tenho ido ao Leuzinger para ver se está brochado o tal volume primeiro”.¹⁹ Ou nessa epístola a Assis Brasil, onde informa que: “acabo de chegar da casa do Leuzinger, donde trouxe 10 exemplares para distribuir pelos jornais. (...) Leuzinger me disse que o volume sai a 500. Entretanto, estou pensando em pô-lo a 2.200, porque tem que se dar a comissão de 20% e é melhor que pague-a o público do que V. ou o Clube”²⁰.

Por ter impresso dois de seus trabalhos na livraria, ele recomendava aos amigos a tipografia e a livraria do Leuzinger. Mas não somente esta, frequentava e recomendava também a Livraria Francisco Alves. Sua relação com o livreiro

¹⁷ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 185.

¹⁸ *Idem*, p. 160.

¹⁹ Carta de C.A. para Paulo Prado, de 18/01/1922. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v.2, p. 412.

²⁰ Carta de C.A. para Assis Brasil, de 19/09/1882. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1,, p. 80-81.

Francisco Alves foi bastante tumultuada. Os dois eram amigos, como aponta Hallewell²¹, mas, depois de um desentendimento, afastaram-se. Além de contatos pessoais, mantiveram contratos profissionais, visto que Capistrano fez três traduções para o livreiro. Entretanto, romperam laços, como relata o historiador nessa carta a João Lúcio, quando da morte do famoso livreiro-editor:

Alves veio para o Brasil muito pequeno, a chamado do tio Nicolau, que tinha uma livraria. Fez estudos no Colégio Vitória e entrou para o comércio, primeiro na casa do tio, depois por conta própria. Em 77 liquidou o que possuía, visitou a exposição e viajou parte da Europa. Na volta o tio chamou-o e afinal ficou senhor da Casa que passou da Rua Gonçalves Dias para o grande prédio na Rua do Ouvidor. Sua fortuna foi adquirida honradamente, por força de trabalho e de vontade. Não era inculco; votava grande admiração a Alexandre Herculano e foi quem fez Sílvio Romero estudar a História de Portugal. Não era avarento: ainda não houve no Brasil quem desse tanto dinheiro aos autores. (...) Fiz para ele três traduções: a da Geografia de Selin, a dos Mamíferos e das Aves do Goeldi. Um dia escreveu-me uma carta declarando rotas nossas relações. Foi um rude golpe: disse-lhe Veríssimo que sentia-o tanto por ele como por mim; continuou amigo até o fim, porém com muita cautela. Uma amizade que se perde é como um vício que se larga: ganha-se com a perda. Nos últimos dezoito anos vi-o duas ou três vezes na rua.²²

Em 12 de outubro de 1887, quando os dois ainda eram amigos, Francisco Alves transferiu a sede da livraria para um imenso prédio na Rua do Ouvidor, inaugurado com grande cobertura da imprensa carioca e diante de “concurso numeroso de pessoas das nossas classes ilustradas, entre as quais notamos a presença de muitos homens de Letras, escritores, membros do magistério, deputados, representantes da Imprensa e do Comércio, etc.”²³. Francisco Alves, livreiro-editor, instalou sua nova livraria num edifício amplo em uma das principais ruas do Rio de Janeiro, projetado para ser a maior casa de livros da cidade, especializou-se em obras didáticas e se tornou o “mecenas da Academia Brasileira de Letras”,²⁴ segundo palavras do próprio Capistrano.

²¹ HALLEWELL, Laurence. *Op. cit.*, p. 210.

²² Carta de C.A. para J.L.A., de 2/07/1917. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência...*, *op. cit.*, v. 2, p. 58-59.

²³ BRAGANÇA, Anibal. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. p. 7.

²⁴ Carta de C.A. para J.L.A., de 2/4/02/1920. In: ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência...*,

Este afirma, em relato ao amigo João Lúcio, que a livraria Francisco Alves “especializou-se com livros elementares que fornecia aos Estados às centenas de milhares. Nisto não fez o bem que podia”.²⁵ Alves interessava-se pela História e Geografia do país, temáticas que abordou em algumas obras didáticas editadas pela casa, contribuindo para o desenvolvimento desse ramo editorial no Brasil e sendo considerado o pioneiro do país na publicação de obras didáticas.

Cada livraria da cidade do Rio de Janeiro procurava especializar-se em algum ramo do conhecimento, para não concorrer diretamente com outra casa editorial. Garnier se especializou em obras de ficção, Francisco Alves em obras didáticas, Laemmert editava obras científicas e de história e o livreiro Jacinto Ribeiro dos Santos, que herdou a livraria de Serafim José Alves, dono da livraria Cruz Coutinho, especializou-se em obras sobre Direito, como relata o próprio Capistrano a João Lúcio: “Jacinto é cercado de gente que em cousas de direito o aconselha bem. Há alguns anos atrás esteve quase quebrado: agora prospera. Em uma carta antiga julgo ter-lhe dado algumas informações sobre o modo por que virou livreiro”.²⁶

Em cartas a João Lúcio, Capistrano havia relatado a trajetória do livreiro Jacinto, como nessa de 1918:

A carta de Montalvão encontrei no Gabinete Português, e já pus no correio. Não será igual à que o Instituto publicou na Rev. de 93? Mandeí separar a carta para copiá-la no outro dia. Dizendo isto ao empregado, que teve algum trabalho em descobri-la, perguntou-me: Por que o Senhor não me encarrega de copiá-la? Fazia tudo direitinho, com a mesma ortografia. – Quanto quer? – Três mil réis. Paguei-os logo. Conto isto, não para que incorpore [sic.] esta verba a meu ativo, mas para falar um pouco da vida alheia. Referiu-me ele há tempos que é filho natural do Cruz Coutinho, do Porto. Este nunca foi diante, ao contrário do que emigrou para cá. Ainda o conheci, e lembro-me da impressão forte que senti a primeira vez que fui à livraria e vi as raridades que acumulara. Morreu sem filhos e o pai veio tomar conta da herança, trazendo umas filhas maduras. Jacinto viera antes, empregara-se em uma fazenda de café no Rio

op. cit., v. 3, p. 388.

²⁵ Carta de C.A. para J.L.A., de 2/07/1917. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 58.

²⁶ Carta de C.A. para J.L.A., de 12/05/1920. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 160.

ou em Minas, primeiro como trabalhador, depois como feitor. Já conheceria o velho de além-mar? Chegou-se a ele, em pouco tempo estava genro, não muito depois viúvo e senhor da livraria. Há anos atrás parece que lutou com dificuldade e não gozava de bom nome. Venceu: hoje está publicando um comentário do Código civil, em vinte volumes, em que despenderá quatrocentos contos. Continua a saber ler como um trabalhador de enxada, mas cerca-se de bons conselheiros, creio que hoje é o editor mais forte do Brasil²⁷

Capistrano frequentava a livraria de Jacinto, como relata a João Lúcio: “por acaso encontrei no Jacintho o livro de Júlio de Vilhena; li-o, achei bem interessante”.²⁸ Também nos informa sobre os freqüentadores mais assíduos da livraria de Jacinto, entre eles, João Ribeiro: “desde muitos anos vêmo-nos [sic.] com grandes intervalos e não tenho seguido sua evolução. O tempo disponível passa na livraria, do Jacinto, assenta-se na carteira e muita gente o procura”.²⁹ A presença de João Ribeiro na livraria do Jacinto fez João Lúcio enviar um exemplar do seu livro *História de Antônio Vieira* para a livraria: “envio agora um exemplar ao João Ribeiro, endereçado à Livraria Jacinto”.³⁰

Quase vizinho à Livraria Francisco Alves, no número 66 da Rua do Ouvidor, encontrava-se a Livraria Universal dos irmãos Laemmert, com a qual Capistrano teceu fortes laços editoriais. Publicou um opúsculo editado pela casa Laemmert em 1900, intitulado *Descobrimto do Brasil pelos Portugueses* em comemoração ao Centenário do Descobrimto do Brasil.

Além dessa edição, Capistrano e a Casa Laemmert estabeleceram no mesmo ano (1900) um novo contrato para a publicação da 3ª edição da obra *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, anotada e prefaciada por Capistrano, como esclarece em carta a Guilherme Studart:

la chegando ao fim da carta, sem lhe falar da cousa principal. A Livraria Laemmert me encarregou de publicar uma nova edição de Varnhagen. Já comecei a impressão e espero dar o primeiro volume até maio: ao todo hão de ser três.

²⁷ Carta de C.A. para J.L.A., de 18/03/1918. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, 1977, p. 87-88.

²⁸ Carta de C.A. para J.L.A., de 9/03/1918. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, 1, p. 85.

²⁹ Carta de C.A. para J.L.A., de 2/4/02/1920. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 389.

³⁰ Carta de J.L.A. para C.A., de 12/05/1919 – Acervo do Instituto do Ceará.

Ficar-lhe-ia muito obrigado se V. quisesse me mandar as notas e retificações que tem sobre ele, e que, não preciso dizer, sairão com o seu nome³¹

Os irmãos Laemmert possuíam os direitos autorais da obra desde a segunda edição realizada pelo próprio autor. Reeditar e anotar a obra de Varnhagen, indicando as fontes utilizadas, era um projeto antigo de Capistrano, no qual investiu muitos anos de pesquisa. Desde 1885, vinha trabalhando na obra: “vou começar um dia destes uma leitura atenta de Varnhagen, no que diz respeito ao século XVI para completar as indicações no que respeita as fontes d’aquele século”.³²

O primeiro volume anotado da obra de Varnhagen só começou a ser publicado em 1907, embora numa edição incompleta, devido em parte ao incêndio ocorrido na Companhia tipográfica do Brasil, do qual apenas se salvou a parte já impressa, ou seja, o 1º volume. Afonso de Taunay esclarece o que aconteceu com a obra no prefácio da terceira edição integral, publicada somente em 1936, diz:

[Capistrano de Abreu] Encetou a penosa empresa com aquela perspicuidade [sic] e honradez que eram as suas e preparou o texto largamente anotado e comentado do que seria a terceira edição integral da História Geral do Brasil. Imprimiu-se o primeiro volume e passou pelo enorme desgosto de ver a quase totalidade da edição e o resto de seus originais desaparecer com o incêndio arrasador da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. Raríssimos volumes escaparam às chamas³³.

Capistrano não continuou a empreitada da publicação da obra de Varnhagen, que foi continuada por Rodolfo Garcia e publicada integralmente apenas em 1936. O incêndio na Companhia Tipográfica do Brasil transformou a terceira edição de Varnhagen, anotada por Capistrano, numa raridade bibliográfica, como conta Capistrano a João Lúcio em 21 de abril de 1919:

Admirei-me que não conhecesse a edição do Varnhagen que publiquei em 1907. Alcançou as primeiras 371 páginas, ficou suspensa com o incêndio e a falência da Casa Laemmert. Lembro-me vagamente de que entreguei um

³¹ Carta de C.A. para Guilherme Studart, de 5/02/1900. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 149.

³² Carta de C.A. para Lino de Assunção, de 11/06/1885. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 318.

³³ TAUNAY, Afonso de E. André João Antonil e sua obra: ensaio bio-biográfico. In: ANDREONI, João Antonio. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1936, p. IV.

exemplar a José Veríssimo para remeter-lhe. Estarei enganado? Terá se extraviado? Andará ainda passeando? Um exemplar dos Capítulos, mandado a Herbert Smith, só foi recebido sete anos depois. Vou ver se arranjo um para V. Não será fácil, porque a catástrofe do Laemmert perturbou tudo.³⁴

Capistrano encontrou a obra em um sebo da cidade e a enviou para João Lúcio: “afinal descobri num alfarrabista um exemplar de minha gorada edição de Varnhagen. Mandar-lha-ei para Inglaterra, apenas conheça seu endereço”.³⁵ João Lúcio recebeu a obra de Varnhagen anotada por Capistrano, teceu muitos elogios, mas lamentou: “mais uma vez me contristou a história do seu trabalho perdido no incêndio da Imprensa Nacional”.³⁶

Segundo Hallewell, a livraria Universal, dos Laemmert, fechou suas portas em 1909, dois anos depois do incêndio que lhe destruiu a biblioteca e os arquivos. Em 1910, os direitos de publicação dos livros foram negociados com o livreiro-editor Francisco Alves, e os direitos de publicação do *Almanaque Laemmert* foram vendidos ao livreiro português Manuel José da Silva.

Além de publicar na casa editorial dos Laemmert, Capistrano também recomendava a editora aos amigos. Em carta de 1893, quatorze anos antes do incêndio, solicitou a um amigo:

Peço-lhe o obséquio de mandar examinar se existem na Biblioteca os livros juntos, que me serão úteis e talvez necessários no correr da publicação. Caso aí não haja, pedir-lhe-ia que os mandasse vir com urgência pelo correio: a casa Laemmert, para estas encomendas, é muito boa, e se encomendar ao Gustavo que seja expedito, poderemos tê-los em menos de dois meses.³⁷

Os irmãos Laemmert, Eduard e Heinrich, além de fundar a Livraria Universal, logo passaram a editar livros e inauguraram a Tipografia Universal. Os negócios com livros prosperavam e eram bastante diversificados, publicavam almanaques, clássicos da literatura, dicionários, coleções, obras técnicas e acadêmicas.

³⁴ Carta de C.A. para J.L.A., de 21/04/1919. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 125.

³⁵ Carta de C.A. para J.L.A., de 12/06/1919. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 133.

³⁶ Carta de J.L.A. para C.A., de 4/02/1920 – Acervo do Instituto do Ceará.

³⁷ Carta de C.A. para Doutor, de 20/03/1893. In: ABREU, J. Capistrano. Correspondência... Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 61.

Mesmo tendo relações profissionais, e às vezes pessoais, com os principais livreiros do Rio de Janeiro e de São Paulo, Capistrano, nas cartas que escrevia aos amigos, não deixa de mencionar sua dificuldade de conseguir livros nas casas editoriais do Brasil. A João Lúcio solicita livros, em 1924:

Repito: o dinheiro que está em sua mão não é só para cópias, é também para livros: os livreiros daqui cada vez prestam menos. Por hoje peço-lhe: Caldas: A bula da Santa Cruzada, Coimbra (Não tenho confiança no autor. Da obra do bispo de Betsaida nada me ficou); Hümmerich, Studien, etc., Coimbra; O. de Melo, Ordens Militares Portuguesas, Lisboa; Mário Monteiro, Aleixo Garcia, Lisboa, H. E. G. de Carvalho (Que saberá do assunto? Ou haverá confusão e também sobre os deputados constituintes do Brasil nas cortes?). Tiro estas indicações do número dos Anais. Na capa dos Comentários vejo anunciadas diversas publicações. Todas desejo³⁸

João Lúcio se empenhava para satisfazer a sede de leitura do amigo brasileiro. Em 1925, João Lúcio informa que teve dificuldade de encontrar a obra de Hümmerich:

Pedi para o livreiro de Oxford que costuma arranjar-me os livros alemães, a obra de Hümmerich. Não sei se foi posta no mercado. O exemplar que li pertence a Pedro de Azevedo, oferta do autor. Estão encomendados para Coimbra os volumes 4º a 6º do Arquivo da Bibl. da Universidade, onde verifiquei acharem-se os artigos que deseja. O catálogo de Abel de Andrade não existe na Biblioteca Nacional, nem na Academia. Não foi posto à venda. Com o autor não tenho relações. Ficou de lhe pedir um exemplar o alfarrabista Coelho. Espero a resposta.³⁹

A circulação de livros brasileiros em Portugal também está presente na correspondência desses dois intelectuais. João Lúcio se surpreendeu quando encontrou um amigo seu que conhecia o livro *Capítulos de História Colonial*, já que havia procurado o livro por vários meses em Lisboa sem resultados satisfatórios. Para João Lúcio, a dificuldade de encontrar livros sobre História do Brasil em Portugal devia-se ao fato de que em “Portugal a história do Brasil não

³⁸ Carta de C.A. para J.L.A., da sexta-feira da paixão de 1924. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 298.

³⁹ Carta de J.L.A. para C.A., de 17/05/1925. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 251.

interessa”.⁴⁰ A busca de livros portugueses no Brasil também era difícil, como revela Capistrano nessa epístola: “para Portugal o caso continua o mesmo. Diziam-me Said Ali: o verdadeiro, quando se quer um livro português, é mais fácil tomar o vapor e ir buscá-lo”.⁴¹ Essas cartas podem indicar carências no trânsito de livros, mas também mostram uma vontade de promover intercâmbios entre os dois historiadores.

Como leitor insaciável, impaciente com as demoras dos pedidos de livro e desejoso de atualizar suas leituras, volta e meia, Capistrano solicitava aos amigos que viajavam para o exterior para enviar obras que não encontrava nas livrarias brasileiras:

Por isso, e porque tenho certeza de que, mandando-os vir por nossos livreiros, não poderei obtê-los, peço-lhe o obséquio de me enviar pelo correio e com a maior brevidade possível: W. H. Bret – Mission Work among the Indian Tribes in the Forest of Guiana (...), W. H. Bret – Indian Tribes of Guiana. W. H. Bret – Legends and Myths of the Aboriginal Indians of British Guiana. Im. Thurm – livro sobre os índios da Guiana, cujo título não conheço. O preço destes livros satisfarei aqui aos seus correspondentes, que julga serem ainda os srs. Sousa & Irmão.⁴²

Esses pedidos eram frequentes, embora alguns livros impressos no exterior fossem obtidos nas livrarias cariocas, como informa Hafkemeyer a Capistrano: “em resposta de sua carta, antes de tudo, comunico que o *Grão Pai* foi impresso em Madri – Gabriel L. del Horns. No Rio o Sr. há de encontrá-lo na Livraria Araújo, mas duvido que lhe dê algo de novo”.⁴³ Contudo, em carta a Lino de Assunção, Capistrano afirmava que algumas encomendas não eram satisfeitas: “encomendas de livros feitas d’aqui para a França, a Inglaterra ou Alemanha são satisfeitas com toda regularidade e presteza, mas para qualquer outra da Europa é uma desgraça”.⁴⁴

⁴⁰ Carta de J.L.A. para C.A., de 25/11/1920 – Acervo do Instituto do Ceará.

⁴¹ Carta de C.A. para J.L.A., de 4/03/1922. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 242.

⁴² Carta de C.A. para Barão do Rio Branco, de 22/06/1895. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 135.

⁴³ Carta de J. B. Hafkemeyer F. para C.A., de 27/04/1917. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 300.

⁴⁴ Carta de C.A. para Lino de Assunção, sem data. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência

As obras logo se esgotavam, em parte, devido ao pequeno número de exemplares impressos, ou porque os livreiros tinham dificuldade de encomendar obras no exterior, como conta Capistrano em carta aos amigos. Em 1918, pergunta a Afonso de Taunay se nas livrarias de São Paulo “já chegou o 3º vol. de Pastells? Por aqui não. Apesar dos lembretes constantes no Briguier. Também o 10º vol. dos An. de la Bibl. de B. Aires ainda não o consegui; parece esgotou-se, apenas impresso”.⁴⁵ Em outra epístola, informa que: “junto um exemplar da Ciropedia, porque não há mais nas livrarias”.⁴⁶

Em carta a Mário de Alencar, de 4 de junho de 1921, diz que não compreende a dificuldade dos livreiros em adquirir os volumes solicitados pelos leitores-consumidores: “não sei por que há tanta dificuldade em arranjar números de revistas. Três de English Hist. Rev., três do Geog. Mag. de Edinburgh, pedidos não sei quantas vezes aos livreiros, Mich. Calógeras me arranhou com a maior facilidade, apenas recebeu a minha carta com o pedido”.⁴⁷

As dificuldades para adquirir os livros publicados no exterior muitas vezes irritavam Capistrano, a ponto de ele afirmar para João Lúcio que a “cidade das letras”, como era chamada o Rio de Janeiro, assemelhava-se a uma aldeia: “quer ver como o Rio é uma aldeia? Há dias mandei comprar no Alves a Inquisição de Alex. Herculano e não havia! É provável que já tenha chegado ou exista em outra livraria. Amanhã verificarei”.⁴⁸ Em carta enviada a João Lúcio, fala da demora nos pedidos feitos aos livreiros: “encomendei ao Briguier com a máxima urgência: A. S. Turbeville, *Medieval Heresy and Inquisition*, London, Crosby, Lockwood, 1920: antigamente uma encomenda chegava em 40 dias, e agora não sei quanto levará”.⁴⁹

de..., *op. cit.*, v. 3, p. 320.

⁴⁵ Carta de C.A. para Afonso de Taunay, de 7/01/1918. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 289.

⁴⁶ Carta de C.A. para Conselheiro, de 17/07/1889. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspond v. 1, 1977, p. 56.

⁴⁷ Carta de C.A. para Mário de Alencar, de 4/06/1921. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 254.

⁴⁸ Carta de C.A. para J.L.A., sem data. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 142.

⁴⁹ Carta de C.A. para J.L.A., do dia de S. Marcos de 1921. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência...

Diante dos embaraços para conseguir livros nas casas editoriais do Brasil, em muitos momentos, Capistrano recorria aos amigos que moravam no exterior - João Lúcio, por exemplo - para que lhe enviassem livros de Lisboa. Mesmo sabendo que havia, entre outras no Rio de Janeiro, a livraria de Solidônio Leite, que era “especialista em livros portugueses”. Para João Lúcio, chegou a declarar que preferia pedir livros ao amigo a algum livreiro: “para completar minha coleção do Arq. Hist. faltam os números: 80/81, 87/88: estes parecem não se vendem separados; por isso recorro à sua intervenção, em vez da de meu livreiro”.⁵⁰

Em outra carta, Capistrano pede um livro que há muito tempo desejava possuir: “a nova edição de Marco Pólo”.⁵¹ O pedido foi respondido por João Lúcio: “o livro de Marco Paulo [sic] deve estar à venda por estes dias, e brevemente, pois, lhe será remetido”.⁵² Esse autor e seu *Livro das Maravilhas* já eram conhecidos de Capistrano, posto que ele é citado no artigo *O descobrimento do Brasil - povoamento do solo - evolução social* (Abreu, 1999, p. 121) que escreveu para o *Livro do Centenário (1500-1900)* publicado pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil.

Os livros eram impressos com poucos exemplares e logo se esgotavam, como no caso da edição de *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. Sobre isso, Capistrano diz a João Lúcio: “quando combinou-se a reedição de Frei Vicente o editor [Weiszflog Irmãos] inquiriu das condições. (...) Deu-me a ler o público instrumento. 500\$ francos, 75 exemplares, dos quais 25 em papel superior. Lá ficou o jamegão final”.⁵³

Apenas 75 exemplares que logo esgotaram nas prateleiras das livrarias. Essa pequena tiragem devia-se, em parte, à lenta marcha das vendas nas livrarias, o que elevava o custo da produção unitária das obras. Diante dos custos e

dência..., *op. cit.* v. 2, p. 209.

⁵⁰ Carta de C.A. para J.L.A., de 18/06/1917. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 56.

⁵¹ Carta de C.A. para J.L.A., de 17/11/1921. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 228.

⁵² Carta de J.L.A. para C.A., de 26/02/1922. In: ABREU, J. Capistrano de, Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 239.

⁵³ Carta de C.A. para J.L.A., de 25 e 26/06/1918. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 102.

da longa espera que os livreiros tinham para recuperar o investimento feito, preferiam editar poucos volumes, como no caso do opúsculo escrito por Capistrano de Abreu e editado pela casa Laemmert em 1900, intitulado *Descobrimiento do Brasil pelos Portugueses*, que teve também um número limitado de exemplares, como revela Carlos Bonanni:

Li com interesse e agrado o seu trabalho, e congratulo-me com o senhor porque se decide, ainda bem, a enriquecer a literatura pátria, e especialmente a História do Brasil com estes produtos do seu talento. Ainda mais fico-lhe devedor da minha gratidão porque me quis contemplar no pequeno número daqueles que podem apreciar o seu opúsculo, impresso em número limitado de exemplares.⁵⁴

Quando não editavam, apenas compravam as obras para revendê-las, as livrarias encomendavam um número restrito de volumes para serem comercializados na casa, como podemos apreender da carta de Capistrano para João Lúcio:

Apurei que a Livraria Schettini recebeu apenas três exemplares da sua História de Vieira, Jacinto cinco, Alves pouco mais: foram logo vendidos e não veio nova remessa. Informou-me Taunay há meses que a obra estava à venda na Paulicéia. Como se explica a indiferença do editor? O livro de Rangel, já anunciado na capa do Baião, ainda não chegou, mas este gosta de trazer os livros em sua companhia. Na capelinha da travessa do Marquês de Paraná, aonde Euc. da Cunha é deus e Rangel seu profeta estão esperando.⁵⁵

As livrarias também tinham fortes concorrentes: os caixeiros viajantes. Esse mercado “informal” de livros, que era realizado junto com a venda de diversos produtos, como perfumes, material de papelaria, jornais, permitia uma maior circulação das obras. Para Capistrano, o caixeiro não era muito confiável: “o agente do correio do Prata, italiano de nascença, barbeiro, vendedor de perfumaria, livros e jornais, inspirou-me confiança medíocre. Felizmente parece que nada avocou seu. Por isso repito as encomendas feitas lá”.⁵⁶

Em carta a Mário de Alencar, que também tinha certos receios com relação aos caixeiros-viajantes, Capistrano concorda com o amigo: “V. tem carradas de

⁵⁴ Carta de Carlos M. Bonanni para C.A., de 9/07/1900. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência ..., *op. cit.*, v. 3, p. 297.

⁵⁵ Carta de C.A. para J.L.A., de 12/03/1920. ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 147.

⁵⁶ Carta de C.A. para J.L.A., de 23/10/1925. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 342.

razão contra os caixeiros-viajantes, e vou mais longe: devem ser proibidos os anúncios de jornais. Privados desta base, não atingiriam a opulência, transformando-se em Pandoras pestíferas”.⁵⁷

Essa aversão aos caixeiros pode ser pensada a partir dos pedidos não atendidos e dessa sede de leitura não saciada de Capistrano de Abreu. Para além das dificuldades de adquirir e encontrar livros, seja nas livrarias ou com os caixeiros, as tipografias também causavam vários atrasos. Em alguns momentos, Capistrano irritava-se com a lentidão das tipografias e ironizava: “mande-me uma corda para me enforcar ou um capanga que liquide a corja da tipografia”.⁵⁸ A lentidão das tipografias, também atingia Lisboa, como relata João Lúcio: “vão no pacote as primeiras quatro folhas do “Vieira”, cuja impressão vai muito demorada, e já perdi as esperanças de ver concluída em julho. A tipografia não chega a dar uma folha por semana. Esperemos”.⁵⁹

Em carta posterior, João Lúcio volta a falar dos atrasos: “no próprio dia em que lhe escrevi ultimamente rebentava no porto a contra revolução. Está pois liberto o meu Antônio Vieira, e se da tipografia houver um pouco de boa vontade poder-se-a [sic] concluir no mês próximo a demorada impressão”.⁶⁰ A impressão ainda iria trazer novos transtornos para o autor como conta em outra missiva: “a última parte acho que ficou empachada na tipografia nas semanas recentes, quando com a regularidade mansa de até aqui, devia estar finda. Receio não corresponda a sua expectativa”.⁶¹

Capistrano, provavelmente, esperasse que as tipografias de Lisboa fossem mais hábeis que as brasileiras. Visto que seus reclames acerca dos serviços prestados pelas tipografias das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo eram constantes. Ainda em 2 de junho de 1886, reclama da lentidão do serviço para Lino de Assunção: “aqui vai tudo com lentidão desesperadora. Apesar de terminados

57 Carta de C.A. para Mário de Alencar, de 6/09/1915. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 236.

58 Carta de C.A. para Paulo Prado, da oitava de anunciação. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 480.

59 Carta de J.L.A. para C.A., de 1/05/1918 – Acervo do Instituto do Ceará.

60 Carta de J.L.A. para C.A., de 18/02/1919 – Acervo do Instituto do Ceará.

61 Carta de J.L.A. para C.A., de 25/11/1920 – Acervo do Instituto do Ceará.

os relatórios, na Tipografia [Nacional] têm-me dado muito poucas páginas”.⁶² Passados trinta e seis anos, o quadro pouco se modifica posto que Capistrano continua reclamando do atraso das tipografias para João Lúcio, em carta de 9 de maio de 1922: “o livro já estaria na rua há muito tempo, mas às enlaçarias da tipografia correspondem meus colapsos de preguiça”.⁶³ Em carta a Paulo Prado de 1923, os queixumes diminuem um pouco: “na tipografia o linotipógrafo parece disposto a compor cinqüenta páginas por dia. Os originais das Denúncias pedirão pouco mais de um mês. Amanhã saberei seu balanço”.⁶⁴ Mas volta a falar do atraso das tipografias para Paulo Prado: “o livro [Diário de Pero Lopes]... já poderia estar impresso se as tipografias atuais fossem sérias”.⁶⁵

Não era somente Capistrano que reclamava das tipografias brasileiras. Em maio de 1873, o romancista José de Alencar já falava do atraso da impressão provocada por esses estabelecimentos:

Ninguém sabe da má influência que tem exercido na minha carreira de escritor o atraso da nossa arte tipográfica, que um constante caiporismo torna péssima para mim. Se eu tivesse a fortuna de achar oficinas bem montadas, com hábeis revisores, meus livros sairiam mais corretos; a atenção e o tempo por mim despendidos em rever, e mal, provas truncadas, seriam melhor aproveitados em compor outra obra⁶⁶.

Além da lentidão das tipografias, os tipógrafos, às vezes, faziam greves por melhores salários, como relata João Lúcio em 1922:

Pensava agora estar terminada a impressão dos Cristão-Novos. Faltam as provas emendadas da última folha dos documentos e a composição do índice. Declaram-se em greve os tipógrafos do Porto, reclamando 100 por cento de aumento de salários, e contado para a fêria o 7º dia da semana, em que não trabalham. Quanto tempo durará o conflito não posso saber ainda⁶⁷

62 Carta de C.A. para Lino de Assunção, de 2/06/1886. In: ABREU, J. Capistrano. Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 334.

63 Carta de C.A. para J.L.A., de 9/05/1922. ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v.2, p. 246.

64 Carta de C.A. para Paulo Prado, de dia das petas, 1923. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 445.

65 Carta de C.A. para Paulo Prado, da oitava da páscoa, 17 de abril. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 480.

66 ALENCAR, José. *Op. cit.*, p. 72.

67 Carta de J.L.A. para C.A., de 24/03/1922. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência...,

Em 1927, ele volta a falar de problemas de atraso causados pelas manifestações trabalhistas dos tipógrafos portugueses: “a revista imprimiu-se na Biblioteca Nacional e a revolução dos tipógrafos e demissão destes atrasou a publicação. Creio porém que pôsto [sic.] que com demora se publicará por fim”.⁶⁸ Ainda quando não havia greve, as tipografias atrasavam: “para o caso de aproveitar e com o nervo da guerra almejante, vencer a estupidez e a má vontade das tipografias”.⁶⁹

Mesmo com baixos salários nas tipografias, o preço da impressão era muito elevado, tanto no Brasil como em Portugal. Capistrano reclamava do preço cobrado pelas tipografias para impressão das obras, como nessa carta de 2 de abril de 1886:

Sabes a dificuldade que há de encontrar editor e quanto é cara a impressão entre nós; por isso todos os nossos esforços vinham quebrar-se contra este rochedo. Julguei a princípio vencê-lo com um clube que imaginei, e que não devia ter presidentes, nem sessões, nem nada. Cada sócio publicaria um livro à sua custa, e seria isto a ata e a sessão. Tive muitas adesões... em palavras: escrupulizavam todos passar à frente e ficavam todos parados.⁷⁰

Quando Assis Brasil pediu ajuda de Capistrano para imprimir uma de suas obras no Rio de Janeiro, o historiador procurou algumas tipografias da cidade para saber qual seria a melhor para fazer a impressão. Sua busca nos oferece um panorama dos preços cobrados pelas principais tipografias da cidade em fins do século XIX:

Deixei cair a alma aos pés... quando soube que Leuzinger, que eu julgava ser o mais caro de todos, é exatamente o mais barato. Um meu colega, que com ele falou, diz-me que ele fará a impressão por 35\$ - incluindo a brochura. À vista disto, nem é bom pensar nos outros dois, que, inferiores como artistas, só levam-lhe vantagem em serem mais careiros. Porque Leuzinger é tão barateiro? Perguntei ao meu colega. Em que ganha então? – No papel, respondeu-me: o papel dele, que aliás é bom, é comum: se quiser-se papel especial, a coisa não ficará por menos de 50. A vista disto, tendo-lhe submetido as propostas das três melhores tipografias, fico à espera de sua decisão.⁷¹

op. cit., v. 3, p. 242.

68 Carta de J.L.A. para C.A., de 15/05/1927 – Acervo do Instituto do Ceará.

69 Carta de J.L.A. para C.A., de 09/05/1925 – Acervo do Instituto do Ceará.

70 Carta de C.A. para Lino de Assunção, de 2/04/1886. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 3, p. 326.

71 Carta de C.A. para Assis Brasil, de 15/03/1881. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondên-

Capistrano estava atento ao preço dos livros, ao seu suporte e ao público final das obras. Em epístola para João Lúcio, fala da diferença de preço entre uma obra encadernada e outra em brochura: “no Schettini encontrei um exemplar da *História de Vieira*, encadernado em carneira. Gosto tanto desta encadernação em livros impressos em Portugal, que não resisti. Custou 12\$; em brochura comprei por 4\$ no Alves há meses: é o câmbio”.⁷² Em outra carta datada da sexta-feira da paixão de 1924, confessa ao amigo: “ainda existem aí as encadernações de carneira? Tenho um fraco por elas”.⁷³

Os livros “in-fólio” eram ricamente encadernados, ilustrados e compostos em papel de excelente qualidade, eram os preferidos de Capistrano. Contudo, ele não tinha as mesmas regalias com outros objetos pessoais, como suas roupas, já que optava sempre pelas mais baratas, como relata nessa carta de 6 de setembro de 1915:

A questão do barato e caro é toda pessoal: não compro chapéu-de-sol de mais de cinco mil-réis [5\$], porque costume perdê-los e o prejuízo é menor; não me visto no Raunier porque sou como H. de Melo, de quem dizia Pedro Luís – o antigo ministro: veste-se todo chibante no Raunier, desce apuramado a Rua do Ouvidor, e chega com a roupa machucada na Rua Direita. Minhas finanças não me permitem mais que o Colombo, mesmo isso sem a freqüência que fora para desejar⁷⁴

Capistrano era desses eruditos que apreciavam as belas encadernações nos livros e as impressões de qualidade, embora ele mesmo vivesse “mal encadernado”, nas palavras de Américo Facó.⁷⁵ Seus trajes envelhecidos, paletó amassado, gravata torta e sua compulsão por leitura foram caricaturados por vários escritores contemporâneos, dentre elas, destacam-se as caricaturas elaboradas por Castro Rabello e José Cândido.

cia..., *op. cit.*, v. 1, p. 74.

72 Carta de C.A. para J.L.A., do Ano Bom de 1921. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 190.

73 Carta de C.A. para J.L.A., de sexta-feira da paixão de 1924. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 2, p. 298.

74 Carta de C.A. para Mário de Alencar, de 6/09/1915. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 236.

75 “Olhos semicerrados de quem poupa / A luz dos próprios olhos... Indolente! / Cabelos, barba de esfiapada estopa. / Para trás, para os lados, para a frente... / Uns ares filosóficos de gente / A quem a vida vai de vento em polpa: / Liga mais ao passado que ao presente / E liga à vida como liga à roupa. / Calçado sem tacão, chapéu sem aba, / Pobre, com aparência de usurário, / E, ao mesmo tempo de, morubixaba: / Tal é o Capistrano, o bem-amado, / Velho erudito, vivo Dicionário / Da História Pátria... mal encadernado”. (Os Três Mosqueteiros de Américo Facó).

Capistrano revela, em sua correspondência, algumas de suas exigências quanto às encadernações dos livros, embora fossem mais caras:

Procurarei novamente Lombaerts para saber quanto ele imprimirá a folha sendo o tipo renaissance. É provável que seja mais barato: mais conveniente, não creio. O elzevir é um tipo elegante e antique, e não deixa de ter graça defender as idéias novas com instrumentos de tempos socialmente bárbaros.⁷⁶

O historiador estava sempre preocupado com o formato das publicações e atento aos detalhes da impressão. Em carta a Afonso de Taunay, fala da impressão da sua obra sobre os bacairis e afirma: “fica mais *chic* imprimir-se tudo de bacairi em itálico”.⁷⁷ Gostava de obras encadernadas, talvez por isso tenha mandado encadernar sua coleção das Atas da Câmara de São Paulo.⁷⁸ Essas coleções encadernadas eram extremamente caras, como revela o próprio Capistrano a Domício da Gama: “coleções completas e encadernadas: nenhuma biblioteca pública do Rio possui estes instrumentos de trabalho”.⁷⁹

Capistrano e João Lúcio estabeleceram trocas livrescas entre os dois países. As epístolas desses dois historiadores mostram, também, um pouco do cotidiano das livrarias cariocas e lisboetas, apresentando parte do sortimento de livros dessas “casas de papel”.

Eram volumes variados que circulavam nesses estabelecimentos, iam desde romances até obras científicas. A aquisição também era variável, ia desde a motivação profissional à indicação feita pelo amigo. Essa circulação de obras no Atlântico, promovida entre os historiadores Capistrano e João Lúcio, aponta para outros lados da produção historiográfica: a própria fabricação da obra. Ou seja, sua execução enquanto objeto cultural, que é escrito pelo autor, mas também impresso numa tipografia e vendido numa livraria.

76 Carta de C.A. para Assis Brasil, de 12/03/1891. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 73.

77 Carta de C.A. para Afonso de Taunay, de 9/08/1924. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 340.

78 Carta de C.A. para Afonso de Taunay, da oitava dos Reis de 1924. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 339.

79 Carta de C.A. para Domício da Gama, sem data. In: ABREU, J. Capistrano de. Correspondência..., *op. cit.*, v. 1, p. 268.

O Ateneu e o ocaso da monarquia brasileira: literatura e militância política em Raul Pompéia

Rubens Arantes Correa*

O artigo pretende fazer uma leitura de O Ateneu de Raul Pompéia, obra publicada originalmente em 1888, ano da abolição da escravidão no Brasil, estabelecendo relações entre a trama ficcional e os fatos políticos marcantes do final do Império. A hipótese sugerida é a de que no romance, o autor revela por meio de seus personagens suas concepções de política e de sociedade, realizando uma crítica ácida ao regime monárquico ao qual atribuí todos os males que país atravessava naquela conjuntura histórica.

Palavras-chave: Política. Literatura. República. Monarquia. Intelectual

1. Introdução:

Não é de hoje que o diálogo entre história e literatura tem ocupado a atenção tanto dos profissionais que militam no campo da teoria literária como da corporação de historiadores. Desse diálogo surge uma série de questionamentos que em síntese podem ser sintetizados nas seguintes interrogações: o texto literário pode ser tomado como um documento entendendo este no sentido que o historiador o toma? Não estando a literatura

* Mestre em Ciências Sociais pela UFSCar e doutorando em História pela FCHS/UNESP - Franca. rubens-arantes@netsite.com.br

The article intends to do a reading of *The Athenaeum* of Raul Pompeii, a work originally published in 1888, the year of the abolition of slavery in Brazil, establishing relationships between fictional plot and political events marked the end of the Empire. The hypothesis is suggested that the novel, the

author reveals his characters through their conceptions of politics and society, performing a withering critique of the monarchy which attribute dall the evils that country was going through at that historical juncture.

Keywords: Politics, Literature, Republic, Monarchy, Intellectual.

comprometida com a “verdade dos fatos” pode ela ser tomada como um retrato de uma dada realidade em termos temporais e espaciais?

A retomada da narrativa proposta pela geração de historiadores da Nova História colocou em questionamento os paradigmas até então dominantes que colocavam em trincheiras opostas a literatura entendida como uma manifestação puramente estética e ficcional e a história tratada como uma ciência objetiva. Prevaleceu, portanto, até muito recentemente o paradigma literatura/verossímil/ficção, de um lado, história/verdade/real, do outro. A retomada da narrativa, contudo, quebra essa dicotomia na medida em que nos leva a pensar a obra literária e historiográfica, e o papel do escritor e do historiador a partir de uma outra perspectiva.

Tomando como referência as idéias sobre a questão de Le Goff, Ricouer, Ginzburg, Gay, Veyne entre outros podemos afirmar que tanto a literatura como a história são formas explicativas da realidade feitas por meio da narrativa. Não se trata de tratá-las separadamente ou em oposição e sim serem tomadas como uma construção social de uma dada realidade inserida num determinado contexto temporal¹.

Nesse sentido o exercício do escritor se assemelha ao do historiador na medida em que ambos fornecem através de estratégias e ferramentas diferentes

¹ Especialmente LE GOFF, J. História e memória. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990; RICOUER, P. Tempo e Narrativa. Campinas, Papirus, 1994; GAY, P. O estilo da história. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; VEYNE, P. Como se escreve a história. Brasília, Editora da UnB, 1982.

representações sobre a vida humana. Enquanto ao escritor cabe a tarefa de criar personagens, tramas e fatos que possam dar um sentido coerente a sua narrativa, ao historiador cabe a busca de documentos e dados que lhe darão respostas às suas perguntas, resultando numa representação possível dos acontecimentos. De tal sorte que poderíamos afirmar que no exercício de ambos está presente a inventividade com a diferença é ao historiador fica reservada uma espécie de “invenção controlada”. Pesavento aponta três elementos para tal invenção: o trabalho das fontes no âmbito dos arquivos; o compromisso do historiador em atingir a “verdade possível” e a arte do convencimento por meio da retórica².

Não se trata de afirmar que historiador está livre da busca da verdade no exercício de seu ofício mas sim reconhecer que o discurso da verdade é uma construção de atores sociais em luta, inclusive, daqueles que se propõe a realizar ciência. Nesse sentido, o texto literário, entendido como discurso e representação, pode contribuir para o conhecimento da realidade temporal, pois, expressa formas de pensar e agir dos indivíduos.

Essas breves considerações iniciais são necessárias na medida em que propomos, neste trabalho, a leitura do romance *O Ateneu* de Raul Pompéia a partir de uma realidade específica: a crise da monarquia no Brasil do final do século 19. O autor parte de reminiscências da infância e juventude para forjar o personagem-narrador Sérgio e por meio desse personagem vai, ao longo da trama, não só expondo suas “saudades” traumatizantes de sua experiência passada em uma escola-internato como, também, descortinando suas concepções políticas e sociais – Raul Pompéia foi um militante republicano e abolicionista desde os tempos de estudante da Faculdade de Direito em São Paulo.

Quando *O Ateneu* veio à luz poucos meses antes da aprovação da Lei Áurea em um contexto de crise vivida pelo Império desde o final da Guerra do Paraguai (1865-1870). A efervescência da propaganda abolicionista e republicana, os conflitos com a Igreja e o Exército, a emergência dos cafeicultores do oeste paulista e as dificuldades em conter os desentendimentos entre liberais e conservadores, culminaram com a queda da monarquia em 1889. Esse é o contexto histórico em que se desenrola a vida e a produção literária de Raul Pompéia que tomou

² PESAVENTO, S. J. – “História e literatura: uma velha-nova história”. In: *Nuevo mundo Mundos nuevos*. 2006, pp.1-9.

partido nas lutas políticas de seu tempo, atitude típica dos intelectuais brasileiros daquele final de século 19 e início do século 20.

No contexto das histórias da literatura brasileira, contudo, a leitura apresentada de *O Ateneu*, de um modo geral, é a que procura classificá-lo em escolas literárias e as influências estéticas exercidas sobre o autor. *O Ateneu* é apresentado como uma obra de estilo realista com referências às teorias científicas típicas daquele período histórico – darwinismo, cientificismo, positivismo, determinismo – onde o autor expõe seu drama de infância e juventude (a recorrência ao subtítulo “crônicas de saudades” não seria mera coincidência), vendo-a como uma espécie de auto-biografia projetada no personagem-narrador Sérgio.

Considerando a trajetória intelectual de Raul Pompéia, entretanto, que ao longo de poucos anos de vida (faleceu em 1895 aos 32 anos de idade) envolveu-se apaixonadamente nos movimentos políticos de seu tempo, concluímos que é possível uma leitura de sua obra a partir de outra perspectiva.

2. O “Ateneu”: texto, contexto e política:

O Ateneu - Crônica de Saudades foi publicado em 1888, inicialmente em forma de folhetim, de março a maio, em *A Gazeta de Notícias* - periódico carioca. Ainda nesse mesmo ano, o livro de Raul Pompéia ganharia a primeira crítica mais bem elaborada, do punho de Araripe Jr., crítico literário renomado que de dezembro de 1888 a fevereiro de 1889, em *Novidades*, publicou uma série de críticas acerca de *O Ateneu*, intitulado-as “*O Ateneu e o romance psicológico*”.

Intelectual militante, tal como a geração de intelectuais da conjuntura histórica da segunda metade do século 19, Araripe Jr. combateu politicamente sob a bandeira do florianismo, se colocando contra o status quo de sua época. Assim como Raul Pompéia, não se limitou à *escrivania*, procurando intervir na vida pública³.

O ensaio crítico de Araripe Jr. sobre *O Ateneu* busca desvendar o estilo formal e psicológico da obra. Tal como anuncia o título geral do ensaio, o objetivo

³ ARARIPE JR., T.A. - *Teoria, Crítica e História Literária*. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978, pág. XII.

central é compreender as implicações psicológicas do romance. Crítico agudo e perspicaz, Araripe Jr. identifica na *escrita formal* de Pompéia o ponto original e excelente do livro⁴.

É de se observar, por outro lado, que o crítico e o escritor, por horas, estiveram juntos em demorados encontros, onde o tema principal das palestras era a literatura e o processo de criação da arte literária. O próprio Araripe Jr. vai testemunhar o fato:

sempre nos encontrávamos na Rua do Ouvidor, era certo passarmos juntos o resto do dia. Quantas vezes não sucedia separarmo-nos à meia-noite, depois de sete ou oito horas de ininterrupta conversação sobre assuntos políticos e literários.⁵

O viés de caricaturista é reconhecido por Araripe Jr. como resultado da excessiva preocupação de Pompéia em compreender “o caráter das coisas físicas e morais”, fato que o teria levado a adotar atitudes de indignação, sobretudo, quando se tratava da política. Exercitando a caricatura, Raul Pompéia era capaz de externar seu pensamento e sua finíssima capacidade de “observador de caracteres”. Ilustrativo dessa sua predileção pela caricatura e suas implicações em opiniões políticas é a famosa representação da Paixão de Cristo, lembrada pelo crítico cearense como exemplar da fúria de Raul Pompéia quando buscava externar suas convicções acerca da política brasileira do tempo: “Lembro-me de uma dessas caricaturas, um tanto simbólico, e que chegou a ser litografada. Representava o Brasil crucificado entre dois ladrões - o câmbio e o comércio”⁶.

A conjuntura em que se dá a publicação de *O Ateneu* pode-nos revelar, contudo, algumas pistas no sentido de interpretá-lo, diferentemente da análise psicologizante e estilística de Araripe Jr. (5), como uma obra de crítica social e política dos valores de seu tempo. Do ponto de vista político, o ano de publicação de *O Ateneu*, 1888, é extremamente significativo para os rumos do Segundo Reinado. A abolição da escravidão foi passo decisivo na consolidação de novas forças no cenário político nacional.

⁴ Segundo Araripe Jr., o processo de construção de sua escrita sofreu influências de Pierson, autor de *A Métrica Natural da Linguagem*.

⁵ ARARIPE JR., T.A. *Op. cit.*, p. 213.

⁶ *Idem*, p. 216

Do ponto de vista intelectual, por seu turno, a conjuntura de 1888 é marcada pela ascensão de correntes de pensamento oriundos da Europa, que terão como sempre teve, aliás, uma forte acolhida e influência por parte dos *homens de letras* do Brasil. As correntes do Naturalismo e Realismo, no campo literário, estão em voga. Já na década de 1870 do século 19, os efeitos dessas correntes são percebidas por aqui. O português Eça de Queiroz causa impacto com seus romances realistas *O Crime do Padre Amaro* (1875) e *O Primo Basílio* (1878), cujas influências serão percebidas em Aluísio de Azevedo em *O Mulato* e Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ambos de 1881 e considerados marcos iniciais da literatura realista no Brasil.

O Naturalismo, por seu turno, corrente literária fundada pelo escritor francês Émile Zola, cujos fundamentos estão já em 1877 em seu *L'assommoir*, mas que serão mais bem explicitados na obra *O Romance Experimental*, de 1880, fará seus seguidores no Brasil, sobretudo em Júlio Ribeiro com seu romance *A Carne* (1888) e em *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, considerada obra fundamental do Naturalismo brasileiro.

Do ponto de vista político, o Brasil das três últimas décadas do século 19 passava por profundas transformações que concatenadas com a economia e sociedade culminaram com o golpe civil-militar de 15 de novembro de 1889 que derrubou a monarquia: a emergência de novos grupos sociais guindados ao centro do jogo político como o Exército e os cafeicultores de São Paulo, as condições de urbanização melhoradas pelo ritmo da economia agro-exportadora favorável, a intensificação da propaganda em favor da abolição da escravidão e da república que ganhou adeptos e organização nos centros urbanos, as ideias de “progresso” e “civilização” propagadas pela elite intelectual que passa a questionar o modelo de regime político, a incapacidade da elite monárquica em promover uma ampla reforma política no país.

Todo esse quadro histórico-literário, rapidamente alinhavado acima, repercutiu em *O Ateneu*. Considerando, por outro lado, o envolvimento de Raul Pompéia, desde os tempos de acadêmico de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo, nos grandes embates políticos de seu tempo, pensamos que, todos esses fatos aliados, nos permite outra leitura de *O Ateneu*.

A proposta de uma leitura política de *O Ateneu*, não implica, obviamente, em desacreditar e anular as outras leituras possíveis já realizadas. Vários aspectos de *O Ateneu* foram explorados, numa demonstração clara e evidente da

força intelectual desse romance e no talento de Raul Pompéia na construção dos personagens e na estruturação do enredo⁷.

Diversos temas podem ser explorados em *O Ateneu*: a experiência dos internatos, o homossexualismo, o amor na adolescência, os conflitos típicos de gerações.⁸ Também é possível identificar as características do sistema educacional brasileira do final do século XIX, marcado pelo autoritarismo, pelo modelo rígido de escola, pela exagerada atenção na formação moral e cujo fundamento modelar consistia na grande influência do sistema educacional francês e numa maior importância às matérias de humanidades e literatura em detrimento das chamadas matérias científicas⁹.

Uma leitura atenta de *O Ateneu* também nos indica a formação cultural e intelectual de Raul Pompéia. Das citações, percebemos seu domínio em diversas línguas: francês, latim, inglês, grego, alemão, sobretudo os dois primeiros. Por outro lado, a recorrência a autores, artistas e obras nos dá a medida das fontes filosófico-literárias nas quais Pompéia mata sua sede de leitura. Dos muitos citados, podemos lembrar a *Bíblia* (referência constante), Balzac e sua *A Mulher de Trinta Anos*; Camões e *Os Lusíadas*; Dante e *A Divina Comédia*, além de recorrência à mitologia e à história da antiguidade clássica, entre outras referências. Constituem um painel de informações importantes, no sentido de melhor conhecer o autor de *O Ateneu*¹⁰.

⁷ Segundo Roberto Ventura, Araripe Jr. ao voltar-se “para questões psicológicas e estilísticas” procurou compreender o “impacto do meio tropical na formação do indivíduo. Devido a este enfoque psicológico, os melhores ensaios de Araripe são os perfis de personalidades literárias, como Gregório de Matos, Dirceu, José de Alencar, Silvio Romero e Raul Pompéia”. In: *Estilo Tropical - História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.90.

⁸ A título de ilustração para esse ponto destacamos o trabalho de Fernando de Figueiredo Balieiro “Literatura, Política e Darwinismo-Social: uma análise sociológica da trajetória contestadora de Raul Pompéia” in *Revista das Faculdades Integradas Claretianas*. São Paulo, Gráfica Avenida, 2011, pp.29-48.

⁹ Leyla Perrone-Moisés em um texto em que estabelece comparações entre Raul Pompéia e o escritor francês Lautréamont, in: *O Ateneu: Retórica e Paixão*, org. PERRONE-MOISÉS, L., São Paulo, Brasiliense, EDUSP, 1988.

¹⁰ Laura Hosiasson desenvolve essa questão de *O Ateneu* como espelho do modelo educacional de sua época em seu texto “Disciplinas e Indisciplinas no Ateneu”, inserido em *O Ateneu: Retórica e Paixão*, obra citada.

O livro está estruturado em doze capítulos, sendo indicados apenas a numeração das seções, não acompanhadas de títulos¹¹. O capítulo I enfoca as impressões do personagem-narrador Sérgio, quando este, levado por seu pai, é levado para ser matriculado no Ateneu¹². É o próprio Sérgio quem vai descrever suas impressões iniciais:

Ateneu era um grande colégio da época. Afamado por um sistema de nutrido reclame, (...) o Ateneu desde muito tinha consolidado crédito na preferência dos pais¹³.

O corpo discente do Ateneu é também revelador da importância que ganhara: [...] Aristarco interinamente satisfazia-se com a afluência dos estudantes ricos para seu instituto. De fato, os educandos do Ateneu significavam a fina flor da mocidade brasileira.

A irradiação da reclame alongava de tal modo os tentáculos através do país que não havia família de dinheiro, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do Sul, que não reputasse um compromisso de hora com a posteridade doméstica mandar dentre seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do *Ateneu*¹⁴

Esse primeiro aspecto das impressões do personagem-narrador encontra um paralelo na vida de Raul Pompéia. Também ele teria sido matriculado num internato aos dez anos, permanecendo ali até aos dezesseis anos. Tratava-se do Colégio Abílio, cuja experiência teria servido de inspiração para Raul Pompéia construir o modelo de escola de fins do século 19.

Ainda no capítulo das impressões, Sérgio volta-se para o diretor do Ateneu, e o descreve, não só nesse capítulo, como de resto, ao longo de todo romance, magistralmente, exagerando, tal como numa caricatura, todas as qualidades e defeitos que nele o visse:

O Dr. Aristarco Argolo de Ramos, da conhecida do Visconde de Ramos, enchia o Império com o seu renome de pedagogo¹⁵.

¹¹ Douglas Tufano, em edição de *O Ateneu*, Ed. Moderna, 1983, pp.95-99.

¹² Todas as citações que de agora por diante faremos estão baseadas em edição preparada por Afrânio Coutinho, de 1981, *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro.

¹³ *Idem*, p. 32-33.

¹⁴ *Idem*, p. 34-35.

¹⁵ *Idem*, p. 33.

Aqui, surge outro paralelo com a biografia de Raul Pompéia. Havia sido diretor do Colégio Abílio, o Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, “famoso educador da época”¹⁶.

Entre um ponto de contato e outro de sua própria experiência pessoal manifestada pela ação do personagem-narrador Sérgio, *O Ateneu* revela o extravasamento de Raul Pompéia em relação aos valores sociais do Brasil do Segundo Reinado: Ateneu/Colégio Abílio, Aristarco/Barão de Macaúbas são faces de um modelo educacional, social e político que, na análise de Pompéia, estão em decadência.

Daí a associação entre Ateneu e os membros da família real ser encontrada em muitas passagens. Ainda no capítulo I, a propósito de uma festa de encerramento do ano letivo no Ateneu, é possível ler a seguinte passagem:

Diante da arquibancada, ostentava-se uma mesa de grosso pano verde e borlas de ouro. Lá estava o diretor, o ministro do Império, a Comissão dos prêmios. (...) O diretor, ao lado do ministro, de acanhado físico, fazia-o incivilmente desaparecer em brutalidade de um contraste escandaloso¹⁷.

Em outro acontecimento festivo promovido pelo Ateneu, “a festa da educação física”, novamente entre os assistentes encontramos um membro da família real:

Algumas damas empunhavam binóculos. Na direção dos binóculos distinguia-se um movimento alvejante. Eram os rapazes. Ai vem! disse meu pai; vão desfilar por diante da princesa. A princesa imperial regente nessa época, achava-se à direita em gracioso palanque de sarrafos¹⁸.

Na mesma ocasião, após retumbante apresentação dos alunos do Ateneu, um fato narrado por Sérgio causa desconforto, protagonizado pelo filho de Aristarco:

Seu filho Jorge, na distribuição dos prêmios, recusara-se a beijar a mão da princesa, como faziam todos ao receber a medalha. Era republicano o pirralho! tinha já aos quinze anos as convicções ossificadas na espinha inflexível do caráter! Ninguém mostrou perceber a bravura. Aristarco, porém, chamou o

¹⁶ Laura Hosiasson: “Abílio César Borges publicou em 1884 uma obra intitulada *Vinte Dous Annos de Propaganda* em prol da elevação dos estudos no Brasil e nela apareciam vários de seus discursos, cartas a jornais, junto com os estatutos educacionais do seu colégio”. in obra citada, p.70.

¹⁷ *Idem*, p. 36.

¹⁸ *Idem*, p. 40.

menino à parte. Encarou-o silenciosamente e - nada mais. E ninguém mais viu o republicano! Consumira-se naturalmente o infeliz, cremado ao fogo daquele olhar! Nesse momento, as bandas tocavam o hino da monarquia jurada, última verba do programa ¹⁹.

Aos poucos, o autor vai afastando-se das possíveis experiências individuais que o teriam inspirado na criação de personagens e enredo, passando a situar o desenvolvimento da trama no processo de luta histórica vivido pelo país na época da publicação do romance. Os embates entre monarquistas e republicanos, nos quais tomou parte Raul Pompéia, são os panos de fundo onde se movimentam os personagens.

No capítulo II, o objeto de impressões e observações por parte de Sérgio é o Ateneu, o internato-escola e dos companheiros de classe. Sobre esses, tal como afirma Mário de Andrade, Raul Pompéia será impiedoso na descrição cruel de suas características²⁰.

Entretanto, é em relação ao Ateneu que surge aí a possibilidade da comparação com a sociedade do Segundo Reinado. O Ateneu era um “*mundo de brutalidade*”, uma sociedade de horrores, “*um exemplar perfeito de depravação oferecido ao horror santo dos puros*” ²¹. O responsável pelo governo desse “*mundo*” (O Ateneu) é uma amálgama de “*especulador e levita, do educador e do empresário*”, numa combinação perfeita, os “*dois lados da mesma medalha, opostos, mas justapostos*”²².

A insistência em apresentar Aristarco como um *negociante* é proposital. Está perfeitamente em consonância com a análise de Raul Pompéia, segundo a qual, a sociedade brasileira encontrava-se à mercê de interesses dos mais espúrios agiotas, sobretudo portugueses e ingleses, que não tinham outro interesse, senão de enriquecer a custa do povo brasileiro.

Daí que, Raul Pompéia manifestava pela imprensa da época, a necessidade da república e com ela a urgência da “*nacionalização do comércio*”, a fim de expulsar do país aqueles que “*consumiam o organismo produtivo da nação*”. A

¹⁹ *idem*, p. 43

²⁰ ANDRADE, Mário de – “O Ateneu”, in *Aspectos da Literatura Brasileira*, São Paulo, s.d.p.

²¹ *Idem*, p. 67-68

²² *Idem*, p. 53

simetria entre a Monarquia conduzida por um descendente português e o Ateneu “mantido por um diretor que de tempos a tempos reformava o estabelecimento, pintando-o jeitosamente de novidade, como os negociantes que liquidam para recomençar com artigos de última remessa”²³, nos parece bastante perceptível. Afinal, o Ateneu/a Monarquia, não passava de um grande “biombo vistoso de anúncios”²⁴.

Nesse universo, ao contrário da pregação de Aristarco, para quem o pior inimigo era a “imoralidade” - “No Ateneu, a imoralidade não existe. (...) O Ateneu é um colégio moralizado...”²⁵ -, peregrinam personagens marcados pela corrupção e perversão. Essa é a opinião de Rabelo, companheiro de classe de Sérgio, ao comentar dos colegas de internato: “Uma cáfila! Uma corja! (...) Uns perversos! Têm mais pecados na consciência que um confessor no ouvido. (...) Sócios da bandalheira! Cheiram a corrupção, empestam de longe. Corja de hipócritas! Imorais!”²⁶ O “edifício de moralização do Ateneu”, não passa de um “exemplar perfeito de depravação”²⁷.

Após os primeiros rituais de iniciação, Sérgio, já devidamente conhecedor do mundo e dos personagens que nele vivem, deixa sacudir “fora a tranca dos ideais ingênuos”²⁸. Conduzido pelo colega Sanches, com quem manterá uma dúbia relação de amor e ódio, mergulha nas disciplinas curriculares e seus respectivos conteúdos. No capítulo, Sérgio revela-nos, de alguma forma, o modelo de educação escolar dos fins do século XIX no Brasil. O currículo escolar é constituído pela geografia, gramática, a história pátria, a história santa e matemática. Ao apresentar os conteúdos que constituíam a matéria da história pátria, Sérgio e Raul Pompéia misturam-se novamente em um só personagem. Para Sérgio, a história do Brasil

até as eras da Independência, [era] evocação complicada de sarrafos comemorativos das alvoradas do Rocio e de anseios de patriotismo infantil; um prin-

²³ *Idem*, p. 32-33

²⁴ *Idem*, p. 33.

²⁵ *Idem*, p. 56

²⁶ *Idem*, p. 62

²⁷ *Idem*, p. 67

²⁸ *Idem*, p. 77

cipe fundido, cavalgando uma data, mostrando no lenço aos povos a legenda oficial do Ipiranga”²⁹.

A passagem faz referência a Pedro I e ao Grito do Ipiranga, cujo significado para Raul Pompéia não passava de uma *falsa independência*, pois que a verdadeira independência ainda haveria de vir, feita por brasileiros inspirados no exemplo de Tiradentes. É o próprio Sérgio quem sublinha a tese:

mais abaixo, pontuadas pelas salvas do Santo Antonio, as aclamações de um povo mesclado que deixou morrer Tiradentes para esbofar-se em vivas ao ramo de café da Domitila ³⁰.

Não ficava aí somente a forte impressão causada ao estudante Sérgio das lições de história de Tiradentes:

vi passar o herói mineiro, calmo, mãos atadas como Cristo, barba abundante de apóstolo das gentes, um toque de Sol na fronte, lisa e vasta escavada pelo destino para receber a corsa do martírio ³¹.

As evidências nessa passagem aproximam ainda mais *O Ateneu* de uma leitura política. Enquanto o personagem principal impressiona-se com Tiradentes, o autor parece procurar, em uma visão própria da história do país, estabelecer marcos, recortes e personagens-heróis com os quais os brasileiros deveriam se identificar. É exemplo dessa postura, o texto intitulado “Ipiranga”, publicado na *Gazeta de Notícias* de 1882, onde Raul Pompéia refere-se a Pedro I como “alguém que roubou dos brasileiros o direito de fazer a independência de seu próprio país” ³².

O desencantamento do personagem com o mundo do Ateneu, aos poucos se manifesta mais abertamente. O sentimento de impotência diante de um mundo marcado pela opressão leva Sérgio a admitir ter “*perdido o ideal cenográfico de trabalho e fraternidade, que eu quisera que fosse a escola*”³³. Essa manifestação de “entrega” fica clara quando Sérgio apresenta “*a mais terrível das instituições*

²⁹ *Idem*, p. 80

³⁰ *Idem*, p. 80.

³¹ *Idem*, p. 81

³² *Obras de Raul Pompéia*, org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, OLAC/Civilização Brasileira, 1982. Volume V, p. 45-47.

³³ *Idem*, p. 94

do Ateneu”³⁴, ou seja, o capítulo das penas e do código disciplinar do internato. As humilhações, injúrias, escárnios e difamações eram os instrumentos comuns, na aplicação da justiça imposta pelo diretor e professores.

A habilidade de Raul Pompéia ao construir, com detalhes, esse sistema disciplinar do Ateneu, faz emergir do interior dos muros do internato, o mesmo “*sistema de pelourinho*”³⁵, ao qual estava submetido à sociedade escravista da segunda metade do século 19. É o próprio Sérgio quem reconhece que a pesada “*atmosfera do Ateneu*”, caracterizada por “*toda perseguição de castigos*”³⁶ que o levará ao “*amolecimento*”.

Quando aluno do Colégio Pedro II, Raul Pompéia participou da fundação de um grêmio estudantil, exercitando suas inclinações literárias na revista do próprio grêmio. Este acontecimento é explorado por Raul Pompéia, quando, no capítulo VI, dá conta da organização de uma instituição, o “Grêmio Literário Amor ao Saber”, que reunia em torno de si “*os amigos das letras*” e reunia-se “*duas vezes ao mês*”³⁷. A presidência de honra cabia a Aristarco e ao Dr. Cláudio, professor do Ateneu, cabia a presidência efetiva.

Por intermédio do Dr. Cláudio, entramos em contato com a concepção de arte e literatura de Raul Pompéia. Na festa inaugural, ocasião solene de posse do grêmio, Dr. Cláudio pronuncia uma palestra sobre a literatura brasileira, dando um panorama geral desde Gregório de Matos até José de Alencar, passando por Antonio Caldas, Santa Rita Durão, os escritores de Minas, Gonçalves Dias, entre outros.³⁸

Mais adiante, e continuando sua análise sobre a literatura brasileira, o Dr. Cláudio vai criar polêmica com a platéia quando passa a “estudar a atualidade”. Nesse momento, é possível, mais uma vez, ler a visão crítica da monarquia, exposta a uma interpretação feroz e impiedosa. Nesta oportunidade, o personagem que fala por Raul Pompéia, não é Sérgio, mas o Dr. Cláudio: “*A arte significa a*

³⁴ *Idem*, p. 95

³⁵ *Idem*, p. 97

³⁶ *Idem*, p. 117

³⁷ *Idem*, p. 141

³⁸ *Idem*, p. 151

alegria do movimento, ou um grito de suprema dor nas sociedades que sofrem [...] E não é o teto de brasa dos estios tropicais que nos oprime. Ah! Como é profundo o céu do nosso clima material!". E conclui seu aforisma:

O pântano das almas é a fábrica imensa de um grande empresário, organização de artifício, tão longamente elaborada, que dir-se-ia o empenho madreporíco de muitos séculos, (...) É obra moralizadora de um reinado longo, é o transvasamento de um caráter, alagando a perder de vista a superfície moral de um império - o desmando nauseabundo, esplanado, da tirania mole de um tirano de sebo!³⁹...

A sociedade de especuladores na qual havia se tornado o Brasil do Segundo Reinado, segundo Raul Pompéia, era causa suprema de nossa “*enfermidade*” e “*tédio corruptor*”. Em seus textos políticos, Pompéia atribui aos portugueses e ingleses as raízes de nosso atraso econômico, evidenciado no monopólio do comércio local e na interferência constante desses países em assuntos internos, sobre os quais, segundo Pompéia, somente os brasileiros tinham direito de se manifestar.

Pois as questões da exploração do Brasil pelas potências estrangeiras e da “*sociedade especuladora*”, também apareceram em *O Ateneu*, ainda que de modo não explícito. É o que vai-nos revelar Sérgio, apontando para o tédio, no capítulo VII, “*a grande enfermidade da escola*”⁴⁰. Para fugir do tédio, os alunos lançam mão de variados expedientes até chegarem aos “*jogos de parada*”. Tratava-se de brincadeiras nas quais os alunos promoviam trocas de objetos, tendo como moeda de troca “*os selos postais, os cigarros, o próprio dinheiro*”⁴¹.

A descrição de Sérgio acerca da movimentação dos “*agentes de especulação*”, no “*movimento das bolsas*” do *Ateneu*, ganha contornos reais. Senão, vejamos algumas passagens: “*As especulações moviam-se como o bem conhecido ofício das corretagens. Havia capitalistas e usurários, finórios e papalvos*”⁴². Ou então essa:

No comércio do selo é que fervia a agitação de empório, contratos de cobiça, de agiotagem, de esperteza, de esperteza, de fraude. Acumulavam-se valores, circulavam, frutificavam; conspiravam os sindicatos, arfava o fluxo, o refluxo

³⁹ *Idem*, p. 152

⁴⁰ *Idem*, p. 167

⁴¹ *Idem*, p. 168

⁴² *Idem*, p. 168

das altas e das depreciações. Os inexperitos arruinavam-se, e havia banqueiros atilados espanando banhas de prosperidade ⁴³.

Nas observações de Sérgio/Raul Pompéia, não faltaria, nesse “*microcosmo de atividade subterrânea*”, uma referência à Inglaterra, já que se trata de uma crítica a exploração estrangeira:

a Grã-Bretanha braços abertos sobre as colônias, sobre o mundo; à direita, a América, a propaganda civilizadora, a conquista da savana; à esquerda, o domínio das Índias, coolies sob fardos, dorsos de elefantes subjugados ⁴⁴.

Desse ponto até o definitivo incêndio que levaria à ruína o internato dirigido por Aristarco, Raul Pompéia / Sérgio conduz uma narrativa repleta de referências ao contexto histórico do período. Fortes evidências atestam essa afirmação; se não vejamos: “*marcado com um número, escravo dos limites da casa e do despotismo da administração*” ⁴⁵; “*anchos de militarismo*” ⁴⁶; “*apoiadas às nacionalíssimas bananas, como um traço de nativismo*” ⁴⁷; “*viveis de plantão na palmeira da literatura indígena, sem que vos galardoe uma verba da secretaria do império*” ⁴⁸; “*anistia dos revolucionários [...] perturbações da ordem*” ⁴⁹; “*propaganda a favor da imigração*” ⁵⁰; “*desesperos da escravidão colonial*” ⁵¹; “*Só pesando as armas imperiais*” ⁵².

Considerações finais

No microcosmo do Ateneu vivem não só personagens fictícios, mas, talvez, personagens reais, que estão em constante luta, envolvidos pelas grandes

⁴³ *Idem*, p. 169

⁴⁴ *Idem*, p. 169

⁴⁵ *Idem*, p. 190.

⁴⁶ *Idem*, p.190.

⁴⁷ *Idem*, p. 195.

⁴⁸ *Idem*, p.196.

⁴⁹ *Idem*, p.209

⁵⁰ *Idem*, p. 213

⁵¹ *Idem*, p. 214

⁵² *Idem*, p. 219

questões e temas do final do século XIX. Daí a permanente referência no texto de Raul Pompéia a membros da família imperial, a escravidão, a imigração, aos republicanos. E ao estabelecer uma espécie de diálogo entre ficção-realidade, internato-sociedade, *O Ateneu* nos remete a uma compreensão do pensamento político de seu autor. Afinal, tal como afirma Raul Pompéia, “não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete. A corrupção que ali viceja, vai de fora”.

Na perspectiva da leitura política de *O Ateneu*, acreditamos ter alcançado outra visão ou campo de observação que o romance oferece. Como já foi ressaltada, tanto a observação psicológica, brilhantemente explorada por Araripe Jr., como a análise que se presta a identificar os detalhes autobiográficos da obra, também constituem em interpretações válidas. Nossa tentativa em ver *n’O Ateneu* um campo possível do conhecimento dos aspectos sociais e políticos do país no final do século XIX, objetiva somente em contribuir para uma melhor compreensão do pensamento e da obra de Raul Pompéia.

A formação do integralismo brasileiro e a literatura de Plínio Salgado

*Leandro Pereira Gonçalves**

Plínio Salgado nasceu no ano de 1895 em São Bento do Sapucaí e desde a infância pode-se perceber a presença de um forte componente intelectual, principalmente pelos hábitos familiares que foram responsáveis pela elaboração da trajetória de vida do líder da Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema-direita existente no Brasil na década de 1930. Aliado a política, Plínio Salgado, possui uma forte relevância literária e cultural, elementos utilizados pelo autor na intenção de abrir espaço para a organização política em torno do integralismo. Tendo como referência os textos produzidos pelo autor no período, busca-se compreender a associação estabelecida entre literatura e política que foi o discurso central em torno do movimento cultural. Percebe-se um autor preocupado com o seu autoengrandecimento e possibilidades de visibilidade no contexto intelectual brasileiro.

Palavras-chave: Plínio Salgado, Literatura, Integralismo

Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada oficialmente no dia 7 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, estabelecendo-se como um grupo político que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional. A partir de então, logrou intenso e rápido crescimento ascendente até a decretação do Estado Novo brasileiro, em novembro de 1937.

Através desse movimento político destaca-se Plínio Salgado, líder do grupo que se apresentava como um movimento de despertar da nação. O integralismo, por meio de um forte discurso com uma sólida base cristã,

* Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio (Investigador Visitante Júnior) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

Plínio Salgado was born in 1895 in São Bento do Sapucaí since childhood and can perceive the presence of a strong intellectual component, mainly by family habits that were responsible for the life trajectory of the leader of Action Integralista Brazilian movement extreme right existing in Brazil in the 1930s. Allied politics, Plínio Salgado, has a strong literary and cultural relevance, elements used by the author in an attempt to make room for the political organization of fundamentalism

around. With reference to the texts produced by the author in the period, we seek to understand the association established between literature and politics who was the keynote speech about the cultural movement. Perceives an author concerned with your autoengrandecimento and possibilities of visibility in Brazilian intellectual context.

Keywords: Plínio Salgado, Literature, Integralism

canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação no processo político.

A AIB pode ser caracterizada como “mais bem sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos”.¹ Análises levantam a existência do fascismo fora do continente europeu, sendo o integralismo o único caso de movimento fascista latino-americano.² Não há dúvidas de que o momento auge do movimento e de Plínio Salgado na política brasileira foi o período relativo à legalidade da AIB, no contexto de “fascitização” que viveu o Brasil nos anos 1930.³ Com esse movimento, Salgado se consolidou como líder e intelectual com pretensões ambiciosas na sociedade brasileira durante o período entre guerras.

O líder integralista Plínio Salgado sempre teve uma grande participação política e tornou-se um escritor conhecido a partir de 1919, ao publicar uma coletânea de poemas intitulada: *Thabôr*. Na década seguinte, após o sucesso de seu primeiro romance, passou a ser conhecido como um verdadeiro intelectual. A obra *O estrangeiro*, ao lado dos livros: *O esperado* e *O cavaleiro de Itararé* formaram a trilogia romanesca denominada “Crônicas da Vida Brasileira”. Plínio Salgado escreveu mais três romances: *A voz do oeste*, em 1934; *Trepandé* – redigido entre 1938 e 1939, mas publicado apenas em 1972 – e *O dono do mundo*, romance que não foi finalizado, sendo publicado apenas no ano de 1999. A composição ficcio-

¹ PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p.143.

² GRIFFIN, Roger. The nation reborn: a new ideal type of generic fascism. *Paper apresentado no XV World Congress of the IPSA*, Buenos Aires, julho de 1991, p.33-38.

³ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: UFMG; UFRJ, 1997, p.16.

nal de Plínio Salgado abrange ainda a literatura infantil, quando em 1951, lança a obra: *Sete noites de Joãozinho*, além de produções poéticas como: *Poema da fortaleza de Santa Cruz*, em 1948 e uma coletânea assinada pelo pseudônimo de Ezequiel, *Poemas do século tenebroso*, no ano de 1961. Plínio Salgado publicou ainda outras dezenas de obras com temáticas políticas, religiosas, sociológicas, filosóficas, além de vários estudos não publicados e depositados no Fundo Plínio Salgado no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.⁴

Desde pequeno, foi fortemente influenciado pela presença de uma doutrina cristã e autoritária. De ancestralidade espanhola, a família do pai, coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado e da mãe, Senhora Anna Francisca Rennó Cortez são vistas em tom memorialísticos como “modelos de honradez e de virtudes cristãs e cívicas.”⁵ A imagem de defensor dos valores do cristianismo sempre foi a marca central de Plínio Salgado, algo feito por ele próprio e pelos seguidores da doutrina, como a passagem citada em que o biógrafo da década de 50, buscou na genealogia explicações, fazendo com que os militantes enxergassem que o discurso dede seria na verdade uma espécie de missão recebida por Deus.

Filho de um coronel e de uma professora, nasceu em 1895 na cidade do interior de São Paulo, São Bento do Sapucaí.⁶ A cidade e o pai eram enxergados pelo autor como:

Um município onde não havia oposição, dado o *poder e fascinação da figura do chefe. Profundamente nacionalista*, costumava reunir os filhos à noite, narando-lhes as façanhas de Osório, de Caxias, os episódios das vidas dos grandes estadistas do Império. A mãe de Plínio Salgado era professora e *estimulava*

⁴ A cidade de Rio Claro no interior de São Paulo recebeu em 1985, a doação de todos os documentos pessoais e políticos das mãos da viúva de Plínio Salgado, Carmela Patti Salgado. Rio Claro foi uma das principais cidades integralistas do Brasil. Segundo Plínio Salgado ao mencionar a cidade do interior de São Paulo: “A ideia integralista empolgou a cidade, que é uma das mais importantes da Província.” SALGADO, Plínio. Do sertão Paulista – Escrito na Fazenda Palmeira em Taquaritinga em 2 de agosto de 1934. In: SALGADO, Plínio. *Cartas aos camisas verdes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 22.

⁵ ALBUQUERQUE, Carlos de Faria. *Plínio Salgado: resumo biográfico*. Salvador: Gazeta dos Municípios, 1951, p. 9. O biógrafo de Plínio Salgado era um correligionário do Partido de Representação Popular.

⁶ “Quando nasceu em 22 de janeiro de 1895, a cidade natal de Plínio Salgado, São Bento do Sapucaí, pertencia ao Estado de Minas Gerais, passando, posteriormente, ao território paulista.” SALGADO, Plínio. *Vida de Jesus*. 19 ed. Belo Horizonte: Difusão Pan Americana do Livro, 1964, contracapa.

os filhos a lutar por Deus e pela Pátria, sendo ela própria que os ensinou a ler e lhes deu as primeiras lições de História, Geografia, Aritmética e Francês.⁷

Com este trecho da história de vida do autor, vários elementos podem ser detectados como sendo pertencentes à doutrina de Plínio Salgado, pois mostra a fascinação pelo poder do chefe, justamente o que ele se transformou com a fundação da Ação Integralista Brasileira, o Chefe supremo e absoluto.⁸ Salgado se transformou em um líder com a seguinte caracterização:

A organização integralista, inspirando-se nos modelos fascistas, é dirigida por um Chefe Nacional. Os estatutos lhe atribuem a direção total e indivisível do movimento, tornando seu poder *centralizado, total e permanente*. [...] A fidelidade ao Chefe é o corolário de seu poder ilimitado. [...] A valorização da fidelidade ao Chefe teve como consequência o culto da sua personalidade. Além de dispor de um poder legal vinculando seus adeptos por um juramento de fidelidade, Salgado possuía, com suas qualidades de orador, o carisma pessoal do chefe fascista.⁹

Antes, porém, no início dos anos de 20, ocorreu uma grande transformação da maneira de se pensar como consequência de mudanças que passaram a existir após a Primeira Guerra Mundial, principalmente, na intelectualidade brasileira. O fim da guerra trouxe para o Brasil, como para outros cantos do mundo, a discussão de modernidade que já era latente.

Neste contexto, durante a década de 1920, reuniam-se importantes grupos de intelectuais no Brasil, especialmente em São Paulo. O ingrediente político central daquele período era a defesa da nacionalidade, através da busca da chamada “identidade nacional”. Entretanto, no panorama do pensamento político brasileiro de então, não havia um, mas vários nacionalismos em questão. Esses nacionalismos defendidos por tantos naqueles tempos, aparentemente, teriam sido semelhantes, mas apresentavam diversas formas de planos e de modelos para o Estado Nacional.

⁷ SALGADO, Plínio. *História da minha vida*, 1938. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/Fundo Plínio Salgado - APHRC/FPS-01.007.001, grifo nosso).

⁸ Com uma liderança indiscutível, conseguiu ultrapassar o limite da vida, uma vez que até hoje, em pleno século XXI consegue angariar adeptos para a causa integralista e continua sendo cultuado pelos adeptos do movimento conservador brasileiro.

⁹ TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2 ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979, p. 164-166.

Intelectuais engajados em projetos relacionados às suas concepções de sociedade brasileira, sob efeito de identidades distintas, iniciavam a busca do modelo ideal para o Brasil. A partir da década de 1920, desenvolveu-se uma nova concepção de civilização brasileira através de um caminho constante na formação de novos projetos e modelos de nação.

O desenvolvimento do nacionalismo político cabe ao intelectual que no período modernista não aceitava mais a ideia de uma “inferioridade étnica” que persistia no Brasil do período entre guerras, a partir da perspectiva do “espelho” europeu, mesmo que essa relação tenha contribuído para o processo de criação da identidade nacional em período precedente.

A interlocução entre os intelectuais europeus e brasileiros nesse movimento ajudava a construir um espelho de dupla face em que, de um lado, a Europa construía uma ideia sobre a emergência das novas unidades políticas do Novo Mundo e, de outro, as unidades políticas latino-americanas avaliavam suas chances de serem aceitas no mundo das nações civilizadas. O principal subproduto desse movimento foi o de ajudar a construir a imagem que as elites faziam de si próprias. A consolidação de um imaginário territorial, a construção de uma identidade política e a escritura de uma história nacional foram alguns dos elementos centrais desse processo.¹⁰

Os intelectuais da década de 20 buscavam a organização da ideia de nacionalidade a partir de modelos específicos de Estado. Apropriando-se de divergentes conceitos de nação, propunham novas perspectivas para o Brasil sendo reflexos da conjuntura internacional que anunciava um declínio da Europa e a aurora americana.

Plínio Salgado alcançou o espaço no grupo modernista após algumas atuações jornalísticas¹¹ e pequenas publicações, mas de fato a importância para o autor neste momento não era de fato a atuação nos jornais, mas o círculo de contatos que criou, pois o desenvolvimento político e cultural foram aspectos presentes com intensidade neste período. Através de contatos com grupos de

¹⁰ COSTA, Wilma Peres. Narrativas de viagem no Brasil do século XIX: formação do Estado e trajetória intelectual. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 35-36.

¹¹ Inicialmente em São Paulo trabalho nos jornais: *Correio Paulistano* e *A Gazeta*

intelectuais paulistanos, o líder dos integralistas foi aos poucos promovendo uma inserção no meio cultural na ótica política:

Os contatos com os grupos intelectuais e políticos, seja nas reuniões que realizava na pensão em que morava, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, seja nas discussões políticas e modernistas na redação do *Correio Paulistano*, abrem novas perspectivas para a formação cultural e política de Salgado.¹²

Naquela época, a chefia de redação estava a cargo do poeta Menotti del Picchia, que promoveu Plínio a revisor de redação do jornal. O contato do líder integralista com o ambiente cultural que o jornal promovia foi crucial para a criação do tempo da formação cultural nacionalista.

Na redação do órgão oficial do Partido Republicano Paulista ele encontra o ambiente político e intelectual de que necessitava. Os jornalistas estão em contato permanente com os dirigentes do Partido, o que abre a possibilidade de uma eventual carreira política. Na situação de Salgado, jovem e ambicioso e oriundo de uma pequena cidade do interior, esta é a situação ideal. Ao mesmo tempo um ambiente intelectual de vanguarda, já que a maioria dos redatores apoia o movimento modernista, do qual o redator-chefe, Menotti del Picchia, é um dos líderes.¹³

A influência que Plínio Salgado passou a ter neste momento era visível, o movimento de vanguarda nos padrões modernistas era o debate ideal de que o autor necessitava para aprimorar o autodidatismo, mantendo os conhecimentos e valores nacionalistas e cristãos que levou de São Bento do Sapucaí para São Paulo. A ação de Plínio neste momento era necessária principalmente para romper com os vínculos oligárquicos existentes na Primeira República.

No período do *Correio Paulistano* antes mesmo no crucial ano de 1922 com a realização da Semana de Arte Moderna e todas as repercussões, demonstrava relacionamentos e avanços culturais. Nos anos de 1920 e 1921, o autor publicou na respeitada *Revista do Brasil*¹⁴ **coordenada por Monteiro Lobato**. O periódico que foi fundado em 1916 tinha como característica básica a defesa e análise

¹² TRINDADE, Héglio. *Op. cit.*, p. 39.

¹³ *Ibidem*, p. 40.

¹⁴ SALGADO, Plínio. Não matará. *Revista do Brasil*: Seção de obras de “O Estado de S. Paulo”, out. n.58, p. 142-145, 1920; SALGADO, Plínio. O Bello poema do Lexicon. *Revista do Brasil*: Seção de obras de “O Estado de S. Paulo”, out. n.70, p.108-111, 1921

cultural de cunho nacionalista, o espaço adequado para ele. No ano de 1918, Monteiro Lobato adquiriu a revista e passou a abrir espaços para novos talentos como uma expressão dos valores nacionalistas. Em 1926, ao escrever no jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro sobre o romance *O estrangeiro*, Lobato disse que:

Vem de S. Paulo um livro que vale pela mais pura revelação artística destes últimos tempos. *O estrangeiro*, de Plínio Salgado [...] Todo o livro [...] é uma inaudita riqueza de novidades bárbaras, sem metro, sem verniz, sem lixa acadêmica – só força, a força pura [...] Plínio Salgado é uma força nova com a qual o país tem que contar.¹⁵

Nota-se a admiração de Lobato por Plínio, uma vez que é de conhecimento a rispidez pela qual tratava os modernistas. Apesar de ser um defensor do nacionalismo, assim como parte dos modernistas, Monteiro Lobato não compactuava com os rumos do grupo intelectual brasileiro e se transformou assim, em um crítico ferrenho do movimento, mesmo possuindo uma visão nacionalista e sendo transformado em um dos símbolos da luta pelo petróleo brasileiro.

Com uma concepção nacionalista, ocorreu a Semana de Arte Moderna, que aconteceu nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento contou com a presença de um grupo considerado inovador e que encarou, através da ironia e ou da gravidade, a forma de identificar o Brasil em um período de grandes mudanças mundiais. Segundo Plínio Salgado: “Estávamos todos preparados para o grande movimento. Faltava aglutinar. E isto foi feito em fevereiro de 1922.”¹⁶ O autor completa: “Estávamos em 1922, ano do centenário da independência e também da revolução literária que trouxe o modernismo às nossas letras, sob a influência da Itália e da França, principalmente da França.”¹⁷ Nas décadas de 1960 e 1970, Plínio Salgado foi colunista dos *Diários Associados* de propriedade do *Assis Chateaubriand* e na edição paulista,

¹⁵ LOBATO, Monteiro. Forças novas. In: CARVALHO, José Baptista (ed.). *Plínio Salgado: in memoriam* - 1. São Paulo: Voz do oeste; Casa de Plínio Salgado, 1985, p. 110-113.

¹⁶ SALGADO, Plínio. A semana da arte moderna no seu cinquentenário (10-05-1972). In: SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*. Seleção e introdução de Gumercindo Rocha Dorea. Série Perfis Parlamentares, Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. v.18, p.576.

¹⁷ SALGADO, Plínio. Sentimentais. In: SALGADO, Plínio. *Obras completas*. São Paulo: Américas, 1956b. v.20, p.357.

Diário de São Paulo de 15 de setembro de 1968, o autor escreveu um texto chamado: Modernismo literário no Brasil e nele analisou o movimento em questão:

Dois fatos influíram no sentido de trazer à nova geração as inquietações de que resultou a chamada ‘Semana de Arte Moderna’: o conhecimento do que se passava na Europa, onde surgiam o futurismo, o dadaísmo, o cubismo, o expressionismo, o abstracionismo; e o sentimento nacionalista [...] esses dois fatores levaram a nova geração: 1º) a buscar novas formas de expressão; 2º) a redescobrir o Brasil, pesquisando suas raízes étnicas e históricas, seus elementos dialetais, suas construções sintáticas, seu folclore, seus costumes, suas lendas e fábulas, suas características geográficas, zoológicas e botânicas.¹⁸

O movimento “deve ser entendido e interpretado como episódio inicial de uma sequência. Episódio inicial cujo alcance pode ser estimado no simples fato de corresponder, a rigor, ao lançamento da literatura brasileira.”¹⁹ A importância do movimento não tem sua origem no denominado mito fundador do modernismo, mas sim, no destaque da divulgação de uma cultura “genuinamente” brasileira.

Para Mário de Andrade, um dos idealizadores do evento, o modernismo foi uma ruptura, mas com revestimentos diretamente importados da Europa.²⁰ Dessa forma, vários retratos do Brasil foram criados entre os intelectuais da Semana que assumiriam, assim, o seu caráter heterogêneo de produzir visões sobre a nacionalidade. O modernismo brasileiro, que teve como ponto central a reflexão e a reinterpretação da cultura, representou a conscientização de que o desenvolvimento intelectual encontrava-se defasado diante do desenvolvimento do Brasil, o movimento abriu o caminho para a criação de diversas formas de entender identidade nacional.

Através de uma relação política que se constitui assim uma identidade [...] o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa in-

¹⁸ SALGADO, Plínio. Modernismo literário no Brasil. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 15 set. 1968.

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976, p. 525-526.

²⁰ ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978, p. 235.

interpretação. [...] Todos, no entanto, se dedicam a uma interpretação do Brasil, a identidade sendo o resultado do jogo das relações apreendidas por cada autor.²¹

A formação da Semana é polivalente e está ligada a: “situações socioculturais que marcaram a vida brasileira desde o começo do século.”²² Demarcar o início do movimento é normalmente arbitrário, mas segundo Bosi é possível entender o porquê de ter sido São Paulo o núcleo irradiador do modernismo, sendo o ponto central a efervescência política existente na nascente metrópole industrial povoada de burgueses, proletários, caipiras e estrangeiros.²³ Nesse panorama, no meio da agitação cultural paulistana, estava Plínio Salgado que em 1944 ao refletir sobre o movimento apontou:

O ano de 1922, em que toda a juventude intelectual brasileira se reuniu fazendo deflagrar a revolução literária e artística num ímpeto destruidor de velhas fórmulas, foi também o ano da separação, desde o qual se assinalaram definitivos desencontros. É que, transposta a crise suscitada pela inquietação estética, vimos que a renovação da arte não passara de um derivativo da nossa angústia moral. O problema não era artístico, era religioso, porque envolvia uma concepção da vida e do mundo.²⁴

Anos após o movimento, vê-se um depoimento em que o destaque esteve concentrado na relação religiosa, sendo esta uma espécie de motor para o desenvolvimento de 1922. O preceito cristão continuava a ser a referência central para as ações culturais e políticas de Plínio Salgado que entrou no movimento de forma tímida e sob a tutela do redator-chefe do jornal, Menotti del Picchia que por sua vez, teve uma presença fundamental no processo da composição intelectual do autor. A presença do poeta foi muito importante para Salgado, pois foi ele quem o convenceu a abandonar a poesia parnasiana, estimulando-o a dedicar-se à prosa.²⁵ Assim, devido ao conselho, poemas como *Thabôr* não fizeram mais parte da composição pliniana. Após alguns escritos na *Revista do Brasil*, a cultura paulistana começou a ser aberta para Plínio Salgado como um intelectual de fato, com base nas repercussões autorais.

²¹ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 139.

²² BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cutrix, 1994, p. 303.

²³ *Ibidem*

²⁴ SALGADO, Plínio. Plínio Salgado diz porque, quando e como principiou a escrever a Vida de Jesus: conferência. *Novidades*, Lisboa, 06 abr 1944.

²⁵ TRINDADE, Héglio. *Op. cit.*, p. 40.

Dessa forma, antes de dar seguimento no processo analítico da composição autoral de Plínio Salgado, recorre-se a aspectos conceituais para analisar a criação literária: “O engajamento de alguns intelectuais é compreendido como sendo resultante de um momento histórico [...] responsáveis pela percepção de que as letras eram um importante instrumento de transformação da sociedade.”²⁶ Verifica-se que tais questões culturais servirão de reflexões para a formação de grupos políticos posteriores, como afirmou o próprio Plínio Salgado em 1969 ao analisar o período em artigo para o jornal *Diário de São Paulo*:

É inegável a influência que o ‘grupo’ paulista tem exercido nas letras e no pensamento político nacional. De todas as facções em que se dividiu o modernismo, desde 1922, os ‘verdeamarelistas’, pela firmeza de seus propósitos e segurança de seus objetivos, foram e são os sobreviventes de tudo quanto uma geração literária tentou a partir da famosa ‘Semana’ do Teatro Municipal de São Paulo.²⁷

Na Semana de Arte Moderna, Plínio Salgado apresentou um texto denominado: *Arte brasileira*²⁸, que fazia parte de uma série de reflexões que o autor desenvolveu na ocasião, temática também encontrada em: *A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência*²⁹. Ambos os textos de 1922, sendo apenas o primeiro apresentado no evento, o segundo foi arquivado pelo autor e publicado apenas em 1956, momento do lançamento das *Obras completas*. O ano foi também de composição de alguns poemas, mas com poucas repercussões, exceção está em *O Eco*³⁰, poesia publicada originalmente no periódico modernista *Klaxon* de novembro de 1922.

²⁶ GONTIJO, Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Culturas Políticas: ensaios de história cultura, história política e ensino de história*. Mauad, 2005, p.273.

²⁷ SALGADO, Plínio. O grupo verdeamarelo. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 31 jul. 1969.

²⁸ SALGADO, Plínio. *Arte brasileira*, 1922. (APHR/FPS-006.004.003). Através de uma versão modificada foi publicado em: SALGADO, Plínio. *Arte Brasileira*. In: SALGADO, Plínio; PICHIA, Menotti del; RICARDO, Cassiano. *O curupira e o carão*. São Paulo: Helios, 1927, p. 31-42.

²⁹ SALGADO, Plínio. *A poesia em São Paulo no ano do centenário da independência*. In: SALGADO, Plínio. *Obras completas: Críticas e Prefácios*. São Paulo: Américas, 1956a. v.19, p. 133-154.

³⁰ SALGADO, Plínio. *O Eco*. In: BRITO, Mário da Silva. *Poetas paulistas: da semana de arte moderna*. São Paulo: Martins, 1972, p. 161-162

O ano de 1922 foi fundamental para Plínio Salgado no que diz respeito aos avanços culturais obtidos. Ainda atuava de forma tímida, mas principalmente com os contatos estabelecidos, estava aos poucos entrando na rota dos avanços culturais pelo caminho modernista, que passou a ser um passaporte para a saída do anonimato. Plínio Salgado era ambicioso³¹ e sempre buscava as relações que pudessem promover o crescimento e a sua promoção pessoal. Mas há a necessidade de destacar que todo avanço ocorreu em torno dos preceitos políticos existentes em sua formação autodidata, através do ufanismo paterno e do cristianismo materno oriundos de São Bento do Sapucaí.

Plínio Salgado compactuou com uma questão efêmera existente na Semana de Arte Moderna, que reside na dificuldade e impossibilidade total de promover um pensamento único entre os participantes do movimento: “Não há um ideal capaz de irmanar as almas, congregando-as sob uma mesma bandeira.”³² Tal questão identificada em 1922 ocorreu com intensidade nos anos seguintes e ao analisar a heterogeneidade do movimento, com a intenção de justificar a presença de Plínio Salgado no evento afirma-se que:

A estetização da política seria, realmente, uma pista para se lançar luz no motivo do desdobramento da corrente literária modernista numa doutrina política autoritária em 1932? Por trás dessa questão existe outra mais inclusiva, a saber: através de que ângulo podemos situar os escritores que se enquadram na ala direita do modernismo? Um dos aspectos mais delicados do movimento de 22 é, sem dúvida, a presença marcante de um setor reacionário. Se o modernismo trouxe nova visão da realidade brasileira e, ao mesmo tempo, revolucionou a linguagem literária, como então explicar a atividade intelectual de um Plínio Salgado, futuro líder fascista [...] Não se pode, é claro, considerá-lo uma experiência homogênea do ponto de vista estético e político.³³

Ao analisar a poesia paulista, Plínio Salgado afirmou: “Como se vê, não temos uma escola literária predominante [...] Bem poucas guardam o mesmo caráter peculiar de estilo, de ideia, de convicções e processos. Temos poetas,

³¹ TRINDADE, Hégio. *Op. cit.*, p. 40.

³² SALGADO, Plínio. *op. cit.*, 1956a, p.138.

³³ VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 85.

que são, a um tempo, adeptos de várias correntes”.³⁴ Nota-se que as correntes são elogiadas por Plínio Salgado em 1922 da mesma forma. No ensaio afirmou: “Menotti del Picchia apareceu com os *Poemas do Vício e da Virtude*. Esse livro, maltratado por uma crítica intolerante, dá a impressão de um diamante bruto. Ou de um atleta que está ainda aprendendo a andar”.³⁵ Neste discurso, Salgado demonstrou a importância do autor, que esteve ao seu lado no *Manifesto do Verde-amarelismo*, mas ao mesmo tempo disse: “A última novidade, o *prat du jour* da poesia paulistana (é muito cedo para que se diga paulista), dá-nos o poeta Mário de Andrade [...] que merece lugar de destaque no movimento de nossas letras, pelo grande pensamento que traz.”³⁶ Era necessário criar um “ambiente saudável” para que Plínio Salgado alcançasse espaços na intelectualidade paulista.

Vale notar que essa divisão existente entre os modernistas foi alvo de percepção de Plínio Salgado, até porque ele se enxergava no meio desse processo. Após o evento, que pode ser considerado como “o ponto de partida para as conquistas expressionais da literatura brasileira neste século”³⁷, a questão do nacionalismo passou a ser o ponto central para a maioria dos intelectuais e artistas do período. A busca por uma definição da independência cultural do movimento passou a ser respondida por diversos caminhos, e dessa forma os modernistas se organizaram em grupos para expressar suas concepções em manifestos.

De acordo com Plínio Salgado em depoimento à *Revista Cruzeiro* em 1972: “após a Semana de Arte Moderna em 1922, deu-se o que poderemos chamar de ‘diáspora’ dos elementos que promoveram; entretanto, houve um denominador comum: o sentido brasileiro dos novos literatos e artistas.”³⁸

O primeiro deles foi o *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade em 1924. Nele era apresentada uma definição de novos princípios para a poesia por meio de uma revisão cultural do Brasil com a valorização do

³⁴ SALGADO, Plínio. *Op. cit.*, 1956a, p.140.

³⁵ *Ibidem*, p. 147.

³⁶ *Ibidem*, p. 152-153.

³⁷ TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 277.

³⁸ SALGADO, Plínio. 50 anos de modernismo: o depoimento de Plínio Salgado (depoimento). *O cruzeiro*. Rio de Janeiro, 09 fev. p.90-91, 1972, p. 90.

elemento primitivo. Defendia a assimilação do “inimigo” estrangeiro para fundi-lo à cultura nacional e buscava a produção de uma síntese dialética que teria como objetivo resolver as questões de dependência cultural, formuladas tradicionalmente por meio do binômio nacional X cosmopolita. Esse *Manifesto* rejeitava as formas cultas e convencionais da arte e defendia aspectos de uma independência mental vindos do espírito revolucionário de 22, tendo como objetivo a busca de uma expressão que retratasse a sociedade brasileira contemporânea.³⁹ Com o lançamento do *Manifesto Antropofágico*, em 1928, o pensamento de Oswald de Andrade foi radicalizado, sendo considerado como uma síntese das ideias amadurecidas durante a fase do modernismo brasileiro, tendo como base de inspiração o *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels.⁴⁰

Ao pensamento anterior, Plínio Salgado fez duras críticas, notadamente com a intenção de mostrar-se como um nacionalista superior em comparação aos confrades modernistas:

Aqueles que continuaram, dentro da nossa revolução literária, com o espírito europeu de viajantes curiosos ou experimentalistas, perderam-se numa brasilidade artificial, que se desenvolveu guardando a linha das escolas decadentes em que se bolchevizou e destruiu a arte no Velho Mundo. Os outros, porém, evolveram para uma nova expressão de nacionalismo, transferindo-se, em seguida, para campo social e político.⁴¹

Contra esses manifestos divulgou-se, em 1929, o *Manifesto do Verde-amarelismo*. Assim como nos manifestos anteriores, pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, mas, por sua vez, inserido no contexto de ascensão dos movimentos conservadores e radicais europeus. Foi inspirado nesses regimes autoritários que o nacionalismo desse grupo mostrou sua ação, pois para os intelectuais envolvidos, a estrutura republicana era incompatível com o ideário nacionalista. Um dos principais defensores desta organização política cultural foi Plínio Salgado.

Plínio encontrou no grupo verde-amarelo uma concepção de nacionalismo, mas para ele era necessário aprofundar o debate, por isso fundou o grupo Anta:

³⁹ ANDRADE, Oswald de. *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*. In: ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990, p. 41-45.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 47-52.

⁴¹ SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935a, p.9.

“uma espécie de ala esquerda do *verdeamarelismo*.”⁴² Para Plínio Salgado, esse momento representa o rompimento com os modernistas e com os verdeamarelos, iniciando com o Anta a radicalização do pensamento, que curiosamente denomina como ala esquerda do movimento, uma vez que as concepções políticas do autor estão pautadas no ultra-nacionalismo de base direita extremista. Para Plínio Salgado era preciso criar a consciência da nacionalidade, pois a Revolução do Anta cumpria o papel de criador do pensamento, uma vez que a gênese da AIB começava a ser desenvolvida.

Plínio Salgado desenvolveu um discurso de rompimento com os modernistas através de uma visível crítica aos intelectuais que não se transportavam do nível cultural para o político: “Esse nacionalismo não quer, porém, o país reduzido ao museu universal, cheio de estátuas e de telas, onde o mundo vem admirar as gerações mortas.”⁴³

Ao mesmo tempo em que as agitações modernistas afloravam na cidade de São Paulo, questões políticas eram debates dominantes. Plínio Salgado, que já era filiado ao PRP, promoveu um processo de radicalização interna com a intenção de renovar o partido oligárquico, com ideias pretensiosas e ambiciosas o jovem rapaz que havia chegado há pouco tempo do interior de São Paulo demonstrava possuir um pensamento forte no sentido do crescimento social, político e cultural.

No início de sua ação ideológica no seio do PRP, Salgado se engaja numa corrente que quer renovar o velho partido. Os amigos políticos de Salgado interpretaram sua participação na tentativa de renovar o Partido Republicano, bem como sua atividade literária, como fazendo parte de uma estratégia pessoal.⁴⁴

Plínio Salgado enfrentou os modelos internos do partido com o intuito de criar uma nova política baseada nos aspectos nacionalistas desenvolvidos no movimento reformista de 1922. Fora das lideranças perrepistas e do jornal oficial, *Correio Paulistano*, Salgado já era detentor de certo conhecimento nos órgãos culturais da cidade de São Paulo, despertando alianças e oposições.

⁴² *Ibidem*, p. 10.

⁴³ SALGADO, Plínio. Nacionalismo e colaboração internacional. In: SALGADO, Plínio. *O sofrimento universal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934, p.121.

⁴⁴ TRINDADE, Héglio. *Op. cit.*, p. 40.

Percebe-se que os anos seguintes à Semana de Arte Moderna, foram períodos para reflexões internas referentes aos caminhos que seriam atingidos por Plínio Salgado. Apenas em 1926, o autor voltou a produzir com intensidade, pois foi justamente nesse ano que ocorreu o lançamento da sua principal obra ficcional, *O estrangeiro*, que o colocou efetivamente na política e em um espaço de maior relevância na cultura nacional, a ambição reformista pliniana estava se consolidando.

A tentativa de renovar o partido fracassa, mas Salgado permanece ligado ao PRP até a Revolução de 30. Em 1927, com o sucesso de *O estrangeiro*, recebe convite para se apresentar às eleições legislativas e é eleito deputado estadual em São Paulo juntamente com Menotti del Picchia.⁴⁵

Com a publicação do romance e o mandato de deputado estadual, o interiorano que alcançou conhecimento com a semana de arte moderna: “transforma-se num dos autores mais famosos do movimento. Vale observar que o livro, um dos primeiros romances modernistas, recebeu excelente acolhida – a primeira edição esgotou-se em 20 dias.”⁴⁶ Ainda em 1926, o autor publicou o texto intitulado: *Aventuras do Alferes Chicão* na revista, *O Conto Nacional*, um periódico de propriedade de Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo considerado como uma: “rara iniciativa modernista pela popularização literária, que parece não ter passado do primeiro número.”⁴⁷ O texto publicado nesta única edição foi posteriormente publicado nas *Obras completas* inserida em *Contos e Fantasias* em 1956.⁴⁸

Plínio Salgado foi responsável pela criação literária de várias obras. Em todas é possível verificar uma relação direta de dominação do pensamento coletivo. Além de ser responsável pelos romances, foi também chefe político no Brasil, liderando milhares de cidadãos em torno do pensamento integralista. Dentro desse processo, é possível observar uma dominação, de fato, da consciência coletiva em torno da consciência possível.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 41.

⁴⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p.23.

⁴⁷ PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista – 1906-1928*. São Paulo: Annablume, 2002, p.106-107.

⁴⁸ SALGADO, Plínio. *Obras completas: Contos e Fantasias*. São Paulo: Américas, 1956. v. 20, p 85-125.

No mesmo ano citado, 1926, Plínio Salgado publicou sua principal composição ficcional: *O estrangeiro*⁴⁹, cuja temática central é uma crítica à sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX, com o propósito de refletir sobre o modelo nacionalista a ser empregado no Brasil. Como pano de fundo, o romance faz um debate em relação ao papel do imigrante no desenvolvimento da nação.

A obra, que é situada entre os anos de 1913 e 1923, foi na época do lançamento tida como inovadora e um sucesso de vendas. O autor e grande parte da crítica literária considerou-a uma expressão modernista, por destacar a estética, organização textual e o conteúdo nacionalista. Nela pode-se encontrar toda a base do pensamento pliniano e a complexidade e relevância apontada pelo autor:

Quando publiquei o meu livro *O estrangeiro*, senti o grande choque de duas gerações no meu espírito. A figura de Ivã procedia ainda do mal de antes da Guerra; e Juvêncio era já o retorno ao sentimento da terra e da raça, esboçando uma finalidade. Em redor de mim, eu vi crescer os moços de minha idade, realizando com suas obras o mais notável movimento intelectual da América do Sul. Tinha ainda um caráter de libertação, como aqueles da geração que nos precedera. Mas agora, queríamos nos libertar da liberdade, da indisciplina, de todos os falsos caracteres que revestiam as nossas expressões de cultura literária e política. Acreditávamos já em alguma coisa. Acreditávamos, por exemplo, no Brasil. A revolução literária determinou a revolução política. De Alberto Torres, excluímos o prejuízo do tempo e servíamo-nos do seu processo de observação. De Euclides da Cunha, tomávamos a formidável expressão da Terra e do Homem onde residem ‘as grandes reservas nacionais’, na expressão de Oliveira Viana. Farias Brito trazia-nos a inquietação espiritual.⁵⁰

Nesse primeiro romance, o pensamento político estava em processo de cristalização. Portanto, é possível notar, um expressivo nacionalismo, que foi o componente central da inspiração para a organização do movimento integralista e o encontro do autor com sua política: “O meu primeiro manifesto integralista foi um romance. Quatro anos levei a meditá-lo e a escrevê-lo.”⁵¹ Completa:

Numa viagem que fiz no sertão Araraquarense, veio-me a inspiração de um romance em que se focalizasse o fenômeno da assimilação dos imigrantes ao

⁴⁹ Cf.: GONÇALVES, Leandro Pereira. *Literatura e autoritarismo: o pensamento político nos romances de Plínio Salgado*. 2006. 124f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

⁵⁰ SALGADO, Plínio. O otimismo na vida de Machado de Assis. In: SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. 5 ed. São Paulo: GRD, 1995, p.101.

⁵¹ SALGADO, Plínio. *Op. cit.*, 1935a, p. 5

todo nacional, o avanço do caboclo derrubando as matas, a decadência das famílias antigas e o surgimento de novos valores sociais.⁵²

O autor era um entusiasta da obra e, em centenas de oportunidades no decorrer da vida, citou o romance como uma referência para a compreensão do seu pensamento. O primeiro romance circulou pelo país como uma obra de reflexão sobre a nação brasileira. *O estrangeiro* é “uma excelente introdução para o pensamento integralista brasileiro.”⁵³ Tal afirmação é confirmada pelo próprio Plínio Salgado que, após o lançamento do livro em 1926, disse: “Estava lançado, com ele, um grande movimento nacional, que mais tarde se corporificou na Ação Integralista Brasileira.”⁵⁴

Após vários artigos, ensaios e estudos, no ano de 1929, a composição nacionalista de Plínio Salgado passou a ser mais evidente com o lançamento oficial do Manifesto do verde-amarelismo ou da Escola da Anta:

O título deste manifesto foi dado pela *Revista do livro*, n.16, 1959, que transcreveu do *Correio Paulistano*, de 17 de maio de 1929. O jornal, ao noticiar o documento, é que o chamou de ‘Nheengaçu da tribo verdeamarela’, no que foi seguido pelos organizadores da revista. Além disso, o texto estava assinado por Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Alfredo Élis, Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, nesta ordem e não como estava nas outras edições.⁵⁵

Plínio Salgado explica o termo: “Nheengassú é uma fala grande, um discurso”⁵⁶ e assim, temática nacionalista era cada vez mais visível e a consolidação do movimento integralista estava em processo de rápida construção. No citado manifesto, a noção do grupo era expressa: “Temos de construir essa grande nação, integrando na Pátria Comum todas as nossas expressões históricas, étnicas, sociais, religiosas e políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi.”⁵⁷

⁵² SALGADO, Plínio. *Op. cit.*, 15 set. 1968.

⁵³ TONUS, José Leonardo. *O estrangeiro de Plínio Salgado: un roman sur l'immigration?* Université de Paris III - Sorbonne Nouvelle, 2000. Disponível em: <http://www.univ-paris3.fr/recherche/sites/edelal/DEA/Bresil/DEATonus.pdf>. Acesso em: 12 set. 2005, p.02 (minha tradução). “une excellente introduction à la pensée intégraliste au Brésil”

⁵⁴ SALGADO, Plínio. *Op. cit.*, 1956b, p. 373.

⁵⁵ TELES, Gilberto Mendonça. *Op. cit.*, p. 361.

⁵⁶ SALGADO, Plínio. A língua tupi. In: SALGADO Plínio. *Obras completas: Críticas e Prefácios*. São Paulo: Américas, 1956. v. 19, p. 215.

⁵⁷ SALGADO, Plínio. et al. Nheengaçu verde amarelo: Manifesto do verde-amarelismo ou da Esco-

No mesmo ano de divulgação deste manifesto, ocorreu a grande depressão com a crise da bolsa de valores de Nova Iorque. Com ela a economia brasileira foi atingida e ficou totalmente arrasada, dando início a uma crise generalizada na sociedade política brasileira que irá culminar com um movimento de luta em 1930, que teve como objetivo derrubar a oligarquia e formar um novo Estado. Antes do conflito que colocou Getúlio Vargas no poder, Plínio Salgado foi convidado pelo então candidato à Presidência da República Júlio Prestes de Albuquerque: “para dirigir a propaganda da chapa: Júlio Prestes – Vital Soares.”⁵⁸ Plínio Salgado enxergava esta ação como uma possibilidade de congregar dois dos elementos centrais dos objetivos plinianos: política e intelectualidade, que teve no oportunismo modernista uma das principais ações:

Diante desse panorama, para agir dentro das realidades do país, o que Plínio Salgado tinha a fazer era um trabalho duplo: enquanto procurava despertar as elites através de um movimento literário, tentar criar, dentro dos muros de um dos partidos estaduais mais fortes, uma corrente renovadora. Foi o que, de fato, Plínio Salgado fez, contando com o prestígio do Sr. Júlio Prestes, quando Presidente de São Paulo.⁵⁹

No meio do processo eleitoral, Plínio Salgado recebeu um convite do amigo Alfredo Egídio de Souza Aranha para acompanhar o cunhado, Joaquim Carlos em uma viagem à Europa. Assim ocorreu o momento de consolidação de fato da criação da Ação Integralista Brasileira, através das reflexões literárias pautadas na década de 1920 e as experiências europeias de base conservadora radical. A mescla de influências vindas dos debates políticos e culturais foram os elementos centrais para o desenvolvimento do conservadorismo brasileiro e a liderança suprema de Plínio Salgado em torno do nacionalismo espiritualista.

A viagem de Plínio Salgado teve dois fatores e consequências preponderantes: a política e a religião que na realidade era apenas uma no fator concebido por Plínio Salgado. A partir deste momento, a política era sobreposta à literatura, não que esta deixasse de existir, até porque, vários outros romances e obras poéticas foram publicadas. No entanto, o Plínio Salgado político e líder do movimento

la da Anta. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Op. cit.*, p. 364-365.

⁵⁸ ALBUQUERQUE, Carlos de Faria. *Op. cit.*, p. 18.

⁵⁹ SALGADO, Plínio. et al. *Plínio Salgado*. São Paulo: Edição da Revista Panorama, 1936, p.16.

integralista passou a ser evidente, uma vez que o contato com a política europeia, notadamente o fascismo de Mussolini, fez com que Plínio enxergasse a saída para o Brasil.

Lembro-me bem das palavras da minha despedida. Mussolini lera no meu olhar o meu grande amor pelo Brasil. Augurou-me os mais completos trunfos a mocidade do meu país. E concitando-me a não esmorecer no entusiasmo e na fê pelo futuro do Brasil, pediu-me que fizesse justiça a sua Itália. [...] Foi assim que eu compreendi, foi assim que eu vi a Itália.⁶⁰

Com o retorno para o Brasil, organiza-se politicamente para a fundação em 1932 da Ação Integralista Brasileira. No marco inicial do movimento, o *Manifesto de outubro de 1932*, Plínio Salgado expôs com clareza seus propósitos para o Brasil. O romancista e político deixava muito claro o desejo: a defesa de uma política nacionalista baseada em um conservadorismo burguês, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, a aversão ao cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista de base burguesa.

A concepção integralista esteve presente durante toda a vida, até a morte em 1975. Vê-se que suas obras têm como objetivo central a política e a sociedade brasileira e servem de parâmetro para compreender o pensamento nacionalista de Plínio Salgado. O crítico literário Wilson Martins exalta essa literatura aliada ao integralismo “O criador do integralismo – que interessa duplamente à história modernista, seja por representar uma das correntes políticas saídas do Movimento, seja por haver escrito os primeiros e, de resto, os melhores romances políticos da primeira fase.”⁶¹

O objetivo dessa discussão é desenvolver análises expressas pela linguagem do mundo visto e do não-visto através da escrita, discutindo o diálogo da história com a literatura, criando mecanismos capazes de analisar o processo de criação nacionalista do líder integralista, Plínio Salgado.

⁶⁰ SALGADO, Plínio. Como eu vi a Itália. In: SALGADO, Plínio. *Hierarchia*, mar/abr. 1932, p. 205.

⁶¹ MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. v.6, p.249.

Uma leitura histórica/ literária para a sala de aula da obra *A Retirada da Laguna de Visconde de Taunay*

*Elisa Maria Balzan**

*Neimar Machado de Sousa***

Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na Linha 3 - Diversidade Cultural e Educação Indígena, sobre a criação da diferença na obra *A retirada da Laguna*, do autor Visconde de Taunay. Com base nesta pesquisa e com as informações obtidas da análise bibliográfica, nosso objetivo é investigar como os índios foram apresentados por Taunay, em sua obra. O poder era representado pelo autor, que, de família europeia, mostrou-nos em seus relatos, sua experiência nos campos de guerra (Taunay foi membro do comando da expedição que invadiu o Paraguai durante a guerra de 1864 a 1870), que serão utilizados aqui como uma leitura didática, ao invés do livro didático tão discutido hoje, investigaremos os textos de Taunay e as

Os cadáveres paraguaios não arrastados a laço por seus compatriotas foram encontrados, todos eles, horripilantemente mutilados. O coronel censurou com violência os índios que haviam cometido tal profanação, ameaçando-lhes inclusive com a pena capital, se doravante desrespeitassem outra vez os mortos: foram tais a indignação e o temor que inspirou nos selvagens, que ficamos livres de semelhante espetáculo, até o final da campanha¹.

Toda obra literária transcende o imaginário, pelo menos esta é a

* Elisa Maria Balzan – é formada em Letras Português/Inglês pela UNIDERP; Pós-graduada pela Estácio de Sá de Campo Grande em Metodologias de Linguagens Clássicas e Mestranda em Educação pela UCDB. E-mail: isabalzan@gmail.com

** Neimar Machado de Sousa - Graduado em Filosofia pela UCDB é Mestre em História Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: professor_neimar@hotmail.com Educação pela UCDB. E-mail: isabalzan@gmail.com

¹ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. 1843 – 1899. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. Trad. E organização de Sérgio Medeiros. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 125.

informações a respeito dos indígenas. A metodologia consiste na tentativa de capturar os diálogos que se apresentam nesses relatos, formar uma discussão acerca da diferença que é projetada nos mesmos imergindo e procurando respostas, em como se poderia criar um espaço de leitura na sala de aula, nos dias atuais. Colheremos as informações dos textos de Taunay sobre os povos indígenas, na abordagem da diferença exibida ou omitida pelo autor, interligando com a construção de novos conceitos, permeando novas discussões e como recurso formador, produzindo novos conhecimentos. As leituras dos povos indígenas, levadas para a sala de aula, quando resultado da apreensão pela interpretação de uma obra literária como o é *A retirada da Laguna*, e como parte da História é sem dúvida nosso desafio, na tentativa de cotejar com educadores e teóricos das áreas dos Estudos Culturais e da Educação.

Palavras-chave: Indígenas; Visconde de Taunay; *A retirada da Laguna*; educação; diferença.

This article is part of a research carried out in the course of Masters in Education from Catholic University Dom Bosco (UCDB), Line 3 - Cultural Diversity and Indigenous Education, about the creation of the difference in the work *Withdrawal from Laguna*, the author Viscount Taunay. Based on this research and the information obtained from literature review, we aim

to investigate how the Indians were presented by Taunay in his work. The power was represented by the author, that of European family, showed us their stories, their experience in the fields of war (Taunay was a member of the command of the expedition to Paraguay invaded during the war from 1864 to 1870), which will be used here as a didactic reading, instead of the textbook as discussed today, investment in Taunay texts and information about the Indians. The methodology consists in the attempt to capture the dialogues that appear in these reports, form a discussion about the difference that is designed and immersing ourselves looking for answers on how we could create a reading space in the classroom today. Reap information from texts Taunay on indigenous peoples, in addressing the difference as displayed or omitted by the author, connecting with the construction of new concepts, new discussions and permeating as a resource trainer, producing new knowledge. The readings of indigenous peoples, brought to the classroom when the result of apprehension by the interpretation of a literary work is like *The withdrawal of Laguna*, and as part of our history is undoubtedly challenging, in an attempt to collate with educators and theorists of areas of Cultural Studies and Education.

Keywords: Indians; Viscount Taunay; *Withdrawal of Laguna*; education; difference.

imagem que, no primeiro momento obtemos. Na obra *A retirada da Laguna* de Visconde de Taunay, publicada originalmente em língua francesa (1871), não poderia ser diferente.

Ítalo Calvino em seu ensaio intitulado *Por que Ler os Clássicos*² reforça a perspectiva da leitura/ releitura das obras consideradas clássicas, pois, a cada releitura abrem-se novas descobertas tal qual a primeira. Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer, sob esse aspecto, caracteriza-se pelo alto teor de inesgotabilidade. Com essa perspectiva pensamos em produzir esse estudo, apresentado aqui e que propõe a leitura dessa obra tão

² CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

instigante, com uma proposta literária, voltados para a História. Mesmo sabendo que a obra *A retirada* é-nos apresentada em relatos aos quais Santos³ aponta como “relatos de guerra” ou “relatos de viagem”, a obra trata dos sujeitos presentes na Guerra do Paraguai de forma literária, porém percebemos pelas imagens triunfalistas que Taunay nos apresentou os índios, como meros serviçais a mando da Pátria comparando-os com os selvagens paraguaios, o cruel inimigo. É importante que entendamos: “o substantivo masculino ‘relato’ vem do latim *relātus*, que reconhece a relação, a descrição e a notícia sobre algo ou alguém”⁴. Santos considera ainda, que existe um poder que transcende a forma linguística e que aparece nos relatos de viagens, permeando sentidos que legitimam as formas várias de ver o mundo.

[...] vemos no relato de guerra, que também é um relato de viagem, *A retirada da Laguna*, de Taunay, a negação do outro como sujeito capaz de expressar uma civilidade, isto é, um modo de se portar em face do mundo. No caso, esse sujeito é o paraguaio e também os índios brasileiros que acompanhavam a expedição brasileira⁵.

Entendemos então que o índio aparece nos relatos como o selvagem, o cativo, o homem primitivo e cruel, pois, para o modelo europeu que legitimava as vozes de Taunay, como em: “... quanto lhes foi possível, de conter o legítimo desforço de bizarros soldados, exasperados pelo furor do inimigo, e obstar à crueldade tradicional de auxiliares índios, vingativos como soem ser”⁶ nos perguntamos: esse olhar do autor legitima qualquer forma de exclusão implantada aos “selvagens”? Foram-lhe justificados os atos de crueldade e violência, quando pensarmos, o que para Taunay é um ato de selvageria para os índios não seria uma representação de sua cultura?

Qualquer forma de violência Taunay apontou aos paraguaios e aos índios. A negação da violência pelos soldados brasileiros parece-nos uma tácita forma de calar o discurso etnocêntrico. O homem é capaz de ser “[...] gerador de discri-

³ SANTOS, R. C. Z. De memórias, de fronteiras, de viagens e de violência em *A retirada da Laguna*. In: ESTEVES, A. R., ZANOTO, S. A. (orgs.). *Literaturas de viagem, viagens na literatura*. Assis: Triunfal Graf. e Ed., 2010.

⁴ *Idem*, p. 250, grifo do autor.

⁵ *Idem*, p. 250/1, grifo do autor.

⁶ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *A retirada...*, *op. cit.*, p. 38.

minações étnicas e raciais para justificar diferenças e diversidades de populações que passam a ser classificadas como nativas, aborígenes e tribais”⁷. Entendemos que ao proceder assim o jovem Taunay por alguma razão que tentaremos descobrir ao longo da investigação, negou as identidades culturais dos índios e veremos de que maneira apresentou-nos a exclusão, no texto.

No século XIX, os índios se subdividiam em bravios e mansos, como cita Manuela Carneiro da Cunha⁸, “Há primeiro os Tupi e os Guarani [...]. É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos,[...] É o caboclo nacionalista da Bahia, é o índio do romantismo na literatura e na pintura. É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto.” E ainda cita o chamado Boto-cudo, conhecido como indomável. Os aldeamentos que se iniciaram no período colonial transformaram o comportamento dos índios: o índio bom era aquele que aceitava calmamente o aldeamento, o índio revoltoso era o que se preso ou aldeado, só o seria a revelia. Normalmente fugia antes de ser aldeado, era perseguido e morto, pois era considerado violento pela razão que não se submeteu às ordens do homem não índio.

Eleger a etnia como uma das categorias em educação significa entender que o pertencimento étnico, enquanto uma concreção ou singularização do cultural numa especificidade própria tem uma dimensão engendradora das potencialidades específicas de grupos no conjunto do processo histórico⁹.

As imagens triunfalistas que Taunay nos revelou, surgem como estereótipos pré-moldados em que as reminiscências da guerra urgiram brotar. Elas estão presentes, nos vários formatos linguísticos, nas narrativas apologéticas que derivam de um “olhar” pedante em relação ao homem cru da terra, o homem primitivo esculpido pelo olhar do autor de forma dissonante da sua visão aos demais membros do grupo. Nas narrativas apologéticas, o soldado e os homens do comando da expedição são mencionados como atos heróicos em que se leia dos textos do autor, apenas o bom soldado, herói e complacente até com o inimigo em alguns

⁷ FLORES, Elio Chaves. Etnicidade e Ensino de História: a matriz cultural africana. In: *Nós e Eles: etnia, etnicidade, etnocentrismo*. Rio de Janeiro: Tempo. Nº 21. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 6.

⁸ CUNHA, M. Carneiro da. Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. In: *Política Indigenista do Século XIX*. São Paulo: Schwarcz, 2008.

⁹ KREUTZ, Lúcio. *Identidade Étnica e Processo Escolar*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS - XXII Encontro Anual Caxambu – MG. 1998, p. 3.

feitos, constituído de bom senso e de uma genética de força e sensatez, honra e méritos por defender sua honrada pátria. Os deméritos eram todos para o inimigo e os índios.

Até que Taunay conheceu Antônia. Uma linda jovem da tribo dos Chané que mudou seu “olhar” sobre os índios. Ao tentar conquistar a moça, Taunay aproximou-se dos Terena a ponto de nas *Memórias*¹⁰ mencionar inúmeras passagens em que fala desse convívência pacífica entre os membros da equipe e os índios, em especial dele mesmo.

Portanto, retornamos à busca de compreendermos como se passou o processo histórico, se não de forma completa, mas como uma tentativa de refletirmos sobre o engajamento de Taunay. A obra *A retirada da Laguna* retrata a retirada da Laguna episódio da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, que se iniciou no território brasileiro e culminou com a invasão do Paraguai, de 1864 a 1870. O autor Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, nasceu em 22 de fevereiro de 1843 na cidade do Rio de Janeiro e morreu em 25 de janeiro de 1899 com 55 anos. Taunay era escritor, professor, político, historiador e sociólogo nascido em uma família aristocrática de origem francesa, e filho de Félix Emílio Taunay, pintor e professor da Academia Imperial de Belas Artes, e sua mãe, Gabriela Hermínia Robert d’ Escragnolle Taunay, irmã do Barão d’ Escragnolle.

Em 1864, ao iniciar a Guerra do Paraguai, Alfredo Taunay integrou-se à coluna expedicionária para defender o território nacional contra o plano paraguaio encampado pelo ditador Francisco Solano López. Na guerra, Taunay participou como engenheiro militar, de 1864 a 1870, experiência que resultou em seu livro *A retirada da Laguna*, considerada sua obra mais conhecida e importante, pela riqueza de seus relatos e pelas informações estudadas ao longo de séculos por pesquisadores não só da história da guerra, como também das questões que identificam e analisam o ser humano e seus comportamentos sociais.

Taunay ocupava um lugar confortável junto aos componentes da guerra, por representar a monarquia, representava o poder. Os relatos apresentados pelo

¹⁰ TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras; 592 páginas, 1948.

autor ao longo da guerra e enviados ao Imperador para informar dos acontecimentos nos campos de batalha tornaram-se parte da obra que é aqui estudada.

Não se pretende aqui formar conceitos críticos sobre a obra *A retirada*, apenas procurar-se-á discutir a maneira como o autor aborda a presença indígena, em seus relatos e como os apresenta ao leitor. O objetivo é questionar como ultrapassar as fronteiras da literatura propriamente dita e transcender pelas imagens históricas, triunfalistas, que o autor criou, para apresentar conotações do poder, por ele representado. Ainda na leitura da obra, pensamos em refletir sobre os textos em que as impressões do autor surgem sobre os índios na guerra, e de que forma poderiam ser utilizados em sala de aula para produzir conhecimento.

É importante que, ao iniciar este estudo, partamos do incontestado jogo de interesse que a guerra formou, mesmo ao que a ela deu origem, como citou Taunay:

Em 1865, no início da guerra que o presidente do Paraguai López,¹¹ sem outro motivo que a ambição pessoal, suscitara na América do Sul, mal amparado no vão pretexto de manter o equilíbrio internacional, o Brasil, obrigado a defender sua honra e seus direitos, dispôs-se resolutamente à luta. A fim de enfrentar o inimigo nos pontos onde fosse possível fazê-lo, ocorreu naturalmente a todos o projeto de invadir o Paraguai pelo norte;¹²

Pensamos: Taunay justificou a invasão do território vizinho pelo fato de que suas divisas foram ameaçadas pelo governo López, por pensar em alargar as fronteiras do seu país, movido simplesmente pela ambição pessoal, como comentou Taunay em *A retirada da Laguna*¹³. E refletimos como se mostrou o homem que habitava essa região, e como transportamos nossa discussão acerca da territorialidade, das fronteiras desses povos excluídos em suas origens e “jogados” em parte alguma, contrariando o pertencimento tão inerente às formações culturais dos povos indígenas. Mas, estes, convencidos pelo não índio, “mergulham” nos campos de guerra, não empunhando armas, mas carregando-as, ven-

¹¹ Francisco Solano López (1826- 1870) era filho do ditador Carlos Antonio López, que governou o Paraguai entre 1840 e 1862. Foi educado no Paraguai e na Europa e, ao retornar ao seu país, passou a colaborar com o pai, tornando-se logo ministro da Guerra e da Marinha. Subiu ao poder em 1862. Em 1867, foi morto por tropas brasileiras. In: TAUNAY, Alfredo d'Escragolle. *A retirada...* *op. cit.*, p. 38.

¹² *Idem*, p. 37.

¹³ *Idem*.

cendo os desatinos da fome, da miséria, da perda da terra e consequentemente de sua identidade.

Quando falamos em identidade pensamos que as culturas são processos identitários, os quais também conflitivos:

A identidade étnico-cultural não é uma realidade muda, ela é fonte de sentido e de construção do real, mesmo onde aparece como marginalizada. [...] Isto significa que a etnia, isto é, o pertencimento étnico em processo, concorre na constituição de sujeitos e de grupos. É um elemento constituinte de práticas sociais, e ao mesmo tempo as práticas sociais vão constituindo a reconfiguração étnica. Entendo, com Scott (1990), que tanto o gênero quanto o étnico perpassam os símbolos de uma sociedade, suas normas, sua educação, sua organização social. Isto significa que a educação é etnicizada, ‘atravessada’ pela etnia. O étnico é elemento de diferenciação social, influi na percepção e na organização da vida social. Ele não se dá no abstrato. Manifesta-se nos símbolos, nas representações e nas valorações de grupos. O étnico concorre para que a concreção histórica se efetive de uma forma específica¹⁴.

Percebemos então, nas palavras de Kreutz, que o processo cultural é sempre um processo conflitivo, ainda pondera “...o tema do racismo não é apenas um ‘companheiro de viagem da exploração colonial’, legitimando-a, mas também constitui um paradigma profundamente vinculado com as lutas nacionalistas que acabaram desembocando nas duas Guerras Mundiais”¹⁵.

E afirma: “O projeto educacional foi articulado, na modernidade, com este modo de compreender a sociedade. Ele é, a exemplo da literatura, o resultado de um longo e contínuo processo de uma forma de expressão nacional”, complementa Kreutz¹⁶, que esse processo apontou a hierarquia como supremacia e o nacional, excluído. “A escola, tal como foi implementada na formação dos Estados Nacionais, faz parte e foi um dos ‘instrumentos privilegiados’ que levaram à interiorização da idéia de que estes conhecimentos tratados numa perspectiva generalizante são superiores aos saberes particulares e locais”¹⁷.

¹⁴ KREUTZ, Lúcio. *Op. cit.*, p. 2, - grifo do autor.

¹⁵ *Idem*, p. 10.

¹⁶ *Idem*, p. 13.

¹⁷ *Idem*.

Desse modo entendemos como Backes¹⁸ escreve: “Entender que os significados culturais regulam normativamente a vida do sujeito requer a compreensão de como as normas operam. O estudante, no espaço escolar, está dentro de um conjunto de normas que ele compartilha com os demais”. E compreendermos de que a cultura não é um conjunto de produtos acabados, que podem ser transmitidos de um/uns para outro/outros, “ao contrário, a cultura é um trabalho de produção, invenção, criação, construção” e conclui: “A cultura é prática de significação, é prática produtiva, é uma relação social, é uma relação política (de poder), é produtora de identidades e diferenças”¹⁹.

Fizemos esse “recorte” na abordagem da vida escolar do indivíduo, para comentarmos como se constrói as relações sociais, e que dentro da escola elas produzem significados. São sempre produtos de representações, estão articuladas com relações de poder, complementa Backes²⁰.

Assim, ao se promover a escolarização, na modernidade, sob o movimento de formação dos Estados Nacionais, esta mesma escolarização tem se tornado fortemente um fator de imposição da língua nacional e do desaparecimento de falas locais e de dialetos²¹.

A escola trás consigo especificidades que cada escola contém. A cultura escolar é o que a escola trás/tem e que deve prezar para passar para o aluno. Mas, as políticas nas sociedades são marcadas por desigualdades e exclusões, como os grupos mais excluídos, como mulheres, índios, afro-descendentes e, portanto é imprescindível o trabalho de conscientização, pois, “não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e particularmente, do momento histórico e do contexto em que se situa”²².

Há uma política, uma poética e uma filosofia da diferença. Mas, como descrever essas questões sem inventar novamente o outro, sem massacrá-lo, sem

¹⁸ BACKES, J.L. *Cultura, representação, linguagem e poder*. In: A negociação das identidades/diferenças no espaço escolar. São Leopoldo: UNISINOS, 2005, p. 4.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ *Idem*.

²¹ KREUTZ, Lúcio. *Op. cit.*, p. 4.

²² CANDAU, Vera Maria. O educador/a como agente cultural. In: LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth Fernandes de; ALVES, Maria Palmira Carlos (Org.). *Cultura e política do currículo*. Araraquara, SP: Junqueira & Martin, 2006, p. 39.

designá-lo, sem emudecê-lo, sem deixá-lo tenso na fixação do diferente, sem constituí-lo em um simples ventrículo de nossa mesmidade²³, sem transformá-lo em uma espacialidade exterior de nossa (in)diferença?²⁴.

Pois o outro que se apresenta diante de “nós”, não necessariamente é aquele que ocupa outro lugar no mundo, mas Skliar nos provoca com o questionar de que, quem é, afinal, o outro? E discorre: “...não é uma pergunta cuja resposta possa nos conduzir à confortável e tranqüilizadora conclusão de que *todos somos, de certo modo, outros* ou então *todos somos, de certo modo, diferentes*”²⁵. Ao que podemos concluir: as diferenças existem, não é questão de hierarquizá-las, mas de entender como compreendê-las.

Candau²⁶ também aborda o daltonismo cultural presente nas escolas, o daltonismo escolar dos professores, do pensamento e comportamento padrão, quando se tende a naturalizar a multiculturalidade e não a questiona, nem a trata como um desafio para a educação.

E aborda:

Para ensinar é necessário ter certezas e uma maneira de apropriação dos conhecimentos disponíveis na sociedade que nos permitam fazer afirmações absolutas e universais, que nos dêem segurança e também favoreçam a aquisição por parte dos alunos e alunas de referenciais seguros, balizas firmes, onde as fronteiras entre as verdades e os erros possam ser claramente estabelecidas ²⁷.

Ao universalizar a educação nos prendemos a conceitos já estabelecidos, relativizando os modos de ser, as culturas, as diferentes visões de mundo, os conhecimentos adquiridos, as formações históricas e sociais dos alunos. Evitar esse procedimento possibilita-nos de praticar “uma dinâmica fundamental para

²³ Skliar (2003) define a mesmidade como sendo o centro vigiando e controlando o outro, conduzindo-o, mas que insiste ao mesmo tempo e no mesmo espaço, sobre as bondades e a perfeição de sua centralidade. A mesmidade leva à normalização e esta, à tríade modulação-controle-exclusão, que parece deslocar do cenário o binômio disciplinamento/inclusão. Dizer que todos somos de certo modo outros, ou então, todos somos de certo modo diferentes, não retira a mesmidade do centro.

²⁴ SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (Improvável) da Diferença*. E se o Outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 143.

²⁵ *Idem*, p. 102.

²⁶ CANDAU, Vera Maria. *Op. cit.*.

²⁷ *Idem*, p. 47/8.

que sejamos capazes de desenvolver currículos coerentes com o multiculturalidade. Nessa perspectiva, trabalhar o *cruzamento de culturas* presentes na escola constitui também uma exigência que lhe está intimamente associada²⁸, afirma Candau²⁸.

As multiculturas podem ser entendidas e compreendidas quando possamos perceber que as diferentes experiências promovem diferentes resultados imbricadas pelos recursos que os sujeitos utilizam na sua caminhada. Sendo assim aproveitemos as considerações que Candau nos apresenta:

Conceber o/a educador/a como uma agente cultural ainda constitui uma perspectiva somente anunciada em alguns cursos de formação inicial e/ou continuada de educadores/as. No entanto, essa concepção é fundamental se queremos contribuir para que a escola seja reinventada e se afirme como um locus privilegiado de formação de novas identidades e mentalidades capazes de construir respostas, sempre com caráter histórico e provisório, para as grandes questões que enfrentamos hoje, tanto no plano local, quanto nacional e internacional.²⁹

Gomes³⁰ atenta para o novo olhar sobre a escola e a forma como os processos sócio-culturais constroem ressignificados no processo da escola. O diálogo entre Educação e Cultura abre uma necessidade de se compreender e reconhecer como a sociedade e a escola estão interligadas pelo próprio espaço de diversidade que apresenta. Mas, quando o professor diz: em sala de aula todos os alunos são iguais, é o atropelo da diferença, é a presença da igualdade formal, na qual se esquece que os alunos não são iguais, pois têm suas necessidades diferentes e particulares. A diferença é vista como sinal de deficiência, de incapacidade, e por isso a reflexão aponta para a urgente necessidade de perceber que os sujeitos são formados pelos seus processos sociais e sua interação como essas relações representam o conhecimento que eles têm do mundo, contribui Gomes³¹.

A cultura tem um papel importante na vida dos sujeitos. Isso dá uma dimensão de conhecimento que os educadores não podem negar, em sala de aula, portanto, há necessidade de uma discussão no meio acadêmico educacional, para se

²⁸ *Idem*, p. 48, grifo do autor.

²⁹ *Idem*, p. 50.

³⁰ GOMES, N.L. *Escola e Diversidade Étnico-Cultural: um diálogo possível*. In: Múltiplos Olhares sobre educação e cultura. Juarez Dayrell (org.), Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

³¹ *Idem*.

reelaborar um olhar mais aguçado e um posicionamento da escola ante as questões que afetam a cidadania e acarretam preconceitos. Questões étnico-raciais, de sexualidade, de gênero, racismo estão entre as que devem ser revistas e discutidas para se eliminar atitudes discriminatórias dentro da escola, cita Gomes³².

Brand³³ escreve que houve avanços significativos na educação básica, nas áreas indígenas, mas há poucos avanços em relação à aceitação por parte dos órgãos públicos sobre a escola diferenciada. Uma discussão que deve transpassar as barreiras do discurso, e o respeito à diferença garantida nos termos da lei, porém ainda prevalece o discurso hegemônico e colonial. Mesmo escolas com professores indígenas seguem em muitos casos, ensinando lições longe da realidade vividas pelos alunos indígenas. Na Constituição de 1988, encontram-se frisados dois aspectos importantes para esses povos: a autonomia, no qual engloba o reconhecimento das terras, o respeito a organização social dentre outros dispositivos e o conceito de diferenciado que é uma proposta de ensino inovador com respeito à liberdade e ao direito que cada povo pretende, cada conceito desses deve ser discutido frente as lutas de cada povo. Uma política indigenista autoritária que prevaleceu como modelo escolar durante décadas, deixou uma sequela histórica, embora a Constituição garanta o fortalecimento dessas culturas, há de se pensar numa forma de “quebrar as barreiras”, a burocracia que impede a prática dessas ações de autonomia para os povos indígenas.

Novos espaços devem ser reavaliados para poder com isso contribuir para que a pesquisa possibilite instrumentos na produção do conhecimento privilegiando aos povos indígenas na construção de melhor qualidade de vida aos seus descendentes. O desafio é a sustentabilidade das populações envolvidas, sempre voltados ao desenvolvimento sem, contudo se perder o conhecimento e as novas tecnologias, usadas de forma responsável, para criar melhores condições de sustentabilidade e autonomia para as populações indígenas no Brasil, num conhecimento engajado e multicultural da sociedade brasileira, conclui Brand³⁴.

³² *Idem.*

³³ BRAND, Antonio. *Indígenas no Ensino superior: experiências e desafios*. Apresentado no 15º COLE – 04 a 08 de julho de 2005 in Artigos eventos científicos COLE (in Desafios atuais da Educação Escolar Indígena Campinas: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministério dos Transportes, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte, 2005.

³⁴ *Idem.*

É de fundamental importância à abordagem em torno da questão étnico/cultural/racial, ressaltando a necessidade da desconstrução social do preconceito e da discriminação racial que são atribuídos à população negra e indígena. Deve-se suscitar reflexões sobre as representações sociais negativas colocadas a essas populações por meio de estigmas e estereótipos. Levantar o questionamento da educação étnico-racial no espaço escolar a partir da Lei Federal Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, agora 11.645/08 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 estabelecendo a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, nos estabelecimentos de ensino fundamental das escolas públicas.

Concluimos, ao entendermos nessas reflexões, que novos métodos de ensino devam ser pensados, criando novos diálogos e reflexões para o âmbito da escola, que as verdades possam ser questionadas e não mais vistas como absolutas, mas refletidas por conta das estruturas culturais/sociais dos partícipes. Que todos envolvidos na educação, sejam os educadores, nas pessoas dos professores, coordenadores, diretores e os demais dentro e fora da escola, os próprios alunos que hoje não se deixam “subornar” nas tentativas de padronizar as diferenças, muito pelo contrário, portadores de conhecimentos advindo das novas tecnologias, têm refletido sobre a sua condição no mundo, como o índio, hoje, muito mais presente nas discussões que envolvem as questões culturais, sociais e linguísticas que promovem tantas e tão desafiadoras discussões.

Giroux em seu texto *Praticando estudos culturais nas faculdades de educação*³⁵ afirma que existe uma pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido. Neste caso a pedagogia crítica pode ser compreendida como um esforço ao qual produzirá identidades e suas práticas ideológicas e sociais.

É preciso compreender a cultura como uma luta em torno de se ler textos, não somente voltados para a ideologia. A discussão irá se formar acerca de duas questões: a pedagogia crítica da representação, enfatizando a noção de autoridade textual pelo professor, que “poda” o senso crítico do aluno combatendo a interpretação; e a pedagogia transformativa. Torna-se necessária uma pedagogia crítica de representação para desvelar a discursividade do conhecimento, que

³⁵ GIROUX, Henry A. *Praticando estudos culturais nas faculdades de educação*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienigenas na sala de aula*. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis; Vozrd, 1995, p. 85-103.

molda a existência social, bem como as economias de poder privilegiam arranjos sociais desiguais, afirmam Giroux e Maclaren, no texto *Por uma pedagogia crítica da representação*³⁶.

Giroux³⁷ comenta que a pedagogia crítica da representação deve trazer estratégias para compreender o poder, as ideologias, a cultura e a política presentes na produção textual. A representação deve ser entendida como uma interpretação ética, que dê fundamento à relação eu versus outro em práticas que promovam a solidariedade e não a opressão. Na pedagogia transformativa pode-se criar uma política contra hegemônica que crie oportunidades para questionar o poder, as formas sociais e coletivas, numa reflexão crítica e repensar suas habilidades para promover uma transformação social.

A pedagogia como forma de produção cultural: os alunos devem cruzar fronteiras, as experiências em sala de aula para desenvolver habilidades e experiências emancipatórias e não alienantes. A escola e outras esferas devem ter um projeto em comum nas lutas políticas e pedagógicas, no contexto social e político mais amplo.

O educador dever ser como um trabalhador cultural deve ampliar ativamente os trabalhos além da escola, criando novas lutas democráticas e produzindo melhoras no planeta, à dignidade humana e à justiça social, conclui Giroux e Maclaren³⁸.

Silva³⁹ aponta duas grandes reflexões que os etnólogos brasileiros têm abordado nos últimos anos: de um lado o pensamento clássico do indígena mágico, selvagem, primitivo, etc.; e do outro, a questão da escolarização dos índios. A autora apresenta em sua discussão uma preocupação quando não ocorrem os diálogos. Se a questão é complexa e exige uma série de estudos e pesquisas, debates recentes abrem a discussão para o pensamento ameríndio e a possibilidade da construção de uma educação crítica e uma revisão crítica do papel da escola.

³⁶ GIROUX, Henry A.; MACLAREN, P. L. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; MOREIRA, Antonio Flavio (Org.). *Territórios contestados*. O currículo e os novos mapa políticos e culturais. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 144 – 158.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*.

³⁹ SILVA, Aracy Lopes da. Uma “Antropologia da Educação” no Brasil? Reflexões a partir da escolarização indígena. In: Aracy Lopes da Silva e Mariana Kawal Leal Ferreira (org.), *Antropologia, História e Educação*. A questão indígena e a escola, São Paulo: Global, 2001.

Do pensamento ameríndio, os mitos chamaram a atenção dos estudiosos, as “categorias nativas” tidas como valores, pessoa, tempo, idiomas, corporalidade, a relação com a natureza e o mundo dos espíritos, abre-se um campo para estudos sobre esse “ser” diverso. Silva⁴⁰ compreende que as relações sociais e seus universos são específicos de cada etnia: há uma subjetividade e um simbolismo que ganham dimensões na elaboração do conhecimento sobre as coletividades indígenas e de suas histórias; a própria relação com a morte é cultural e diferente em cada etnia.

As questões da educação indígena debatidas em inúmeros estudos, citados alguns pela autora, expõe amplo debate sobre a pesquisa e a antropologia, e Silva⁴¹ comenta sobre a pesquisa ser uma reflexão da prática escolar indígena dentro dos direitos educacionais.

É o momento de impulsionar uma reflexão mais densa sobre o que deva ser a educação diferenciada e oferecer bases sólidas para os diálogos entre os índios e seus assessores, pois é urgente a consolidação de uma antropologia crítica escolar indígena – complementa a autora⁴².

Como esse estudo se propôs a estabelecer um diálogo entre a obra *A retirada* e a sala de aula, o principal objetivo é de cotejar a literatura e a construção do conhecimento, num pleno engajamento, num espaço e lugar ocupados pelos construtores do conhecimento que são os docentes e discentes. Mas, ao mesmo tempo nos preocupamos em “de que modo” essa leitura será realizada. Engajando os diálogos, nosso primeiro “olhar”, é em torno de uma escola que seja diferenciada e promissora, diferentemente daquela em que há uma constante apropriação dos valores exatos, universalizantes e dogmáticos, impostos pelos saberes tradicionais e como resquícios de uma escola colonizadora, a escola tradicional. Então, havemos de nos perguntar: como poderia ser conduzida a construção do conhecimento dessa mesma obra numa escola indígena, sendo que Taunay desconstrói o índio em toda sua narrativa, tornando-o um membro serviçal e bruto, incontestemente à sua condição e cultura?

Essas perguntas nos são provocações que surgem ao longo dessa reflexão, pois estão interligadas com o objeto da pesquisa em andamento no curso de

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Idem.*

⁴² *Idem.*

Mestrado em Educação da UCDB, e que se propõe a analisar a obra *A retirada da Laguna*, permeando um estudo bibliográfico sobre a criação da diferença nesta mesma obra, do autor Visconde de Taunay. Pensamos em entrelaçar essa construção com a sala de aula, traçando um diálogo entre a presença da diferença em que surge, aparece ou é omitida, principalmente em se tratando da questão indígena.

A busca pelas respostas continua. Não há resposta pronta e definitiva em termos de precisão, pois mesmo que completamente certos de nossa leitura da obra *A retirada*, sempre havemos de considerar a existência de um outro olhar, advindo do outro, a considerar o outro diferente de “mim” que faz a sua leitura de mundo com outro olhar: o “seu” olhar. Um olhar que vem recheado de informações da realidade e dos conhecimentos que trás consigo e que constrói novas perguntas, resultando em novas respostas. Se novos olhares forem produzidos aqui e novos “pontos de interrogação” provocarem novas perguntas, nosso desafio foi lançado.

Estamos certos de que a escola comprometida com os saberes fundamentais que são as produções do conhecimento em torno e a partir de um prévio saber que todos portamos, poderá fundamentar e utilizar as obras como *A retirada da Laguna* nas suas leituras, sendo uma parceria constituída de saberes históricos e literários profundos, mesmo que questionados, poderão ser uma provocação para o despertar de novos olhares.

História e Literatura: das ações afirmativas a possibilidade de ensino da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul

*Arilson dos Santos Gomes**

O trabalho intenta problematizar os contextos e os lugares sociais em que a temática negra esteve em evidência em nosso país, do pós-abolição aos finais da década de 1960. Faremos uma breve exposição dos congressos afro-brasileiros bem como do protagonismo dos movimentos sociais e de indivíduos, que lutaram no campo da cultura, educação e da política, em busca de um ensino que contemplasse a trajetória afrodescendente no Brasil. Tem-se por objetivo conceituar a Lei 10.639/03 como uma ação afirmativa, propondo sensibilizar os professores, a partir dos relatos de viajantes europeus, na utilização das fontes históricas como meio de desenvolver o ensino de história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Movimentos Sociais; Ensino de História.

The work attempts to problematize the social contexts and places where the black theme was underscored in our country, after the abolition of the late 1960s. We will make a brief state-

Lei 10.639/03: Aspectos históricos de uma ação afirmativa

A lei 10.639/03 instaurou nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino sobre a História e a Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos estabelecimentos de educação básica, oficiais e particulares de nosso país. Entretanto, representantes dos movimentos sociais constantemente reclamam que ela, desde a sua publicação, datada do ano de 2003, não vem sendo aplicada. Por sua vez, represen-

* Mestre em História pelo PPGH-PUCRS. Doutorando pelo PPGH-PUCRS Secretário ANPUH-RS (2010-2012). arilsondsg@yahoo.com.br

ment of the african-brazilian congress as well as the role of social movements and individuals who fought in the field of culture, education and politics in search of an education that encompassed the history of african descent in Brazil. It has been designed to conceptualize the Law 10.639/03 as an affirmative action, proposing to raise awareness among teachers,

from the accounts of european travelers in the use of historical sources as a means of developing the teaching of history and african-brazilian culture in the curriculum school of the State of Rio Grande do Sul.

Key words: Law 10.639/03, Social Movements, Teaching of History.

tantes das Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio dos professores, manifestam que a falta de aplicação se deve, em parte, pela indisponibilidade de materiais didáticos específicos. Além da oferta de poucos cursos de formação, visando à preparação dos docentes ao atendimento da demanda instaurada a partir do decreto em questão.

O espírito revolucionário teve que executar em poucos anos uma tarefa que havia sido desprezada durante um século, uma grande reforma social...a verdade, porém, é que a corrente abolicionista parou no mesmo dia da abolição e no dia seguinte refluía.¹

No Brasil, antes do período conhecido como pós-abolição, Joaquim Nabuco (1849-1910), José do Patrocínio (1853-1905), Luís Gama (1830-1882), Cruz e Souza (1861-1898) e André Rebouças (1838-1898) foram abolicionistas destacados em busca de uma sociedade livre. No entanto, conforme relatou Nabuco: “a corrente abolicionista parou no mesmo dia da abolição...”.

Portanto, como a comunidade negra livre reivindicou suas necessidades no Rio Grande do Sul e no Brasil? Como ela lutou visando à sua inserção social? A partir das organizações negras, citadas como locais de encontros de representantes desta identidade iniciam aulas de alfabetização apontando estrategicamente a integração na sociedade abrangente por intermédio da educação de seus pares.²

A lei 10.639 promulgada em 2003, em seu texto completo tornou obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático a que se refere o decreto deverá ser ministrado no âmbito de *todo o currículo*

¹ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966, p.144-145.

² PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2008.

escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Os programas devem contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. A Lei também instituiu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Neste trabalho, conceituar-se-á a referida lei como uma Ação Afirmativa (AA), propondo sensibilizar professores e educadores, a partir dos relatos de viajantes europeus, para uma possível aplicabilidade da Lei no ensino de história do negro e da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul.

Uma Ação Afirmativa visa reparar necessidades de grupos que por algum motivo tiveram suas condições materiais historicamente prejudicadas. As primeiras ações deste tipo tiveram origem nos anos de 1960, nos Estados Unidos, já que os negros norte-americanos eram proibidos de andar livremente nas ruas, ônibus e frequentar escolas, em fim de viverem dignamente. Naquele contexto surgiram as lutas pelos direitos civis lideradas por Martin Luther King (1929-1968), Rosa Parks (1913-2005), entre outros, resultando na política de cotas, decretadas pelo presidente estadunidense John F. Kennedy (1917-1963).³ A Lei 10.639/03, o Estatuto da Igualdade Racial, as políticas de cotas nas universidades federais e no serviço público são consideradas políticas de ações afirmativas.

No entanto, a participação das populações afrodescendentes na História do Rio Grande do Sul, bem como do Brasil, reportam as origens políticas destes territórios, já que a escravidão configurou-se como um sistema de longa duração. Sendo a mão de obra caracterizada pela servidão negra, responsável pela produção laboral, com destaque para as charqueadas pelotenses que desenvolveram a riqueza do Estado entre os séculos XVIII e XIX.

³ Sobre Ações Afirmativas ver: GOMES, Nilma Nilo. Alguns termos e conceitos presentes no debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Antirracista - Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: Coleção Educação para Todos. SECAD/MEC, 2005. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVEIRO, Valter Roberto. *Ações Afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, INEP, 2003; SILVA, Cidinha. *Ações Afirmativas em educação. Experiências brasileiras*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

O trabalho, a utilização militar na guarnição das fronteiras, os quilombos, as irmandades, as organizações negras, a imprensa negra, as ligas esportivas, as sociedades bailantes, o carnaval, as religiosidades, a alimentação, as personalidades políticas e tantos outros assuntos são um universo a se descortinar sobre a trajetória afrodescendente em solo sul-rio-grandense.

Elementos culturais, sociais, políticos, e sobre tudo humanos identificam as possibilidades a reelaboração destes aspectos no plano didático-pedagógico. Entende-se que apontar a falta de material como justificativa para a inaplicabilidade da lei, por parte dos professores gaúchos na atualidade, é no mínimo incompreensível.⁴

A produção do conhecimento derrubando estigmas

Os discursos vinculados aos estereótipos instaurados no período do pós-abolição, advindos da sociedade hegemônica abrangeram ao negro que para ser aceito socialmente seria necessário negar-se. Contudo, a identidade negra aqui deve ser entendida de maneira positiva.⁵

Homi Bhabha⁶ vincula estes estereótipos à fixidez, da construção ideológica colonialista. Utilizada de maneira estratégica repetidamente, identificando

⁴ No ano de 2010, o Departamento de Desenvolvimento Social da UFRGS, realizou o Curso de Procedimento Didáticos Aplicáveis em História e Cultura Afro-brasileira. Por intermédio da Plataforma Moodle, foram formados cerca de 500 professores. Aspectos do cotidiano foram teorizados visando contribuir para a aplicabilidade da Lei 10.639/03. Música, vestimentas, cosmovisão do mundo, etc. eram conteúdos estudados para serem aplicáveis em sala de aula. Entre os anos de 2003 e 2010, tivemos a oportunidade de trabalhar na Comissão Organizadora de 8 edições das Jornadas Estaduais de Estudos Afro-brasileiros, organizadas pelo GT Negros/ANPUH-RS. Nestas atividades foram apresentados 195 comunicações, além de 45 palestras. Todas versando sobre a temática afro-brasileira. Sendo comum a problemática de materiais como justificativa para falta de aplicabilidade da Lei 10.639/03 em sala de aula. E muitas iniciativas apresentadas no campo da educação e no ensino de história, eram ações individuais. Os dados quantitativos destas atividades foram extraídos do relatório de atividades do evento.

⁵ GOMES, Nilma Nilo. *Op.cit.*, p. 39-45.

⁶ BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 105.

no sujeito um local imutável, sempre “no lugar” conhecido, inferior.⁷ Portanto, é a partir dos representantes deste grupo que suas necessidades, em um primeiro momento, passam a ser reivindicadas.⁸ Fundam-se jornais negros, assim como intelectuais deste grupo passam a, mais do que denunciar, protestar em busca de seus direitos individuais e coletivos.⁹

Individualmente, citam-se algumas personalidades gaúchas. Aurélio de Bittencourt Júnior, diplomado em direito, e Sérgio Bittencourt, jornalista, foram os fundadores do Jornal negro *O Exemplo* em 1892 em Porto Alegre. Além deste, muitos outros jornais étnicos vinculados à causa negra passam a existir no Estado. José Antônio dos Santos citou o conceito de imprensa negra para teorizar os impressos produzidos pelos representantes deste grupo.

TABELA 1 - Quadro informativo sobre a Imprensa Negra Sul-Rio-Grandense

Periódico	Localidade	Ano
O Exemplo	Porto Alegre	1892
A Cruzada	Pelotas	1905
A Alvorada	Pelotas	1907
A Hora	Rio Grande	1914
O Succo	Santa Maria	1922
A Tesoura	Porto Alegre	1924
A Liberdade	Porto Alegre	1925
O Astro	Cachoeira do Sul	1927
A Navalha	Santana do Livramento	1931

⁷ *Idem*, p.55-105.

⁸ A Constituição de 1891 dispunha apenas: “Todos são iguais perante a lei”. As demais Constituições subsequentes também propunham a igualdade. A Constituição de 1934 dizia: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivos de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas” (art.113, alínea I). Já a Constituição de 1946, artigo 141, ofereceu as bases dos direitos individuais à “vida, liberdade, segurança e propriedade pessoal”, enquanto estabelecia novamente: “todos são iguais perante a lei”. Entretanto, no dia a dia as relações ainda eram complexas. DAVIS, J. *Afro-Brasileiros hoje*. São Paulo: Selo Negro, 2000, p.39.

⁹ Intelectual negro aqui é entendido à luz do conceito de José Antonio dos Santos que identifica estes homens como os responsáveis pela circulação das informações através de suas escritas produzidas em periódicos, denominados de imprensa negra, já que era um material produzido por intelectuais negros no final do século XIX, exclusivo para o fortalecimento de sua comunidade. In: SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2011.

A educação de seus pares foi uma prática constante nas organizações negras de Porto Alegre e do país. Na capital dos gaúchos as sociedades Floresta Aurora, Marcílio Dias e Satélite Prontidão, desde o final do século XIX mantinham em suas sedes cursos de alfabetização, conforme demonstram pesquisas. A instrução e a educação eram atividades frequentes também nas Frentes Negras, independentemente da cidade em que ela existiu a mesma oferecia cursos e seminários para os seus associados se integrarem a sociedade.¹⁰

Congressos afro-brasileiros

Destaca-se nos anos de 1930, a realização do I e do II Congressos Afro-Brasileiros, ambos no nordeste brasileiro. Em 1934 ocorreu no Recife, o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, organizado e proposto por Gilberto Freyre, intelectuais, acadêmicos, antropólogos e integrantes da Frente Negra. Neste Congresso foram debatidos temas sobre a história da importação e da escravidão africanas, os problemas de aculturação do negro e as variações antropométricas raciais, além de discussões sobre os livros *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*.

Conforme Mota¹¹, a partir deste período os estudos da trajetória da obra de Freyre sobre os meios intelectuais assumiu grande importância por permitir a análise da cristalização de uma ideologia com grande poder de difusão: a da cultura brasileira.

Para Maria Aparecida da Silva Bento, a ideologia da *democracia racial*, passou a se constituir como sinônimo da ideologia da cultura brasileira, neste momento. Esta ideologia surgiu justamente a partir da publicação de *Casa Gran-*

¹⁰ A Frente Negra Brasileira foi fundada em São Paulo no dia 16 de setembro de 1931 por Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). No decorrer de sua trajetória, de setembro de 1931 até dezembro de 1937, a organização foi presidida por Arlindo Veiga dos Santos, que ocupou o cargo até junho de 1934, e por Justiniano Costa, que ocupou a presidência até a extinção da organização. No Rio Grande do Sul, a Frente Negra Pelotense foi fundada no dia 10 de maio de 1933 por José Aduauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, sendo que, este último, também fora fundador da Frente Negra de Pernambuco. Tinham como atividades, em suas dependências, a realização de cursos e seminários para a comunidade negra direcionados para a educação e a união. Dentre os seminários direcionados estavam a “reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça”, e temas como: “A mulher negra e o futuro da raça”.

¹¹ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933 – 1974)*. São Paulo: Ed. Ática, 1980, p. 54.

de e Senzala, de Gilberto Freyre lançado em 1933. “Ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito (Gilberto Freyre) ele nega o preconceito e a discriminação (...)”¹².

Munanga (2004) acredita que a contribuição de Freyre foi ter demonstrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente no estilo de vida da classe senhorial em matéria de alimentos, indumentária e sexo, dando origem a mestiçagem cultural. Esta exaltação de convivência harmoniosa impediu os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão sociais, sem consciência de suas características culturais e de uma identidade própria são expropriados, dominados e convertidos em símbolos nacionais pelas elites dirigentes¹³

Segundo Emilia Viotti da Costa:

Em esboço, os fatos são suficientemente claros: um poderoso mito, a idéia da democracia racial – que regulou as percepções e até certo ponto as próprias vidas dos brasileiros da geração de Freyre – tornou-se para a nova geração de cientistas sociais um arruinado e desacreditado mito.¹⁴

As atividades do Segundo Congresso Afro-Brasileiro realizado em Salvador no ano de 1937 contaram com a participação de intelectuais, acadêmicos e do “povo de santo”. Organizado pelo Governo do Estado da Bahia, o encontro teve grande repercussão nacional, contando com participantes de todo o Brasil. Dentre temas e pesquisas debatidas tivemos protestos dos intelectuais e participantes contra a interferência policial no candomblé. O encontro recebeu a colaboração de babalorixás e ialorixás, como Martiniano Bomfim, Aninha, Bernardino, Joãozinho da Pedra Preta, Joãozinho da Goméia, etc.¹⁵.

¹² BENTO, Maria Aparecida. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 48.

¹³ MUNUNGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Coleção Cultura e identidade Brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 88-89.

¹⁴ COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.326.

¹⁵ OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Édison Carneiro a Arthur Ramos*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 30.

A partir deste encontro que Édison Carneiro tornou-se o líder dos estudos africanistas na região: “E assim, ainda em 1937, a 03 de agosto conseguiria fundar, não sem grandes dificuldades dado o sectarismo de alguns grupos religiosos a *União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia*”¹⁶.

TABELA 2 - Congressos nacionais realizados no Brasil entre os anos de 1934 e 1938

Cidade	Título	Ano	Espaços físicos	Organização	Assuntos abordados
Recife/ PE	I Congresso Afro-Brasileiro	1934	Teatro Santa Isabel	Gilberto Freyre	Apresentações de pesquisas e discussões sobre os livros Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos.
Salvador/ BA	II Congresso Afro-Brasileiro	1937	IHG da Bahia e Faculdade de Medicina	Edison Carneiro, Aydano do Couto Ferraz e Reginaldo Guimarães	Apresentação de pesquisas, participação de adeptos das religiões de matriz africanas e protestos contra a interferência policial no candomblé.
Campinas/ SP	Congresso Afro-Campineiro	1938	Instituto de Ciências e Letras de Campinas	Abdias do Nascimento, Agnaldo de Oliveira e Aguiar Sampaio	Discussões sobre as condições da vida do negro brasileiro sob vários aspectos: econômico, social, político, cultural.

Tabela completa ver: GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos frente-negrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008, p.81-84

Entende-se que os organizadores e participantes dos Congressos tentaram formar um lugar *híbrido*, que propunha os estudos sobre as relações raciais no

¹⁶ *Idem*.

Brasil a partir de suas realidades, fossem elas agrárias, clientelistas e paternalistas. Como eram na maioria membros das elites hegemônicas, sendo muitos considerados os primeiros pesquisadores dos chamados estudos afro-brasileiros, pensavam em formular as bases de uma cultura nacional. Para muitos estes intelectuais acreditavam que ao formular a mestiçagem ou a harmonia entre as raças acomodariam as relações raciais e ao mesmo tempo mostrariam ao país e ao mundo as qualidades do povo brasileiro. Inclusive, para Vinicius Clay, Édison Carneiro além de propor a União das Seitas Afro-Brasileiras na Bahia, idealizou uma entidade que acolhesse os estudos africanistas no estado, hoje representada, embora com propostas diversas, pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO - UFBA), criado em 1959¹⁷.

Congresso e associações negras

Apresentar-se-á nesta seção as associações negras que, em pleno estado novo, propunham enfrentar as dificuldades cotidianas das populações negras. Estas organizações visavam melhorar as situações sociais deste grupo, já que o desemprego e o analfabetismo ainda preocupavam.

A organização União dos Homens de Cor - UHC, conforme pesquisas de Joselina Silva (2003), foi fundada em 1943 na cidade de Porto Alegre por João Cabral Alves. Tendo as suas atividades encerradas no período da ditadura militar. Tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”, principalmente através da assistência social.

O Teatro Experimental do Negro - TEN, fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1944 pelo intelectual negro Abdias do Nascimento e assim como a associação anterior, também teve as suas ações encerradas no período de exceção. Tinha como objetivos: contestar a discriminação, formar atores afro-brasileiros, reivindicava a diferença e não apenas integrar-se a sociedade, reconhecimento

¹⁷ CLAY, Vinicius. *O negro em O Estado da Bahia*: de 09 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1937. 2006. [http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc./](http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc/).

do valor civilizatório da herança africana, além de realizar cursos de alfabetização nos morros cariocas.¹⁸ Ou seja, tanto a UHC quanto o TEN nos anos 40, 50 e início dos 60 mantinha em suas linhas de atuação a alfabetização como estratégia de inserção social das populações negras atendidas. A organização realizou as Convenções Nacionais do Negro, com sede em São Paulo, capital, no ano de 1945 e no Rio de Janeiro, em 1946, a Conferência Nacional do Negro, acontecida no Rio de Janeiro em 1949 e o Primeiro Congresso do Negro, também sediado no Rio de Janeiro em meados de 1950.¹⁹

Deve-se estar atento à mudança sofrida na nomenclatura do congresso ocorrido no Rio de Janeiro em 1950, intitulado: *Primeiro Congresso do Negro*, organizado pelo Teatro Experimental do Negro e o *Primeiro Congresso Nacional do Negro*, organizado pela Sociedade Floresta Aurora em 1958, na cidade de Porto Alegre. O termo “nacional”, além de ser o diferenciador das duas atividades denota, ainda, uma transformação importante nos interesses de seus organizadores, já que existiu uma forte influência do Partido Trabalhista Brasileiro na composição deste último.

O Primeiro Congresso Nacional do Negro recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior, contando também com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais negros e brancos e negros da comunidade. Durante o encontro foram debatidos três temas centrais: A necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, A situação do homem de cor na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram debatidos do dia 14 de setembro ao dia 19. Identificando novamente a educação como problema a ser resolvido no que tange a existência desta identidade.

Ressaltam-se os congressos sobre a temática afro-brasileira e negra - já que foram acontecimentos de suma importância para a identidade - pois seus participantes influenciaram diretamente nas formas de pensar de pesquisadores so-

¹⁸ NASCIMENTO, Abdias; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Tirando a mascara*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 210.

¹⁹ Para Guerreiro Ramos, intelectual vinculado ao Teatro Experimental do Negro, os congressos afro-brasileiros realizados no nordeste foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Ele ressaltou que, no entanto, estes congressos desbravaram o caminho para os movimentos posteriores.

bre estes conteúdos, sejam eles acadêmicos ou militantes do movimento negro. As Frentes Negras, a partir de 1931, o próprio Teatro Experimental do Negro, na década de 1940, a Sociedade Floresta Aurora no Rio Grande Sul, e tantas outras iniciativas educavam a partir de seus próprios espaços as populações negras.

Interpretações culturais, sociais e políticas do que entendemos e conhecemos sobre a identidade afro-brasileira foram constantes nestes lugares, pensada por outros grupos sociais através de sua contribuição para a cultura nacional ou sendo esta identidade pensada pelo próprio grupo negro de maneira positiva para superar as dificuldades enfrentadas cotidianamente após a abolição da escravidão. No Primeiro Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre realizado no ano de 1958, foi proposta a “Campanha Intensiva de Alfabetização do Negro Brasileiro”, projeto liderado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora com auxílio e a colaboração das organizações negras, municípios, estados e União.²⁰

TABELA 3 - Congressos nacionais realizados no Brasil entre os anos de 1944 e 1958

Belo Horizonte/ MG	III Congresso Afro-Brasileiro	1944	-	Ayres da Mata Machado e João Dornas Filho	Reunião de etnógrafos, psiquiatras, antropólogos, linguistas, historiadores, folcloristas e sociólogos, tendo o negro como tema.
São Paulo/ SP	Convenção Nacional do Negro	1945	-	TEN - liderança de Abdias do Nascimento	Acontecimento político de cunho popular, sem pretensões acadêmicas. Foram tratados temas sobre necessidades negras e situações socioeconômicas.

²⁰ GOMES, Arilson dos Santos. *Op. cit.* Segundo Liane Muller a Sociedade Floresta Aurora foi fundada na cidade de Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872, essa agremiação é considerada a sociedade negra mais antiga do Brasil. Seu fundador foi o negro forro Polydorio Antonio de Oliveira. O principal objetivo da organização era zelar pela Comunidade afro-gaúcha materialmente e socialmente, auxiliando, inclusive, na realização de enterros dignos para os negros da capital. MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Dissertação de Mestrado PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 1999, p. 116-134. Em outra pesquisa Sobre a fundação da Sociedade Floresta Aurora, Eliane Pereira Duarte fez a seguinte observação: “... a sociedade Floresta Aurora foi fundada no ano 1872, por negros cativos de senzala...Contam que tudo começou com uma negra forra que vivia no arraial da Floresta ... que chamava-se Mariquinha”. DUARTE, Eliane Pereira. *Floresta Aurora: fundação e função até 1988*. Monografia. PUCRS. Porto Alegre, 1986, p.6.

Rio de Janeiro/ RJ	Convenção Nacional do Negro	1946	-	TEN - liderança de Abdias do Nascimento	Acontecimento político de cunho popular, sem pretensões acadêmicas. Foram tratados temas sobre necessidades negras e situações socioeconômicas.
Rio de Janeiro/ RJ	Conferência Nacional do Negro	1949	Associação Brasileira de Imprensa	Abdias, Guerreiro Ramos e Edison Carneiro	A revisão das teorias antropológico-sociológicas convencionais sobre o negro, representado pelos Congressos Afro-Brasileiros da década anterior.
Rio de Janeiro/ RJ	I Congresso do Negro Brasileiro	1950		Abdias, Guerreiro Ramos e Edison Carneiro	O I Congresso Negro pretendeu dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida dos negros.
Porto Alegre/ RS	I Congresso Nacional do Negro	1958	Câmara de Vereadores e Floresta Aurora	Floresta Aurora e o PTB	Os principais temas do encontro foram três eixos: a necessidade de alfabetização do negro frente à atual situação do Brasil; a situação “do homem de cor” na sociedade e o papel histórico do negro no Brasil e demais nações.

Tabela completa ver: GOMES, Arilson dos Santos. *Op. cit.*, p.81-84

Carlos Santos e a educação

Décadas antes na cidade de Rio Grande, interior do Rio Grande do Sul, nasceu o sindicalista Carlos Santos (1904-1989). Em virtude de seu campo social, já que o pai fora redator do Jornal *Voz do Escravo*, destacou-se como representante deste grupo. Inclusive, foi articulista do Jornal *A Alvorada*, de Pelotas nos anos 40. Conforme Santos, por ele mesmo, em matéria especial localizada na *Revista do Globo*, questionado sobre quais os motivos que o fizeram ingressar

na política, Carlos Santos foi taxativo: “Procurei na política não um fim, mas o que entendia ser um meio de alargar o campo da luta em prol dos injustiçados e deserdados da sorte”. Mais adiante, na mesma página identificaram-se seus ideais: a defesa de seu grupo social e de sua classe. Conforme segue:

Quanto mais subo e me projeto, mais ligado fico as minhas origens. É como se eu subisse uma escadaria apoiado no braço esquerdo, deixando o direito para chamar os outros! Afinal de contas se eu caísse cairia comigo todo um grupo social que represento, como homem de cor e como operário.²¹



Carlos Santos. Revista do Globo, 1962, p. 29.

Carlos da Silva Santos (1904-1989) que foi o primeiro Governador negro em exercício no estado sulino e Deputado Estadual pelo PTB nos anos 60, também integrante da Sociedade Floresta Aurora no mesmo período, respeitava muito enquanto negro e político a educação. Por ocasião da fundação do Centro Cultural Marcílio Dias no qual fora dirigente também notamos esta situação. Na fundação da organização negra, datada do dia 11 de junho de 1936, ele, através de um pronunciamento, dignificou a educação. A instalação oficial do Centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Naquela noite, o então deputado classista, encerrou o seu discurso da seguinte maneira:

Salve, instrução, deusa da felicidade, vida, doçura e esperança nossa, salve. Bradam por ti os filhos das trevas. Por ti suspiram e gemem milhões de criaturas

²¹ BRENER. *Revista do Globo*. Porto Alegre, número 826, agosto de 1962, p.26-29.

que se enlodaram nos paués do analfabetismo. Eia, pois, advogada dos fortes e dos valorosos, estes olhos luminosos a nós volvei e depois deste desterro de ignorância e de todo maligno cortejo de que se acerca o analfabetismo, mostrei-nos o livro, o saber, a educação, a felicidade, o patriotismo e a liberdade, frutos benditos do teu ventre. Para a glória do Brasil, deusa da instrução. Assim seja.²²

Em 1967, Carlos Santos fora eleito pelo MDB. Em 31 de janeiro fora selecionado para o cargo de Presidente do Legislativo sendo convocado para assumir o governo do Rio Grande do Sul em ocasião da viagem do governador Walter Peracchi Barcellos (1907-1986), da ARENA, à Guanabara.²³

Na ocasião, muitos jornais porto-alegrenses analisaram com satisfação à elevação de Carlos Santos ao posto máximo do estado, pois em virtude das disputas acirradas entre correligionários da ARENA e MDB, partidos fundados no contexto da ditadura militar, nosso personagem era uma unanimidade, inclusive representando conforme o noticiado, a conciliação destas duas facções, mesmo que temporariamente.



Imagem - Peracchi e Carlos

Fonte: Jornal Folha da Tarde 08/3/1967, sp.

²² SANTOS, Carlos. *Sucata*. Porto Alegre: GLOBO, 1937, p.99.

²³ TORRES, Luiz Henrique. *Parlamentares Gaúchos – Carlos Santos*, trajetória biográfica. Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 52.

Entende-se que a Lei 10.639/03, fora uma conquista dos representantes destas organizações citadas, bem como por meio das ações de intelectuais e políticos identificados com a trajetória da comunidade negra. Após a abolição as políticas educativas em prol destas populações inexisteram. Muito pelo contrário, através dos estereótipos a comunidade negra continuou a carregar estigmas. Conceituar esta lei como uma AA, significa situá-la como um sinal de reparação histórica no ensino sul-rio-grandense e brasileiro.

Ensino de história: criando possibilidades de ensino a partir do relato dos viajantes

Em uma breve revisão historiográfica, identificaremos na escrita de cinco viajantes europeus ao Rio Grande do Sul, entre os finais dos séculos XIX e início do XX, elementos pertinentes a nossa iniciativa. Aspectos alusivos à contribuição do negro para a formação de nosso Estado, em suas diversas dimensões, servirão como contraponto aos estereótipos construídos pelo discurso colonialista e racista. Muitos destes, inclusive, formulados a partir dos próprios viajantes. Mas quer-se apontar para uma nova perspectiva, colocando-os a serviço de uma Lei educacional que necessita de esforços para uma execução qualificada. Os viajantes utilizados foram: Hörmeyer, Luccock, Sainte-Hilaire, Dreys e Palombini.

Pensa-se nessas fontes como um *dialogismo*. Conceito cunhado por Barros, que diz: “Os relatos de viagem comportam a sua margem de dialogismo... idealizam sentados confortavelmente novos tipos sociais tão desconhecidos deles como de seus leitores”²⁴.

Segundo Homi Bhabha o agente do discurso torna-se, no momento da enunciação, o objeto projetado, invertido do argumento, voltado contra si próprio²⁵. Nestes momentos surgem as formas críticas de análises. Pois, surge um espaço entre quem enunciou e o enunciado.

²⁴ BARROS, Jorge D’Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Revista Albuquerque*, v. 2, n. 3, 1910, p. 15.

²⁵ BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 50.

A linguagem crítica é eficiente não porque mantém separados os termos do senhor e do escravo, do mercantilista e do marxista, mas na medida em que ultrapassa as bases da oposição dadas e abre um espaço de tradução: um lugar de hibridismo...nem um nem outro... negociação de instâncias contraditórias e antagônicas, que abrem lugares e objetivos híbridos de luta.²⁶

Ao utilizar-se dos viajantes europeus, pretendeu-se analisar suas narrativas carregadas de estigmas e de preconceitos, sem dualidades, sem embates entre o estranhamento do viajante e a condição adversa do escravizado. Criando um espaço analítico e *híbrido*, propondo decifrar aspectos diferentes das narrativas dos narradores, para prevalecer a tradução de um discurso que vise a contribuir para o reconhecimento da identidade negra e afro-brasileira em nossa história, tendo justamente como fontes os viajantes europeus citados. Pois, na concepção de Bhabha o sinal de que a história está acontecendo e o reconhecimento do agente, cita-se neste contexto o viajante, regula uma unidade de antagonismos sem demonstrar contradições, já que elas existiam. E é nessa existência que os negros faziam sua história.

O viajante alemão Joseph Hörmeyer, pesquisado por Claudio Pereira Elmir, tornou-se uma dessas referências.²⁷ Este viajante escreveu suas memórias no livro *O Rio Grande do Sul de 1850*, descrevendo a província, principalmente através de sua capital, Porto Alegre. Segundo Elmir um dos objetivos do alemão foi o de divulgar o Rio Grande do Sul aos imigrantes. Porém, muitas páginas da obra foram dedicadas ao escravo gaúcho.

Para Elmir:

A importância de seu livro, enquanto fonte documental, inscreve-se na possibilidade que nos faculta de lançar um olhar à sociedade porto-alegrense do século passado, a partir de um protagonista desta mesma história. Ou seja, é possível abstrair conclusões acerca da escravidão negra na capital da Província, desde os relatos de um homem que não compunha os quadros do poder dirigente local, o que, contudo, não significa que estivesse pouco identificado com este setor dominante. A leitura de Hormeyer permite-nos algumas representações daqueles que habitaram a geografia da cidade.²⁸

²⁶ *Idem*, 50-51.

²⁷ ELMIR, Claudio Pereira. O Escravo urbano na visão de um viajante. Porto Alegre, *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, 16, 1990, p.95-103.

²⁸ *Ibidem*, 1986, p.96

Segundo este viajante, era na rua que se identificava o *status* do negro liberto ou escravo. Ele observara que era possível representar a situação de um negro pelos pés calçados ou descalços. Descalços, escravo. Calçado, liberto²⁹. Em outra passagem, o alemão identificou o trabalho do negro urbano até nas tarefas simples, em que um escravo carregava um livro para o escravocrata.

Hörmeyer narrou que uma das formas de conter uma massa tão numerosa de escravos eram as procissões oferecidas pela Igreja Católica que recebia negros de diferentes matizes³⁰. Para Elmir isto sintetizava a estratégia de cooptação realizada pela Igreja Católica, que buscava com isto enfraquecer o candomblé e os batuques. O historiador concorda com a tensão existente entre senhor/escravo ou dominador/dominado. No entanto, salientamos o sincretismo religioso como prováveis estratégias utilizadas pelos escravizados, analisando o movimento existente nestas dicotomias entre opressor/oprimido.

A Irmandade do Rosário de Porto Alegre deu entrada para o pedido de oficialização do compromisso em 12 de março de 1786. No período de sua existência a Irmandade do Rosário de Porto Alegre tinha uma organização integradora, pois dela participavam pessoas negras, brancas, escravizados e mulheres³¹. Quanto às atividades e a participação dos irmãos a caracterização foi significativa, nas procissões:

Um aglomerado de pretos e pretas acompanhando ou antes perseguindo o andor, sem nenhuma ordem e recolhimento. Excetuados talvez um ou dois, não havia entre os mesários nenhum católico praticante. Alguns deles eram dados à prática do espiritismo e do batuque.³²

Segundo o antropólogo Iosvaldyr Bittencourt, autor do livro: “Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre”:

A encarnação e espíritos dos antepassados – os eguns, já era praticada pelos grupos de origem Bantu – abriu espaço para a entrada de elementos do

²⁹ ELMIR, Claudio Pereira. O Escravo na visão de um viajante. Porto Alegre: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, 16, 1990, *apud* Hörmeyer, 1986, p. 79.

³⁰ *Idem*.

³¹ PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e afrodescendência organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2008. p. 80, *apud* Barea, 2004, p. 366.

³² *Idem*.

espiritismo popular europeu (...) grande parte do patrimônio cultural negro-africano foi flexível o suficiente para responder a situação concreta vivida na diáspora...³³

Assim como os negros utilizavam-se elementos do espiritismo para resistir na escravidão, pesquisas realizadas pelo Antropólogo Ari Pedro Oro, revelam atualmente o contrário; um número crescente de colonos descendentes de alemães e italianos adeptos das religiões de matriz africana, a procura de respostas para as suas aflições de um mundo globalizado em constantes transformações. Um dos dados mais surpreendentes do recenseamento do ano 2000 do IBGE, segundo este pesquisador, foi o de surgir no Rio Grande do Sul o índice mais elevado do país de indivíduos que se declararam pertencentes às religiões afro-brasileiras. Foram 1,62% dos gaúchos, contra 0,3% dos brasileiros em geral.³⁴

Retornando aos viajantes, na cidade de Rio Grande um viajante inglês, chamado John Luccock, traz interessantes elementos para pensarmos as técnicas de trabalho dominadas pelos escravizados.³⁵ Conforme o viajante, alguns ofícios destes negros estavam vinculados a carpintaria e a lavagem de roupas. Já o francês Sainte-Hilaire, em 1820, também em Rio Grande observou que os negros acorados vendiam cebolas, couves e alfaces. Nicolau Dreys viveu na cidade em 1823 e verificou a utilização dos braços negros na estiva do porto de Rio Grande, bem como na construção do mesmo.³⁶ Portanto, existiam nas cidades uma circulação e redes de sociabilidades negras.

Conforme Iosvaldir Bittencourt Júnior, a partir destas constatações expostas, analisa-se Porto Alegre quanto as possibilidades da mobilidade negra nas cidades urbanas a exemplo das vendedoras do Largo da Quitanda:

É possível perceber a ampla circularidade e domínio dos lugares públicos urbanos que detinham as negras vendedoras. Se a quitanda a obrigava a uma

³³ BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho Jr. *Museu do percurso donegro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Grafiserv, 2010, p.42-43.

³⁴ ORO, Ari Pedro. As religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: *Debates do NER*, 2008, n°. 13 p. 9-23.

³⁵ LUCCOK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: USP, 1975.

³⁶ DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

fixidez, onde acolhia a inúmeros clientes, o tabuleiro conferia-lhe uma ampla mobilidade, bem como as visitas para vendas feitas de porta em porta. Estas condições de trabalho oportunizavam às negras vendedoras múltiplos contatos com os demais escravos, seja nas ruas ou nas casas, bem como com segmentos brancos da população porto-alegrense...a tenacidade da autopreservação fazia com que os ganhos conseguidos com os serviços diários fossem acrescidos de pequenas transgressões, facilitadas pelas redes de solidariedade e interesses mútuos que se cruzavam...³⁷

Em outro relato, utilizaremos o médico-viajante italiano Giovani Palombini, considerado segundo³⁸ um dos responsáveis em expandir a política de imigração italiana. A historiadora analisou os discursos do médico referente ao negro entre 1901 e 1914, identificando-os como preconceituosos e depreciativos. Principalmente para com a mulher negra e as religiões desta comunidade. Conforme Palombini:

Tive a oportunidade de ser espectador de festas, especialmente de negros, que tem início ao pôr-do-sol e terminam de manhã. São verdadeiras orgias: com pretexto de festejar algum santo, reúnem grande multidão, perto de alguma capelinha e ali, ao som de guizos e de pandeiros e de desalentadas gaitas, dançam, gritam, bebem e comem doces...³⁹

Independentemente do olhar preconceituoso enunciado na escrita, é possível identificar em Palombini a força das manifestações religiosas afro-brasileiras, pois os negros devido a forte opressão sofrida naquela época, certamente extravasavam suas angústias na sociabilidade de sua religião, quem sabe fortalecendo-se coletivamente.

Conforme a cartilha escolar formulada no ano de 2005, “identidade é formada a partir de traços culturais compartilhados, que dizem respeito ao sentimento de pertencimento a um grupo...”⁴⁰. Esta cartilha pedagógica foi executada através de uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional, visando colaborar para a

³⁷ BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho Jr. *Op. cit.*, p.37.

³⁸ SCHWARTSMANN, Leonor. *Olhares do médico-viajante. – Giovani Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914)*. Porto Alegre: PUCRS, 2008, p. 123.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Cartilha Escolar o Negro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IPHAN, 2005. p.20.

implementação da Lei 10.639 no Rio Grande do Sul, intitulada *O Negro no Rio Grande do Sul*.⁴¹

Considerações finais

Conclui-se que os olhares dos viajantes passam a ser pertinentes para auxiliar os docentes no desenvolvimento e no ensino de história e da cultura afro-brasileira com vistas à execução da Lei 10.639/03, já que carregam elementos culturais e sociais sob os diversos modelos. Entende-se a dificuldade de supor a inexistência de materiais didáticos por parte dos professores em virtude do costume de entender a cultura afro-brasileira como algo estranho a nós mesmos, preconceitos forjados nos resquícios de um ensino básico tradicional, em que comumente se associou africanos e negros a escravos ou como povos primitivos, sem escrita. Enquanto por muito tempo se associou aos europeus a alcunha de povos civilizados e, portanto, portadores de escrita, consequentemente de história. Entretanto, percebe-se nos movimentos sociais certa aversão ao passado escravocrata moderno, principalmente em virtude dos estigmas ainda hoje sentidos.

A de se ressaltar a persistência dos movimentos sociais e de seus representantes na luta pelo reconhecimento de sua história, reflexo sentido no ensino em virtude da promulgação da Lei 10.639, que representa um avanço simbólico nas relações sociais brasileiras.

Deve-se rever a história valendo-se dos novos conceitos utilizados nas pesquisas atuais, mas sem negar a escravidão, antes muito pelo contrário, já que é possível através deste mesmo passado reescrever outras versões que contemplem com seriedade, e sem fantasias, possíveis releituras dos povos africanos antes mesmo da escravidão moderna, atualizadas por intermédio das fontes existentes, sejam materiais ou imateriais. Neste sentido, musicalidade, corporeidade, poesia, pesquisas sobre alimentos, parentesco entre escravos, territórios africanos, territórios quilombolas, a participação do negro na formação da sociedade e tantas outras formas e conteúdos relacionados aos afrodescendentes podem auxiliar os educadores na aplicabilidade da Lei 10.639, inclusive de maneira in-

⁴¹ *Idem*.

terdisciplinar, motivando a troca de experiências entre os professores de história, geografia, música, português e artes, contemplando a assertiva da Lei que enfatiza o ensino da história e da cultura afro-brasileira em todo o currículo escolar.

Os artigos da lei remetem à contribuição do negro na formação da sociedade nacional. Se por um lado tem-se um forte discurso gerador de estereótipos advindos do passado, por outro é possível estabelecer a partir das mesmas fontes consubstanciadas as ferramentas teóricas atuais, através da crítica histórica, parâmetros interpretativos do cotidiano dos negros, passando pela importância social de um sapato até as funções urbanas do trabalho escravizado, em que um simples livro era carregado pelo cativo. Foi interessante observar nos relatos dos viajantes a circularidade dos negros nas cidades, onde as andanças com um tabuleiro poderiam gerar contatos e laços de solidariedade. Destacou-se a visão apresentada por Palombini referente às religiões de matriz africanas, em que os seus estigmas e preconceitos foram incapazes de perceber naquela manifestação laços culturais identitários de fortalecimento coletivo, importante para aprender e compreender os dinamismos da história cultural, política e social da cultura afro-brasileira no estado do Rio Grande do Sul.

O imaginário da cidade e do campo na obra de Adolfo Caminha

Manoel Carlos Fonseca de Alencar*

Pretendo com esse trabalho analisar as representações de natureza, cultura e civilização na obra *No país dos Ianques*, de Adolfo Caminha. Constituído-se como um relato da viagem que o escritor fez aos Estados Unidos na década de 1880, nele podemos compreender o imaginário social sobre a cidade e o campo no século XIX. Ao longo de seu relato ele descreve, compara e julga os ganhos e perdas advindas com o processo civilizatório. De um lado o fascínio pelo progresso dos países desenvolvidos, com suas conquistas técnico-científicas. Por outro lado um repúdio pelo que considerava a degeneração moral advindo com o aprofundamento do processo civilizatório. Tomo como referência a conceito de imaginário da cidade, de Sandra Jatthy Pesavento, e o conceito de perspectiva histórica de Raymond Williams, segundo o qual as visões dos intelectuais devem ser articuladas com a sua experiência histórica e lugar social.

Palavras-chave: literatura, imaginário, cidade

Introdução

A partir da década de 1870 foi marcada por muitas transformações na realidade brasileira, decorrentes da necessidade cada vez mais premente de se adequar a um mundo burguês e liberal que se expandia de forma extraordinária. A *Lei do Ventre Livre* colocava para as elites brasileiras a possibilidade de, em algumas décadas, não contar mais com a mão-de-obra escrava, que tinha sido, até aquele momento, o sustentáculo da economia brasileira.

* Doutorando em História pela UFMG. Professor da FECLESC-UECE.

I intend with this work to analyze the representations of nature, culture and civilization in the book “in the country of the Yankees”, by Adolfo Caminha. Constituting itself as an account of the journey that the writer made to the United States in the 1880s, in this we can understand the social imaginary on town and country in the nineteenth century. Throughout his account he describes, compares and judges the gains and losses from the civilizing process. on the one hand the fascination for the progress

of developed countries, with their technical and scientific achievements. On the other hand, a repudiation for what he considered the moral degeneracy arising with the deepening of the civilizing process. I use as reference the concept of imaginary of city, of Jatahy Sandra Pesavento, and the concept of historical perspective of Raymond Williams, according to which the views of intellectuals should be articulated with its historical experience and social place.

Keywords: Literature, imaginary, city

As cidades cresciam a olhos vistos, sobretudo as litorâneas, e, com elas, as camadas médias – médicos, professores, advogados, comerciantes etc. – ávidas por alargar sua participação política na fechada estrutura do Império. Alia-se a isso, no dizer de Sílvio Romero, esse “*bando de idéias novas (que) esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte*”: Positivismo, Evolucionismo, Darwinismo e determinismos de toda ordem, climático, social, biológico povoavam o imaginário social dessa geração de intelectuais.

Nesse contexto, Adolfo Caminha foi um dos intelectuais que procurou dar respostas aos dilemas de seu tempo. Civilização, progresso, ciência, cidade, cultura, campo, natureza, raça foram termos que o autor manejava no sentido de compreender e representar o mundo social. Em 1886, ele escreveu um relato inspirado em uma viagem que fez aos Estados Unidos, intitulado *No país dos Ianques*. Através do olhar do romancista podemos vislumbrar a força imaginária com que as noções de progresso e de civilização impunham-se aos intelectuais do século XIX. Ligadas geralmente à cidade, elas norteiam o seu olhar, servem de parâmetro comparativo, determinam o que deve ser visto e como julgar um povo em seus costumes, suas construções arquitetônicas, seu aspecto físico e sua forma de pensar.

Visto por outro prisma, as cidades representavam também o lugar da vertigem, a aceleração, do mundanismo, da degenerescência, representando para estes escritores a face negativa do processo civilizatório. Este mundo urbano é, normalmente, contraposto ao mundo rural, figurado como tranquilidade, austeridade e estabilidade social. O sertanejo é representado por Adolfo Caminha como um homem natural e espontâneo, confundindo-se com a própria natureza.

A cultura, ou *Kultur*, na acepção alemã, é antídoto contra os descaminhos da civilização, pois representa a essência primitiva, a força selvagem e ingênua que deve fundamentar a construção das nações. Tratava-se, portanto, de aprimorar o processo civilizatório, reformando-o ética e moralmente, a partir das forças primordiais da cultura e da natureza.

Tal posicionamento do intelectual Adolfo Caminha deve ser entendido levando em conta experiência e perspectiva histórica, pois estas iluminam a construção imaginária da realidade em sua volta. Tais representações sociais sobre a experiência urbana e sobre o mundo rural são parte de lugar social ocupado pelo escritor, no amplo espectro dos sujeitos que viviam na realidade do século XIX. Elidido esse lugar, perde-se a compreensão da complexidade das representações sobre o campo e a cidade, nesse século de profundas transformações na realidade brasileira e global.

Literatura, civilização e ciência em Adolfo Caminha

A viagem que Adolfo Caminha fez aos Estados Unidos em 1886, a bordo do navio Barroso, é relatada em seu livro *No país dos Ianques*. Ele foi publicado em 1890, em Fortaleza, no *Diário do Ceará* e, em 94, é enfeixado em volume, no Rio de Janeiro. Esse relato de viagem pode ser tomado como o registro do contato de um intelectual da periferia do capitalismo com uma nação que já apresentava um significativo avanço técnico-industrial, segundo Hobsbawn.¹ Acresce-se o fato de que os Estados Unidos serem freqüentemente citados pelos intelectuais brasileiros como exemplo de nação moderna, pois era o país americano que já fora uma colônia e, conquistando a sua independência pioneiramente, figurava como uma república rica e progressista.

O relato foi escrito em um período de grande euforia do meio letrado com o progresso técnico-industrial das nações ditas mais evoluídas e da necessidade premente que os intelectuais viam de o Brasil, imerso no atraso de uma herança rural e monárquica, sintonizar-se com os alarmas dos novos tempos.

¹ HOBBSAWN, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz & Terra, 1982.

No prefácio do livro, depois de definir uma vinculação com o naturalismo, através da inspiração de Taine, Adolfo Caminha afirma: “Os poucos meses que passei nos Estados Unidos apenas me proporcionaram o ensejo de admirar, através de um prisma todo pessoal, o progresso assombroso desse extraordinário país.” Ele estava ansioso para chegar “ao país maravilhoso dos Ianques, ao berço da eletricidade”, “(...) conhecer *de visu* o celebrado país das descobertas engenhosas.”²

O realismo-naturalismo, corrente estética seguida por Adolfo Caminha, não foi um pensamento isolado, mas fez parte do imaginário social que esteve presente entre os intelectuais do último quartel do século XIX. Nele se ligavam, num estranho amálgama, concepções políticas, filosóficas, médicas etc. A sua característica mais marcante, que se colocava como renovador, é ter erigido a ciência como conhecimento objetivo e imparcial e, por isso mesmo, superior às demais formas de saber. O saber científico propiciaria os elementos para o Brasil ingressar em uma nova ordem e os intelectuais se incumbiram da tarefa de serem os seus divulgadores em terras tropicais. A palavra ciência aparecia com tanta recorrência os letrados a usavam de forma tão fervorosa, que ela assumiu deveras as feições de um culto. Eram eles seus pregadores e a palavra professada, uma verdade sublime e indiscutível.³

Taine, citado na passagem acima, foi um dos autores que inspirou uma voga de escritores cientificistas. Junto à Buckle, Darwin, Spencer, suas idéias da determinação do meio sobre comportamento humana informou o pensamento social de uma plêiade de escritores, que a partir da década de 1870, passaram a utilizá-las em um amplo conjunto de escritas, desde estudos antropológicos, às obras ficcionais. Tendo seu foco na Escola do Recife e na Academia Francesa, do Ceará, o naturalismo propalava a idéia de que somente através da ciência se renovariam as idéias preponderantes à época⁴ Segundo acreditavam, o Romantismo foi a estética do período monárquico e a ele associavam o artificialismo e

² CAMINHA, Adolfo. *Tentação; No país dos Ianques*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 116

³ RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁴ Consultar: CÂNDIDO, Antônio. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988; AZEVEDO, Sânzio de. *A Academia Francesa do Ceará (1873-1875)*. Fortaleza: Casa José de Alencar; Universidade Federal do Ceará, 1971.

uma visão exótica do país, ligando-o também a uma estrutura social própria do império: excludente e nobiliárquica. Apenas a ciência seria capaz de produzir uma visão mais real do país, e a ela os naturalistas aferraram-se, tornando-a não apenas um referencial de análise social, mas uma ferramenta política de crítica e transformação da realidade.

Foram os membros da Academia Francesa que introduziram no Ceará essa leitura científicista que dali em diante se tornaria uma lente através da qual os letrados procuraram interpretar a realidade local. Uma breve análise do jornal *Fraternidade*, escrito no Ceará entre nos anos de 1873 a 1875, pela Academia, permite a compreensão do científicismo como um pensamento compartilhado por um conjunto de intelectuais. Através de revistas, de palestras proferidas na *Escola Popular*,⁵ e de uma vasta produção ficcional e científica, divulgavam suas ideias, tentando fazê-las um referencial mais adequado no entendimento do atraso do país. Certamente, essas idéias são parte de um imaginário social presente entre uma geração de intelectuais, possibilitando situar Adolfo Caminha numa constelação de autores que a partir de 1870 elaboraram uma leitura comungada do mundo social.

A marca mais fundamental da Academia Francesa⁶ foi o científicismo. Essa crença desmedida na ciência tem um conjunto de desdobramentos nas leituras e posturas desses intelectuais diante da realidade brasileira. Legitimados pela ciência, eles justificavam suas posições contra o poder estabelecido, em prol de uma nova ordem. Segundo eles, a República era um estágio mais avançado que a Monarquia. Nesse sentido, as elites imperiais estavam impedindo o desenvolvimento natural das coisas. Era necessário negar essas elites, e a história estaria do lado de quem as negasse. O evolucionismo e o positivismo foram as teorias nas quais se baseavam para legitimar essa visão. A história tende a progredir, a humanidade a se aperfeiçoar, tudo estava submetido a uma lei geral da transformação onde os estágios se sucedem num *continuum*. Negar essa linha evolutiva

⁵ A Escola Popular foi fundada pela Academia Francesa e consistia na prática de promover palestras abertas ao público geral. Entre seus palestrantes mais conhecidos está Capistrano de Abreu, que ali comunicou seus primeiros artigos.

⁶ Capistrano de Abreu, Rocha Lima, Araripe Júnior, Thomás Pompeu Filho, Antônio Bezerra, João Cordeiro, entre outros – em sua maioria, egressos das tradicionais famílias locais – fundaram em 1873 o periódico chamado *Fraternidade*, através do qual veicularam suas concepções de política, ciência e filosofia.

era negar a ciência e a ordem natural das coisas. Impregnado de uma linguagem científica, num dos artigos do *Fraternidade*, se afirma: “*Resulta de tudo que a imobilidade é uma negação da vida, na ordem physica e na ordem moral*”. No mesmo artigo, logo à frente: “uma verdade agora foi o absurdo d’outrora, e vice-versa; tudo pela lei fatídica das transformações, pela qual a vida vegetativa se dá a agregação e a desagregação das moléculas; na vida intellectiva igual phenomeno, entre os atomos da sciencia humana.”⁷

Como fica claro, a sociedade comporta leis semelhantes às leis do mundo natural. Transplantadas as leis da natureza para a sociedade, a conclusão era de que, se na natureza existia uma constante transformação em direção ao aperfeiçoamento, da mesma forma a humanidade se aperfeiçoaria através de uma linha evolutiva, em direção ao progresso e à civilização.

August Comte⁸ e sua teoria dos três estágios – teológico, metafísico e positivo – caiu como uma luva nos seus anseios de mudança. Até aquele momento o Brasil vivia sobre o estágio metafísico, ligado aos valores religiosos e monárquicos. Caberia aos homens de ciência lutar pela instauração de uma nova ordem – o estágio positivo – em que vigorasse os valores da ciência e da verdade, que “...*representa a idade madura sem as illusões dos primeiros annos...*”⁹. Assim, esses intelectuais acreditavam que o século XIX era, por excelência, o século da ciência. “*O século XIX teve felizmente a glória de descobrir a lei progressiva dos povos e de lançar as bases para a religião universal e talvez eterna – o culto da sciencia e a veneração do genio*”¹⁰.

Angel Rama atentou para fato de que, em territórios americanos, nesse período de negação dos valores conservadores, ligados ao Império e à Igreja, a ciência tomou foros de religião, substituindo-a como verdade inquestionável. Dentro dessa nova conjuntura “*competia às cidades dominar e civilizar seu contorno, o*

⁷ *Fraternidade*. Fortaleza, 30 de junho de 1874, nº 32, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, rolo 151.

⁸ August Comte (1798-1857). Filósofo francês, fundador de uma das mais importantes escolas filosóficas dos séculos XIX e XX: o positivismo. Sua doutrina teve grande influência na implantação da república no Brasil. A divisa da bandeira brasileira ‘Ordem e Progresso’ é comtiana.

⁹ *Fraternidade*. Fortaleza, 18 de novembro de 1873, nº 3, *Op. cit.*

¹⁰ *Fraternidade*. Fortaleza, 21 de julho de 1874, nº 35, *Op. cit.*

que primeiro se chamou ‘evangelizar’, e depois ‘educar.’”¹¹ O saber científico, então, propiciaria os elementos para o Brasil ingressar em uma nova ordem e os intelectuais da Academia Francesa se incumbiram da tarefa de serem os seus divulgadores em terras tropicais. A palavra ciência aparecia com tanta recorrência no jornal *Fraternidade*, os seus membros a usavam de forma tão fervorosa, que ela assumiu deveras as feições de um culto, sendo os intelectuais, os seus pregadores, e a palavra professada, uma verdade sublime e indiscutível.

Essa crítica, entretanto, não se resumia apenas à política e à economia, compreendia toda uma visão de mundo na qual se assentavam as estruturas do Império, cujo representante maior era, na literatura, o Romantismo. Em prol da ciência e do pensamento crítico esses intelectuais se colocaram em campo oposto ao Romantismo. Segundo eles, o Romantismo era um pensamento idealista e conservador, contrário às novas idéias do século, que exigia uma visão mais realista e positiva. Na verdade, o Romantismo se apresentava como a estética oficial do Império, estando intimamente ligado ao poder. Desta forma, uma nova mentalidade teria que insurgir-se contra aquela que tinha sido a base ideológica do poder monárquico. Não é de se espantar que foi no Nordeste, sobretudo no Recife e no Ceará, onde despontou essa tendência crítica que mais tarde daria forma ao naturalismo brasileiro. Nicolau Sevcenko aponta as diferenças entre as novas tendências realistas e as românticas, tentando nos mostrar a relação entre o saber e as estruturas sociais na seguinte passagem:

O romantismo representou bem um modelo de sociedade estável, mantida sob um sistema homogêneo de autoridade, como o do II Reinado do Brasil. Supunha por isso um sistema único de valores e uma perspectiva de contemplação social privilegiada e também exclusiva, que é a que se orienta do topo em direção à base da pirâmide... Já o realismo e naturalismo representam a sociedade multifragmentada, em que, havendo sido rompido o sistema de hegemonia de uma elite uniforme, vários grupos sociais se vêem encorajados a conceber a sociedade a partir de sua perspectiva particular.¹²

Vale acrescentar que o Imperador figurava como um grande mecenas das artes brasileiras, mantendo ao seu lado um círculo de eleitos. Fora desse círculo

¹¹ RAMA, Angel. *Op. cit.*, p.37

¹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. (4ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 227

era quase impossível conquistar prestígio e reconhecimento nas letras. A própria corte mantinha um poder absorvente sobre a criação literária, em razão do patrocínio do Imperador e de ter sido a cidade que, na época, apresentava um ambiente urbano e cosmopolita, mais propício a disseminação da obra de arte.¹³ O que gerava uma revolta por parte dos intelectuais provincianos, pois se nas capitais de suas províncias encontravam sérios entraves à realização artística, no Rio de Janeiro se deparavam com uma estrutura fechada, onde era pequeno o espaço para a promoção de novos talentos¹⁴. Não é outra a razão pela qual os intelectuais cientificistas se voltaram contra o Império e o Romantismo, acusando este último de ter formulado uma interpretação superficial da realidade brasileira. As teorias cientificistas, que aqui chegavam importadas da Europa, não só legitimavam seu ideário republicano e transformador, como faziam desse ideário uma verdade inquestionável, pois estava baseado no pensamento científico. O seguinte trecho do jornal *Fraternidade* resume o que quero dizer:

O sentimentalismo vago e indefinido, o misticismo beato e o romantismo religioso que tantos males tem produzido a civilização e ao livre desenvolvimento dos povos vão sendo substituídos pelos conhecimentos úteis a vida, pela aplicação das faculdades intelectuais a indústria e ao comércio graças a difusão das ciências positivas¹⁵

Essa nova postura levou mais tarde ao que os escritores chamaram de “retratar a cor local”, ou melhor, uma pesquisa mais profunda da realidade específica das várias regiões do país, que levasse em conta os elementos condicionantes da cultura. Podemos encontrar aí o forte elemento regional que iria marcar a literatura naturalista, já que exigia do escritor um contato mais direto com a realidade que ele pretendia retratar em seu romance.¹⁶ Essa vontade de dar visibi-

¹³ Vale acrescentar que a produção e a circulação dos romances, nesse período, se restringiam, quase que exclusivamente, ao Rio de Janeiro, sendo muito parca nas províncias do Brasil. Isso se deve, sobretudo, a dois fatores: em primeiro lugar, era muito pequeno o público leitor nas províncias e, enfim, porque as formas de impressão eram muito precárias.

¹⁴ BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadentistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

¹⁵ *Fraternidade*. Fortaleza, 6 de outubro de 1874, nº 42, p.2. *Op. cit.*

¹⁶ Essa foi a crítica que foi feita por Araripe Júnior a José de Alencar com respeito ao seu romance “O sertanejo”. Segundo Araripe Júnior, José de Alencar pecava pela pouca observação da paisagem e dos costumes do Sertão. Ver: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polémicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. e LANDIM, Teoberto.

lidade às paisagens e aos tipos regionais já estava presente no Romantismo, mas não exigia do escritor um senso de observação que levasse em conta a força com que o meio determinava o caráter dos indivíduos. Essas paisagens e esses tipos regionais presentes no romance romântico cumpriam a função de diferenciação, tão presente na preocupação nacionalista desse estilo¹⁷; inclusive, religavam as elites – que tinham suas riquezas provenientes da agricultura, mas que residiam na corte – com suas bases rurais. Contudo, no Romantismo, esse “regionalismo” não tomou as cores de um autêntico localismo, ou seja, da conformação de uma identidade local diferenciada das outras regiões do país. A Academia Francesa já criticava também o excesso de convencionalismo romântico, que estava eivado de um artificialismo ao retratar as realidades locais. Segundo eles, por mais que os escritores românticos dessem vazão aos tipos regionais, partiam de um molde universal na estruturação da ficção, de forma que a trama dos romances românticos reproduzia uma convenção universal e os tipos e as paisagens regionais entravam apenas como pano de fundo¹⁸.

Não é simples compreender como letrados tão marcados pelas idéias de civilização, importadas da Europa, voltem-se contra o Romantismo exatamente por este ser um produto estrangeiro. Caberia ao Brasil, segundo essa intelectualidade, livrar-se das amarras do passado rural e monárquico e ingressar de vez em uma sociedade industrial e republicana. E isso só se daria se, como a própria Europa mostrava, uma visão comprometida com o progresso finalmente vingasse em terras tropicais. Então, era o próprio pensamento europeu que daria os subsídios para o Brasil superar a sua condição de dependência e ombrear as grandes nações modernas em civilização e progresso.

Então, isso que os escritores naturalistas chamavam de retratar a cor local, essa procura pelos traços particulares que definem um povo e seus costumes, e que fossem contrários à noção vaga e superficial do Romantismo, deu-se por

Seca: a estação do inferno. Fortaleza, UFC/Casa José de Alencar, 1992.

¹⁷ NAXARA, Capelari Márcia Regina. *Sobre campo e cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP-IFCH, 1999.

¹⁸ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997 e PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de Ficção (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1957.

uma pesquisa da interação do homem com o meio. Ou melhor, da determinação desse meio nas ações dos homens, condicionando seus modos de vida. Esse cientificismo determinou uma releitura da nacionalidade brasileira com um forte caráter reformador. Contrários ao saudosismo passadista dos românticos, os naturalistas tinham o seu olhar lançado sobre o futuro, na busca da instauração de uma sociedade liberal e moderna no Brasil¹⁹. O que, então, levou os naturalistas a definir uma identidade nacional e local a partir de parâmetros ainda rurais, enxergando nos modos de vida do sertão os elementos a serem preservados como atestados de nossa peculiaridade e diferenciação?

Essa era mais uma das ambigüidades da sociedade moderna. Se por um lado ela tende a se universalizar, exportando/importando produtos, modos de vida e valores; por outro, causa nas nações um forte desejo de diferenciação que parta de elementos que se encontram fora do espaço mais característico dessa universalização, ou seja, a cidade. Adolfo Caminha, em seu artigo escrito já no Rio de Janeiro para a Gazeta de Notícias, intitulado “Nativismo ou Cosmopolitismo?”, toma a defesa do primeiro ao escrever:

Admite-se que o artista educado na capital do Brazil, onde a vida é a mesma de todas as grandes capitães, escolha de preferencia themes complicados de psychologia, ou deixe-se influenciar pelos modelos da França, dando uma obra falsa, imitada, sem originalidade, sem côr propria, e o fato não é raro; porque num meio cosmopolita como esse, elle perde, inconscientemente, as qualidades caracteristicas de brasileiro: a arte sae-lhe torturada, não exprime emoções verdadeiras(...) Mas, o provinciano, que desconhece a tumultuosa agitação dos grandes centros, que vive lá no coração de sua patria, identificado com o viver do povo em com a natureza, é sempre original e verdadeiro, porque descreve o que viu e sentiu, communica-nos a impressão que directamente recebeu; é, por força, um nativista, um producto do meio nacional.²⁰

Isso porque as cidades são o palco da estandartização do modo de vida burguês e nelas se reproduzem de uma forma impressionante os valores globais da burguesia; o que as torna muito parecidas uma com as outras. Assim, ao procurar uma identidade que possa conformar o povo cearense, esses intelectuais

¹⁹ Ver: BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

²⁰ CAMINHA, Adolfo. *Cartas Literárias*. Rio de Janeiro: Typografia Moderna, 1895. p.42

não a encontraram na cidade, mas no sertão. Esses são movimentos paralelos, carregados de tensões e ambiguidades: de um lado, a universalização do modo de vida burguês, urbano e industrial, de outro, a ânsia de uma diferenciação, só possível através de elementos que estão fora desse mundo que tende cada vez mais a se expandir e superar os outros modos de vida.

Civilização e urbanidade no imaginário social do século XIX

Na segunda metade do século XIX o capitalismo expandiu-se de forma extraordinária e com ele todo um modo de vida e imaginário burguês. Esse processo pareceu inexorável àqueles que o assistiram. Aos países que estavam na periferia do capitalismourgia “acertar os ponteiros” e se colocar lado a lado dos países que figuravam como exemplo de progresso e civilização.²¹ Foram as cidades que concentraram essa gama de valores em torno do progresso e da civilização porque foi em suas malhas que se instalaram as indústrias e que passaram a residir as elites burguesas. Elas se queriam de uma aparência grandiloquente. Expunham novos símbolos que significavam a grandeza e o poder de uma nova classe, um novo sistema, uma nova forma de organizar a vida. Caminha sentia-se maravilhado com sua visita a Nova York, embevecido, como numa ânsia de ver as cidades brasileiras mostrarem-se tão imponentes e majestosas. De cima da ponte do Brooklin, estupefato, ele contempla os ganhos do progresso. O olhar é de admiração, é de estranhamento frente ao novo, frente às conquistas do homem, do homem e seu poder, o poder da ciência.

E punha-se na embriaguez do grandioso, a pensar no progresso dos Estados Unidos, desse país modelo, onde tudo move-se por meio de eletricidade e vapor, onde tudo é feito às carreiras, num abrir e fechar de olhos, sem a menor perda de tempo; vinha-me à imaginação escandecida as descobertas de Franklin, de Fulton e de Edison, as maravilhosas experiências sobre o telégrafo, sobre o telefone e sobre o fonógrafo, e eu repetia com os meus botões, mergulhando o olhar na distância, abarcando a cidade inteira:

- Grande país. Grande povo, gente feliz, que sabe compreender a vida e amar a pátria.²²

²¹ NEVES, Margarida de Souza. *Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST, 1991

²² CAMINHA, Adolfo. *Tentação... op. cit.*, p. 164

O processo civilizatório englobava amplos aspectos da realidade social. O próprio traçado urbano é passível de ser qualificado em um dos lados da linha que separa a civilização da barbárie. Ao se referir tanto à ilha de Barbados como à cidade de Anápolis, Adolfo Caminha ressalta as ruas estreitas, mal calçadas, desalinhadas, como sinais destoantes daquilo que considera civilizado.

Haussmann foi o responsável pelo grande bota a baixo na cidade de Paris, no Império de Napoleão III.²³ A intervenção autoritária feita pelo prefeito de Paris no traçado urbano - alinhando, nivelando e alargando as ruas do centro - destruindo todos os cortiços e velhos casarões e levantando em seu lugar uma fachada moderna e glamorosa, passou a ser a referência de urbanidade e civilização, almejada pelas autoridades dos países periféricos como atestado de que suas capitais acompanhavam os novos tempos. Walter Benjamin denominou Paris a “capital do século XIX”. Segundo Sandra Jatahy Pesavento:

Entendemos, todavia, que se Paris se constitui no paradigma da cidade moderna, metonímia da modernidade urbana, isso se deve, em grande parte, às forças das representações construídas sobre a cidade, seja sobre a forma de uma vasta produção literária, seja pela projeção urbanística dos seus projetos, personificados no que se chamaria ‘haussmanismo’.²⁴

Pereira Passos foi o responsável pela intervenção urbana no Rio de Janeiro, em 1904, inspirada em Haussmann e pelo bota a baixo nos cortiços do centro.²⁵ Já em 1875, Adolfo Herbster reformou a malha urbana – inspirada em Haussmann – que tornou as ruas de Fortaleza mais *largas, espaçosas e compridas*, com traçado em xadrez. Anos depois, a Rua Formosa, atual Barão do Rio Branco, pretendia cumprir a função de fazer do centro de Fortaleza um importante ponto comercial, sem ofender o “requinte” da burguesia local.²⁶

²³ Conferir: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias sobre o urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.*, p. 31

²⁵ Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

²⁶ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 1993.

Como as cidades eram o cartão-postal desses países, foi sobre elas que incidiu o esforço das autoridades locais no sentido de aformoseá-las. Nesse sentido, em todo o relato de Adolfo Caminha está presente um paradigma comparativo. Ao se deparar com determinadas imagens urbanas, remete-se ao Brasil, normalmente para mostrar o atraso de nosso país. Não à toa Adolfo Caminha ressentia-se ao ter que falar dos “*inconvenientes do nosso beco*”, ao referir-se à Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Comparada a Canal Street, avenida principal de Nova Orleans, a Rua do Ouvidor parecia-lhe muito atrasada.

Devemos atentar para o fato de que o novo traçado da cidade não atendia apenas aos anseios de embelezamento. Ele facilitava o trânsito mais eficaz de mercadorias. Além do forte caráter ordenador: evitava motins e afastava os pobres do centro da cidade, através da valorização imobiliária dos terrenos e dos códigos de postura que exigiam um determinado figurino de difícil acesso às camadas populares.²⁷.

Esses parâmetros de civilização incidiam acima de tudo sobre as avenidas centrais. Walter Benjamin as considerava uma alegoria da sociedade moderna, pois concentravam de forma impressionante os símbolos do capitalismo, que tem por essência a troca de mercadorias. Essas avenidas tumultuadas, repletas de casas de comércio, representavam incontestavelmente a sociedade do trabalho e do capital, nesse período avassalador de generalização dos modos de vida burguês e liberal, capitaneada pelo imperialismo das nações do centro do capitalismo.

Desta forma, Adolfo Caminha sempre oferece especial destaque à descrição dessas avenidas, procurando sublinhar o seu cotidiano movimentado, pessoas indo e vindo, veículos repletos de mercadorias, a euforia, o lufa-lufa, a roda-viva dessas grandes capitais, centros comerciais, por onde escoam produtos, seja para ser exportados ou distribuídos internamente.

As ruas longas e direitas, cruzam-se geometricamente e distinguem-se pela numeração (Fourteen street, Fifteen street etc.).

A Broadway é o centro comercial, a rua de maior movimento cotidiano – equi-vale à City de Londres.

Aí é que os carros se atropelam, que os transeuntes se abalroam numa confusão burlesca e indescritível de que a nossa Rua do Ouvidor não dá sequer

²⁷ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.*; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1998.

a menor idéia. Negociantes, capitalistas, banqueiros, corretores, operários e vagabundos acotovelam-se, empurram-se, pisam-se os calos e vão seguindo adiante, sem olhar para a trás, carregados de embrulhos, suando num verão, que costuma ser muito forte em Nova Iorque. A gente vê-se abarbada, para romper aquela multidão cerrada, compacta e egoísta.

Um cosmopolitismo sem igual em parte alguma.

Americanos, ingleses, espanhóis, franceses, italianos, alemães, gente de todas as nacionalidades (...) confundem-se nas ruas de Nova Iorque, enchendo-as em ondas sucessivas e tumultuosas, como em dias de carnaval no Rio.²⁸

Nessa passagem encontramos todos os elementos para discutir um fenômeno que muito inquietou os observadores do século XIX: a multidão. O ritmo frenético, a impessoalidade de pessoas transitando, umas sem conhecer as outras, numa diversidade de nacionalidade e de classe; os destinos desencontrados, os encontros casuais e fortuitos, dados por um relance do olhar, por um atropelo no meio da rua movimentada, numa aparente desorganização, tudo formando uma massa “*cerrada, compacta e egoísta*”, subjazem o cotidiano da metrópole moderna.²⁹

Esses homens sem face, sem aura, perdidos no meio de um sem sentido de suas vidas, estão unidos na verdade, segundo Walter Benjamim, por fios invisíveis: a produção e reprodução da sociedade capitalista, que tudo transmuda em lugar vazio, o mundo alienado e reificado da forma-mercadoria.³⁰

Adolfo Caminha tenta se colocar como *flâneur*, como observador imparcial no meio da multidão, mas é arrebatado pelo ritmo convulso da vida na metrópole moderna, a ponto de afirmar: “Eu, por mim, confesso que Nova Iorque produzia-me vertigens. O desejo imoderado de tudo ver, de tudo observar, de tudo saber, trazia-me uma inquietação contínua, tirava-me o sono, arrebatava-me todas as comodidades, torturava-me o espírito de análise.”³¹

É uma atitude mista de fascínio e repúdio. Se tudo o tornava maravilhado, ele se sentia incapaz de desvelar a razão que ordenava os destinos aparentemente desencontrados dos passantes. O observador-espectador colocou-se no meio do

²⁸ CAMINHA, Adolfo. Tentação..., *op. cit.*, p. 165

²⁹ Consultar: BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

³⁰ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.*

³¹ CAMINHA, Adolfo. Tentação..., *op. cit.*, p. 163

turbilhão da multidão e do elenco variado e multiforme de mercadorias expostas nas vitrines e se sentiu como outro passante qualquer.³²

Mas, no dia anterior, quando Adolfo Caminha chegou à Nova Iorque, era domingo. O cenário da cidade era completamente outro, bem diferente daquele de um dia de trabalho. Os armazéns fechados, as praças e ruas abandonadas, o silêncio descansado nos telhados, o olhar se prolongando até se perder no horizonte da rua larga e plana, dava mesmo a impressão de que um dos maiores centros de comércio dos Estados Unidos era na verdade uma cidade fantasma.

Toda a gente deserta para os arrabaldes, as ruas, muito largas e compridas, permanecem ermas e cheias de silêncio, entregues à vigilância dos *policemen*. Todas as casas comerciais, todos os armazéns, todas as fábricas, todos os estabelecimentos públicos, conservam-se fechados e taciturnos, como numa cidade abandonada.³³

A velocidade com que se modificou a paisagem de um dia para o outro impressionou o nosso escritor. A sociedade moderna, baseada na produção desenfreada da mercadoria apresentava-se como uma extensão do sistema de fábrica. Desta forma, submetia o cotidiano da metrópole aos ritmos resultantes da produção e reprodução do capital. Sem a circulação da mercadoria Nova Iorque “perdeu a vida” e se mostrava como uma cidade fantasma. Nesse sentido, segundo Foot Hardman: “(...) o espaço urbano da grande metrópole assume ele próprio a figura de uma aparição; pintores e literatos, a partir pelo menos de 1830, passaram a esboçar os traços dessa cidade fantasma (...) resultantes de uma dialética entre o aparecer e o desaparecer.”³⁴

As exposições universais: espetáculos da civilização

Depois de deixar Nova Iorque, o Barroso aportou em Nova Orleans, na ocasião da Exposição das Três Américas. As exposições universais tiveram o seu período áureo na segunda metade do século XIX. Através delas os países

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário..... *op. cit.*

³³ CAMINHA, Adolfo. Tentação..., *Op. cit.*, p. 160

³⁴ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Cia das Letras. 1988, p. 29

expunham o seu avanço técnico e podiam figurar como um país desenvolvido entre as outras nações. Elas nos mostram o fascínio que o século XIX nutria pelo sistema fabril e a necessidade premente que os países periféricos impunham-se no sentido de acompanhar o progresso das nações ditas mais avançadas. Sendo a primeira Exposição Universal realizada em Londres em 1851, onde foi construído o exuberante Palácio de Cristal, a partir daí várias exposições internacionais e locais foram organizadas. Segundo Foot Hardman:

Não se podia passar incólume ante o espetáculo das forças produtivas concentradas nesses espaços. A figura típica com que se faz parecer a sociedade capitalista – como uma ininterrupta coleção de mercadorias –, segundo a forma descrita por Marx nas primeiras linhas de *O Capital*, adquiria nas exposições, mesmo muito antes dos hipermercados, concretude exemplar.³⁵

Já em 1866, foi organizada uma exposição, levada a cabo pelas elites locais, com o objetivo claro de mostrar o Ceará como uma das províncias “antenas” com os novos tempos. Foi apenas umas das tantas organizadas pelas elites nacionais no final do século XIX e início do XX. Com a intenção, mais do que apenas fazer um levantamento das forças produtivas do país, procuravam estimular o desenvolvimento do moderno sistema de fábrica. Ou melhor, elas eram um apelo em prol da industrialização do país. É ainda Foot Hardman, ao analisar os discursos das elites brasileiras em ocasião das exposições nacionais, que mostra o enfoque todo especial desses discursos ao falarem da produção mais de ponta de nossa economia, já que nas exposições figuravam as mais diversas áreas de produção e conhecimento do Brasil.

Não obstante todo o esforço das elites nacionais em colocar o país ao lado de outros mais progressistas, Adolfo Caminha se constringe perante o lugar que o Brasil ocupa na Exposição das Três Américas. Ao comparar as posições que o Brasil e os Estados Unidos ocupam no coreto das nações, fica patente o lugar ocupado por nosso país em contraponto ao ocupado pela nação Ianque.

Amostras de madeira, café em grão, fumo, artigos de borracha, constituíam os principais produtos brasileiros expostos à curiosidade dos visitantes de quase todas as partes do mundo civilizado. O pavilhão do Brasil deixa-se ficar num plano inferior aos das outras nações, como se fôssemos um pobre país, cujos produtos não valessem a pena ser expostos num certame internacional.³⁶

³⁵ *Idem*, p. 51

³⁶ CAMINHA, Adolfo. *Tentação...*, *op. cit.*, p. 140

Outro lugar parece ocupar os Estados Unidos, que já se mostrava um proeminente país com respeito à produção de artigos industrializados. Mais uma vez Adolfo Caminha ressalta o imaginário que a produção fabril exerceu sobre os homens século XIX.

Escusado, parece, falar do importante lugar que coube aos Estados Unidos. Que profusão de máquinas e instrumentos industriais de invenção puramente americana! Ali mesmo, à vista do observador, fabricavam-se os mais curiosos objetos de fantasia e de uso doméstico; o linho, o algodão, a seda – eram tecidos rapidamente aos olhos de todos.³⁷

Desta forma, Adolfo Caminha deixa muito claro, naquele momento, a divisão internacional do trabalho, em que alguns países concorrem com produtos industrializados e outros com produtos primários. O que, para ele, era uma realidade lamentável, como se o Brasil estivesse em falta e atraso em relação às nações desenvolvidas.

A passagem nos faz pensar também nas fantasmagorias a que se refere Walter Benjamin. As máquinas funcionando sozinhas, como se tivessem vida própria, sem nenhuma mão humana a operá-las. Elas tornam ainda mais sintomáticas as relações fetichistas que separa os produtores de seus produtos. Encobrem o trabalho humano que está implícito na feitura de qualquer produto.

Para além de elementos ligados puramente à produção de mercadorias, nos diz Pesavento:

As exposições foram também elementos de difusão/aceitação de imagens, idéias e crenças pertinentes ao ethos burguês. Nesse sentido, elas procuravam passar a noção de que o progresso era necessário e desejável, o capitalismo provoca o bem-estar, a fábrica era o lugar da harmonia e não do conflito...³⁸

Alguns dias depois Caminha resolveu visitar novamente o lugar onde tinha se realizado a exposição. E para seu espanto: “*Nada mais restava se não o esqueleto nu do edifício em via de demolição. Todos os objetos tinham sido tirados com assombrosa rapidez*”. Esse fato nos remete, mais uma vez, às cidades fantasma, estudadas por Foot Hardman. Todo aquele exibicionismo burguês,

³⁷ *Id. Ibidem*

³⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do Século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. P. 115

todo o alvoroço de pessoas indo e vindo, todo o fascínio pelo prédio suntuoso da exposição e, de repente... sumiu. A forma efêmera e provisória da modernidade, com sua compulsão doentia pelo novo, que não é se não o sempre igual do fetiche-mercadoria, se apresentava ali de forma visível e alegórica. O espetáculo das exposições se repetiria outras vezes, com outros figurinos, outros palcos, até com cenas muito diferentes, mas o enredo seria o mesmo.

A raça: um conceito que não pode ser esquecido

Já tudo aquilo que fugia ao espectro do que era considerado civilizado, era logo taxado pelo autor como barbárie. Para Adolfo Caminha havia uma linha nítida que separava a civilização da barbárie. A primeira ligada à técnica, ao progresso, à urbanidade, à educação, ao refinamento, aos bons valores morais, diretamente emanados do homem branco. A segunda, relacionada ao atraso industrial, aos maus hábitos, à ignorância etc.

Antes de chegar aos Estados Unidos, o navio Barroso margeou a costa da América Central, aportando em algumas cidades. Durante toda a sua viagem, Caminha vai relatando e definindo o que, para ele, podia ser considerado como civilizado ou como bárbaro, a esses dois conceitos ligando costumes, formas arquitetônicas, fisionomias das cidades etc.

Quando o Barroso chegou à ilha de Barbados, uma das colônias inglesas na América Central, o escritor espantou-se: "...parece realmente um país semibárbaro aquele...", com uma "... medonha horda de capadócios, ou que melhor nome tenham esses turbulentos demônios." Quando define a raça daquela população, seu juízo se faz mais claro. Ele escreve: "A população, na maior parte negra, é composta de gente de baixa classe e geralmente intratável".³⁹

Assumindo abertamente o discurso civilizatório, Adolfo Caminha sempre se refere aos negros como bárbaros. Em outro momento do relato, quando o Barroso aporta em Anápolis – uma cidade do sul dos Estados Unidos com grande presença de negros ex-escravos – o autor liga novamente o atraso e a barbárie à presença dos negros.

Anápolis é como uma nota dissonante na civilização americana. Imagine-se um quilombo africano, uma grande aldeia cortada de ruas desiguais, estreitas

³⁹ CAMINHA, Adolfo. *Tentação...*, *op. cit.*, p. 124

e desalinhas, com um aspecto sombrio e detestável de velho burgo colonial, onde se move uma população na maior parte negra e atrasadíssima – e ter-se-á essa antítese da cidade moderna.⁴⁰

O cientificismo, de que Adolfo Caminha era um dos propugnadores, e suas teorias raciais imputavam aos negros todo o atraso de um país. Vivendo em condições miseráveis, estigmatizados pela sua pobreza, morando em barracos ou choças, perambulando seminus pelas ruas da cidade, seu modo de vida destoava em muito do modelo do homem civilizado. Se um país não era civilizado, para esses cientistas letrados, se devia, acima de tudo, ao fato ter uma população negra e mestiça, propensa à preguiça e ao crime. Pesavento ao analisar o pensamento racial no Brasil afirma:

A geração de 70 e toda a vaga de realismo-cientificismo lançava em rosto dos nacionais uma “espécie de pecado original”, que se perpetuava na mestiçagem. Que fazer com um país caboclo, mestiço, atrasado? Se fosse possível nascer de novo, do ‘lado certo’ do universo, e alinhar-se junto as nações de primeira linha que chamava o que se consagrava chamar a “civilização ocidental cristã”, branca, tecnificada, culta...⁴¹

Cezare Lombroso, Gabineau, Franz Joseph Gall, Gustave Le Bon foram os intelectuais que inspiraram os escritores naturalistas. Em resumo, postulavam um determinismo biológico na explicação de fenômenos sociais e psicológicos. Na época, o debate entre a intelectualidade brasileira girava em torno da formação de nosso povo. Essas teorias de cunho racista, de uma forma geral, se voltaram contra as populações negras e mestiças procurando explicar a causa do atraso de um país através de qualificações depreciativas sobre a raça negra e aos mestiços.⁴²

Lília Schwarcz afirma que essas teorias foram muito populares entre os intelectuais do segundo quartel do século XIX, servindo como paradigma de praticamente todos os grandes centros de pesquisa e ensino do país. Elas acabavam por justificar as diferenças sociais alarmantes do país como se fossem naturais, nascidas de caracteres biológicos da raça. Era como se o fato de os negros serem

⁴⁰ *Idem*, p. 170

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário..., *op. cit.*, p. 160

⁴² CORRÊA, Marisa. *As Ilusões da Liberdade: a Escola da Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 1998.

pobres, morar em cortiços, viver de expedientes pouco confessáveis, se devesse não a uma herança histórica e cultural de exclusão e exploração, mas a uma característica biológica presente no próprio biótipo da raça negra. Daí a popularização de ramos da ciência como a frenologia e craniologia, que consistiam no estudo da fisionomia do indivíduo com o intuito de entender características psicológicas. Enfim, “o que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas de práticas imperialistas de dominação.”⁴³

Civilização, natureza e cultura

Na obra de Adolfo Caminha o campo é normalmente representado como lugar da pureza, da calma, da ingenuidade e da honestidade, em contraponto a um mundo urbano, para ele cada vez mais hostil. O que o autor nos oferece é uma *estrutura de sentimentos* acerca das cidades do século XIX. Lugar da ciência, do saber, da técnica, da luz, as cidades eram também o lugar da vertigem, do tédio, da solidão e do alvoroço. O escritor tem um paradigma comparativo entre as cidades do século XIX. Ele compara a metrópole à província, detalhando e ponderando sobre os modos de vida na cidade grande e na pequena; matizando ao longo de sua trajetória suas visões a partir da experiência nesses espaços.

Se concordarmos com Norbert Elias, o termo civilização era empregado pelos escritores brasileiros englobando também a acepção *Kultur*, proveniente do alemão. De um lado, clamavam por um aprofundamento do seu processo civilizatório, alardeando a necessidade de um maior desenvolvimento das ciências e da indústria, da correção e abrandamento de nossos costumes bárbaros. Por outro, viam na civilização um fenômeno exterior e superficial, uma aparência que suprime um ser mais essencial e verdadeiro.⁴⁴

Encontra-se aí um paradoxo que atravessou o pensamento social brasileiro e que foi fundamental na sua consciência nacional. O país deveria progredir a estágios mais avançados, tendo como reflexo os países europeus, sobretudo a

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁴⁴ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

França. Deveria civilizar-se. Mas a civilização é em maior parte identificada como sinal de decadência e superficialidade. O meio urbano e civilizado, como desenhado por um sem número de romances oitocentista, é o lócus por excelência de relações mundanas e degeneradas, onde sobressaem relações ditadas pelo interesse vil e comportamento dissimulado. A civilização é, em síntese, uma sociedade de aparências.

Como afirma Lucia Lippi Oliveira:

O mundo moderno comporta duas grandes avaliações sobre seu progresso. Uma delas o interpreta como a vitória da luz, do saber, do conhecimento e da verdade sobre as trevas, a superstição, a ignorância e o erro. A outra vê a história como um processo de declínio, de decadência moral do homem. Para a primeira a história do Ocidente significou um avanço da igualdade e da racionalidade. Para a segunda, as conseqüências do progresso foram muito pesadas, incluindo a anomia, a alienação.⁴⁵

Tensionado por experiências tão novas na cidade-metrópole, Adolfo Caminha lembra-se do campo. Este lhe surgiu idealizado como um refúgio da civilização, como antítese à sua decadência moral. Navegando pelo interior dos Estados Unidos, depois da exposição extasiante ao ritmo frenético da vida moderna, ele avista de sua janela alguns camponeses e admira-se com a tranqüilidade de sua vida. Nesse momento, ele afirma: “invejava os simples, os sertanejos, os homens do campo – esses para quem a vida corre sempre calma, porque o seu coração não conhece outro amor senão o da esposa e dos filhos...”⁴⁶

O povo simples do sertão confunde-se com a própria natureza. Rusticidade, ingenuidade, pureza são atributos que Adolfo Caminha, entre outros intelectuais, dava ao povo do campo, no sentido contrastar com ao processo de degenerescência do processo civilizador. Esse homem que se encontrava longe dos centros urbanos, era natural. Segundo Lippi Oliveira: “A infância, o homem primitivo e o povo constituem as fontes primeiras, as raízes, as partes mais nobres do ser humano e da humanidade. A infância de cada indivíduo é equiparada à infância do gênero humano.”⁴⁷

⁴⁵ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 35

⁴⁶ CAMINHA, Adolfo. *Tentação...*, *op. cit.*, p. 138

⁴⁷ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Op. cit.*, p. 36

Por outro prisma, a natureza e a *kultur* caminham paralelas, mas contrárias a noção de civilização. A natureza brasílica condicionou à formação da nação brasileira, e esta se encontra ameaçada pelo processo civilizador. Mas a civilização, entendida como progresso técnico científico, era fundamental para o que Adolfo Caminha ser a evolução do país.

Portanto, tratava-se de incorporar e acompanhar o nível de progresso advindo com a civilização e encontrar no homem simples do sertão, portador da cultura, e na força regeneradora da natura brasileira, o antídoto contra o que ao autor percebia como a degenerescência subjacente ao processo civilizador.

Considerações Finais

Esses valores contrastantes representam, sem dúvida, um tensionamento frente ao novo modo de vida que representava a cidade e uma nova gama de valores atribuídos ao campo, nesse século convulso de transformações alucinantes. Se, por um lado, aquela representa o progresso, as conquistas tecno-industriais, o trânsito mais acelerado de idéias e valores, propiciando um ambiente cultural mais rico e efervescente, por outro – para a sensibilidade do escritor – algo parece ter se perdido: a simplicidade de um mundo estável e de valores essenciais, a identidade entre os habitantes de uma mesma comunidade e a possibilidade de uma compreensão dos laços que ligam os seres humanos.

Esse é um drama contumaz que acompanha o escritor em toda a sua obra. Recorrer ao campo como um refúgio dos dramas e dilemas citadinos, projetando uma paisagem edênica à qual sempre se retorna em lembrança, ou concretamente, é admissível como uma sensibilidade própria do escritor. O que é inadmissível é corroborar com o autor, aceitando a idéia de que o campo é realmente um espaço de relações éticas e afetivas, isento de diferenças e contradições.

O que se adquire com essa posição, como nos diz Williams, é a perspectiva da boléia. Ou melhor, atribuir uma miríade de qualidades ao campo, idealizando-o como o lugar da pureza, da ingenuidade, das relações verdadeiras e éticas, a ele opondo a cidade com toda sorte de falsidades, hipocrisias, maldades, é uma perspectiva de quem está numa certa posição, de quem está no campo a passeio. Não é toda uma realidade do campo que está aí exposta, e sim uma realidade bem

selecionada pelo olhar de quem está no campo para passar uma temporada, para encontrar descanso ou inspiração poética no contato com a *natura*.⁴⁸

Adolfo Caminha nos oferece a visão de um processo de estandarização dos modos de vida muito interessante. Afinal num período de expansão do capitalismo, em sua fase imperialista, partes do mundo que passaram a ter um contato mais incisivo com ele – e o trem foi o veículo que acelerou vertiginosamente esse processo– tenderam a amoldar-se de forma impressionante.

O consumo de modas, de imagens, de letras, entre outros produtos, e a vontade de se adequar ao mundo burguês em estilo, em comportamento, em visão de mundo, como requisito e atestado de que, desta forma, se estava ganhando em termos de civilização e progresso, deve ser submetido à dura crítica. O autor a fez de forma admirável. O problema é que em oposição a esse mundo burguês, que devia e deve ser superado, o autor idealiza uma realidade do campo em que ele se colocava numa posição muito cômoda, a de quem queria ver preservado o campo porque ali poderia colocar-se longe do mundanismo citadino. A estrutura social do campo, injusta e desigual, em nenhum momento é questionada. Esse, definitivamente, não é um sonho rural, mas um sonho pequeno burguês: possuir uma vivenda no campo onde é possível gozar umas férias.

⁴⁸ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Hayden White entre a história e a literatura

Gabriella Lima de Assis*

O objetivo deste artigo é analisar os principais elementos literários elencados por Hayden White que fazem parte da narrativa histórica, em seguida verificar a maneira como seu trabalho tem sido recebido, apresentando a forma pelo qual ele respondeu algumas das principais críticas direcionadas as suas teorias.

Palavras-chaves: Teoria, História, Literatura.

The purpose of this paper is to analyze the major literary elements listed by Hayden White that are part of the historical narrative, then see how your work has been received, showing the way by which he answered some of the main criticisms directed their theories .

Key words: Theory, History, Literature.

O discurso histórico, como qualquer outro discurso, está inserido dentro de um processo de comunicação, de transmissão de uma mensagem específica, cujo sistema de enunciação é constituído por um enunciante (o historiador), um documento (indício do passado, ou o próprio fato histórico), um enunciado (o texto da História), um referente (contexto) e um receptor (o leitor)¹. No caso do discurso his-

¹ Cf. CARVALHO, Euzébio Fernandes de. Com que roupa eu vou? Contribuições de Roland Barthes acerca da objetividade e subjetividades no nível do discurso histórico. In: Anais eletrônicos do III Simpósio Internacional Cultura e Identidades. Goiânia: UFG, 15 a 19 de setembro de 2007.

* Mestre em História. UFMT. gabriella.lima@gmail.com

tórico, o historiador oferece um tratamento específico ao fator referente no seu texto por meio da teoria, da metodologia e da historiografia, tornando o seu texto especializado².

O objetivo deste artigo é descrever a maneira singular pela qual o teórico e crítico norte-americano, Hayden White, analisou essa estrutura do discurso histórico, como também verificar as críticas direcionadas a sua forma de interpretação da narrativa da História.

Uma das diferenças entre a história e a literatura estaria na referencialidade. Mesmo que a história não possa resgatar o passado em sua integralidade, ela se utiliza da narrativa como um meio de negociação em seu compromisso ativo com a verdade desse passado. Então, epistemologicamente a história pode ser definida como um processo de produção de base lingüística no qual a interpretação histórica narrativa é organizada e criada pelos historiadores³.

Com isso, abandonamos a idéia de que o texto da História pode ser lido como a verdade absoluta, ou seja, pode ser tomado como o próprio passado. Esta noção foi uma herança cultural do século XIX, apontado como o século da História, no qual o enunciado era tido como igual ao referente. Naquele contexto o documento, fonte oficial, refletia a realidade e o texto de história refletia o documento. A intenção de Leopold Von Ranke era desenvolver uma História científica⁴, então, para garantir a universalidade epistemológica, enfocou-se as questões metodológicas e fomentou-se a idéia de uma história cujo conhecimento produzido era neutro e objetivo, cabia ao historiador somente a tarefa de narrar o que aconteceu.

Nessa direção, pelo enfoque pós-moderno, podemos distinguir na narrativa história os termos “evidência” e “fato”. Enquanto a evidência pré-existe nas estruturas narrativas e é carregada de significados culturais, o fato não tem significado em seu estado não processual de simples relato de evidência. Portanto,

² Cf. BARTHES, Roland. O Discurso da História. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da língua*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³ Cf. MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009

⁴ Cf. CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

por meio das interpretações narrativas a evidência é transformada em fato, e este ganha significado mais amplo quando organizado pelo historiador a fim de relacioná-lo com um contexto determinado.

Na perspectiva pós-moderna, o passado pode ser definido como uma complexa narrativa discursiva, e a narrativa histórica como sendo um discurso que coloca diferentes eventos em uma ordem compreensível. Sobre isso, a historiadora Elizabeth A. Clark explicou que a narrativa histórica nunca é uma forma neutra na qual o conteúdo é inscrito, “*but is ideologically freighted*”⁵.

Quanto à ideologia, é notável que ela penetra vários dos aspectos da escrita da história. Uma vez que “o consenso só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação”⁶, teoria e método são ideologias, e a história é teoria e método.

Ainda em relação à ideologia, para o teórico que por hora nos interessa mais, Hayden White,

As dimensões ideológicas de um relato histórico refletem o elemento ético envolvido na assunção pelo historiador de uma postura pessoal sobre a questão da natureza do conhecimento histórico e as implicações que podem ser inferidas dos acontecimentos passados para o entendimento dos atuais. Por “ideologia” entendo um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da práxis social e a atuação sobre ele (seja para mudar, seja para mantê-lo no estado em que se encontra)⁷.

As afirmações tratadas até o momento implicam na visão de que a interpretação do passado é móvel, devendo ser tratado como um texto a ser examinado em suas possibilidades de significados, implica também que a narrativa da história é uma representação do conteúdo histórico. Deste modo, as evidências históricas apenas sinalizam possíveis realidades e interpretações, pois “todo contexto é textualizado ou narrativizado”⁸.

⁵ CLARK, Elizabeth A. *History, Theory, Text. Historians and the Linguistic*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2004. p. 86

⁶ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de. Margareth Rago. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2009. p.43.

⁷ WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. p. 36-37

⁸ MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrô-

Se o trabalho do historiador é descobrir não apenas o que aconteceu, mas também como e porque aconteceu, e o que as coisas significavam e significam, é inevitável a dimensão interpretativa desse trabalho.

Sendo assim, sobre o problema dos fatos versus interpretações na escrita da narrativa histórica, Jenkins afirmou que “embora possam existir métodos para descobrir o que aconteceu, não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todas, ponto-final, o que os fatos significam”⁹. Assim, existem possíveis padrões de dominação e marginalização que são elaborados historiograficamente, por isso, qualquer narrativa histórica participa de possíveis efeitos ideológicos, não existem histórias que não se destinem a alguém.

Para reforçar um pouco mais essa idéia, pode-se afirmar que não existem interpretações do passado livre de pressupostos, toda interpretação do passado é construída em determinado presente, impossibilitando o historiador de se isentar do seu presente para chegar sem imparcialidade ao passado de alguém nos termos desse alguém.

Na citação seguinte encontramos uma definição da narrativa histórica que engloba a noção de discurso, como também a idéia do seu caráter interpretativo.

Discurso histórico é definido como um uso de linguagem compartilhado no qual o significado deriva não diretamente da intencionalidade do falante/escritor, como ator histórico ou historiador, nem somente diz respeito ao conteúdo do que é dito ou escrito, mas à estrutura formal e ao contexto em que a enunciação ou o texto é comunicado ou situado¹⁰.

Na mesma direção da forma como Munslow definiu a história nessa citação, podemos adiantar que uma das contribuições de Hayden White a teoria da história está em considerar que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores. Para ele, a história é uma criação literária, já que sempre será interpretada através de relíquias textualizadas que, por sua vez, só podem ser

polis: Vozes, 2009. p. 43

⁹ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de. Margareth Rago. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2009. p.60

¹⁰ MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 51

compreendidas por meio das pistas de interpretações a serem organizadas pelos historiadores. O método histórico de White parte da concepção de que a história escrita é indiscutivelmente um empreendimento literário, e não podemos ter acesso sobre o que foi o passado a não ser através da forma narrativa que criamos para organizá-lo.

Com relação aquilo que expomos até o momento, sabemos que muitos autores resistem em admitir o caráter narrativo da História por associarem, com frequência, narrativa, subjetividade e ficção, argumentando ser a Literatura o espaço legítimo destes.

Em decorrência da preocupação com objetividade e a verdade absoluta, a historiografia do século XIX procurou retirar dos estudos históricos o recurso das técnicas ficcionais de representação. O nascimento da história, enquanto disciplina, se pautou pela tentativa de elaborar uma escrita livre de elementos retóricos habitualmente utilizados em textos literários.

Pelo pensamento oitocentista, o discurso histórico deveria romper com a literatura, já que esta seria o lugar da subjetividade do autor, expressa no narrador e nos personagens inventados. E diferentemente da expectativa nutrida com relação ao discurso proveniente da pesquisa científica, na prosa literária ou na poesia o “fingimento” é um subentendido, e a ninguém ocorreria questionar aspectos pouco plausíveis do “mundo inventado” pela ficção¹¹.

Porém, nosso interesse está exatamente nos laços que continuam ligando a História e a Literatura. Nessa perspectiva, a narrativa é fundamental para a escrita historiográfica por ter a capacidade de articular os traços da experiência temporal, isto é, o tempo também se mostra inteligível para o homem na medida em que ele é pensado de modo narrativo, conforme as conclusões de Paul Ricoeur¹².

O diferencial em sua elaboração é a reinserção da narrativa na temporalidade, o autor defende o caráter intrinsecamente narrativo do conhecimento histó-

¹¹ Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. A Narrativa e o Conhecimento Histórico. Publicações Científicas do Curso de História. São Leopoldo: UNISINOS, volume 8, número 10, jul - dez, 2004. p.35-52. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/08historian10vol8_artigo02.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2010.

¹² Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papiros, 1997. Tomo III.

rico, uma vez que é ela quem concede inteligibilidade ao vivido quando articula tempo e ordem lógica.

Em *Tempo e Narrativa*, obra na qual Ricoeur demonstra as ligações estruturais existentes entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção, ele afirma sua tese maior de que “o tempo se torna tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”¹³. Conforme este autor, o historiador cria um terceiro tempo em sua narrativa, o tempo histórico, que faz a mediação entre o tempo cósmico e o tempo da experiência vivida.

Ainda nesta mesma obra, Ricoeur considerou de um lado a história e de outro a ficção, e “chega a conclusão de que não poderia haver história sem elo, por tênue que seja, com a narrativa”¹⁴.

Ricoeur concorda que a narrativa histórica não representa o que de fato ocorreu, sendo ela uma representação construída por um sujeito, a sua aproximação com a narrativa ficcional é possível. Para ele, a história não pode deixar de “seguir uma história”, porém ela não é uma narração ingênua, narrar significa seguir e compreender uma história, a frase narrativa marca o discurso histórico e revela a presença do passado.

Nesse caminho de analisar a narrativa história, não poderíamos deixar de referenciar o ensaio *Como se Escreve a História*, em que Paul Veyne (1998) define a história através de sua relação com o romance:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração. (...) Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza.¹⁵

Quando Veyne explicita as relações entre conhecimento histórico e narrativa, ele acaba também por problematizar a história vista como construção cientí-

¹³ *Idem*. Tomo I. p.15

¹⁴ HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história*. Tradução de Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1998. p.194.

¹⁵ VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4º Ed. Brasília: Ed. UnB, 1998. p.18

fica, objetiva, absoluta. Assim, se podemos localizar conexões entre a história e narrativa, os recursos dos quais um historiador dispõe para escrever o seu texto não diferem muito dos recursos de um romancista, ambos se apropriam de eventos, colocam estes em ordem lógica, atribuem significado a eles, com o intuito de envolver o leitor em um mundo ao qual ele não tem acesso, a não ser através da linguagem utilizada por quem narra. Por isso, a subjetividade é implícita na história, revelando as estratégias de seleção, organização e produção do historiador/escritor.

Atualmente, o interesse pela forma narrativa da história foi retomado e alguns autores concordam que mesmo “a história a mais nomológica, a mais estrutural, jamais abandonou a narração”¹⁶.

Sabemos que assim como Jacques Le Goff se posicionou no prefácio da obra *História Nova*, muitos autores concordam que a volta da narrativa nas discussões historiográficas atuais teria sucedido, primeiramente, a morte da chamada “história narrativa”, até então, entendida somente como factual, disposta cronologicamente na forma do relato.

No caso, a “morte” da história narrativa havia sido efetivada pelos historiadores dos *Annales* desde os anos 30, que, com a proposta de uma história problema, pretenderam uma história aberta para as outras ciências sociais, uma história que não se encerrava na narrativa. Segundo Le Goff, a história narrativa seria “um cadáver que não se deve ressuscitar, porque seria preciso matá-lo outra vez”, uma vez que “dissimula, inclusive de si mesma, opções ideológicas e procedimentos metodológicos que, pelo contrário, devem ser enunciados”¹⁷.

Também sobre o retorno da narrativa, em sua visão panorâmica dos direcionamentos da História cultural, seu legado e seus postulados, Roger Chartier sugeriu algumas constatações acerca do debate aberto sobre o caráter narrativo do discurso histórico, como podemos verificar no fragmento selecionado a seguir:

O debate está aberto pelo diagnóstico que quis caracterizar a história nas suas tendências mais recentes como um regresso ao relato, a narração, e conse-

¹⁶ REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.132

¹⁷ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.07

quentemente como um abandono da descrição estrutural das sociedades. (...) Um diagnóstico desse tipo, que pode ser contestado na sua própria validade (será a história dos nossos dias assim tão «narrativa» como se afirma?), parece duplamente apressado. Por um lado, onde se pensa identificar um regresso do relato a uma história que o teria desqualificado e abandonado, é necessário reconhecer, com Ricoeur, o inverso, isto é, a plena pertença da história, em todas as suas formas, mesmo as mais estruturais, ao domínio da narrativa. Toda a escrita propriamente histórica constrói-se, com efeito, a partir das fórmulas que são as do relato ou da encenação em forma de intriga. Existem várias formas de transição que remetem as «estruturas do conhecimento histórico para o trabalho de configuração narrativa» e que aparentam num e noutro discurso a concepção da causalidade, a caracterização dos sujeitos da ação, a construção da temporalidade. Em virtude deste fato, a história é sempre relato, mesmo quando pretende desfazer-se da narrativa, e o seu modo de compreensão permanece tributário dos procedimentos e operações que asseguram a encenação em forma de intriga das ações representadas¹⁸.

A partir desta citação, concluímos que a volta da narrativa estaria sendo entendida de maneira simplificada como a renúncia às explicações coerentes e científicas e à descrição estrutural das sociedades. Na verdade, toda escrita propriamente histórica estaria na forma do relato ou da encenação de uma ou várias intrigas, cuja construção seria fruto do trabalho de uma “configuração narrativa”. Sendo que este modo de compreensão histórica não excluiria a “inteligibilidade”, pois seria construído no e pelo próprio relato, em seus ordenamentos e em suas composições.

É interessante notar que a idéia de “retorno” da narrativa já havia sido trabalhada de maneira irônica pelo historiador inglês Lawrence Stone¹⁹. Publicado em 1979, a obra *The Revival of Narrative* discutiu a suposta volta da narrativa no trabalho historiográfico.

Nesta obra, Stone definiu a narrativa como uma organização cronológica sequencial com arranjos descritivos, cujo foco é o homem e não as circunstâncias. Para Stone a história estaria correndo o risco de perder de vista o caráter essencial de seu empirismo e sua fundamentação contextual, em função da posição extrema de que não há realidade fora da linguagem.

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 81

¹⁹ Cf. STONE, Lawrence. *The Revival of Narrative*. Past and Present, n.86, p. 03-24, 1979.

Ainda sobre a questão do retorno da narrativa, José Carlos Reis explicou que o historiador do final do século XX se considerava mais crítico em relação ao historiador da história-problema, mesmo levando em consideração o caráter narrativo das suas produções. Na sua visão, “assim como os narrativistas tradicionais eram ingênuos quanto a confiança na capacidade dos historiadores de reconstituir o real enquanto tal, os conceitualistas eram confiantes demais na capacidade explicativa dos seus conceitos”²⁰.

Ao final das discussões levantadas nesta parte podemos nos perguntar por que a história ignorou por muito tempo o seu pertencimento ao campo das narrativas. Para apontar algumas respostas ao problema temos que lembrar que a narrativa era considerada um obstáculo ao conhecimento verdadeiro, somente após se tornar evidente para os historiadores a distância existente entre o passado e a sua representação é que se desenvolveu reflexões sobre a narrativa histórica.

Sobre isso, na introdução geral de sua obra, *À Beira da Falésia*, Chartier afirma que nós historiadores somos produtores de texto, e que a história compartilha com o gênero narrativo muitas categorias fundamentais. “Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus ‘personagens’, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade”²¹.

Nesse âmbito, o estilo da narrativa torna-se fundamental para a História, já que ele tanto molda o conteúdo quanto é por este moldado, alterando o produto final do trabalho do historiador. Vale ressaltar a existência evidente da pluralidade de possibilidades de se narrar os fenômenos históricos, que remete à posicionamentos divergentes como podemos perceber no trecho a seguir:

O debate sobre a narrativa como uma forma legítima de explanação histórica tem produzido antinarrativistas, entre eles os filósofos da História Maurice Mandelbaum e Leon Goldstein que defendem que, embora a narrativa seja um elemento do estudo histórico, nem toda história tem que ser enquadrada em forma de narrativa, e que a disciplina tem demandas metodológicas anteriores e mais importantes. Há, então, os pró-narrativistas como os filósofos Frederick

²⁰ REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 134.

²¹ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.14.

A. Olafson, David Carr, William Gallie, Arthur Danto e A. R. Louch que insistem em que há uma forte correspondência entre o passado como foi vivido e a história como foi escrita. Há também os pró-narrativistas, mas anti-desconstrucionistas convictos como J.H. Hexter e Lawrence Stone que não aceitam que a linguagem deva sempre falhar no teste de correspondência. Finalmente, há aqueles adeptos do que, de modo geral, é definido como virada desconstrucionista como Hayden White, Dominick LaCapra, F.R. Ankersmit, Hans Keller e David Harlan que veem a narrativa como uma característica essencial, porém largamente incompreendida, da explanação histórica – a incompreensão que, entre tantas outras coisas, permite à história uma demanda por uma legitimidade epistemológica artificial através de sua metáfora favorita de objetividade²².

Fica claro para nós ao final das discussões desse tópico, que a interrogação acerca da narrativa sempre surge quando pensamos sobre a atividade do historiador.

Porém, aqueles que concebem a história como ciência social argumentam que o espaço acadêmico gera a expectativa de um discurso que seja legítimo em seus procedimentos de investigação e afastado das expressões subjetivas de seu autor, excluindo a possibilidade de aproximar a histórica da arte, por exemplo.

Na verdade, a narrativa que serve de parâmetro comparativo aos críticos da “narrativa histórica”, ou seja, a “narrativa literária”, pouco se assemelha àquilo que esta efetivamente é²³. O trabalho que antecede a escrita de um romance, mais do que somente um arrebatamento de inspiração, passa pelo estabelecimento de parâmetros mais ou menos realistas e pela busca de referentes discursivos, como escreveu o semiólogo Umberto Eco sobre a forma como desenvolveu o seu romance *O Nome da Rosa*:

passsei um ano abundante (...) Lia, fazia desenhos e diagramas, inventava um mundo. Este mundo devia ser o mais preciso possível, de forma que eu pudesse me mover com absoluta segurança (...) precisava que tudo funcionasse, tinha necessidade de saber quanto levariam dois personagens para andar, falando, de um lugar a outro. E isso definia a duração dos diálogos²⁴.

²² MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 94

²³ Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. *A Narrativa e o Conhecimento Histórico*. Publicações Científicas do Curso de História. São Leopoldo: UNISINOS, volume 8, número 10, julho - dezembro, 2004. p.35-52. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/08historian10vol8_artigo02.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2010.

²⁴ ECO, Umberto. *Sobre a Literatura*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Se por um lado, existe um conceito equivocado de narrativa, por outro o campo absoluto das ciências também já foi colocado sobre novas bases epistemológicas. O filósofo polonês Karl Popper em sua teoria sobre a pesquisa científica, demonstrou que a probabilidade pode ser encarada como uma generalização do conceito de verdade como podemos verificar no fragmento selecionado a seguir:

If we like, we can call the concept of probability, so transformed, the ‘probability of statements’ or the ‘probability of propositions’. And we can show a very close connection between this concept and the concept of ‘truth’. (...)The truth or falsity of a statement can thus be looked upon as a limiting case of probability; and conversely, probability can be regarded as a generalization of the concept, of truth, (...). Finally, it is possible to define operations with truth-frequencies in such a way that the usual truth-operations of classical logic become limiting cases of these operations.²⁵

É nesse sentido que juntamente com Hayden White podemos considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são: “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos, e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”²⁶.

Sendo assim, a tênue linha da fronteira existente entre a História e a Literatura não equivale a tomar a ficção verbal da história como discurso destituído de valor, mas, significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e de ficção, que a poesia não é seu elemento oposto, como passaremos a ver.

Entre as principais obras que compõe a carreira de Hayden White podemos citar *Meta-História* publicado em 1973, *Trópicos do Discurso* publicado em 1978, *O Conteúdo da Forma* publicado em 1987, e *Realismo Figural* publicado em 1999. Dentre estas, apenas *Meta-História* não é uma reunião de ensaios distintos publicados em diversas revistas internacionais ao logo de diferentes anos. A critério de síntese, podemos dizer que White enfocou em seus estudos dentro

p.288.

²⁵ POPPER, Karl R. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Routledge Classics, 2002. p.253-254.

²⁶ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da USP, 1994. p. 98

da teoria da história três áreas principais: a filosofia da história, a história da historiografia e a interdisciplinaridade da história.

Para responder a questão norteadora deste artigo, tomamos como referência a influente publicação de 1973. Nesta obra cujo título completo é *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, Hayden White apresentou e explicou a sua teoria formal do trabalho histórico. Para o autor, o trabalho histórico pode ser definido como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Nesse sentido, as histórias bem como as filosofias da história seriam a combinação de certa quantidade de dados, conceitos teóricos e uma estrutura narrativa.

Sobre quais seriam os intuitos de White com esta obra, o próprio autor esclareceu como podemos ver no fragmento de texto selecionado a seguir, em que ele apresenta também as justificativas para o seu trabalho.

Um dos meus intuitos fundamentais, além daquele de identificar e interpretar as principais formas de consciência histórica na Europa oitocentista, é estabelecer os elementos inconfundivelmente poéticos presentes na historiografia e na filosofia da história em qualquer época que tenham sido postos em prática. Diz-se com frequência que a história é uma mescla de ciência e arte. Mas, conquanto recentes filósofos analíticos tenham conseguido aclarar até que ponto é possível considerar a história como uma modalidade de ciência, pouquíssima atenção tem sido dada a seus componentes artísticos. Através da exposição do solo lingüístico em que se constituiu uma determinada idéia da história tento estabelecer a natureza inelutavelmente poética do trabalho histórico e especificar o elemento prefigurativo num relato histórico por meio do qual seus conceitos teóricos foram tacitamente sancionados²⁷.

Para atingir seu objetivo e assim analisar a escrita da narrativa histórica, White distingue três tipos diferentes de estratégias que os historiadores podem lançar mão com a finalidade de estabelecer uma impressão explicativa em sua narrativa. Denominadas de explicação por argumentação formal, explicação por elaboração de enredo e explicação por implicação ideológica, cada uma dessas estratégias possuem subdivisões cujas combinações formam um estilo historiográfico determinado. Para o autor, a escolha dessas estratégias conceituais é um ato poético e vincula os tropos da linguagem poética, que são a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia.

²⁷ WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2º Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. p.13

Formismo, organicismo, mecanicismo e contextualismo são formas de explicação por argumentação formal, a escolha de uma delas depende de uma operação cognitiva particular dos historiadores.

Quanto a explicação por elaboração de enredo, segundo White, a narrativa histórica pode assumir as formas seguintes: romanesco, comédia, trágico e sátira. Para o autor, a escolha de umas dessas formas corresponde a uma percepção estética do historiador.

No tocante a explicação por implicação ideológica, como explicou White, a forma dada pelo historiador ao seu relato tem implicações ideológicas concorrentes com o anarquismo, conservantismo, radicalismo e o liberalismo.

Graficamente, o próprio Hayden White²⁸ representou em sua obra os três modos de explicação da maneira esquematizada a seguir:

<i>Modo de Elaboração de Enredo</i>	<i>Modo de Argumentação</i>	<i>Modo de Implicação Ideológica</i>
Romanesco Trágico Cômico Satírico	Formista Mecanicista Organicista Contextualista	Anarquista Radical Conservador Liberal

O objetivo de Hayden White ao distinguir esses vários tipos de estratégias explicativas foi estabelecer os elementos poéticos presentes no texto histórico. Para tanto, o autor buscou responder em seu livro quais são as características do método histórico de investigação, bem como o que significa pensar historicamente. Nesse sentido, White procurou em primeiro lugar “esclarecer em que poderia consistir a estrutura típico-ideal da obra histórica”²⁹ para assim encontrar os elementos distintivos de qualquer obra histórica ou da filosofia da história conhecida.

Sendo assim, White tentou expor os níveis nos quais a narrativa histórica é concebida, chegando a conclusão de que para tornar um registro histórico compreensível sua organização passa pela “1) crônica; 2) estória; 3) modo de elaboração de enredo; 4) modo de argumentação; e 5) modo de implicação

²⁸ *Ibidem*. p. 44

²⁹ *Ibidem*, p.20

ideológica”³⁰, sendo que, o historiador “acha” suas estórias enterradas nas crônicas, então ele organiza os eventos das crônicas dentro de uma hierarquia de significação, que remete a uma explicação por elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica.

A elaboração do enredo promove sentido a narrativa histórica pela modalidade da história. White identificou quatro modos de elaboração de enredo seguindo a teoria literária de Northrop Frye: estória romanesca, sátira, comédia e tragédia.

Explicando cada forma de estória, White definiu o enredo de uma história romanesca como um drama associado a idéia do herói, que por sua vez traz consigo a noção de redenção, enquanto a sátira seria o drama da disjunção, na qual o homem é cativo do mundo, este estilo repudia as concepções rebuscadas do mundo. Na comédia, em sua concepção concordante com Frye haveria vitórias provisórias, ocasiões de festas que desembocam em relatos dramáticos de mudança. Por fim, a tragédia foi definida como uma crônica das estruturas vigentes, na qual há sugestões de estados de divisão entre os homens, é uma forma de estória que diz das condições inalteráveis e eternas do mundo.

Para White,

as “estórias” históricas tendem a incluir-se nas categorias elaboradas por Frye precisamente porque o historiador resiste à construção das peripécias complexas que constituem o fundo de comércio do romancista e do dramaturgo. Exatamente porque o historiador não está (ou pretende estar) contando a estória “pela estória”, inclina-se ele por colocar suas estórias em enredo segundo as formas mais convencionais – como o conto de fadas ou a novela policial por um lado, ou como estória romanesca, comédia, tragédia ou sátira por outro³¹.

Nesse sentido, entendemos a afirmação de White que o historiador faz “a um só tempo arte e ciência”³², por um lado este historiador traça as operações de investigação e por outro lado ele estabelece uma operação narrativa. Prossegue o autor com sua explicação acerca da relação entre a história e a ciência,

mas a história difere das ciências precisamente porque os historiadores discordam, não só sobre quais são as leis de causação social que poderiam invocar

³⁰ *Ibidem.* p.21

³¹ *Ibidem.* p. 23-24

³² *Ibidem.* p. 27

para explicar uma dada sequência de eventos, mas também sobre a questão da forma que uma explicação científica deve assumir [...]. Entre os historiadores não existe tal acordo, nem nunca existiu. Isso talvez simplesmente reflita a natureza protocientífica da empresa historiográfica, mas é importante ter em mente essa discordância (ou falta de discordância) congênita sobre o que importa como explicação especificamente histórica de qualquer conjunto dado de fenômenos históricos. Pois isso significa que as explicações históricas são obrigadas a basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos acerca da natureza do campo histórico, pressupostos que geram diferentes concepções dos tipos de explicações que podem ser usadas na análise historiográfica³³.

O instrumento da explicação por argumentação formal é utilizado pelo historiador no momento de sua escrita para explicar a finalidade e o significado dos eventos postos no enredo do seu relato. Para Hayden White as explicações históricas precisam basear-se em diferentes pressupostos meta-históricos, gerando diferentes concepções dos “tipos de explicação” que podem ser usadas na análise historiográfica.

Como formas básicas de reflexão discursiva White definiu os modos formista, organicista, mecanicista e contextualista. Cada um deles expressando uma visão determinada da natureza da realidade histórica e a forma argumentativa mais apropriada que o relato histórico deve assumir. Para diferenciá-los o autor se baseou no trabalho de Stephen C. Pepper.

O modo formista identifica as características ímpares dos eventos históricos, nesse sentido, a unicidade dos diversos agentes, agências e atos que compõem os eventos por explicar é fundamental para as investigações. O modo formista possui caráter dispersivo nos termos de Pepper.

O modo organicista possui caráter integrativo e redutivo, descreve os pormenores discernidos no campo histórico como componentes de processos sintéticos, tende a ver os processos individuais agregados as totalidades, não busca leis gerais, procura formular os princípios e as idéias que informam os processos.

O modo mecanicista busca leis causais que determinem os resultados dos processos descobertos no campo histórico. Assim, estuda a história para predizer as leis que governam suas operações e escreve a história para expor os efeitos dessas leis.

³³ *Ibidem.* p. 27-28

Por fim, o modo contextualista possui uma concepção funcional. Nessa forma argumentativa, os eventos podem ser explicados ao serem inseridos no contexto de sua ocorrência, eles são comparados com outros eventos ocorrentes em mesmo espaço histórico circundante, procurando ver as inter-relações funcionais existentes entre agentes e agências que ocupam o campo num dado momento, ou seja, busca relativa integração dos fenômenos.

Além de um enredo específico e uma forma de argumento particular, a narrativa histórica também possui o modo de explicação por implicação ideológica, que reflete o elemento ético e a posição ideológica do historiador. Segundo Karl Mannheim³⁴ o anarquismo, o conservadorismo, o radicalismo e o liberalismo são as posições ideológicas básicas.

Interessado no trabalho de intelectuais que procuram transformar ou manter o *status quo* recorrendo a concepções específicas do processo histórico, White percebeu que a forma dada pelo historiador ao seu relato tem implicações ideológicas concordantes com um dos posicionamentos citados acima, assim, toda idéia da história é também acompanhada por implicações ideológicas.

Quanto as características de cada ideologia, White explicou que o relato conservador desconfia das transformações rápidas da ordem social, reconhece a existência de uma estrutura fundamental sólida da sociedade. Nesse posicionamento, as mudanças são eficazes quando não alteram as relações estruturais. O entendimento acerca da evolução histórica limita-se ao aperfeiçoamento da estrutura social vigente.

O liberalismo enxerga as mudanças sociais como ajustes de um mecanismo, por exemplo, um ajuste no ritmo social dos processos eleitorais, educacionais etc. Esse posicionamento ideológico descarta quase totalmente a tentativa de melhora da estrutura, colocando tal possibilidade em um futuro muito remoto.

A ideologia do radicalismo acredita na necessidade de mudanças estruturais visando reconstituir a sociedade sobre novas bases, busca meios revolucionários para concretizar o Estado utópico iminente. Os radicais procuram entender as leis das estruturas e bem como os processos históricos.

Por fim, o anarquismo idealiza um passado remoto de inocência natural hu-

³⁴ MANNHEIM, Karl apud WHITE. In: WHITE, Hayden. *Op. cit.*. p.37

mana, por isso, tem a visão de abolir a sociedade por completo e substituí-la por uma comunidade de indivíduos ligados pelo sentimento de humanidade.

Ao estruturar essas quatro posições ideológicas, o autor reforça o seu objetivo de “indicar como as considerações ideológicas entram nas tentativas do historiador de explicar o campo histórico e construir um modelo verbal dos processos desse campo numa narrativa”³⁵.

No fragmento abaixo, podemos ver como White considerou o que ele mesmo chamou de “o problema dos estilos historiográficos”:

Em minha opinião, um estilo historiográfico representa uma combinação particular dos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Mas os diversos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica não podem ser indiscriminadamente combinados numa determinada obra. Por exemplo, um enredo cômico não é compatível com um argumento mecanicista, assim como uma ideologia radical não é compatível com um enredo satírico. Há, por assim dizer, afinidades eletivas entre os modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa nos diferentes níveis de composição. E essas afinidades eletivas baseiam-se nas homologias estruturais que se podem discernir entre os possíveis modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica³⁶.

Em suma, White chama de estilo historiográfico a combinação de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Para o autor, existem afinidades entre os vários modos que poderiam ser usados para alcançar uma impressão explicativa durante a escrita da narrativa histórica. Essas afinidades não são combinações necessárias dos modos num determinado historiador, isso significa que antes mesmo de poder aplicar aos dados do campo histórico o aparato conceptual representativo para explicá-lo, o historiador terá primeiro que prefigurar o campo, isto é, constituí-lo como objeto de percepção mental.

Neste sentido, para White

“este ato de prefigurativo é poético, visto que é precognitivo e pré-crítico na economia da própria consciência do historiador. É também poético na medida em que é constitutivo da estrutura cuja imagem será subsequentemente formada no modelo verbal oferecido pelo historiador como representação e explicação daquilo ‘que realmente aconteceu’ no passado”³⁷

³⁵ WHITE, Hayden. *Op. cit.*, p. 41

³⁶ *Ibidem*. p. 43-44.

³⁷ *Ibidem*, p.45

Ao explicar a sua teoria de classificação das formas estruturais das narrativas históricas, Hayden White definiu que as figuras de linguagem metáfora, metonímia, sinédoque e ironia apresentam a base para a análise da linguagem poética utilizada pelos historiadores.

Desse ponto de vista a metáfora corresponde a uma linguagem essencialmente representacional, enquanto a metonímia comporta a linguagem reducionista, a sinédoque é integrativa e a ironia negacional.

Considerando apenas o tropo da metáfora, da metonímia e da sinédoque, White explicou que

No próprio uso lingüístico, o pensamento se abastece de possíveis paradigmas alternativos de explicação. A metáfora é representacional no sentido em que poderá sê-lo o formismo. A metonímia é redutiva à maneira mecanicista, enquanto a sinédoque é integrativa como o é o organicismo. A metáfora sanciona a prefiguração do mundo da experiência no plano da relação objeto-objeto, a metonímia na da relação parte-parte e a sinédoque na relação objeto-todo³⁸.

Hayden White classifica esses três tropos citados como ingênuos por necessitarem crer na capacidade da linguagem para apreender a natureza das coisas em termos figurados. Em contraste com ele o tropo da ironia consiste na auto-anulação verbal. A ironia, assim, representa um estágio da consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem, o alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso.

Por fim, na visão de White cada um dos modos de reflexão histórica pode ser visto como uma etapa dentro de uma tradição de discurso que evolui das formas de percepção metafórica, metonímica e sinédóquica do mundo histórico para uma apreensão irônica do irredutível relativismo de todo o conhecimento.

Realizada a exposição da teoria de White acerca de como a narrativa histórica funciona em termos epistemológicos e estruturais, passamos a mostrar como tem sido a receptividade de tal teoria, como também as críticas que tem recebido.

O fragmento seguinte introduz uma das idéias chaves do autor acerca da história e demonstra a dificuldade existente de entender ou aceitar as implicações delas:

Crucial to the Hayden White case is that stories are imposed, not given or found in the past. In White's view, relationship among historical events exist 'only' in the mind of the historian.

³⁸*Ibidem*, . p. 50

This is, as it stands, an extraordinarily strong assertion. If we really believed this in its full sense (and I can hardly think that even Hayden White or his followers actually conduct their own lives on this basis), we would have to say that there are (or were) no real connections between different things which happened in the past: that there are no real causes, or combinations of causes, for which we can look, when seeking to explain particular outcomes. Any attempt to recount a sequence of events as though earlier ones stood in some intrinsic relation to later ones would be merely an imposition by the person recounting³⁹.

Admitindo que as afirmações de White são de forte implicação, a historiadora alemã Mary Fulbrook diz também que ele é a voz mais influente no debate sobre da representação histórica no final do século XX. A historiadora considera o trabalho dele em *Meta-história* como um trabalho seminal.

No quadro daqueles que empreenderam projetos para determinar as propriedades específicas da narrativa histórica, Hayden White encontra-se dentre os primeiros, na compreensão crítica de Roger Chartier. Para ele a primazia de White esteve em identificar as figuras retóricas que comandam ou restringem todos os modos possíveis de narração. Segundo Chartier, a obra *Meta-História* é “tida por muitos como a mais importante das que submeteram a história a um *linguistic turn*”⁴⁰.

Diante da diversidade dos temas tratados por White e a variedade das críticas que ele recebeu, vamos focar neste artigo as quatro principais objeções levantadas pelos críticos à sua obra e já respondidas por ele no texto *Teoria Literária e Escrita da História*⁴¹.

Primeira objeção apresentada por White diz respeito ao determinismo linguístico. Segundo seus críticos a sua teoria reduziria a escrita da história há um determinismo linguístico, na medida que o discurso histórico seria privado da sua busca pela verdade e seria reduzido ao domínio da ficção. Hayden White argumentou que na verdade a tropologia é uma teoria do discurso, não da mente ou

³⁹ FULBROOK, Mary. *History Theory*. London: Routledge, 2002. p. 66.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.105

⁴¹ WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1991. p.21-48.

da consciência. Portanto, embora assuma que a figuração não pode ser evitada no discurso, a teoria, longe de implicar o determinismo lingüístico, procura fornecer o conhecimento necessário para uma escolha livre entre diferentes estratégias de figuração.

Respondendo a objeção de que a teoria tropológica implicaria apresentar os próprios objetos da história como construções da linguagem, Hayden White argumentou que ela não sugere que “tudo” é linguagem, fala, discurso ou texto, mas apenas que a referencialidade e a representação lingüística são assuntos muito mais complicados do que as antigas noções literalistas da linguagem e do discurso entendiam. A tropologia sublinha a função metalingüística, mais do que referencial, de um discurso porque está mais preocupada com os códigos do que com as mensagens contingentes que possam ser transmitidas por meio de usos específicos desses códigos.

Sobre o questionamento de que na teoria tropológica da linguagem, não poderíamos mais apelar para “fatos” a fim de justificar ou criticar qualquer interpretação da realidade, Hayden White explicou que quando os críticos analisam a estrutura tropológica de um texto, eles estão falando sobre fatos - fatos de linguagem, de discurso e de textualidade - mesmo se estão falando numa linguagem que sabem ser tão figurativa quanto literal. Eles estão se referindo a coisas que percebem ou acreditam perceber no texto, mesmo se estão se referindo tanto na maneira indireta da fala figurativa quanto na maneira direta da fala literalista.

Por fim, ao ser acusado de estabelecer uma teoria que destruiu a diferença entre fato e ficção, abalando o status epistemológico do conhecimento histórico, o autor esclareceu que a sua teoria apenas redefine as relações entre os dois dentro dos discursos. Para Hayden White se não existem fatos brutos, e sim eventos sob diferentes descrições, então a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos para transformar eventos em fatos, assim os eventos acontecem e os fatos são constituídos pela descrição lingüística.

Segundo White, o modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais, este modo pode ser relativamente livre, como em todo discurso literário modernista ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres.

Retomando a trajetória das discussões feitas neste artigo, primeiramente relacionamos o debate acerca da narrativa que se instalou na história no final do século XX e início do século XXI, de maneira que vimos o posicionamento de alguns autores neste debate como José Carlos Reis, Keith Jenkins, Roger Chartier e Alun Munslow, concordantes com a idéia de que a pós-modernidade não significou a superação da modernidade.

Feito isso, o passo seguinte foi focar propriamente o debate sobre função da narrativa no conhecimento histórico, para tanto problematizamos alguns dos componentes da escrita da narrativa – tempo, ficcionalidade, verdade, discurso, ideologia – e falamos acerca de suas implicações. Nesta parte utilizamos autores consagrados que nas suas respectivas épocas inovaram como Paul Veyne, Paul Ricoeur e Umberto Eco.

Na última parte deste artigo contextualizamos e explicamos os principais aspectos da teoria de Hayden White sobre a estrutura narrativa história, e apresentamos também algumas críticas feitas ao seu trabalho. A intenção deste artigo foi analisar os principais elementos literários elencados por Hayden White que fazem parte da narrativa histórica.

“Chegou o Governador”: o caso emblemático de um discurso ficcional que buscou subverter o discurso histórico

Leandro Rocha Resende*

Fabiane Costa Oliveira**

O presente artigo concentrar-se-á no tratamento da narrativa que compõe a obra *Chegou o Governador*, escrita pelo literato goiano Bernardo Élis, nos anos de 1980. Tida como uma narrativa de extração histórica, a obra em questão será analisada sob a perspectiva discursiva que procura diagnosticar de que maneira um discurso historiográfico é representado dentro do quadro ficcional. Para tanto, pretende-se: 1) buscar os recursos discursivos apresentados por Bernardo Élis na sua condição de escritor para elaborar uma ficção que dialogue com o fato histórico e com todo o contexto extratextual; 2) apresentar o discurso bernardiano de subversão da imagem de um Goiás decadente.

Palavras-chave: Chegou o Governador; Bernardo Élis; História e Literatura

“Chegou o Governador”: uma narrativa ficcional urdida com os fios da história

tr

D. FRANCISCO DE ASSIS MASCARENHAS, português, natural de Lisboa, filho de José de Assis Mascarenhas Castelo Branco da Costa Lancastre, 4º conde de Sabugal, senhor dos Paços de Sabugal e de Palmas, 9º alcaide-mor de Óbidos e Selir, descendente de um ramo da

* Mestre em Letras. Universidade Estadual de Goiás. leandrorocharesende@yahoo.com.br

** Mestre em História. Instituto Federal de Goiás/Universidade de Brasília. fabianecosta@yahoo.com.br

This paper is going to focus on the treatment of the book *Chegou o Governador* narrative, written by the author Bernardo Élis, during the decade of 1980's. As seen as a historic narrative, this work will be analyzed under the discursive perspective which tries to diagnose how a historiography discourse is represented by fiction. So it's intended: 1) show the discursive

recourses presented by Bernardo Élis, as a writer, to elaborate a fiction capable to dialogue with the historic fact and with the context off the text; 2) present Bernardo Élis' subversion discourse of a Goiás decadent image.

Key words: *Chegou o Governador*; Bernardo Élis; History and Literature.

Casa Real de Bragança, vinha por capitão-general da capitania de Goiás e seguido de mais de uma centena de servidores e escravos¹.

Chegando à Vila Boa, D. Francisco encontrou uma cidade à sua espera. E foi nessa ocasião em que conheceu Ângela. Durante a recepção, o então governador, “na jovialidade de seus 25 anos bem vividos como participante de alta nobreza portuguesa”², dirigiu-se ao encontro do Sr. Brás Martins de Almeida, que estava acompanhado de sua esposa, Dona Potenciana, e de sua filha, Ângela, e fez as devidas apresentações, noticiando que era amigo de Tristão – filho do casal e irmão da moça. Já nesse primeiro encontro, D. Francisco mal pode conter o entusiasmo ao se deparar com a beleza de Ângela: “[...] Os olhos do general brilhavam e ele era todo encantamentos. No íntimo, admirava-se de encontrar tão belo espécime humano naquele deserto, sem poder dominar a emoção”³. Aquele foi o encantamento necessário para mobilizar o governador na busca por conquistar a bela moça.

De acordo com a narrativa, sabia-se que o novo governador, quando chegasse à Vila Boa, ansiaria por uma amante e, portanto, não tardaria a escolhê-la. E, assim, o fez. Ângela o mobilizou ao ponto dele enviar o seu quase noivo, o alferes José Rodrigues Jardim, em uma missão militar, distante o suficiente de Vila Boa para ganhar o tempo necessário para conquistar o seu amor. Uma vez sucumbida ao desejo, Ângela viveu intensamente o seu amor com D. Francisco até que a primeira gravidez e a recusa de seu amado em relação ao casamento

¹ ÉLIS, Bernardo. *Chegou o Governador*: Rio de Janeiro: José Olympio, 1998, p. 6.

² *Ibidem*, p. 9.

³ *Ibidem*, p. 10.

promoveram o afastamento do casal. Enquanto o casal se amava e se afastava, D. Francisco deu andamento aos seus projetos de reascender a economia da Capitania de Goiás, bem como de estabelecer um ambiente sócio-cultural em Vila Boa, quebrando, deste modo, com a monotonia típica do lugar.

Em torno dessas duas personagens principais, ações e pessoas foram sendo incorporadas pela trama, ora para tratar das aventuras amorosas do casal, ora para evidenciar as tentativas de D. Francisco em recolocar Goiás nos caminhos da integração econômica, entendida como indispensável à projeção rumo à modernidade. Todavia, nem o amor e nem o projeto administrativo encontraram o resultado desejado pelas personagens D. Francisco e Ângela. De um lado, Ângela não conseguiu unir amor e casamento. Ao conseguir a realização desse último, não o fez por amor – após o nascimento de seus dois filhos, frutos do amor clandestino com seu governador e a certeza de que seu amado não se casaria com ela, Ângela casou-se com seu alferes, promovido a capitão, José Rodrigues Jardim. Por outro lado, D. Francisco, mesmo diante de suas juras de amor para Ângela e o nascimento de dois de seus filhos, não conseguiu convencê-la sobre o concubinato que dizia ser temporário. Mas esse não foi o único empreendimento frustrado do governador. Mesmo depois de quatro anos de administração, seguidos de muitos esforços para promover a integração de Goiás à economia colonial, D. Francisco viu seus projetos desmantelarem-se pelas catástrofes naturais e pelo desinteresse, tanto da administração colonial quanto das elites locais, na promoção de mudanças.

Em linhas gerais, esse é o enredo evidenciado em *Chegou o Governador*. No concernente ao mesmo, interessa para os propósitos desse artigo, particularmente, os intertextos vivos⁴ e os interdiscursos⁵ que se fazem presentes nas duas narrativas construídas em paralelo na obra ficcional bernardiana. Quais sejam? Àquela evidenciada por intermédio das epígrafes e àquela anunciada pela trama que envolve os dois amantes: D. Francisco e Ângela.

⁴ De acordo com André Trouche (2006), o que difere o romance histórico da narrativa de extração histórica é que esta última tem como característica primordial a utilização de intertextos vivos. Para os propósitos deste trabalho, tomar-se-ão as epígrafes como intertextos vivos de uma referencialidade histórica.

⁵ A interdiscursividade está pautada não só na relação das epígrafes com a obra, como também na relação da *mimésis* e da verossimilhança, que compõem todo o fato histórico, social e cultural, orientador da composição discursiva em *Chegou o Governador*.

Antes de partir para a análise da obra, é importante esclarecer em que circunstâncias de produção discursiva Bernardo Élis escritor foi capaz de representar um fato histórico, diferentemente do que fora feito pela historiografia. Partindo do pressuposto que o autor de um texto se torna meramente um sujeito da escrita, é preciso sinalizar o fato de que a construção de um texto (narrativa) se torna heterogênea, pois, o sujeito da escrita, o sujeito discursivo, ocupa várias posições no texto. Essa heterogeneidade acaba caracterizando uma dispersão no discurso, isto é, a dispersão do texto e a dispersão do sujeito.

Na perspectiva da heterogeneidade textual, questiona-se, então, qual seria o lugar de Bernardo Élis na constituição do discurso em relação à obra? Aí a razão pela qual é preciso considerar Bernardo Élis como um sujeito discursivo. Um sujeito que se apropria de um lugar, atuando num espaço subjetivo e estabelecendo uma representação em que há possibilidades de mobilidade no confronto de sua voz com a voz dos outros, ficcionais ou não.

Goiás em “Chegou o Governador”: uma representação de um tempo que transcende uma “verdade” temporal construída pelos viajantes europeus

Das 24 epígrafes presentes em *Chegou o Governador*, oito foram extraídas dos relatos de viajantes europeus (sete do relato de Saint-Hilaire, intitulado *Viagem à Província de Goiás*⁶, e uma da obra de Pohl, denominada *Viagem ao interior do Brasil*⁷) e quatro presentes originariamente na obra *Corografia histórica da Província de Goiás*⁸, de Cunha Mattos. Esse número interessa pelo que representa em termos de discurso. Todos os trechos retirados dos relatos dos viajantes europeus, que estiveram em Goiás na primeira metade do século XIX,

⁶ SAINT-HILAIRE. Augusto de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

⁷ POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

⁸ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: Governo de Goiás; Convênio SUDECO, 1979.

trazem a imagem de uma região marcada pelo isolamento e pela presença de um povo que se define pela preguiça e pela prática do concubinato. Comparados a esses relatos, os fragmentos de Cunha Mattos selecionados para as epígrafes de abertura dos capítulos da obra bernardiana revelam-se possuidores de um discurso menos tachativo, porém, não destituído de uma ou outra crítica.

Para melhor evidenciar tal afirmativa, cabe destacar que uma das epígrafes que referencia a obra de Cunha Mattos traz Vila Boa como uma cidade bela e com ruas notavelmente asseadas. Em outra, diz que as senhoras na Capitania de Goiás são muito honestas, afáveis e polidas – o que revelaria traços de civilidades. Contudo, observaram-se, também, algumas críticas entre os fragmentos de Cunha Mattos selecionados pelo literato Bernardo Élis, estando elas direcionadas tanto à união de homens brancos com mulheres de cor quanto à prática habitual de “mexericos” entre os goianos.

As 12 epígrafes restantes foram constituídas a partir de documentos históricos e de interpretações produzidas pela historiografia goiana. Essas não trazem um discurso mais otimista sobre a Capitania de Goiás. Ao contrário, mesmo quando apenas informam, acabam por expor os limites e desafios próprios à região. Nelas encontram-se denunciadas as insolências da administração pública e do povo goiano, bem como a pauperização e má-estrutura de vilas pertencentes à Capitania.

Diante do exposto, não resta dúvida quanto ao fato das epígrafes revelarem, de modo predominante, um discurso⁹ que caracteriza Goiás no século XIX por intermédio da imagem da decadência, do atraso, da miséria e da inobservância das regras e normas de boa conduta. Esse discurso, evidenciado nas epígrafes que compõem *Chegou o Governador*, por muito tempo orientou a escrita da História de Goiás. A historiografia goiana, que tomou como fonte para a promoção de sua investigação os relatos dos viajantes oitocentistas, construiu um passado para Goiás a partir da aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-mineração. Os historiadores que revisam essa tradição historiográfica afirmam que os viajantes, sobretudo os europeus, ao transitarem pelo “sertão”, buscaram

⁹ Entendendo a terminologia discurso para o que está além do enunciado, para diagnosticar o discurso presente entre as epígrafes e a sua relação com a obra é preciso analisar todas as condições pelas quais foram possíveis de proferi-lo. Isto é, buscar, diagnosticar, compreender os modos pelos quais determinado enunciado foi possível de ser dito e não outro.

ver aquilo que já conheciam de experiências anteriores. Seus olhares estavam tomados pela noção de progresso europeu, marcadamente urbano e industrial. E isto os deixou míopes para enxergarem aquilo que o “sertão” goiano podia de fato ser. No lugar de entenderem o que viam, os viajantes ajuizaram com base na repulsa e legaram às gerações vindouras a imagem da decadência da Capitania de Goiás no período pós-mineração.

Goiás emerge no cenário da economia colonial por intermédio do encontro de jazidas de ouro na região. Conforme Nars Fayad Chaul,

A procura de índios e os indícios de existência de ouro em Goiás fizeram com que inúmeras bandeiras penetrassem em terras goianas, em busca da ambicionada mão-de-obra e da potencial riqueza. De Sebastião Marinho, quando penetrou nas cercanias das nascentes do Rio Tocantins em 1592, a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, os índios e o ouro de Goiás despertavam ambições e atraíam bandeirantes e sertanistas que desbravaram esse território hostil e selvagem.¹⁰

Assim, a região de Goiás passou a ser povoada no século XVIII, sendo que a exploração das minas foi iniciada a partir de 1726. Nesse mesmo ano, ocorreu a fundação do Arraial de Sant’Anna, que posteriormente recebeu o nome de Vila Boa, hoje Cidade de Goiás. Ainda, de acordo com Nars Fayad Chaul,

A mineração propriamente dita teve vida breve em Goiás. Tem início em 1726, declinando após a década de 1750, que marca o apogeu da mineração em Goiás. O declínio da mineração pode ser observado por meio da arrecadação do quinto do ouro, que passa de 40 arrobas em 1753 para 22 arrobas em 1768 e desaba para 8 arrobas em 1788, para 4 arrobas em 1808 e chega à mísera 0,5 arroba em 1823.¹¹

O declínio da mineração na segunda metade do século XVIII acarretou em Goiás uma queda demográfica. Todavia, ao contrário do que quiseram crer os viajantes europeus, essa região, mesmo nos tempos do apogeu da mineração, convivia com problemas, como: a miséria que assolava boa parte da população; o concubinato; a prática do ócio uma vez que o trabalho era destinado aos escravos; o difícil acesso e trânsito entre as províncias e mesmo dentro da Capitania

¹⁰ CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG; Ed. da UCG, 1997. p. 27.

¹¹ *Ibidem*, p. 28.

de Goiás em decorrência da precariedade das estradas; a falta de incentivo da coroa em relação ao melhoramento dos meios de comunicação. Interessante é demarcar que os viajantes avaliaram que todas essas mazelas haviam sido geradas após o declínio da mineração. Eis aí a origem da gestação do signo da decadência do ouro em Goiás. Para Chaul,

Os viajantes, que passavam por Goiás com seus olhares repletos de progressos europeus, conseguiam vislumbrar a decadência comum a todos, imagem gravada como se fosse a memória de um povo, como se fosse a realidade vivida por todos e não como se fosse o desejo do que não viam: a imagem do progresso invertida na janela do tempo.

[...]

Os relatos deixavam implícito que Goiás precisava de mão-de-obra produtiva, de trabalho livre, de substituição do ócio pelo negócio. Goiás carecia de povoamento, de gente para produzir, de capital e desenvolvimento. Goiás, portanto, era totalmente diferente da terra que povoava as idéias dos viajantes, e divergia ao extremo daqueles padrões europeus de modernidade e progresso, padrões esses que tinham presentes a ética protestante do capitalismo (ou seja, trabalho, parcimônia, ascetismo) e a superpopulação do século XIX. Era com esse olhar que os viajantes descreviam Goiás. Como bem ressaltou Foot Hardman, “o que parece prestes a ocorrer é a perda dos referenciais óticos na sociedade moderna. Já não se sabe ao certo de que lado do espelho se está”. Os viajantes não vislumbravam a outra face do espelho do século XIX ao olhar Goiás.¹²

E mais, os viajantes

Chegaram à terra imaginando um Goiás em esplendor devido à mineração, que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso, mas se depararam com uma Província onde a crise imperava em seus múltiplos aspectos. Os olhares dos viajantes europeus conseguiram ver apenas um deserto de homens, sem comércio e sem perspectivas, com estradas fantasmas e ócio correndo nas veias do povo mestiço, longe por demais dos exemplos e do labor anglo-saxões. Não se perguntavam sobre as razões econômicas e sociais dessa situação, nem sobre o lugar desse pedaço do ‘novo mundo’ no mercado capitalista.¹³

Quer-se, com isso, defender a hipótese de que a decadência de Goiás, que aparece anunciada na narrativa das epígrafes de *Chegou o Governador*, foi uma construção realizada pelos viajantes europeus. E, enquanto construção, o discurso

¹² *Ibidem*, p. 35-36.

¹³ *Ibidem*, p. 46.

da decadência, ainda que compartilhado por alguns historiadores como Luiz Palacin e Dalísia Doles, não pode ser tomado como a expressão da verdade absoluta de um tempo e sim como o registro de uma verdade edificada a partir de olhos que negaram a outra face da modernidade/progresso. Associada a essa hipótese, defende-se que Bernardo Élis, ao fazer uso desses enunciados¹⁴ em suas epígrafes, quer pôr em evidência que estes guardam teor ficcional tanto quanto sua obra de ficção. Nesse sentido, o seu objetivo é corroborar para a desconstrução do sentido de verdade de um tempo atribuído ao discurso da decadência, promovido pelos viajantes oitocentistas. Afinal, é uma falácia tachar de decadente uma sociedade que nem chegou a atingir os padrões europeus de modernidade/progresso.

Para afirmar a tese da subjetividade do discurso histórico, Bernardo Élis seleciona e expõe contradições entre os olhares desses homens que visitaram Goiás no século XIX. Para tal, basta contrapor as epígrafes dos capítulos II e IX.

As senhoras são honestas, afáveis e muito mais polidas do que se deveria esperar de terras tão distantes das cidades da beira-mar, assento da civilização. Elas são esbeltas, mui alvas e coradas, algumas têm olhos formosíssimos, dentes perfeitos e encontram-se talhes de modelo. São mais altas do que baixas, e ainda as mais grossas de corpo têm proporção muito regulares. As mulheres desenvoltas têm um certo melindre que raras vezes se encontra em outras províncias, e os homens principais são despidos de estúpido orgulho, sociáveis, polidos e cheios de urbanidade. Os mesmos pretos livres e os escravos têm maneiras decentes. [*Corografia histórica da Província de Goiás*, por R.J. da CUNHA MATTOS, Ed. Convênio Sudeco/Governo de Goiás, p. 92].¹⁵

E,

Os olhos negros e brilhantes das mulheres de Goiás traem as paixões que as dominam, mas seus traços não têm nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos e sua voz não tem doçura. Como não receberam educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens. [*Viagem à Província de Goiás*. A. de SAINT-HILAIRE, 1819].¹⁶

¹⁴ Entendido como unidade constitutiva do discurso, o enunciado se torna parte fundamental do mesmo em que se pode identificar as diferentes posições assumidas pelo sujeito da escrita. Através e pelo enunciado se torna possível a análise do discurso.

¹⁵ ÉLIS, Bernardo. *Op. cit.* p. 12.

¹⁶ *Ibidem*, p. 84.

Pois bem, no lugar da polidez enxergada por Cunha Mattos próprias às “se-
nhoras honestas” de Goiás, Saint-Hilaire viu a falta de delicadeza e de formação
educacional. Entretanto, esse não é único caso. Basta observar a contraposição
entre as epígrafes dos capítulos I e XIII.

[...] em conclusão, esta cidade, posto que pequena seja, o é superior, em bele-
za de edificios e asseio de suas ruas, a algumas capitais de outras províncias
do império. [*Corografia histórica da Província de Goiás* (1824) de R.J. da
CUNHA MATTOS, Ed. Convênio Sudeco/Governo de Goiás, p. 28].¹⁷

E,

Conversando ontem com meus botões, que são agora os que me fazem corte,
por estar esta Vila uma tapera, me ocorreu a proposta de Francisco Ferreira...
[Carta do Governador José Vasconcelos ao vigário de Meia-Ponte, 1776].¹⁸

Postas em diálogo, as citações em questão demonstram que a beleza da
cidade de Vila Boa de que fala Cunha Mattos não é compartilhada pelas impres-
sões do governador José Vasconcelos. Este, ao contrário do primeiro, manifesta
ser a referida cidade uma tapera. Fica evidente o fato de Cunha Mattos ser, em
parte, bem mais generoso diante da realidade que encontra em Goiás do que os
demais que por aqui passaram ao longo do século XIX. Talvez isso explique o
motivo pelo qual Bernardo Élis acabou por trazer fragmentos desse cronista para
o interior da elaboração da trama de *Chegou o Governador* posto que se tem
por hipótese que sua intenção fora construir outro discurso capaz de subverter a
imagem de decadência legada pelos viajantes.

Neste artigo, assume-se que Bernardo Élis encontra, nas ações de suas per-
sonagens D. Francisco e Ângela, o lugar para inscrever um discurso que supere
o signo da decadência estigmatizado para Goiás. Essa superação dar-se-ia por
intermédio da manifestação, por parte dessas personagens, do sentimento de não
aceitação da situação que já se encontra posta e naturalizada entre os goianos.
Qual seja? O isolamento e a estagnação econômica, de um lado, e o concubinato,
de outro. Sendo assim, a trama bernardiana, ao tecer sua narrativa com os mes-
mos fios da história, busca trazer, para a produção ficcional, referências históri-
cas que corroborem para a construção da imagem de outro Goiás que não àquele
exposto pelos viajantes oitocentistas.

¹⁷ *Ibidem*, p. 6.

¹⁸ *Ibidem*, p. 113.

Bernardo Élis quer vislumbrar a outra face do espelho do século XIX ao olhar Goiás¹⁹. Para tal, sua narrativa ficcional dialoga com Cunha Mattos, com Luiz Palacin e com alguns documentos oficiais da época. Seis é o número de citações realizadas no interior da narrativa da obra *Chegou o Governador*, sendo que três delas foram extraídas dos escritos de Cunha Mattos. Revelando, assim, a intenção do escritor de (re)elaborar um discurso sobre Goiás menos tachativo. Isso pode ser observado nas próprias palavras de Cunha Mattos quando diz serem as mulheres de Goiás apaixonadas pelos livros e instruídas na história, ao mesmo tempo em que coloca em destaque o hábito feminino de frequentar as missas, realizadas durante a madrugada, para não se darem à exposição pública. Seguem as citações:

Várias senhoras são instruídas na história e têm paixão decidida pelos livros: algumas delas por acanhamento não mostram o que sabem, e outras são de tal modo circunspectas que apenas deixam conhecer que entendem das matérias de que se fala. [*Corografia Histórica da Província de Goiás*, de R. J. da Cunha Mattos, 1824].²⁰

E,

As senhoras raras vezes aparecem a pessoas desconhecidas; vão quase todas à missa muito de madrugada; fazem as suas visitas de noite, mas na semana santa, e no dia de Passos, apresentam-se com a mais pomposa decência que se pode considerar. [*Corografia Histórica da Província de Goiás*, de R. J. DA CUNHA MATTOS, 1824].²¹

Todavia, a narrativa bernardiana em *Chegou o Governador* não nega a existência de problemas ligados à estagnação econômica, ao isolamento da região, ao declínio da mineração, dentre outros. Ao contrário, ela os assume:

De todas as informações colhidas obteve o governador uma reprodução bastante real do que era a terra, de modo a ficar ciente de que:

1 – Era enorme a decadência da capitania;

¹⁹ É preciso entender que esta outra face do espelho não corresponde ao conceito de imitação. Ao contrário, ela projeta um lugar para Goiás na obra bernardiana que não aquele anunciado pelo olhar do viajante, carregado de uma condição de produção européia que não reconhece o que vê pelo que é, mas pela expectativa do que fosse a partir do lugar que enuncia. As questões colocadas e a relação existente entre literatura e essa outra face do espelho dizem respeito à necessidade que a “literatura que fala do mundo” e a “literatura que fala da literatura” têm de inserir-se na reflexão em torno da mimésis, remetendo-se ao jogo duplo e côncavo do espelho.

²⁰ ÉLIS, Bernardo. Op. cit., p. 16.

²¹ Ibidem, p. 73.

- 2 – A população decresceu sensivelmente nos últimos 20 anos;
- 3 – Os núcleos urbanos despovoaram-se;
- 4 – Os habitantes deixaram os núcleos urbanos pela parte rural, onde se asselvajaram, esquecendo as práticas religiosas e o uso e o valor do dinheiro;
- 5 – Os índios foram retirados dos campos e matas e aldeados, disso resultando o despovoamento das margens dos rios principais, cuja navegação ficou sem apoio;
- 6 – A mineração quase não existia;
- 7 – Os dízimos, quintos e outros tributos eram extorsivos. Os habitantes de Goiás, endividados com a Fazenda Pública, com as praças de comércio de beira-mar, com o juízo dos defuntos e ausentes, com o cofre dos órfãos e com os particulares que os haviam acreditado, perseguidos pelos inexoráveis agentes fiscais e pelos credores particulares, eles viram-se despojados de suas efêmeras riquezas e reduzidos repentinamente à última indigência;
- 8 – O número de vadios e desocupados abrangia 40% da população;
- 9 – Ao demitir-se, o Governo de D. Manoel de Meneses, apresentava o seguinte quadro: ao intendente do Ouro devia 15.000 cruzados; ao ouvidor devia o ordenado de dois anos e na mesma proporção era a dívida para com os funcionários da Fazenda real, da cada de fundição e de toda a tropa. Só o governador recebia em dia porque o tesoureiro era rico e seu amigo particular, adiantando-lhe do próprio bolso o dinheiro do ordenado e, finalmente;
- 10 – Dominava a todos o espírito de derrota e ruína que fazia do goiano o mais triste dos seres.²²

Diante disso, uma pergunta se impõe: em que consistiria, então, a diferença entre a narrativa bernardiana em *Chegou o Governador* e o discurso dos viajantes oitocentistas? Exatamente no desejo de seus personagens principais em transpor a situação de crise e abandono em que se encontrava a Capitania de Goiás. Como anteriormente anunciado, na vida administrativa, conforme relato do capitão-general João Carlos Augusto D’Oeynhausien, havia três fases: “a febre com delírio, a febre sem delírio e a prostração” (ÉLIS, 1998, p. 4). D. Francisco, assim como seus antecessores, viveu primeiro a fase da contemplação da projeção de grandes planos para a superação do atraso e da miséria na região goiana. Transposta essa fase, seguiu àquela em que ele se conformou com realidade e buscou reformar seus planos com o intuito de ainda concretizar possíveis

²² ÉLIS, Bernardo. *Op. cit.*, p. 55-56.

mudanças. Entretanto, ao contrário de muitos outros governadores, D. Francisco recusou-se a ser vencido pela indiferença com que a coroa ou mesmo as elites locais recebiam seus planos. Ele não viveu a fase da prostração típica da vida administrativa na Capitania de Goiás. Vejamos o exemplo:

[D. Francisco] Passava em revista seus anos de administração, que reputava boa, não tendo chegado nunca à prostração. Se não conseguiu colocar a capitania no nível do fausto do ouro, tinha a impressão de haver sustado o processo de decadência, por um instante. Seu nome era louvado por comerciantes e agricultores que enviaram novas expedições comerciais pelo Araguaia abaixo, rumo a Belém, de onde igualmente receberam produtos que venderam com lucros.²³

O empreendimento do projeto de navegação dos rios Tocantins-Araguaia, realizado a despeito do apoio da administração metropolitana e das elites locais, revelou a resistência de D. Francisco diante da prostração. O referido projeto de navegação, que tinha por objetivo colocar Goiás em conexão com a região do Belém do Pará e, a partir daí, com o mundo inteiro, apenas obteve um sucesso temporário. Afinal, o “azar” se encarregou de frustrar os propósitos do governador.

O azar se encarregou de naufragar alguns barcos, de negar lucros a algumas expedições, no seio das quais semeou epidemias de tal modo graves que logo depois ninguém se arriscava a descer ou subir com mercadorias pelas águas tranqüilas do Araguaia ou pela caudal revolta do Tocantins. Também os rios que corriam para o sul mostraram-se indomáveis. As canoas que se desgarraram de Anicuns na tentativa de chegar ao litoral, perderam-se pelas muitas e ferozes cachoeiras e os tripulantes morreram ou desapareceram, não se tendo notícia nem do intemorato Guterrez, com sua fanfarronice e espanholadas de bom castelhano.²⁴

Infere-se aí que o discurso de superação do estigma da decadência, evidenciado na narrativa ficcional bernardiana em *Chegou o Governador*, se concretiza a partir das intenções de seu personagem, o governador, e não por intermédio da reinserção definitiva de Goiás na economia colonial. Ao trazer para sua narrativa as intenções modernizadoras de D. Francisco, Bernardo Élis acaba por promover a “absolvição” do povo goiano quanto às mazelas próprias à sua Capitania. Essa absolvição ocorre na medida em que o escritor assume e aceita em sua trama a

²³ *Ibidem*, p. 166-167.

²⁴ *Ibidem*, p. 167.

singularidade do tempo que define essa região. Temporalidade essa refém do passado aurífero – o tempo do Eldorado.

Reconhecer que o tempo em Goiás está vinculado ao passado do ouro é admitir, em certa medida, que o ócio tão cultivado por essa gente tem sua explicação na forma como o trabalho foi encarado nas regiões mineradoras, ou seja: como coisa de escravo. É admitir, do mesmo modo, que a prática comum e generalizada do concubinato se explica muito mais pelos altos custos para a viabilização do casamento e pela miséria que assola a população goiana do que com a imoralidade ou a falta de rigor com os preceitos religiosos. A aceitação do tempo do Eldorado como a significação do tempo de Goiás faz-se presente na narrativa ficcional de *Chegou o Governador* quando o escritor coloca em destaque o encontro de ouro em Anicuns.

[...] Introduzido na sala do dossel, o homem explicou: chamava-se Luciano e tinha encontrado um riquíssimo veio de ouro na velha cata abandonada de Anicuns.

- Mina de ouro! – balbuciou o conde sem acreditar no que ouvia da boca de um homem tão pobre e tão estranho, que prosseguia explicando que era um veio de ouro muito rico, na velha cata de Anicuns que fora explorada ao tempo do velho Anhanguera, e fora abandonada pelos mineradores daquele tempo como impraticável. Pensando tratar-se de algum embusteiro, D. Francisco lembrou-se logo de uma das regras do regulamento de Gomes Freire, na parte que dizia: “A segurança das minas é o castigo das insolências”. Para pôr em prática tão sábia sentença mandou chamar o Coronel-de-Dragões Marcelino José Manso, a quem mostrou Luciano e contou de que assunto estava tratando. Para seu maior espanto, o que viu foi o Coronel Manso tomar-se de entusiasmo e afirmar peremptoriamente que Luciano estava falando a verdade e que em Anicuns devia haver muito ouro.

- Seria possível? – duvidava o governador, para quem, naquela terra, todo mundo só pensava em tesouro escondido ou novas minas maravilhosas. Contudo, mandou chamar o Intendente Morais Cid, a quem ordenou que seguisse com Luciano e mais alguns militares para tirar certeza da notícia, embora tudo devesse ficar guardado no maior silêncio para não despertar a cobiça no meio dos milhares de vadios existentes na capitania. Dentro em breve ficou provado que Luciano dizia a verdade, que em Anicuns estava um riquíssimo veieiro de ouro, mas também ficou provado que o povo não vive dormindo. Num átimo a notícia do novo achado ganhou as ruas, as estradas, os mais distantes lugares e num piscar de olhos dezenas, centenas de pessoas estavam nos arredores da famosa cata pedindo a concessão de uma data de terreno para batear. [...]

Assim, quando alguns meses depois D. Francisco de Assis retomou a Vila Boa, trazia a notícia de que a capitania de Goiás voltava novamente a produzir várias arrobas de ouro por ano, como nos bons tempos de antigamente, embora muitos fossem os obstáculos para a produção da nova mina e a triste previsão de que a cada momento mais cara ia ficando a extração de ouro.²⁵

Outro aspecto a ser destacado e discutido refere-se às interconexões e aos desvios possíveis de serem identificadas a partir do estabelecimento de um diálogo entre o discurso da trama e o discurso presente no conjunto das epígrafes. Ao estabelecer esse diálogo, foi possível detectar dois movimentos: de um lado, tem-se a interconexão entre a trama e a epígrafe, em que a última exerce o papel de anunciadora do assunto que será evidenciado pela narrativa do capítulo; de outro lado, percebe-se o desvio causado pela narrativa do capítulo que ocorre quando esta acaba por negar o discurso anunciado pela epígrafe. Para melhor exposição do que consistiria esse desvio, toma-se o primeiro capítulo da obra *Chegou o Governador*. Nele vê-se destacado como epígrafe um trecho da obra *Corografia histórica da Província de Goiás*, de Cunha Mattos. Como já fora tratado, essa epígrafe traz uma fala do referido cronista que reconhece a beleza dos edifícios de Vila Boa, bem como, o asseio de suas ruas (ÉLIS, 1998, p. 6). Contrastando a esta imagem, a trama expõe outro olhar:

O governador chegando envergava sua vistosa farda vermelha agalooada de prata, chapéu de pluma e espadim. Com o tropel da alimária retumbante na rua estreita calçada de pedras irregulares, entrou a comitiva na cidade, pela Cambaúba, passando em frente da simpática igrejinha da Lapa que ao tempo existia, e ganhando afinal a rua principal, chamada Rua Direita do Negócio, a qual desembocava no Terreiro do Paço. Aí se erguia a matriz, enorme igreja de Nossa Senhora de Santana, padroeira da Vila. Se era grande, tinha péssimo aspecto. O frontispício estava em ruínas, sem portas nem janelas, a parede frontal caiada até o meio, com a torre da parte do evangelho derruída. À porta desse templo, que ficava lado a lado com o palácio do Governo, apaream-se os componentes do cortejo, tendo à frente a autoridade que chegava e o governador que deixava o cargo.²⁶

Como se pode apreender pelo fragmento, a igreja em ruínas ficava em lugar importante na cidade, qual seja: ao lado do prédio do palácio do Governo. Dada

²⁵ *Ibidem*, p. 160-161.

²⁶ *Ibidem*, p. 6-7.

a sua localização, a igreja deveria estar mais bem conservada, mas, ao contrário, encontrava-se em ruínas, o que só demonstra o descaso da administração pública na capital da Capitania de Goiás. Todavia, os desvios não se encerram por aí. Outro é evidenciado no segundo capítulo. Neste, a epígrafe, também extraída da já citada obra de Cunha Mattos, apresenta as mulheres de Goiás como senhoras honestas, afáveis e polidas²⁷. Em oposição a este discurso, a trama oferece outro comportamento feminino: o da disposição para as aventuras amorosas.

Algumas pessoas que estiveram em Goiás contaram-lhe [a D. Francisco] em Portugal que aqui o mulhério vivia à solta, que qualquer um tinha tantas fêmeas quantas quisesse, que ninguém era casado nem havia família legalmente constituída.²⁸

E, ainda, que:

[...] A chegada, pois, das novas autoridades colocava os homens e as mulheres capazes sexualmente em disponibilidade erótica.

[...] enorme era a inquietação no coração e em algumas glândulas da totalidade das mulheres amancebadas ou solteiras e núbeis, quer fossem feias ou bonitas, brancas, pretas ou mulatas, pois elas por experiência vinda de outras capitânicas sabiam que o apetite português era pantagruélico, contanto que não fosse para casar. Assim, todas as concubinas se achavam na roda do jogo. Se não pudessem alcançar o capitão-general, alcançariam o ouvidor, ou o secretário do governo, ou algum padre, ou o simples soldado, o modesto meirinho. O que estava em perspectiva era melhorar a dieta, obter um amante que ganhasse melhor ou amasse melhor, ou melhor soubesse enganar uma mulher com bonitas falas e brilhantes presentes.²⁹

Porém, a narrativa ficcional bernardiana em *Chegou o Governador* não se faz apenas com desvios. É possível evidenciar a presença de interconexões. Como é o caso do sexto capítulo. A epígrafe, extraída de um relatório de D. Francisco de Assis, quando da passagem do governo ao seu sucessor, referencia a insolência da administração pública:

A Câmara de Vila Boa, sendo até agora a única desta capitania, administrava anteriormente as rendas de todos os julgados; porém a Câmara, composta de vereadores indolentes, e presidida por juizes leigos, além de indolentes, igno-

²⁷ *Ibidem*, p. 12.

²⁸ *Ibidem*, p. 15.

²⁹ *Ibidem*, p. 16.

rantíssimos, de tal modo confundiu as contas dos seus rendimentos, e deixou de receber ou de cobrar as que lhe competiam, que durante todo o tempo do meu governo não só não pôde edificar uma só obra pública, mas nem ainda lhe foi possível reparar aquelas que já se achavam construídas em benefício do público, e que o tempo havia deteriorado. [Relatório de D. Francisco de Assis (1809) ao passar o governo ao seu sucessor. *Anais da Província de Goiás* – J.M.P. DE ALENCASTRE, Ed. Convênio Sudeco/Governo de Goiás, 1863, p. 283].³⁰

A insolência em questão aparece, também, na composição da trama bernardiana.

[...] Após os cumprimentos, tomando a dianteira, o Sr. Brás (que conhecia perfeitamente o local), escolheu o percurso de descer a Rua do Horto até alcançar o beco que ficava na esquina da casa do Pe. Marques; daí entrando à direita por um caminho desmanchado que transpunha o córrego Manuel Gomes e entrava na Estrada da Carioca, cuja ladeira estava fidalgamente calçada, com muretas do lado que dava para a ribanceira do morro. Deveras era uma soberba obra da qual se poderia justamente orgulhar o ex-Governador João Manoel de Meneses, se bem que, naquele momento de tantas cavilações e intrigas, o que se comentava é que do ex-governador a estrada só tinha o nome, pois quem dera o dinheiro e fizera tudo fora a Câmara Municipal, único órgão que ainda dispunha de algum numerário na terra. Bem, mas não fora sempre assim!³¹

Esse tipo de interconexão, ainda, pode ser exemplificado pelo capítulo XIV quando o mesmo trata do tema ligado à prática de mexericos. De acordo com a epígrafe de abertura desse capítulo, “[...] a cadeia estava vazia porque o povo desta cidade (Vila Boa) batia mais com a língua do que com as armas. [Carta do General Cunha Mattos ao ministro da Guerra, 1823]”³². Com base nesse fragmento, percebe-se que a prática de mexericos era hábito comum entre os vilabosenses. E, como Ângela vinha se encontrando frequentemente com D. Francisco, não tardou para o povo começar a falar e alguém enviar uma carta anônima à família para tratar do caso amoroso. A trama expõe o martírio do pai ao saber que o caso de sua filha com o governador já era conhecido de muitos, talvez de todos em Vila Boa:

O diabo daquela carta anônima nunca saiu da cabeça do Sr. Brás Martinho de Almeida. Trechos perdidos de conversa, vagas alusões proferidas entre fâmu-

³⁰ *Ibidem*, p. 61.

³¹ *Ibidem*, p. 61-62.

³² *Ibidem*, p. 118.

los e funcionários, uma indireta aqui, outras graçolas acolá vinham sempre lembrar e, por que não, confirmar alguns dos tópicos dela, especialmente a notícia da misteriosa cadeirinha que vagava à noite pelas ruas.³³

Dessa forma, deduz-se que, os usos de interconexões e desvios, não são aleatórios. Ao contrário, esse jogo faz-se necessário na medida em que confere à trama de *Chegou o Governador* o subsídio indispensável à elaboração do discurso ficcional bernardiano, tecido com os fios da história. Assim, as relações intertextuais e interdiscursivas sustentam a representação discursiva, elaborada por Bernardo Élis, dos fatos passados e, ao mesmo tempo, permitem a construção do tempo perdido sem o compromisso da fidelidade com o discurso documental, o qual é próprio à História. E, por outro lado, os desvios permitem a desconstrução do sentido de verdade única, muitas vezes legado ao discurso histórico.

Tem-se, nesse pressuposto, que o uso de intertextos e interdiscursos corroboram com a elaboração de representações acerca de Goiás, no período oitocentista. Defende-se, ainda, que essas representações subvertem o signo da decadência e tornam possível o desvendar da outra face do espelho que os homens do século XIX, por estarem tomados pela ótica do progresso e da modernidade, não foram capazes de contemplar.

Considerações finais

O trabalho com a obra bernardiana *Chegou o Governador* exigiu escolhas que passaram inclusive pela definição se ela seria ou não um romance histórico. Afinal, o romance em questão dialoga diretamente com a história. Para a busca dessa definição, resolveu-se levar em conta a assertiva do próprio escritor quando recusa a classificar sua obra como romance histórico.

Será este um romance histórico? Digo que não. Urdido com os mesmos fios da História, tenta ir mais longe ao interpretar fatos passados ou reconstruir globalmente um tempo perdido, sem maiores comprometimentos com o documentário. Aqui figuram seres, ações e situações reais e fictícias, tudo na compreensão de que caiba na medida de seu tempo.³⁴

³³ *Ibidem*, p. 118.

³⁴ *Ibidem*,, 1998.

Defende-se que essa negativa está diretamente relacionada com o objetivo do escritor em eximir-se do compromisso de elaborar a partir de sua obra uma reduplicação fiel da verdade histórica, a qual estaria consagrada pela historiografia que compõe o passado de Goiás. Uma vez aceitado a recusa de Bernardo Élis, coube ao trabalho investigativo a proposição de uma classificação que sublinhasse a especificidade do quadro discursivo que a obra apresentava.

Com o propósito de proceder a uma análise que diagnosticasse os recursos discursivos presentes em *Chegou o Governador*, o primeiro passo foi tomar a obra como uma narrativa de extração histórica. Essa escolha deveu-se ao fato de se compreender que, embora Bernardo Élis faça uma ambientação histórica em seu romance, não é sua intenção apostar na possibilidade de uma verdade histórica. Esta aposta é própria aos romances históricos que reescreviam suas narrativas mantendo intactos os estatutos de veracidades presentes na historiografia.

Ao tomar *Chegou o Governador* como uma narrativa de extração histórica, assumiu-se, seguindo Trouche³⁵, que essa modalidade de escrita toma o histórico como intertexto, abandonando, assim, qualquer compromisso e pretensão de impor uma versão dos fatos históricos sobre outra. Isto não significa dizer que não haja por parte do escritor que elabora uma narrativa de extração histórica a intencionalidade de construir uma “verdade” própria ao quadro ficcional.

A análise realizada a partir de uma obra de narrativa de extração histórica permitiu pensar tanto o fato histórico quanto a ficção como construtos humanos, sistemas de significações que, por vez, devem ser entendidos como discursos. Cabe assinalar que a proposta dessa pesquisa transitou em um espaço analítico que contrapôs o desejo de busca de verdade. Essa contraposição se pautou em um diagnóstico que não só trouxesse o fato histórico para a obra, mas também compreendesse essa transposição do fato histórico como elaborador de um conjunto de práticas sociais e discursivas que nortearam questões extratextuais.

Nessa perspectiva, entender a obra *Chegou o Governador*, não tentando dela extrair uma verdade absoluta assimilada ao fato histórico, significa perceber que o texto literário é um lugar complexo. Lugar no qual aparece uma linguagem que é utilizada através de um processo combinatório que consiste em uma transfiguração discursiva. Assim, o que melhor explicaria essa transfiguração

³⁵ TROUCHE, André. *América: história e ficção*. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

discursiva seria entender que a obra literária foi construída a partir de uma representação que se remete ao fato histórico. Cabe destacar que essa representação não parte somente do próprio fato histórico, assim como da relação entre o mundo empírico e o mundo ficcional.

Diante do exposto, defendeu-se, então, que os principais recursos discursivos, utilizados pelo escritor para traçar outra perspectiva de Goiás, estiveram presentes na construção das personagens D. Francisco Mascarenhas e Ângela Ludovico. A primeira, D. Francisco, por apresentar características distintas dos anteriores governantes que em Goiás estiveram. Essa distinção foi percebida pela sua recusa à prostração, mesmo diante das tentativas frustradas da empresa de navegação dos rios Tocantins-Araguaia. E a segunda, Ângela, por evidenciar uma conduta diferenciada das práticas sociais das demais mulheres goianas da época. Embora os relatos oitocentistas descrevessem uma situação comum e generalizada do concubinato, o escritor utiliza-se de uma transfiguração discursiva e constrói uma personagem que nega essa prática.

Por intermédio da construção bernardiana desses dois personagens, percebeu-se uma intencionalidade que não marca a negação ou a afirmação do fato histórico. Entretanto, essa construção indica, sobretudo dentro do quadro discursivo, que é preciso pensar um Goiás diferente daquele que fora apresentado pela história com base nos relatos dos viajantes. Como essa elaboração discursiva foi realizada dentro da ficção, Bernardo Élis indivíduo eximiu-se da responsabilidade de estabelecer outra versão sobre os fatos históricos. Em contrapartida, Bernardo Élis, enquanto escritor/sujeito discursivo, teve total liberdade de criar novas possibilidades de verdade, pois o mesmo se resguarda dentro da obra literária – que, por característica própria, pode constituir uma verdade sem ser a expressão da realidade.

Por fim, cabe ainda registrar que, guiado pela hipótese de que a narrativa bernardiana *Chegou o Governador* visou subverter o que estava posto pela história, esse artigo teve como pretensão mostrar que a elaboração de representações sobre fatos passados não é exclusivo do discurso histórico, sendo possível encontrá-las também no discurso ficcional. Todavia, quando essas representações são encontradas no discurso ficcional, deve-se ter em conta o fato de que o seu não compromisso com a verdade presente nos documentos encaminha uma elaboração narrativa capaz de expor o que os olhos de um historiador, míopes pela fidelidade ao documento, são impedidos de enxergarem.

Desse modo, enquanto a historiografia tradicional, vinculada aos relatos dos viajantes europeus oitocentistas, construiu um passado para Goiás marcado pela decadência e pela inviabilidade de sua própria superação, a obra *Chegou o Governador* apresenta novas possibilidades de significações para esse mesmo tempo. O discurso ficcional bernardiano apresenta uma multiplicidade temporal que a história não foi capaz: o século XIX não é apenas a projeção do moderno e da industrialização, ele também é o tempo que se revela pela contramão dos processos modernizadores. Nesse sentido, certamente aí reside a importância da literatura: ela possibilita ao leitor refletir acerca de outras possibilidades, de novas significações, que muitas vezes escapam ao olhar de quem não foi acostumado a transcender o quadro da língua e navegar pelas transfigurações do discurso.

A representação da mulher em três poemas de Jorge de Lima

Luciene Lemos de Campos*

Luciano Rodrigues Duarte*

Parte de uma pesquisa mais ampla a respeito da mulher e do feminino na poesia brasileira, este texto pretende apresentar algumas reflexões, com interface entre Literatura e História, sobre a representação da figura feminina em três poemas de Jorge de Lima: “Essa negra Fulô” (*Novos Poemas*, 1928), “Mulher proletária” (*Poemas Escolhidos*, 1932) e “Marta e Maria” (*A Túnica inconsútil*, 1938).

Palavras chaves: Literatura Brasileira – História – Jorge de Lima

Part of a larger study about women and women in Brazilian poetry, this paper aims to present some reflections with the interface between literature and history, on the representation of the female figure on three poems by Jorge de Lima, “That black Fulô” (*New Poems*, 1928), “Women proletarian” (*Selected Poems*, 1932) and “Martha and Mary” (*The seamless tunic*, 1938).

Keywords: Brazilian Literature - History - Jorge de Lima

Introdução

A latitude semântica do *termo* mulher alcançou dimensões simbólicas ao longo dos tempos. Em latim, significa *mulier*, ser humano adulto do sexo feminino, palavra polissêmica, que remete a inúmeros significados – menina, moça, senhorita ou senhora – entre outras terminologias que, por muito tempo, foram utilizadas para determinar e indicar as funções culturais exercidas pelas pessoas do sexo feminino na sociedade. A palavra *mulher* possui uma pluralidade ímpar de significados e à figura feminina estão associadas imagens que vão de Natureza, Justiça, Liberdade à sedução e morte.

* Mestre em Estudos Fronteiriços UFMS. Professora de Língua Portuguesa SED/MS. E-mail: lucieneleamos10@yahoo.com.br.

** Mestre em Estudos Fronteiriços UFMS. Professor de História na cidade de Corumbá. E-mail: luciano01rodrigues@yahoo.com.br.

A mulher sempre exerceu papel imprescindível na sociedade, embora ainda hoje ela não tenha os seus direitos plenamente respeitados. Em decorrência disso, muitos são os movimentos e manifestações sociais em que se percebem, cada vez mais, a participação ativa do sexo feminino. Para refletirmos a esse respeito, utilizando-nos do método de pesquisa bibliográfica, fazemos estudo interdisciplinar na interface da História com a Literatura, a partir de três poemas do escritor brasileiro, Jorge de Lima.

Antes de passarmos às reflexões e análise dos poemas: “Essa negra Fulô” (Novos Poemas, 1928), “Mulher proletária” (Poemas Escolhidos, 1932) e “Martha e Maria” (A Túnica inconsútil, 1938), cabe-nos um breve resgate histórico acerca do papel da mulher nas sociedades.

A mulher nas sociedades

Na Antiguidade Clássica, as grandes sociedades eram voltadas apenas para os homens e as mulheres eram “utilizadas” para a procriação. A Grécia, por exemplo, apresentou em suas *pólis*¹ uma forma de governo, *politikón*², exercido por homens denominados *basilikón*³.

Conforme afirma Aristóteles no livro I de sua obra Política:

A natureza distinguiu a mulher e do escravo, por que não age de modo avaro, como os artífices (technites) de Delfos, que fazem facas para diversos fins; ela designa um fim específico para cada coisa. O instrumento mais perfeito não é o que serve para vários usos, mas para aquele que lhe é próprio. Mas, entre os bárbaros, a mulher e o escravo confundem-se na mesma classe, porque lá não existe alguém que por natureza possa comandar: é uma comunidade de escravos dos dois sexos. (...) **e foi com razão que Hesíodo disse que a primeira família foi composta “pela mulher e o boi feito para o labor”.** (grifos nossos).

¹ Comunidades independentes denominadas como pólis ou Cidades – Estados. As quais tinham como ponto central a acrópole, parte mais alta da povoação, governada pelo conselho de aristocratas, ou eupátridas.

² Governo exercido por um magistrado.

³ Rei ou chefe de família.

Aristóteles afirma que as sociedades teriam que ser governadas por um rei, e as famílias por um componente mais velho, um patriarca. Nisso, baliza-se em Homero quando acrescenta:

Cada varão, de montes em cavernas, Rege absoluto filhos e mulheres, Vizinhos olvidando. Ilha daquela tanto ou quanto remota, umbrosa estende-se Altriz de agrestes cabras: nunca pisa 90 Humano pé, campônio, zegalejo, Ou caçador ao serra e à fraga atreito; Berrantes fatos inarada pasce.

Nesse sentido, percebemos um antagonismo no sentido de democracia para os atenienses, pois desse direito deixavam excluídos: escravos, estrangeiros, crianças e mulheres. Observamos que, dentro da sociedade Clássica Ateniense, a exclusão feminina se assentava na “inferioridade natural” reservada a esse sexo.

A antiga civilização romana também se erigiu como uma sociedade em que as decisões políticas, sociais e culturais estavam consubstancialmente voltadas aos homens. Assim, as sociedades antigas formaram-se hierarquizadas, tendo em sua maioria um poder patriarcal, o qual subjugou de tal modo o universo feminino que até mesmo o sangue menstrual foi por muito tempo considerado maligno.

O pesquisador Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (1998), em seu trabalho intitulado *Sexualidade e desejo: as feiticeiras de Castela*, afirma que o período medieval arraigou uma sociedade patriarcal, onde a figura feminina era enfaticamente reprimida, e controlada pela ortodoxia cristã. O movimento Renascentista – que de forma geral foi uma imposição à Idade Média – propiciou ao homem diferentes concepções sobre o mundo, mas ainda aí é possível verificar que as mulheres têm um papel marginalizado.

O grande ícone de “perfeição” de mulher em épocas antigas – e ainda nos dias correntes – é a imagem da virgem Maria⁴. Para muitos religiosos, essa figura evoca o paradigma da mulher obediente que renuncia a carne, é fiel ao marido e temente a Deus. A historiografia desdobra os principais eventos históricos através de contos, mitos e lendas e, em sua maioria, têm a figura masculina nos principais cenários e papéis de representação⁵.

⁴ Para o Catolicismo e para os fiéis de Virgem Maria, ela representa um modelo a ser imitado.

⁵ Não desconsideramos aqui o empenho de Joana D’arc, Elizabeth I entre outras figuras femininas históricas, mas fica evidente que a história na maioria das sociedades tem o homem com protagonista.

No período contemporâneo, houve uma significativa abertura para as causas femininas, principalmente no que tange à Revolução Industrial⁶ na Inglaterra, na segunda metade do século XIX. É quando se percebe a inserção de mulheres no mundo do trabalho e a consequente exploração dessa mão de obra. Nesse contexto, as mulheres gradativamente deixam de representar papéis pré-determinados: o de servir o marido e seus filhos⁷, para assumir novos papéis sociais.

A presença da mulher se fez sentir em todas as sociedades constituídas e suas funções foram sendo “adaptadas” às características de cada tempo histórico, no Brasil isso não foi diferente.

Carlos Martins Júnior, no artigo *O esforço de construção de representações femininas idealizadas nos jornais mato-grossenses no Estado Novo*, anota o seguinte:

Pouco a pouco, as conquistas femininas no exterior repercutiam no Brasil, com o próprio Governo Provisório acatando algumas de suas reivindicações. Em 1932, durante as eleições para a Assembléia Constituinte, foi concedido o direito de voto às mulheres. Na Constituição de 1934, a participação feminina na política se acentuou e vários artigos da Constituição viriam a beneficiá-las, a exemplo da regulamentação do trabalho feminino já previsto nos Decretos Leis de 17 de maio de 1932⁸.

Após um longo período de hostilidades, preconceitos e opressão, os movimentos feministas ganham força, principalmente na passagem dos séculos XIX para o XX, onde as mulheres ganham direito a participarem do Sufrágio Universal⁹. Além disso, no Brasil, a nosso ver, uma das grandes conquistas femininas foi a Lei Maria da Penha¹⁰. Mesmo que alguns de seus direitos estejam garanti-

⁶ Processo de transformações econômicas e sociais, caracterizadas pela aceleração do processo produtivo e pela consolidação da produção capitalista.

⁷ Não desconsideramos a exploração do trabalho feminino das sociedades industriais.

⁸ MARTINS JR, Carlos, TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. O esforço de construção de representações femininas idealizadas nos jornais mato-grossenses no Estado Novo. In: BORGES, Maria Celma, OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (Orgs.). *Cultura, trabalho e memória: facas da pesquisa em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2006, p. 117 – 133.

⁹ Não seria demais lembrar que a Nova Zelândia foi o primeiro país do mundo a conceder o direito ao voto feminino em 1893. A Austrália concedeu o voto feminino em 1902, mas com algumas restrições. No Velho Continente, o primeiro país que permitiu direito ao voto foi a Finlândia em 1906.

¹⁰ LEI 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br, acesso em 18/3/2010.

dos na Constituição, no mercado de trabalho brasileiro, são explícitas as disparidades salariais entre homens e mulheres.

De um modo geral, ainda que muitos movimentos sociais, políticos e teóricos já tenham se debruçado sobre o papel da mulher na sociedade, esse tema segue instigando estudiosos no sentido de desvelar o que se mantém oculto¹¹.

A representação da mulher em três poemas de Jorge Lima

O poeta brasileiro, Jorge de Lima, nasceu em União, Alagoas, em 23 de abril de 1893, e faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1953. Foi médico, pintor, ficcionista e, principalmente, poeta. “Ainda não valorizado com justiça pela criação de uma prosa visionária do sobrenatural, que Tristão de Athayde considera tão grande quanto a poesia”¹², Jorge de Lima é poeta de múltiplas tendências, palmilhou quase todos os caminhos literários¹³: iniciou sua carreira com uma série de *XIV poemas alexandrinos* (1914), de influência parnasiana, atingiu, em obras posteriores, moldes clássicos, neo-simbolistas e engajou-se às propostas modernistas, tendo ultrapassado, em alguns aspectos, seus contemporâneos no que tange aos recursos estéticos empregados em seus poemas. Jorge de Lima fez uso do verso livre, da linguagem coloquial e das referências à vida cotidiana (sobretudo a nordestina), sob a ótica do menino branco marcado pela infância no engenho e pelo profissional, médico e professor, que conviveu com as mais diversas camadas da sociedade. Através de sua obra poética, traduziu anseios e conflitos de seu tempo, sem que a convenção literária e os modismos o arrastassem a versos tais. Jorge de Lima passou dos motivos de infância para os

¹¹ Em sua obra *Singularidades Femininas* [*Singularidades femininas*: tecendo alguns fios do devir-feminino. Taubaté, SP: Cabral Ed. Universitária, 1999], Jurema Teixeira comenta que Freud “levou a sério a palavra da mulher” e, a partir das suas histórias, construiu a psicanálise.

¹² NEJAR, Carlos. *História da literatura brasileira*: da Carta de Caminha aos contemporâneos. São Paulo: Leya, 2011, p. 395.

¹³ Expressão empregada por Fausto Cunha em O livro de sonetos de Jorge de Lima, p. 94. In: LIMA, Jorge de. *Poesia completa*. (Org.), Alexei Bueno; textos críticos, Marco Lucchesi... [et al.]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

regionais, desses para os religiosos e sociais, para, depois, “abandonar qualquer pretexto que não fosse a expressão da sua vida interior”.¹⁴

Com os *Poemas negros*, Jorge de Lima volta-se à preocupação social e ao interesse pela cultura popular, ao mesmo tempo em que pesquisa a linguagem e os mitos da cultura afrodescendente, de certa maneira, denuncia o processo de marginalização sofrido pelos negros no Brasil. Entretanto, acerca desse assunto, não há consenso entre os estudiosos de sua obra. O que há de admirável no poeta Jorge de Lima é justamente ter conseguido autocrítica para não se prender aos modismos em voga. Seus poemas são produtos de um labor poético diferenciado e inédito.

Em parceria com o amigo Murilo Mendes, lança, em 1935, *Tempo e eternidade*, em que substitui a expressão regional pela tradição cristã, temática que também aparece em *A túnica inconsútil* (1938) e em *Encontro de Mira-Celi* (1950). A partir do *Livro de sonetos* (1949), a obra de Jorge de Lima caminha para a incorporação do surrealismo como modo de elaboração dos versos, dando início à pesquisa poética que culminaria em *Invenção de Orfeu* (1952), obra citada pelos estudiosos da sua poética, como de complexa mescla entre o real e o sobrenatural, o material, o espiritual e o mítico, “epopéia fantástica”.

Lucchesi¹⁵ comenta o seguinte sobre a produção desse poeta:

A obra de Jorge de Lima permanece robusta e poderosa como um penhasco, na solidão incomparável de seu gênio. Pura altitude, como os céus de Goethe e os abismos de Dante, desafiando nossa condição de leitores borgianos, tocados pela sua poesia escandalosamente bela, tal como a considerou Mário de Andrade, que percebia em Jorge de Lima uma escassa invenção, infinitamente compensada por uma imaginação vasta, profunda, e que fazia dele ‘o caso mais apaixonante da poesia contemporânea do Brasil’ (grifo do autor).

Diante desse comentário e sabendo-se que o decurso histórico não está à mercê¹⁶, nem à revelia da produção literária, a poesia jorgiana – assim nos parece – sintetiza o período histórico e as experiências vividas pelo homem Jorge Ma-

¹⁴ DUTRA, Waltensir. Descoberta, Integração e Plenitude de Orfeu, p. 137. In: Jorge de Lima. *Poesia Completa. Textos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

¹⁵ LUCCHESI, Marco. O sistema Jorge Lima, In LIMA, Jorge de. *Op. cit.*, p. 15.

¹⁶ O autor tampouco está à mercê ou à revelia do decurso histórico.

teus de Lima, mesclando-os às memórias do sujeito lírico – reiterado em muitos dos seus versos –, às “inoculações” estéticas engendradas pelo poeta, Jorge de Lima, que as compila em único arcabouço.

Essa totalidade de experiências, tanto pelo comprometimento social e cultural quanto pelas pesquisas estéticas realizadas, é convertida em matéria de muitos de seus escritos, a exemplo do que se depreende dos poemas: *Essa negra Fulô* (*Novos Poemas*, 1928), *Mulher proletária* (*Poemas Escolhidos*, 1932) e *Marta e Maria* (*A Túnica inconsútil*, 1938).

Conforme já observara Chesterton, “O grande poeta existe para mostrar ao homem pequeno quanto ele é grande”¹⁷. A altitude lírica de Jorge de Lima remete-nos aos poemas em que a figura feminina é representada ora sensual, transgressora e fonte de prazer, ora inominada, engrenagem para o sistema capitalista ora virtuosa, um tanto mística ou religiosa, a que tem o dom de “propaga(r) a palavra divina”.

Cabe-nos observar que as décadas de 1920-1930 – não será demais lembrar, momento em que se publicaram as três obras selecionadas para este estudo – foram de significativas mudanças políticas e de conquistas femininas no cenário brasileiro – vale destacar a Constituição promulgada em 1934. No entanto, são escassos os trabalhos que tratam da representação da mulher na poesia, especificamente, referentes a esse período histórico. Desse modo, valemo-nos dos livros, *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos*, de Gilberto Freyre, para subsidiar a leitura que fazemos do poema *Essa Negra Fulô*, do poeta alagoano Jorge de Lima.

Na descrição que Gilberto Freyre faz da mulher negra, nessas suas duas obras, enfatiza o sensualismo e “a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem”¹⁸. É o que um leitor menos avisado, numa primeira leitura, pode interpretar do poema *Essa negra Fulô*.

Publicado em edição limitada, em Maceió, pela primeira vez em 1928 e, no mesmo ano, no Rio de Janeiro, compõe a obra *Novos Poemas*. Talvez, dentre

¹⁷ *Apud* NEJAR, Carlos. *Op. cit.*, p. 405.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 50 ed. São Paulo: Global, 2005, p. 456.

a produção de Jorge de Lima, seja o *Essa Negra Fulô* o mais aclamado e citado em trabalhos acadêmicos e de organizadores de antologias.

Nesse poema, Jorge de Lima usa linguagem coloquial em franca inobservância da norma padrão culta. Notam-se, por exemplo, reduções vocabulares – “dum”, “Fulô”, “pra”, “pro”, “Sinhô”, “Sinhá” e “cadê” – empregam-se, também, expressões populares como: “levar couro”, “que nem” e “nuinha”, para citarmos alguns dos recursos empregados. Evidente é o trabalho com a seleção de palavras, como também é recorrente o uso da intertextualidade. Parece-nos que, no poema, embora Jorge de Lima use e abuse das marcas da oralidade e da facilidade cadencial dos versos, não há banalidade temática ou estética. O poeta busca, assim, produzir uma literatura própria do Brasil. Desse modo, o poeta faz interlocuções com narrativas do domínio popular, “vestindo” o poema com as coisas e cores de seu território, ao mesmo tempo em que “dá uma piscadela” para o leitor, revelando a intenção poética. É o que aparece, especificamente, nestes versos: “pelos figos da figueira/ que o Sabiá beliscou”, os quais remetem aos anotados por Luís da Câmara Cascudo no conto *A menina que foi enterrada viva*: “Pelo figo da figueira / Que o passarinho bicou...”¹⁹. Ora, “o Sabiá”, substantivo comum, empregado em maiúscula, no poema jorgiano, nos remete a quê? Certamente, a escolha do substantivo comum sabiá, empregado no poema como substantivo próprio, não é gratuita, já que o “Sabiã” lembra um grande lírico que “beliscou” as oliveiras portuguesas, ou ainda, as palmeiras.

“Essa Negra Fulô” é poema narrativo, burilado pelo ritmo melódico, marcado pela redondilha maior, predominantemente.

Ora, se deu que chegou
(isso já faz muito tempo)
no bangüê dum meu avô
uma negra bonitinha
chamada negra Fulô.

No plano da expressão, é informado tanto o imaginado quanto o real. Em (*isso já faz muito tempo*) / *no bangüê dum meu avô*, o poeta levanta o alçapão da memória para daí fazer emergir narrativas regionais com a propriedade de um contador de casos, de quem as ouviu – no bangüê ou sobre o banguê. Porém,

¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. São Paulo: Ediouro, 2000.

tais narrativas passam a ser contadas, em tom anedótico por um emissor que se encontra em um tempo e lugar diferenciados do enunciado no poema.

Percebe-se, em “Essa negra Fulô”, um entrelaçamento de fios intertextuais passíveis de desdobramentos, através dos quais o poeta minimiza a banalidade da narrativa simples e expressa pensamentos mais elevados acerca das relações sociais existentes. A informação entre parênteses (*isso já faz muito tempo* [...]) é índice indicativo do tempo em que transcorre a história de “Fulô”, um tempo pretérito, remoto, concluído e isso “já faz muito tempo”. Logo, a “negra bonitinha”, protagonista do poema, pode ser interpretada como a mulher escrava, que de fato existiu, ou como “personagem” inventada pelo poeta, haja vista as informações contidas nos estudos que se publicaram acerca da biografia e do conjunto da obra jorgiana nos darem conta de que o conhecimento literário e a vivência, no ou próximo ao engenho, contribuíram, direta ou indiretamente, para muitas das suas criações literárias.

“Fulô”, no poema em estudo, é substantivo próprio reduzido, oriundo do substantivo comum: flor; é personificação da mulher negra que servia as Sinhás nos afazeres domésticos e os Sinhôs nos prazeres da alcova – conforme nos ensina o sociólogo Gilberto Freyre –. Pode remeter, ainda, às mulheres marginalizadas desde os tempos da colonização.

Afinando com esse pensamento, Bastide²⁰ nos lembra que

[...] Jorge de Lima tem algo de remorso do assassino. Após haver sustentado que o elemento africano estava fadado a desaparecer, que o Brasil caminhava para uma arianização e um ‘embranquecimento’ progressivo do sangue, após haver sustentado uma política racial que intensificava a obra de seleção pelo desaparecimento dos mais escuros [...]. Sua poesia vai procurar numa ausência de africano o que subsiste ainda de africano, em piedosa e ao mesmo tempo desesperada peregrinação.

Isso demonstra, a princípio, a disponibilidade de Jorge de Lima para perceber o outro.

Nessa perspectiva, encontramos em *Essa negra Fulô* o olhar de um eu-poético que se volta ao passado para refletir sobre as relações sociais de outro tempo. Assim, Jorge de Lima – fugindo ao convencional quanto à forma, à linguagem e

²⁰ BASTIDE, Roger. *Poetas do Brasil*. São Paulo: USP, 1997, p. 48.

à temática em voga – desnuda as convenções e contradições sociais em relação à figura feminina no universo patriarcal rural. As duas mulheres que aparecem nesse poema podem ser caracterizadas como figuras subjugadas em um universo patriarcal de há muito enraizado.

De um lado, a Sinhá – representação da mulher do senhor de engenho, de fazenda ou a iaiá de sobrado – revelar em seus gestos certo sedentarismo, como se ela fosse uma figura lânguida, uma “doente” ou “boneca de carne do marido”²¹. Quanto a isso, a seleção vocabular transforma a “fala da Sinhá” em exemplar da sua inatividade:

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
vem me ajudar, ó Fulô,
vem abanar o meu corpo
que estou suada, Fulô!
vem coçar minha coceira,
vem me catar cafuné,
vem balançar minha rede,
vem me contar uma história,
que eu estou com sono, Fulô!

Embora não faça referência direta à questão, o poema pode remeter às relações entre homens e mulheres do Brasil colônia. Isso nos leva a múltiplas interpretações acerca do papel feminino numa sociedade onde somente há poucos anos se admitiu não existir igualdade entre as classificações sociais e quanto aos direitos. Assim, se de um lado a “Sinhá” do engenho se mostrar inativa, de outro, no poema de Jorge de Lima, Fulô representa a mulher transgressora, lúbrica e ágil, tipificada como fonte do prazer tropical, dos desejos libidinosos do Sinhô, aquela que “escurece a vista” do proprietário do bangüê e toma seu Sinhô para si.

Ó fulô? Ó Fulô?
Cadê, cadê teu Sinhô
que nosso Senhor me mandou ?
Ah! foi você que roubou,
foi você, negra Fulô?

²¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p. 94.

Parece-nos que esse poema não se presta de revelar sabores de banguês afro-brasileiros, de empreender bandeira castroalvina em favor da abolição da escravatura. A liberdade que emerge de *Essa Negra Fulô*, de Jorge de Lima é outra. O feminino é representado por empatia e não por esforço racionalizado. Esse poema que tanta admiração causou a muitas gerações de leitores traz no seu bojo temas que só vieram a ser debatidos há alguns anos depois de sua publicação. A questão da emancipação e os direitos da mulher só passaram a ser discutidos – e levados a sério – na sociedade brasileira, a partir do final do século XX, portanto, muitos anos após a publicação da obra jorgiana.

Nos dizeres de Freyre²²,

Em Jorge de Lima o verbo fez-se carne [...] no sentido de sua poesia afro-nordestina ser realmente a expressão carnal do Brasil mais adoçado pela influência do africano. Jorge de Lima não nos fala dos seus irmãos, descendentes de escravos, com resguardos profiláticos de poeta arrogante branco, erudito, acadêmico, a explorar o pitoresco do assunto com olhos distantes de turista ou de curioso. De modo nenhum. Seu verbo se faz carne: carne mestiça. Seu verbo de poeta se torna carnalmente mestiço quando fala de ‘democracia’ [...], embora a metade aristocrática desse nordestino total, de corpo colorido por jenipapo e marcado por catapora, não esqueça que a ‘bisavó dançou uma valsa com D. Pedro II’, nem que ‘o avô teve banguê’.

Numa sociedade em que havia escravos e a pessoa “decente” não podia trabalhar com as mãos, a agilidade com elas – para a mucama do poema de Jorge de Lima – é fundamental e eficaz. Além de servirem para “forrar a cama”, “pentear os cabelos”, “catar cafuné”, “abanar o corpo” e “ajudar a tirar a roupa” da Sinhà, tiram “a saia” e “o cabeção” da “negra bonitinha”, que encanta e deixa o Sinhô em êxtase: “O Sinhô disse: Fulô! / (A vista se escureceu/ que nem a negra Fulô.)”, despertando nele, talvez, os desejos mais recônditos:

O Sinhô foi açoiar
sozinho a negra Fulô.
A negra tirou a saia
e tirou o cabeção,
de dentro dele pulou
nuinha a negra Fulô.

²² FREYRE, Gilberto. *Vida, forma e cor*. Prefácio de Renato Carneiro Campos. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 42.

A expressão “tirar o cabeção” conota libertação das rédeas, do cabresto de escrava para, simbolicamente, assumir outro papel social. Quanto a isso, não é, pois, por acaso que no panteão mitológico brasileiro figura Xica da Silva, muçama que transformou em dominado o dominador branco português. Ademais, a gradação dos “roubos”: o frasco de cheiro, o lenço de rendas, o cinto, o broche, o terço de ouro, “denunciados” pela Sinhá, encontra correspondência no que anota Gilberto Freyre sobre o sadismo das mulheres quando se trata dos ciúmes delas pelas negras “bonitinhas”. Pode-se inferir que, no poema, entre “levar couro do feitor” e “tirar o cabeção”, a negra, protagonista do poema jorgiano, faz girar a roda da história, subvertendo o papel destinado às mulheres tidas como submissas nas relações sociais, visto que “tirar a saia”, no poema, não parece uma ação imposta ou uma ordem do “Sinhô”.

Freyre²³ lembra, com muita propriedade, que

Experiência brasileira não faltou a Jorge de Lima: ele foi bem do Nordeste. Não lhe faltou o contato com a realidade afro-nordestina. E há poemas seus em que os nossos olhos, os nossos ouvidos, o nosso olfato, o nosso paladar se juntam para saborear gostos e cheiros de carne de mulata, de massapé, de resina, de moqueca, de maresia, de sargaço; para sentir cores e formas regionais que dão presença e vida, e não apenas encanto literário, às sugestões das palavras. Cores, sabores, odores que parecem dar às simples palavras outras condições de vida, além da tecnicamente literária

Dos gostos e cheiros de carne de mulata, de *Essa negra Fulô* emerge reflexão crítica acerca do papel da mulher na sociedade brasileira daquele e deste século. Tema que o poeta talvez exprima sem revolta acre e sem intenções panfletárias, mas que, nos interstícios do poema, subjaz possibilidade de interpretação. Nesse sentido, Jorge de Lima “enriquece o brasileiro das áreas menos coloridas pela influência africana, com a expressão poética de sua experiência de nordestino de banguê”²⁴ e, com um olhar à frente de seu tempo, extrai da camada popular algumas das suas protagonistas femininas ou similares a nomes que encarnam o feminino, como é Flor abreviada ou reduzida a: “Fulô”.

Enquanto “Fulô”, ao que parece, tem inscrição na realidade, a figura feminina invocada no poema *Mulher proletária* (1932), remete à mecanização da

²³ *Idem*, p. 41.

²⁴ *Idem*, p. 43.

mulher em relação ao seu papel social. Trata-se de uma mulher não nomeada, “proletária”. Proletária é determinante e condição daquela que trabalha em ofício ou profissão manual em troca de salário. Mas, a “personagem” do poema jorgiano surge como uma peça nas engrenagens da sociedade, ou melhor, é a máquina que fabrica braços para abastecer a superprodução. Desse modo, o uso constante dos fonemas /f/ /s/ e /p/ corroboram para dar ao poema a musicalidade ou reproduzem ruídos que imitam a máquina de fiar.

Eis o poema:

MULHER PROLETÁRIA

Mulher proletária – única fábrica
que o operário tem, (fábrica de filhos)
tu
na tua superprodução de máquina humana
forneces anjos para o Senhor Jesus,
forneces braços para o senhor burguês
Mulher proletária,
O operário, teu proprietário
há de ver, há de ver:
a tua produção,
a tua superprodução,
ao contrário das máquinas burguesas
salvar teu proprietário²⁵.

Não se expressa, nesse poema, apenas a representação de uma realidade nem pretende o poeta instaurar a comoção do leitor ou algo similar. Embora possa ser considerado exemplar da prosa, esse poema abriga uma colossal possibilidade de leituras sob o viés da poesia. Ao que parece, há uma voz – a do eu-poético – que denuncia a exploração da mulher, da pessoa humana – para empregarmos um jargão do Direito – em nome da necessidade de superprodução, mola da sociedade que se sustenta em função de desigualdades.

²⁵ LIMA, Jorge de. *Op. cit.*, pp. 286-287.

A *Mulher proletária* é apresentada com certa simpatia pelo emissor. Sob seu olhar, ela é um ser subjugado às convenções da burguesia mecanizada, é vista não como mãe ou esposa, é a própria fábrica que mantém as diferenças impostas pela sociedade à qual pertence. Essa mulher representa o ser que não pertence a si mesmo, é propriedade de outrem tal qual Rousseau definiu em 1755, no *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Quanto a isso, nos versos de Jorge de Lima, é possível observar o jogo: proletária – operário – proprietário. O jogo de palavras talvez seja uma dessas possibilidades para adentrarmos a outras questões apresentadas nesse poema. Analisemos, quanto possível, alguns versos do poema:

Mulher proletária – única fábrica
que o operário tem, (fábrica de filhos)

À mulher operária parece restar somente a produção de filhos, reduzidos por metonímia: “braços” – força que continuará a mover outras máquinas e perpetuar as relações sociais sempre monótonas e repetidas –. Nesse discurso, se nos detivermos na análise das expressões verbais empregadas: “tem”, “fornece”, “há de ver”, “salvar” o que se apresenta como narrativa ingênua e sem muitas pretensões, possibilita conexões entre assimetrias políticas e as desigualdades socioeconômicas ainda existentes no Brasil. Assim, “operária” subentende mais que uma referência de caráter físico ou um mecanismo de defesa e sobrevivência da espécie: “salvar teu proprietário”.

Posto isto, cabe-nos lembrar que Freyre, na obra *Vida, forma e cor*²⁶, afirma o seguinte a respeito de uma “fonte” possível da poética de Jorge de Lima:

Médico de província, cuja miséria observou; cujo sofrimento sentiu com o poder de empatia o anima com relação à sua gente, do mesmo modo que sentiu suas alegrias, suas esperanças, seus deleites doentios de comedores de barro, seus medos das almas do mundo. [...].

Não seria demasiado asseverar que, além da empatia com relação a sua gente cujo sofrimento o poeta-médico pôde observar e sentir, as ideias de Rousseau e Karl Marx também “transbordam” do poema *Mulher proletária*.

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Vida...*, *op. cit.*, p. 41.

Entretanto – assim nos parece – Jorge de Lima não abandona o ato poético em favor, apenas, de uma postura crítica, de uma única causa ou de uma inteligência que se confina na “verborrêia”, no hermetismo metafórico pleno de enigmas verbais indecifráveis com intenção de impressionar o interlocutor. Nesse poema, há opção por uma pseudo-simplicidade.

Em sintonia com o que anotou²⁷ acerca de *Invenção de Orfeu* – e esses mesmos dizeres podem ser ratificados para o poema em estudo –: “[S]erá preciso esperar que os anos passem e que sucessivas gerações de críticos se debrucem sobre a fábrica imensa” deste grande poema curto, a fim de trazer à tona a história que se encontra dentro da estória desse *Mulher proletária*, de Jorge de Lima.

Eis algumas possibilidades para que os estudiosos da Literatura Brasileira se debrucem sobre a produção literária desse poeta ímpar: a) nos poemas *Essa negra Fulô* e *Mulher proletária*, é possível perceber aproximação entre literatura e história no que tange ao papel representado pela figura feminina; b) talvez tais pesquisas apontem para mudanças no âmbito dos estudos literários, quer no domínio da estética, quer no âmbito da poética, quer na atuação da crítica; c) talvez se comprove o quão à frente de seus contemporâneos está Jorge de Lima com relação às reflexões acerca dos gêneros: poético e de representação social.

Dentre todas as facetas de Jorge de Lima, a de poeta “filosófico-estético” é a que produziu ecos mais duradouros sobre o projeto poético jorgiano. Mas, quanto a isso, ainda há lacunas na sua fortuna crítica e que, para nós, urge serem preenchidas.

Já se disse que Jorge de Lima resgatou a efemeridade da poesia do seu tempo, tentando superar o episódico, o regional e o puramente formal, os modelos de poesia em voga, pelo monumental. A propósito do monumental na poética jorgiana, ousamos afirmar que em “Marta e Maria” (*A túnica inconsútil*, 1938) o autor, de certa maneira, revela o segredo de seus versos insinuantes, usando, mais uma vez, de uma pseudo-simplicidade para tratar de temas profundamente humanos e complexos, ao mesmo tempo em que apresenta intertextualidade com textos bíblicos.

Apreciemos o poema:

MARTA E MARIA

Tu tens nas tuas mãos as duas irmãs de Cristo:

a que escreve, a que trabalha, a que propaga a palavra

²⁷ SIMÕES, João Gaspar. *Invenção de Orfeu*. In: LIMA, Jorge de. *Op. cit.*, p. 100-101.

divina, a que louva e proclama a sua glória e a sua
poesia; e a que silenciosa ampara a tua fronte pendida
onde irão cravar uma coroa de espinhos.²⁸

Os nomes “Marta” e “Maria” remetem às personagens bíblicas da história da ressurreição de Lázaro. Na narrativa da Bíblia, Cristo recebe uma mensagem de Marta e vai até a casa do amigo. O “Mestre”, compadecido da tristeza das duas irmãs (Marta e Maria), realiza o milagre, devolvendo “vida nova” ao amigo morto há quatro dias.

Marta, na história bíblica, é mulher diferente das demais. Representa a figura feminina que está à frente de seu tempo. É aquela que, de algum modo, transgride as regras da sociedade. Nesse sentido, não parece inexpressiva a presença da figura feminina nos poemas jorgianos.

Lima, neste poema, representa a mulher como um ser mítico o qual pode ser associado ao próprio poeta, visto que ambos: escrevem e trabalham a fim de propagarem a palavra divina, a poesia. A poesia é, também, orientação para o interlocutor “tu” a quem a mensagem é transmitida. Assim, ter “as duas irmãs de Cristo” talvez indicie, de modo figurado, uma opção a ser seguida, pois, na narrativa bíblica, enquanto uma irmã fica em casa chorando a morte de Lázaro, a outra vai ao encontro da solução para o problema.

A mulher, em *Marta e Maria*, é caracterizada pelas ações: “escreve”, “trabalha”, “propaga”, “louva”, “proclama” e “ampara”. Logo, no domínio da expressão, os nomes femininos, nesse poema, se avultam e se completam, ao mesmo tempo em que se tornam enigmas a serem decifrados. Há, nessa criação poética, certa tendência estética ainda não creditada a Jorge de Lima.

No primeiro verso, o poeta informa uma sequência de fonemas constituída de: /t /, /d /, /u/, /a/ e /s /. Além disso, o terceiro e o quarto versos se iniciam com os vocábulos: “divina” e “poesia”, respectivamente, recursos que parecem reforçar tendência poética e ideológica impressas, elipticamente, por Jorge de Lima: a poesia é mensagem divina, somada a trabalho, experiência e pesquisa estética.

Nos poemas apresentados neste estudo, há um veio comum de propriedades, de articulações e de formas de organização do discurso que será preciso

²⁸ Lima, Jorge de. *Op. cit.*, p. 393.

explorar de forma mais densa, pois a poesia de Jorge de Lima não se limita a reproduzir cenas sociais, religiosas ou discutir questões de gêneros. A *ars* poética jorgiana abre múltiplas possibilidades para, a partir de diferentes recortes, compreendermos o significado da poesia no âmbito da literatura produzida a partir do século XX, bem como de se analisarem as relações de gêneros e das relações sociais, já que não lhe escapam tais reflexões.

Permite-nos aprofundar a análise, no aspecto que empreendemos nesta leitura, o parecer do crítico Bastide²⁹,

Ora, Jorge de Lima é médico. E introduz em sua poesia lembranças profissionais. Seu Deus é um chefe de laboratório que faz experiências; o homem é uma cobaia entre mãos da divindade. No plano humano, parece-nos que essas experiências são do tipo daquelas de Claude Bernard denominava ‘experiências para ver’, isto é, sem motivo, com o único propósito de observar reações imprevistas [...].

Jorge de Lima doou todas as suas experiências – poéticas, profissionais, místicas, religiosas, as lembranças, o calor do menino e a sensibilidade do adulto que sentiu os sabores e dissabores das periferias –, talvez, em busca de único ideal: a poesia sem as amarras do previamente estabelecido ou convencionalizado.

Assinalado o modo como Jorge de Lima representa a figura feminina nos três poemas: *Essa negra Fulô*, *Mulher proletária* e *Marta e Maria*, e observado o olhar que a crítica lançou sobre sua obra, acreditamos que a representação da mulher tem enfoque ímpar na poesia jorgiana.

É possível depreender que os poemas de Jorge de Lima conservam vontade consciente de que a poesia seja “o canto de Orfeu que acalma os animais ferozes”.

Considerações finais

Observamos que a mulher, através dos períodos históricos, sofreu as mais diversas formas de (in) diferenças e que as sociedades lhe destinavam o papel de sujeito subjugado. Entretanto, esse passado que por vezes fora silenciado, vem sendo des-velado por estudiosos das mais diversas áreas, quando não dissociam Literatura da História.

²⁹ BASTIDE, Roger. *Op. cit.*, p. 128.

A *ars* poética jorgiana, de marcas essencialmente humanas, sustém um compromisso dos mais profundos. Entre outras definições, é também a expressão das emoções e reflexões do poeta diante do mundo, da desumanização, da mecanização humana, da miséria, da exclusão, das diferenças em geral e da necessidade da Poesia ao lado das necessidades mais elementares. Seus poemas transcendem as formas do discurso, não se deixam reduzir a normas, formas e temas, tampouco se limitam a único viés de leitura, porque esse poeta brasileiro não se prendeu à rivalidade edípiana para com os seus antecessores. Ele desloca, modifica e faz dialogar Poesia e História com os contos populares, narrativas bíblicas e memórias. Edificando, deste modo, arte poética peculiar: um canto novo para se desvelar, dentre outros temas, a representação feminina.

Uma Escrita da Cidade: a Cidade Pré-Modernista e as Transformações Modernizadoras

Mauricio Silva*

O presente artigo analisa o processo modernizador por que passa o Rio de Janeiro durante a Primeira República. Aborda, neste sentido, uma gama de conceitos relativos a tais transformações, aliando-as às modificações urbanas concretas sofridas pela Capital Federal no período presidencial de Rodrigues Alves.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, urbanismo, modernidade, cidade

The present article analyses the cultural and social context of Brazilian history. Adopting a historical perspective, it reveals some urbanistic aspects of Brazilian society on Rodrigues Alves government.

Keywords: Rio de Janeiro, urbanization, modernity, city

Dentro do espectro de ações humanas que se podem analisar de modo mais ou menos sistemático, um dos fenômenos mais relevantes é o da urbanização das cidades modernas, o qual teria engendrado – nos dizeres de Henri Lefebvre – uma verdadeira *revolução urbana*¹. Com efeito, o processo infrene de industrialização por que passaram as sociedades modernas acabou acarretando um conjunto de transformações sociopolíticas e socioeconômicas que, no limite, re-

¹ LEFEBVRE, Henri. La revolución urbana. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

* Doutorado e pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela USP. Professor do program de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade 9 de Julho. maurisil@gmail.com

sultaram numa extensa remodelação das cidades, com a conseqüente concentração populacional e dos meios de produção nos grandes centros urbanos, o desenvolvimento da economia capitalista, diversificação das relações sociais, divisão social do trabalho, enfim a modificação de toda a estrutura física e política da cidade que – tendo sido, em épocas remotas, essencialmente mercantil passa a ser, a partir do século XIX, fundamentalmente industrial², para chegar no início do século XXI articulada a um amplo e difuso processo de globalização, cuja base econômica assenta-se num capitalismo financeiro fortemente respaldado pelo imaginário do consumo³.

Fenômeno semelhante pôde ser percebido no Brasil a partir do século XIX, época em que o ritmo acelerado da urbanização do país acarretou um crescimento indiscriminado das cidades mais importantes, criando, a seu modo, pólos industriais urbanizados e confirmando a equação de que o crescimento industrial foi, sobretudo no Ocidente, diretamente proporcional ao crescimento urbano⁴.

Evidentemente, semelhantes transformações incidiram de forma mediata sobre a vida das pessoas, alterando alguns hábitos e criando outros, estabelecendo novos padrões de sociabilidade, desestruturando antigos modos de vida e articulando novas formas de convivência, tanto no âmbito privado quando no público. São mudanças que revelam a pertinácia do fenômeno urbano, mas que também tornam clara a premência de se instituir novos instrumentais de leitura e avaliação das relações sociais e culturais cidadinas, como que vinculando à realidade diversa que se impõe outros protocolos de legibilidade do espaço urbano.

² SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1976; DAVIS, Kingsley. The origin and Growth of Urbanization in the World. *The American Journal of Sociology*, Vol. 60, No. 05: 429-437, Mar. 1955.

³ SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000; CANCLINI, Néstor García. *A Globalização Imaginada*. São Paulo, Iluminuras, 2003.

⁴ LOPES, Juarez Rubens Brandão Lopes. *Desenvolvimento e Mudança Social. Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971; SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1994.

De natureza essencialmente plural, a *experiência urbana* pressupõe, portanto, o estabelecimento de novos parâmetros sociais, mas também psicológicos⁵, constituindo-se, nas palavras de Maria Stella Bresciani,

no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção⁶.

Assim, como fenômeno relativamente novo na história da civilização ocidental, a constituição da cidade urbana cria novos mitos, ideologias e mentalidades e, como contraface desse processo, diferentes possibilidades de leitura, as quais se traduzem como uma inesperada multiplicidade de olhares: olhares especializados e circunstanciais, técnicos e literários, olhares furtivos e circunspectos, desde o olhar do antropólogo e do historiador até o olhar do comerciante, do urbanista ou do simples transeunte. São esses olhares que formam uma espécie de caleidoscópio interpretativo do espaço urbano, em que cada ação especulativa – forjada pela visada atenta de seus habitantes – contribui para a elaboração da *idéia* que se tem da cidade. Perscrutando seus espaços, sua arquitetura, sua sociabilidade particular, esses olhares constituem leituras construídas pela experiência urbana, ao mesmo tempo em que se consolidam como elementos fundamentais na própria construção do espaço analisado. Cria-se, assim, uma cidade que, por não ser real, mas nascer da experiência do real, revela-se como *imagem*, uma imagem fugidíia, instável, em constante mutação, posto que essencialmente multifacetada. Ilusão de ótica plasmada na vivência urbana de cada cidadão, a imagem da cidade passa assim a se sobrepor à própria cidade enquanto realidade objetiva, desestruturando qualquer pretensa unidade, desconstruindo uma eventual homogeneidade espacial e criando, em lugar de um território reduzido aos limites do espaço político, uma infinidade de *cidades*, tão variadas, múltiplas e diversas quanto os próprios olhares que as constroem.

⁵ FISCHER, Claude S. *The Urban Experience*. New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1976.

⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Metrópoles: as Faces do Monstro Urbano (As Cidades no Século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 05, No. 08/09: 33-68, Set. 1984/Abr. 1985, p. 39.

Passa a prevalecer, nesse contexto, uma espécie singular de geografia dos sentidos, em que cada parte, real ou imaginária, do espaço urbano, vale não pelo que é em si mesmo, mas pelo que pode vir a ser no âmbito extenso das possibilidades de leitura. Ler a cidade, portanto, torna-se, a um só tempo, um ato político e cultural, na medida em que pressupõe uma intervenção humana capaz de alterar, senão a substância, ao menos a imagem que se tem do objeto analisado.

Com efeito, como afirmou mais de uma vez Lucrécia Ferrara, a percepção urbana é uma prática cultural que se baseia tanto no uso urbano, quanto no hábito, criando, a partir da união desses dois conceitos, uma *imagem perceptiva* da cidade, a qual necessita ser decodificada. Assim, características culturais sedimentam a cidade como um aglomerado de signos que criam uma linguagem própria do urbano, cujo conhecimento é imprescindível para sua percepção⁷.

Ambivalente e anônimo, o espaço urbano é resultado de alterações constantes, muitas delas decorrentes do processo de industrialização, tornando-se, portanto, objeto de leituras mediadas por linguagens diversas, entre as quais a literária, que procura, ao mesmo tempo, decifrá-la e recriá-la.

Resultado direto e indireto de uma série de renovações ocorridas sobretudo com o advento da chamada Revolução Industrial, as transformações sofridas pelo mundo ocidental durante a passagem do século XIX para o XX acabaram condicionando uma vasta gama de inevitáveis conseqüências, que incidiram inexoravelmente na vida dos indivíduos. Nesse sentido, trata-se de um período que tem como marca distintiva exatamente o afã por uma espécie de volubilidade essencial, que acaba, simbolicamente, se traduzindo numa nova e inesperada *sociabilidade*.

No âmbito da renovação dos padrões sociais que o mundo ocidental conheceu, a imagem da cidade desempenha um papel fundamental: é ela quem vai sedimentar uma concepção diferente da realidade, sobretudo da realidade urbana. Assim, na passagem do século, ser moderno - isto é, estar em consonância com o

⁷ FERRARA, Lucrécia d'Aléssio. *Ver a Cidade: Cidade, Imagem, Leitura*. São Paulo, Nobel, 1988; FERRARA, Lucrécia d'Aléssio. As Máscaras da Cidade. *Revista USP*, São Paulo, No. 05: 03-10, Mar./Abr./Mai. 1990; FERRARA, Lucrécia d'Aléssio. Um Olhar entre Vizinhos. Espaço Social: Linguagem e Interpretação. *Espaço e Debates*. São Paulo, No. 29: 32-41, 1990; HAUSER, Susanne. The Perception of the City. *Espace et Sociétés. Revue Critique Internationale de l'Aménagement de l'Architecture et de l'Urbanization*. France, No. 47, 1985.

tempo presente - pressupõe necessariamente estar situado num contexto citadino, fazer parte de um universo urbano ou, na pior das hipóteses, em vias de urbanização. Com efeito, em meio às mais variadas transformações - que vão do âmbito econômico e político ao cultural -, destacam-se as de natureza especificamente urbana, responsáveis não apenas pela reorganização das nações, mas também pelo estabelecimento de um novo *modus vivendi*, compulsoriamente adaptado às modernas metrópoles emergentes, como se pode verificar em algumas cidades européias, marcadas, no período, pela infrene expansão de seu tecido urbano⁸.

No Brasil, verificou-se um processo análogo, embora com os atrasos comuns aos países subdesenvolvidos e/ou periféricos: como consequência inevitável de um processo de industrialização tardio, conhecemos, na virada do século, uma ampla escalada de transformações urbanas, resultando na formação de metrópoles incipientes (São Paulo e Rio de Janeiro) e na consolidação de novos padrões sociais. As grandes cidades – com destaque para o Rio de Janeiro, capital da República recém-proclamada – tornam-se o centro político e administrativo do país, impondo-se econômica e politicamente ao restante da nação e fazendo convergir para si toda sorte de manifestação artístico-cultural. Isso tudo se deve, em grande parte, ao deslocamento populacional que se pôde verificar a partir das últimas décadas do século XIX: com o declínio do patriarcado rural e a afirmação da burocracia estatal urbana, assistimos a uma verdadeira explosão demográfica, que teria consequências diretas na imagem da cidade formulada por nossos intelectuais e artistas⁹.

Surgem, nesse sentido, duas perspectivas sob as quais a cidade é contemplada: uma positiva, que procura ressaltar as vantagens das novas formas de sociabilidade urbana, com seus modismos mundanos, seu cosmopolitismo e liberalidades sociais; outra negativa, que busca destacar os malefícios reais e/ou morais próprios de uma cidade que progride compulsória e desordenadamente. Há, assim, toda uma vertente de nossas manifestações culturais assentada no

⁸ WEBER, Eugen. *França Fin-de-Siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988; SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-Siècle. Política e Cultura*. São Paulo, Unicamp/Companhia das Letras, 1988.

⁹ SANTOS, Milton. “Mecanismos de Crescimento Urbano nos Países em Vias de Desenvolvimento”. *América Latina*. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Ano 12, No. 04: 134-148, Out./Dez. 1969; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1985; FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Lisboa, Livros do Brasil, Vol. I, s.d.

discurso encomiástico voltado ao desenvolvimento urbano, em que se enfatizam principalmente aspectos de nosso progresso material e de uma pretensa evolução social, ambos apresentados sob a roupagem de uma difusa apologia da civilização. Por outro lado, verifica-se igual preocupação em fazer emergir uma crítica acirrada dos efeitos desse desenvolvimento, crítica que se atém ora a seus aspectos materiais (trânsito, barulho, densidade demográfica), ora a seus aspectos morais (prostituição, criminalidade, vícios), sendo que, para efeito de uma caracterização simbólica da cidade, importam mais as críticas de fundo moral, muito mais eficazes na formação de uma determinada *semiologia urbana*.

Além disso, com o advento da República e com os fatores diversos que levaram à paulatina modernização da sociedade brasileira, a realidade citadina começa a sobrepor-se à campesina. A estrutura social patriarcal, de base rural, cede espaço a uma burocracia urbana, teoricamente civilizada e de modelo europeu: torna-se, com o passar dos anos, impossível a convivência pacífica entre uma oligarquia rural - pretensamente atrasada e ligada a tradições que já não sensibilizam os cidadãos urbanizados - e os grupos sociais que compõem a sociedade urbana, uma burguesia que anseia por reformas pouco estruturais. Em outros termos, assiste-se no Brasil da passagem do século ao triunfo da vida pública (de raízes urbanas) sobre a vida privada (marcada pelo ambiente doméstico da família patriarcal), do bacharel sobre o patriarca¹⁰. Essa passagem não se deu sem graves conseqüências para a sociedade, já que pressupunha uma mudança completa da estrutura familiar brasileira, além de engendrar uma crise política que teria como desfecho, mais de três décadas depois, a Revolução de Vargas. Mais do que isso, trata-se de uma mudança estrutural da economia brasileira, em que um deliberado processo de industrialização passava, pouco a pouco, a substituir o modo agrário de exploração econômica¹¹.

A cidade, portanto, impunha-se como centro das atenções do cidadão brasileiro: era o espaço da modernidade e da civilidade, o qual tinha como modelo as grandes metrópoles européias; era o centro político-administrativo do país, isto

¹⁰ SALDANHA, Nelson. O Jardim e a Praça. O Privado e o Público na Vida Social e Histórica. São Paulo, Edusp, 1993; MARTINS, Luís. O Patriarca e o Bacharel. São Paulo, Martins, 1953.

¹¹ SAES, Flávio A. M. de. A Controvérsia sobre a Industrialização da Primeira República. *Estudos Avançados*. São Paulo, Vol. 03, No. 07: 20-39, Set./Dez. 1989; MENDONÇA, Sonia Regina de. O Ruralismo Brasileiro na Primeira República: Um Debate de Idéias. *À Margem. Revista de Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, Ano I, No. 01: 25-40, Jan. 1993.

é, o *locus* destinado ao controle burocrático da nação; era, enfim, o objetivo de toda sorte de indivíduos preocupados com o sucesso profissional: descendentes de uma aristocracia rural decadente, intelectuais das províncias, bacharéis recém-formados em busca de uma oportunidade e, *last but not least*, literatos de todos os cantões do país, os quais se dirigiam para as incipientes metrópoles, a fim de angariar prestígio social, reconhecimento artístico e benefícios públicos diversos. O campo, enquanto isso, ficava relegado à simples condição de referencial de um não muito longínquo passado colonial e monárquico e, por isso mesmo, aos olhos da nova burguesia urbana, um espaço marcado pelo arcaico e pela barbárie. Em suma, enquanto a cidade tornava-se o centro definitivo de poder político, econômico e cultural do país, o campo era visto unicamente como lugar onde se dão as atividades primárias de produção. Não sem razão, os ideólogos da nova realidade urbana viam no obsoleto universo agrário seu principal antagonista, transformando um debate, a princípio, político-econômico num conflito que contrapunha *civilização* e *barbárie*, promovendo, portanto, uma autêntica clivagem ideológica.

Por esses e outros motivos, a chamada Primeira República, no Brasil, tem sido estudada como uma fase histórica pródiga em *transformações modernizadoras*...

Evidentemente, essas transformações não são homogêneas, nem atingem a todos da mesma maneira. A começar pelos próprios limites espaciais que uma realidade urbana impõe, não se pode afirmar que as transformações ocorridas durante a Primeira República tenham causado os mesmos efeitos na capital da República e nas suas mais distantes províncias; da mesma forma, no que concerne aos limites cronológicos, seria incoerente dizer que tais transformações tenham sido uniformes durante todo o período que se estende da Proclamação da República (1889) à Revolução de Vargas (1930), quando a oligarquia agrária é finalmente afastada do poder, completando-se a primeira fase do nosso período republicano. Ao contrário, é possível verificar, no que diz respeito às transformações do período, sensíveis diferenças entre uma fase de *pré-transformações* (1889-1902), considerada uma espécie de preparação para alterações mais radicais, encetadas pelo governo de Rodrigues Alves; uma fase de *transformações propriamente ditas* (1902-1922), quando o país passa por uma série de alterações não apenas estruturais, mas também ideológicas; e uma fase de *pós-transformações* (1922-1930), em que tais modificações já se revelam amadurecidas e relativamente incorporadas pela sociedade.

Contudo, é necessário que se desfaçam alguns equívocos conceituais, na medida em as próprias definições de *modernidade* e *modernização*, revelam-se, na essência, comprometidas por uma indefectível polissemia.

Procurando fazer uma distinção entre estes dois conceitos, Raymundo Faoro nos ensina que, embora ambos os processos estejam permeados por certo direcionamento ideológico, há diferenças fundamentais entre eles, uma vez que a concretização do primeiro passa pela prática efetiva da cidadania; e a realização do segundo, por uma atuação de natureza visivelmente autoritária, na sua discriminação classista:

digam-se, por enquanto, que a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes¹².

Ora, não é difícil perceber que a política modernizadora desencadeada a partir de 1889, e até muito antes, no Brasil, esteve mais para um processo de modernização do que de modernidade, sobretudo por sua natureza excludente, como aliás, já ressaltou mais de um estudioso do período¹³. Isso quer dizer que semelhante processo revelou-se, antes, uma atitude de protecionismo classista, uma vez que buscou privilegiar determinados setores da sociedade, efetivando uma modernização de casta. Afastado deste processo, o povo sofreria, mais tarde, todas as conseqüências maléficas do “progressismo” rodriguesalvesiano, que culminaria, entre outras coisas, com a revolta contra a política higienista de Osvaldo Cruz¹⁴.

¹² FAORO, Raymundo. A Questão Nacional: a Modernização. *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, Vol. 06, No. 14: 07-22, Jan./abr. 1992, p. 08.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, Difel, 1977; FERREIRA, Antonio Celso. No fio da navalha: classes populares na República sob os olhos dos historiadores. *História*, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Vol. 08: 01-08, 1989; SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. São Paulo, Paz e Terra, 1988; DALLARI, Dalmo de Abreu. A República dos Oligarcas. *Revista USP*, São Paulo, No. 03: 13-18, Set./Out./Nov. 1989.

¹⁴ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Desenvolvimento e Miséria. As Raízes da Revolta de 1904*. (Dissertação de mestrado). São Paulo, FFLCH, 1988; SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

Desse modo, fatores diversos ligados à *modernização* do país atuam no sentido de desencadear um processo histórico que consolide, antes, a idéia de uma *cidade pré-moderna*, estruturalmente diversa tanto da realidade rural quanto da realidade urbana do século XIX. Têm-se, assim, os fundamentos necessários a uma abordagem mais acurada do modelo de cidade que se impõe à população, em que as relações sociais passam a ser pautadas por um outro modelo de comportamento, o qual, num contexto sociológico, pode ser entendido como aspiração a uma sociedade civilizada¹⁵.

Pode-se ainda dizer que se a constituição de uma nova ordem social e política, no período, não pressupunha necessariamente a criação de um novo código lingüístico a legitimar os aspectos mais pragmáticos dessa mesma ordem (o progresso, a República, as cidades urbanas), é de se acreditar que requisesse, pelo menos, a ativação de um novo *discurso*, a fim de dar não apenas maior legitimidade às práticas sociais e políticas que então se impunham, mas sobretudo com o propósito de melhor representar uma nova *mentalidade* que se forjava. E se a uma mentalidade nova correspondia outro discurso, no caso específico da passagem do século XIX para o XX a linguagem literária passa a servir de *locus* onde perplexidades relacionadas à nova ordem sociopolítica procuram ser equacionadas. Em nenhum sentido, contudo, pode-se dizer que se trate de um discurso pacificamente incorporado. Ao contrário, reflete as próprias contradições vividas pela sociedade e expressas num imaginário urbano complexo, hesitante, não raro ambíguo. Resultado, talvez, do modo bastante singular com que era traduzido pelos indivíduos a realidade novel: se por um lado, por exemplo, empregava um determinado vocabulário para expressar o reconhecimento de uma dinâmica progressista inaugurada pela segunda Revolução Industrial, esse mesmo vocabulário, por outro lado, serviria para exprimir uma irônica desaprovação desse fenômeno, expressando-se numa singular semântica urbana, na mais pura tradição da história social da linguagem¹⁶ e revelando um período marcado pela irrupção de índices socioculturais pré-modernos.

¹⁵ IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986; IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1992; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

¹⁶ BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. São Paulo, Unesp, 1995; BURKE, Peter. *Variedade de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

Marquês de Sade: Uma percepção da lei através dos livros “A filosofia na alcova” e “Os cento de vinte dias de Sodoma”

Rafaela Nichols Calvão*

A transgressão é a exceção necessária para que possa existir a lei. A transgressão, também, necessita da lei para poder existir, sem ela não há a possibilidade de violação. Baseado nessa afirmação, o Marquês de Sade reafirma a existência da lei em seus livros ao defender a transgressão. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que os atos transgressivos dos personagens sadianos reafirmam e legitimam a lei. A violação e a proibição são complementares, e juntas formam um conjunto que define a vida social, e possibilitam o prazer dos personagens criados pelo Marquês de Sade.

Palavras-Chave: Transgressão, Lei e Marquês de Sade

Transgression is the exception that there may be necessary for the law. The offense also needs

A subversão da lei é um dos fundamentos para o prazer dos personagens criados pelo Marquês de Sade. Esse prazer é fruto de atos transgressores, como o roubo ou o assassinato. Relações apenas baseadas em humilhação ou na violência, não causam prazer, somente a violência física acompanhada por um crime contra a sociedade.

A transgressão pode ser considerada como a base da escrita e do pensamento sadiano. Segundo Bataille a

* Mestra pelo Programa de Pós-Graduação de História Comparada da UFRJ rafaela_nichols@yahoo.com.br

the law to be able to exist without it there is the possibility of tampering. Based on this assertion, the Marquis de Sade reaffirms the existence of the law on their books to defend the offense. Based on this assumption, we can say that the acts of transgressive characters sadianos reaffirm and legitimize the law. Rape and

prohibition are complementary and together form a set that defines the social life, and enable the enjoyment of the characters created by the Marquis de Sade.

Keywords: Transgression, Law and Marquis de Sade

transgressão não é a negação da proibição, ela a ultrapassa e a completa. Em seu livro “O Erotismo”, Bataille afirma que a violação e a proibição são complementares, uma não existiria sem a outra, e juntas formam um conjunto que define a vida social. A violação não anula a proibição. A transgressão é a exceção necessária para que possa existir a lei, ou para Sade o equilíbrio da Natureza. “Não há proibição que não possa ser transgredida. Frequentemente uma transgressão é admitida e, às vezes, até recomendada.”¹ Sade através da transgressão reafirma a lei. Não há o objetivo de destruir a lei, ao contrário, Sade tem a intenção de conservá-la, pois a transgressão necessita da lei para existir.

No panfleto intitulado “Franceses, ainda um esforço, se quereis ser republicanos”², o Marquês defende a existência da lei, só que adaptada à sua realidade:

Ao se conceder a liberdade de consciência e de imprensa, pensai cidadãos, que com raras exceções, deve-se permitir qualquer ação, salvo aquela que ofenda diretamente as bases do Governo; restam-vos muito menos crimes a punir (...)³.

Para Sade deveriam existir poucas leis, que se adaptem aos cidadãos da república, variando na intensidade quando fossem aplicadas. Esse sistema de governo deveria ser baseado na liberdade de imprensa e de consciência, e na valorização dos ultrajes, como a blasfêmia e o roubo. Sade acredita que a única moral que um governo republicano deve conservar é a sua própria manutenção, e por isso, deve legalizar os crimes que o regime despótico considera atentados contra a moral como o adultério, o incesto, a sodomia e a prostituição.

O mundo é desnaturalizado pelas leis. A presença das leis na sociedade inibe esse princípio do equilíbrio da Natureza, pois as leis devem estar acima de

¹ BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Lisboa: Moraes Editores, 1980, p. 56.

² Panfleto contido no livro “A Filosofia na Alcova”.

³ SADE, D. A. F. *A Filosofia na Alcova*. Rio de Janeiro: J.C.M., 1968, p. 132.

todos, fazendo da sociedade um conjunto de indivíduos iguais punindo os que tentam seguir o princípio do equilíbrio. Devido a criação da lei, todas as ações permitidas pela Natureza viram crimes, e somente através da transgressão que se pode realizar essas ações.

Blanchot expõe essa posição em uma das falas de Sade, no estatuto da Sociedade dos Amigos do Crime: “La sociedad respeta el gobierno bajo el cual vive, y si ella se pone encima de las leys, es porque está en sus principios que el hombre no tiene poder de hacer leys que contraríen las de la naturaleza.”⁴

Alguns usam as leis em benefício próprio. Alguns personagens sadianos usam a lei para tirar vantagem de outros indivíduos, como é o caso do Presidente de Curval⁵, que consegue o que quer por chantagem usando a lei a seu favor. Por ter um cargo importante e influente, esse personagem pode de forjar crimes e fazer falsas promessas, em troca de satisfazer seu ímpeto sexual. Ele usa tudo o que pode para conseguir o que quer, até distorcer a lei.

O Marquês de Sade

Muitas são as dúvidas que rodeiam esse personagem que é o Marquês de Sade. Odiado por muitos, inimigo da Revolução Francesa e de Napoleão, vergonha para a família, exilado do convívio social, contudo, todas essas adversidades não abalaram seu caráter transgressor. Sade transgrediu as normas da sociedade francesa de diversas formas, com seu comportamento, mas principalmente com sua literatura. Foi através da literatura que Sade pode se comunicar, expor o que pensava, fazendo uma análise sobre a sociedade na qual vivia.

Donatien Alphonse François de Sade, o Marquês de Sade, era um nobre, de uma família tradicional, mas nunca foi realmente aceito, quando jovem era malvisto pelos seus atos. Passou quase metade da vida preso, devido a escândalos sexuais e por sua literatura. Após ser solto, mesmo trabalhando para o governo, não conseguiu ter sua liberdade garantida, pois foi denunciado por suas publi-

⁴ Apud BLANCHOT, Maurice. *Lautréamont y Sade*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 27.

⁵ Personagem de “Os cento e vinte dias de Sodoma”.

cações, que sofreram censura. Era um homem solitário, sem pares, era “de si próprio o único semelhante”⁶

Através de seus personagens, Sade faz uma discussão sobre diversos temas como a condição das mulheres, a monarquia francesa e a possibilidade de um regime republicano⁷. Alguns dos assuntos abordados em seus livros são recorrentes em outros autores, mas em Sade há uma subversão. A ideia de bem comum não está presente no seu texto, a ideia defendida por Sade é oposta a esse pensamento, a proposta é a de uma sociedade baseada no mal. “O mal é tão necessário à natureza quanto o bem; assim como a morte lhe é tão indispensável para a renovação da vida.”⁸.

A transgressão rege o pensamento do Marquês. É através dela que seu pensamento se desenvolve, é através da transgressão, também, que Sade propõe uma nova sociedade, baseada no vício. Mas a transgressão deve estar presente em todas as instâncias, no pensamento, na literatura e nas atitudes dos homens.

Nos livros escritos por Sade, seus personagens sentem prazer somente transgredindo alguma norma ou lei, não necessariamente com uma relação sexual violenta. O prazer deriva da subversão, do roubo, do assassinato, da sodomia, do incesto, entre outros atentados contra a lei e a moral, e não de uma relação sexual que contenha violência, sem qualquer tipo de transgressão.

A transgressão é necessária para as personagens alcançarem prazer, sem ela o prazer não é completo, ele não conhece o seu ápice. O prazer proposto por Sade não depende de relações sexuais, alguns personagens sentem prazer sem uma relação sexual, como o caso contado por Desgranges:

Um bugre, com homens e mulheres, utiliza outro pó, cujo efeito é o de vos privar de vossos sentidos e vos deixar como se estivésseis mortos. Todos assim acreditam, enterram-vos, e morreis desesperados em vosso caixão, no qual mal ficastes e os sentidos voltam. Ele faz todo possível para encontrar-se em cima do lugar onde sois enterrados, para ver se não consegue ouvir alguns gritos; caso consiga, ele desmaia de prazer. Ele matou assim parte de sua família.⁹

⁶ BEAUVOIR, Simone de. Deve-se queimar Sade? In: *Novelas do Marquês de Sade*, São Paulo: Difel, 1961, p. 19.

⁷ Temas presentes em seus livros “A Filosofia na Alcova” e “Os 120 dias de Sodoma”.

⁸ GIANNATTASIO, Gabriel. *Sade - Um anjo Negro da Modernidade*. São Paulo: Editora Imaginário, 2000, p. 136.

⁹ SADE, D. A. F. *Os Cento e Vinte Dias de Sodoma*. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 334

Para esse trabalho serão utilizados os livros “A Filosofia na Alcova” e “Os 120 dias de Sodoma”. Os livros usados nesse trabalho foram escritos em momentos diferentes da vida do Marquês. Enquanto “Os 120 dias de Sodoma” foi escrito e, 1785, período em que Sade se encontrava preso na Bastilha, desde 1777, “A Filosofia na Alcova” foi escrito em 1795, quando Sade estava em liberdade, mas não possuía mais nenhum bem, todos confiscados pela Revolução Francesa.

O livro “A Filosofia na Alcova”¹⁰ trata da educação de uma jovem, com o intuito de torna-lá uma libertina. O livro expõe as ideias do Marquês de Sade sobre diversos, como filosofia, religião e sobre questões morais, como aborto e sodomia. A história se passa numa alcova, isolada da sociedade, onde Dolmancé, o maior libertino que já existiu, e a senhora de Saint-Ange discutem sobre diversos temas enquanto ensinam a Eugénie a libertinagem, como ela deve se portar frente à sociedade e como deve ser seu comportamento dentro das alcovas, o lugar em que ela mostrará quem realmente é.

O livro “Os cento e vinte dias de Sodoma”¹¹ narra à história de quatro libertinos, Durcet, Presidente de Curval, o Duque de Blangis e o Bispo, que se propõem a experimentar o maior número de “paixões”¹² que puderem, 600 ao todo, sendo inspirados pelas experiências de quatro prostitutas. Para que isso ocorra eles preparam uma comitiva composta por todos os tipos de pessoas, desde belos jovens até as mais nojentas velhas. A história se passa no Castelo de Silling, um lugar totalmente isolado do mundo, de onde ninguém pode escapar. Os libertinos cumprem uma rotina coordenada por um regimento, caso haja alguma desobediência, o autor sofrerá punição.

¹⁰ Quando o livro “A Filosofia na Alcova” foi lançado, Sade não o assinou, por medo de uma possível censura e punição do regime republicano.

¹¹ O livro “Os 120 dias de Sodoma” é um manuscrito, feito num rolo de papel, enquanto Sade estava preso na Bastilha. Sade não pode terminar esse livro por que foi transferido de prisão às pressas, deixando o rascunho para trás. O manuscrito apareceu somente no século XIX, na Alemanha.

¹² “Paixões” nesse sentido são usadas como posições sexuais.

A Relação entre a Transgressão e a Lei

A conturbada relação entre a transgressão e a lei é o cenário para que as tramas possam se desenvolver na obra sadiana. As críticas feitas pelo Marquês à sua sociedade são baseadas nas leis que julgam comportamentos morais como crimes.

A relação de Sade com a lei possui várias interpretações, várias visões, muitos pensadores tentaram explicar, mas nunca se chegou a uma resposta, pois o pensamento de Sade é muito complexo, e difícil de identificar sua verdadeira posição.

As leis propostas pelo Marquês de Sade em seu panfleto traduzem a noção de Direito em vigor em sua sociedade. Embora Sade critique que atos de blasfêmia sejam caracterizados com um crime, mesmo pertencendo ao campo da moral, ele também defende que qualquer homem possa ter relações sexuais com a mulher que quiser, e essa não pode negar, reproduzindo o padrão da sociedade francesa do século XVIII. Na sociedade proposta por Sade todos são obrigados a ter relações com todos, sem a opção da recusa, essa posição seria interpretada como um desrespeito a lei. Sade também envolve assuntos relativos a escolhas pessoais, ou costumes na lei, como a sociedade que o criticava.

Mas essa noção de lei usada tanto por Sade, como pela sociedade francesa do século XVIII são frutos do Direito usado na época, o Direito Natural. Norberto Bobbio descreve Direito Natural como o: “(...) conjunto de todas as leis, que por meio da razão fizeram-se conhecer tanto pela natureza humana, quanto por aquelas coisas que a natureza humana requer como condições e meios de consecução dos próprios meios.”¹³

Sade usa a noção de Direito Natural para elaborar as leis que, segundo ele, seriam ideais para uma república. Os deveres morais são descritos nesses códigos e devem ser punidos como crimes. A moral reconhecida racionalmente, é o guia de ambas as leis.

¹³ BOBBIO, Norberto: *O positivismo jurídico*: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995, p. 21.

A lei e a transgressão seguem o mesmo princípio: a razão. Ambas tentam ser racionais, há a presença de normas na tentativa de alcançar essa racionalidade. Como Bataille diz:

Frequentemente, a transgressão da proibição está tão sujeita a regras quanto à própria proibição. Não se trata de liberdade: *em determinado momento e até determinado ponto, esta coisa é possível*: eis o sentido da transgressão. Mas uma primeira licença limitada pode desencadear o impulso ilimitado para a violência: as barreiras não são meramente levantadas, e é talvez necessário que, no momento da transgressão, a sua solidez possa ser afirmada. A preocupação da regra é, por vezes, sobre intensa na transgressão, pois que é difícil limitar um tumulto já começado¹⁴.

A adoção de uma lei para a existência da transgressão obedece, segundo Sade, a um princípio natural, chamado princípio do equilíbrio. A Natureza para Sade é amoral, é o homem que atribui valores de bem e mal, a única lei que ela segue é a do equilíbrio. Essa ordem é inerente ao universo, trabalha com as dicotomias, como bem/mal, vício/virtude, entre outras. A harmonia, fruto da ordem, é resultado do confronto dessas sensações, derivadas dos prazeres. O mal é tão necessário quanto o bem, e o equilíbrio têm esse preceito como base. A lei da Natureza, a do equilíbrio, é superior a qualquer entidade, até mesmo Deus. “O mal é tão necessário a natureza quanto o bem; assim como a morte lhe é tão indispensável para a renovação da vida.”¹⁵

O equilíbrio da Natureza se constrói pela busca do excesso. É através dessa busca que o libertino sadiano comete todos os seus crimes, na tentativa de obter prazer, e assim, contribui para manter a harmonia na Natureza. O excesso é uma das marcas principais do sadiano, o personagem sadiano é um ser que prima pelo excesso, principalmente quando está relacionado ao seu prazer. O libertino nunca está saciado, ele sempre está a procura de mais prazer, nada para ele é bastante, é com esse ato, com essa procura que a Natureza vai encontrando o seu equilíbrio, pois com essa atitude que visa atender apenas aos desejos pessoais, o libertino ajuda a Natureza a manter o equilíbrio. Afinal, ele apenas segue seus instintos naturais de se satisfazer, independente de fazer o bem ou o mal, embora a escolha de Sade seja sempre pelo mal.

¹⁴ BATAILLE, Georges. *Op. cit.*, p. 58.

¹⁵ GIANNATTASIO, Gabriel. *Op. cit.*, p. 136.

A negação em Sade conhece o seu ápice. O libertino utiliza a negação em excesso. Esse excesso é levado ao extremo que ele nega a si próprio para chegar ao mais alto nível de prazer. A autonegação é recorrente nas práticas sadianas, a crueldade é uma consequência desta. A violência cometida contra os soberanos, as autoflagelações e as imundícies são demonstrações da autonegação por parte dos mestres de cerimônia, que estão com tanto desejo, que não mais se importam com sua integridade física para conseguir saciar a sua vontade.

A relação entre bem e mal é necessária para o pensamento sadiano, embora Sade valorize o mal, ele sabe que o bem é essencial. Isso reverbera da necessidade de existência de uma lei. A lei faculta a transgressão a possibilidade de existir. É o equilíbrio que vai gerar esse sistema harmônico entre a transgressão e a lei, demonstrada da obra sadiana. Sade não propõe uma sociedade sem nenhuma norma, pelo contrário, nas sociedades criadas por ele, como a que vivia no Castelo de Silling¹⁶, era regida por um estatuto bastante autoritário.

O respeito às hierarquias é um fator a ser observado nos livros de Sade. Não há desrespeito com o comando das orgias ou dos atos¹⁷, embora as vítimas sofram torturas, e sejam submetidas a atos terríveis, elas apenas choram e se lamentam, não lutam ou cometem suicídio, na tentativa de escapar desse destino. As vítimas tem respeito por seus carrascos.

Para Pierre Klossowisk, a relação de Sade com a lei é marcada pela transgressão. Para ele a transgressão é essencial ao homem, é a base do pensamento sadiano. Ele define a transgressão como:

(..) outra coisa que não a pura explosão de uma energia acumulada graças a um obstáculo. A transgressão é a recuperação incessante do possível, desde que o estado de coisas existentes eliminou o possível de outra forma de existência. (...) o que o ato de transgressão recupera, acerca do possível do que não existe, *é a sua própria possibilidade de transgredir o que existe*¹⁸.

A transgressão se propõe ao resgate do possível, transformado em impossível pela lei. Através desse resgate Sade pode questionar o que é o impossível, como referente a questões relativas à lei.

¹⁶ Os cento e vinte dias de Sodoma.

¹⁷ Exceto Justine.

¹⁸ KLOSSOWSKI, Pierre. O filósofo celerado. In: KLOSSOWSKI, Pierre. *Sade, meu próximo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

A proposta de Sade para a sociedade e para o mundo é a Monstruosidade Integral. Esse conceito usado por Pierre Klossowski apresenta a humanidade formada por seres perversos, não se limitando a questão sexual. Porém essa sociedade só poderia se realizar no interior de um espaço composto por obstáculos, como estruturas baseadas em normas, pois a transgressão rompe com a norma vigente. Essa noção visa generalizar o vício, mas sem perder a virtude, pois ela é necessária, sem ela não pode existir a crueldade, a negação.

A prostituição universal é a parte complementar da monstruosidade integral, baseada numa insubordinação das funções de viver (a perversão), no vazio de qualquer norma. Com o desaparecimento da identidade, dos sujeitos, a propriedade do eu responsável é moral e fisicamente abolido, a consequência seria a prostituição universal dos seres, os indivíduos só obedeceriam a seus desejos, não mais a moral imposta, ou a seus limites corporais.

Esses conceitos expostos por Klossowski são a base da sociedade sadiana, descrita em “A Filosofia na Alcova” e em “Os cento e vinte dias de Sodoma”. Embora a prostituição universal conceba um mundo onde todos possam ter relações sexuais com quem quiser, é uma lei que institui esse comportamento, não há a ausência da lei, tudo nessa sociedade tem um aparato jurídico, nada é feito sem organização.

A sociedade sadiana é muito bem organizada, tudo é pensado, discutido e escrito nas normas que serviram para os indivíduos se orientarem. A lei é parte fundamental para Sade pensar uma nova sociedade, aparada na razão e na transgressão.

A relação entre Sade e a lei é descrita de outra forma por Deleuze. Segundo esse autor o pensamento de Sade se exprime em termos de instituição, que se definiria por um “estatuto de longa duração involuntário e inalienável, constituído de um poder, de uma potência cujo efeito é oponível a terceiros.”¹⁹ A instituição se apresenta por uma ordem muito diferente da ordem da lei, substituindo o sistema de direitos e deveres por um sistema de poder e força. Essa interpretação está ligada à sociedade proposta por Sade, na qual deveriam existir poucas leis e instituições fortes o suficiente para que os cidadãos respeitassem e obedecessem.

¹⁹ DELEUZE, Gilles. *Sacher-Masoch: O frio e o cruel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009, p. 78.

A visão de Deleuze ajuda a entender as relações entre os personagens sadianos, não baseadas nas leis, pois essas representariam o bem, mas baseadas na força e no respeito das instituições. Porém o trecho que diz “(...)oponível a terceiros.” não faz muito sentido. Embora alguns personagens de Sade não concordem com as práticas de tortura e as relações sexuais, como o caso de Cavaleiro²⁰, esses personagens sempre são forçados a realizarem tais práticas. Eles se opõem através das palavras, não através da atitude. Os personagens são submissos as ordens do mestre de cerimônias, embora algumas raras excessões desobedeçam as regras impostas. A posição descrita por Deleuze sobre terceiros ficaria somente detida em palavras, salvo raros personagens.

Sade valoriza a lei, pois sem ela não haveria a transgressão, peça fundamental de seu pensamento, não há como Sade negar a lei, e colocar em seu lugar a instituição. A instituição não tem a mesma representação da lei para os personagens sadianos, esses são orientados pela lei, tanto para segui-la como Justine, como para transgredi-la como Dolmancè, ou para usá-la como base na criação de outro código, como no caso dos quatro libertinos dos cento e vinte dias de Sodoma.

Em todas as interpretações, a importância de algo que regule a sociedade de libertinos existe. Alguns interpretam com lei, outros dão outro nome, mas Sade sempre está ancorado em algo que o ajude a organizar a sociedade planejada por ele.

A Natureza segundo o Marquês de Sade

A Natureza, sob a perspectiva sadiana, é um conceito muito complexo. Sade não atribui uma moral a Natureza, e não especifica sobre as leis que a regem, a única que ele define é a lei do equilíbrio. A Natureza descrita por Sade é cíclica, não segue o princípio de uma Natureza linear ou espiralada. Por ser cíclica, não há nada que o homem faça que possa interferir em sua organização. O homem não controla a Natureza, ele não possui esse poder.

O equilíbrio da Natureza vem da transformação. Quando um ser morre, outro nasce em seu lugar, isso com todos os seres vivos. Não há a criação, mas a reorganização dos elementos e das formas, num movimento perpétuo da maté-

²⁰ Personagem de “A Filosofia na Alcova”

ria. Para a Natureza construída por Sade todas as criaturas tem o mesmo valor, nenhum ser vale mais que o outro, independente quem esse seja, retirando do homem sua posição central na Natureza:

O que é o homem, e que diferença há entre ele, as plantas e os outros animais da natureza? Nenhuma, é claro. Colocado fortuitamente, assim como aqueles, sobre a terra, nasceu como eles; propagou-se, cresce e declina, como els; alcança como eles a velhice, e como eles tomba no nada (...) ²¹

Seria impossível negar a Natureza. Para Sade, a negação é um conceito que não se aplica a Natureza, ela é a verdadeira soberana. Nada pode subjulgá-la, ela está cima de todos. Embora seus personagens a odeiem, eles não podem desprezá-la, são obrigados a conviver com essa realidade. A Natureza é um obstáculo à soberania total dos personagens sadianos.

Esse é um dos motivos da conturbada relação entre os personagens sadianos e a Natureza. Mesmo alguns de seus personagens tentando negar a Natureza, outros a idolatram e a seguem, não um consenso na obra sadiana sobre a Natureza.

A Natureza é puro caos, não há regularidades. Não há como entender a Natureza, pois ela não possui lógica. Só uma possibilidade do homem entender a Natureza:

Se o homem fosse dotado da temporalidade quase eterna que marca o campo de possibilidades da natureza, estaria ele em condição de apreendê-la, descobri-la em seus segredos, decifrando seus mistérios. Mas seu estado de finitude, sua pobre existência, impede-o de impor a si próprio tarefa inacessível. ²²

Ao contrário dos filósofos do século XVIII, a Natureza, para Sade, não é mecânica e nem teleológica. Não há um consenso sobre o conceito de Natureza para esses filósofos. Mas uma característica permeia a noção de Natureza no século XVIII, o materialista. A ideia de que a Natureza age independente de Deus, que Deus não é um regente da Natureza é a herança deixada pelo século XVIII. Com isso, a Natureza é separada da Igreja e da Ciência.

A Natureza é vista como fonte de virtude, do bem, por isso o Direito Natural. Essa característica de bondade será reverenciada, e vista como uma das referências a Natureza, tudo que vem da Natureza é bom, como as leis e a razão.

²¹ SADE, D. A. F. *Op. cit.*, 1968, p. 154.

²² GIANNATTASIO, Gabriel. *Op. cit.*, p. 131.

Embora a visão da época identificasse a bondade da Natureza, há um filósofo que contraria essa ideia, o médico La Mettrie. Esse filósofo foi um das principais influências de Sade. Para La Mettrie a moral, a política e a religião são convenções, que só existem porque o homem vive em sociedade, e para organizar essa convivência existem as leis. A lei é algo inventado para que a sociedade possa existir. Somente a filosofia é capaz de buscar a verdade vinda da Natureza. Ao contrário da moral, da política e da religião que não se preocupam com a verdade, mas com a utilidade social. É da Natureza que a verdade emana.

Sade demonstra a influência de La Mettrie através da fala de Dolmancé²³:

Mas desde que a chama da filosofia dissipou todas estas imposturas, depois que a divina quimera foi esmagada, depois que, melhor instruídos sobre as leis e segredos das ciências, desenvolvemos o princípio da geração, e vimos que este mecanismo material não oferece aos olhos nada de mais assombroso que a vegetação de um grão de trigo, imputamos à natureza os erros do homem²⁴.

Segundo La Mettrie, a Natureza nos mostra: “Não há nada absolutamente justo, nada absolutamente injusto. Nenhuma equidade real, nenhum vício, nenhuma grandeza, nenhum crime absoluto.”²⁵

A Natureza não tem moral, nem regras para uma organização, a Natureza simplesmente funciona sob uma lógica intrínseca a ela mesma. Logo o ser humano pode cometer uma infração que não está atentando contra a Natureza, somente contra a sociedade que é algo arbitrário, e que não é fonte da verdade.

Através desse pensamento Sade fundamenta sua visão sobre a relação do homem e da sociedade, e descarta a ideia do bem comum (*summum bonum*). Seguindo esse pensamento seria melhor fazer algo que lhe proporcionasse prazer, e para Sade o que mais lhe dá prazer é fazer o mal. Esse mal associado à filosofia, geram o pensamento sadiano.

Além de La Mettrie, outra influência de Sade foi Hobbes. Para Hobbes cada sujeito vive sob as suas próprias leis, guiado pela noção do que é bom para si

²³ Personagem de “A filosofia da alcova.”

²⁴ SADE, D. A. F. *Op. cit.*, 1968, p. 75.

²⁵ LA METTRIE apud MONZANI, Luiz Roberto. Origens do discurso libertino. In: TROUSSON, Raymond. Romance e Libertinagem no Século XVIII na França. *Libertinos Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 211.

mesmo. Com isso não há formação de uma regra geral, e sem uma regra geral não há sociedade, logo é o Estado de Natureza, onde todos podem matar todos. O homem cria a sociedade e junto com ela as leis, cria também a noção de bem e mal, vício e virtude, para funcionar de parâmetros para essa nova sociedade. Logo o bem e o mal são criações do homem, são artificiais. Na Natureza não existem vícios nem virtudes, só existem os desejos.

Para Hobbes os homens são guiados por seus desejos. A vida do homem depende do desejo, caso o homem pare de desejar ele para de viver. Sade segue o ideário hobbesiano de uma Natureza onde não existem virtudes nem vícios, e sim o desejo. O homem sadiano é movido pelo prazer e pelo desejo, esses são os nortes dos personagens em sua literatura. Como o bem e o mal são produtos do homem, e ambos permeiam a sociedade, por que não optar pelo mal, e pelo poder de realizar todos os seus desejos sem nenhum tipo de censura, que o bem impõe.

Baseado nas ideias de La Mettrie e de Hobbes, Sade não acredita num bem que se origina de Deus, ou da Igreja, para eles o bem serve para aprisionar o homem num comportamento padrão para que a sociedade possa existir. Através dessa lógica optar pelo bem ou pelo mal é uma escolha pessoal, sem influência de um mundo espiritual. E Sade faz a sua escolha, ele escolhe o mal como seu guia. Os personagens libertinos de Sade acreditam que o mal é o melhor caminho para a felicidade, ou prazer. A prática do mal e do crime são verdadeiras fontes de felicidade.

A lei para o Marquês de Sade é essencial, pois sem a lei não há como ter transgressão, e sem a transgressão não há prazer ou desejo, e sem prazer o libertino deixa de existir. A vida do libertino é uma eterna busca pelo prazer, fruto da transgressão, e essa só é possível com a existência da lei, sem a lei não há prazer e sem prazer não há o libertino. A lei garante a vida do libertino.

Metaficção historiográfica – diálogos entre o discurso histórico e o literário nos romances latino-americanos

Weslei Roberto Cândido*

O presente texto tem por objetivo discutir as relações entre literatura e história a partir da análise e discussão de fragmentos dos romances *Vigília del Almirante*, de Roa Bastos e *Galvez, o imperador do Acre*, de Márcio Souza, apontando como essa literatura está em constante intertextualidade com o discurso da história. Também, apresentaremos como a pós-modernidade contribuiu ao assumir que tanto a literatura como a história são construções discursivas passíveis de revisão, portanto, como construídas ambas passam, em certa medida, pela ficcionalização de seus autores, sendo a primeira comprometida com a arte e a segunda com a verdade.

Palavras-chave: Metaficção historiográfica; novo romance histórico; pós-modernidade.

This paper aims to discuss the relationship between literature and history from the analysis

Para la ficción no hay textos establecidos.

- Roa Bastos -

Introdução

O presente artigo visa discutir as relações entre literatura e história no chamado novo romance histórico latino-americano, mais propriamente partindo de dois romances: *Vigília*

* Doutor – UEM – wrcandido@uem.br

and discussion of fragments of novels *Vigilia del Almirante*, by Roa Bastos and *Galvez, imperador do Acre*, by Márcio Souza, pointing out how this literature is constantly intertextuality with the discourse of history. Also, introduce how postmodernity has contributed to assume that either literature and history discursive constructions are subject to revision, so as constructs both are, to some extent, by the fictionalization of the authors, the first being committed to the art and second with the truth.

sive constructions are subject to revision, so as constructs both are, to some extent, by the fictionalization of the authors, the first being committed to the art and second with the truth.

Keywords: Historiographic metafiction, new historical novel; postmodernity

del Almirante, de Augusto Roa Bastos¹ e de *Galvez, o imperador do Acre*, de Márcio Souza² em contraponto com alguns conceitos levantados por Linda Hutcheon em *Poética do Pós-Modernismo*³, no qual são discutidas questões sobre a discursividade literária e historiográfica e como as duas estão em diálogo por meio daquilo que se intitula metaficção historiográfica.

Desta maneira, nosso foco não será o romance histórico no sentido tradicional, no qual uma personagem histórica figura como centro da narrativa e partir dela se narra os fatos, mas nos centraremos em romances que discutem de forma indireta o que vem a ser o discurso histórico e o literário, em que medida ambos interagem, completando-se e excluindo-se ao mesmo tempo, sem que, na verdade, jamais um venha a descartar o outro totalmente.

Nosso ponto de partida será a pós-modernidade e como esta incorpora o passado sem negá-lo, constituindo seu paradoxo, pois ao mesmo tempo que parodia o passado, ou melhor, as formas textuais do passado, as sacraliza, uma vez que o leitor acaba por ter como pano de fundo esses textos e os revê com os olhos do presente, permitindo manipulá-lo ao seu prazer, constituindo-se também em autor do texto.

Assim, por meio dos romances citados acima, discutiremos como episódios da descoberta da América e da fundação do Acre como um estado independente são relidos e ficcionalizados por seus autores, que também problematizam suas ficções, admitindo as dívidas com a história e como dela fazem uso nos seus romances.

¹ ROA BASTOS, Augusto. *Vigilia del almirante*. Asunción. Paraguay: RP Ediciones, 1992.

² SOUZA, Márcio. *Galvez, imperador do Acre*. 10ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

³ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

Lidaremos, portanto, com um gênero híbrido, que usa de dois artifícios narrativos conscientemente: o literário e o histórico, ora agindo como romancista ora como pseudo historiador, ludibriando a cada instante o leitor que fica em dúvida se o texto romanesco tem o poder de apresentar uma nova versão da história que seja válida.

De acordo com Altamir Botoso:

Observa-se, nesse sentido, um aumento progressivo no recurso à intertextualidade pela literatura de ficção, com a retomada de textos e personagens da história. Os autores de livros ficcionais passaram a considerar as produções historiográficas como textos passíveis de serem recriados, parodiados e distorcidos. Portanto a história e a ficção são consideradas como modalidades discursivas, fato que levou Hayden White(1994, p.98) a classificar os eventos históricos como “narrativas históricas”, que manifestamente são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto ‘inventados’ quanto ‘descobertos’ e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências”. O texto escrito por historiadores pode ser considerado um “artefato literário” que mantém vínculos estreitos com as narrativas de ficção⁴.

Esse vínculo estreito entre a forma de narrar da literatura e da história e sua aproximação com a ficcionalização em alguns momentos, que nos permitirá colocar em diálogo a literatura e a história, verificando como se imbricam, assumindo-se efetivamente como construções discursivas que remetem a um passado “real” ou “ilusório”. Essa linha tênue entre a verdade e a ficção que tentaremos explorar ao longo deste artigo, citando em vários momentos as falas de Roa Bastos e de Márcio Souza, como apoio e material de análise de nossas preocupações ao discutir essas formas discursivas tão próximas.

Portanto, tentaremos explorar as confluências que há entre os dois gêneros textuais em questão: o historiográfico e o literário e como eles se imbricam, rechaçam-se e se aproximam constantemente, confundindo muitas vezes a figura do romancista com a do historiador e vice versa. Assim, poderemos explorar como o novo romance histórico na América Latina se tornou uma espécie de recurso ideológico para contestar a cultura dominante por meio da paródia, do pastiche, do humor e do riso fácil, debatendo como esses elementos ajudam a

⁴ BOTOSO, Altamir. *A reescritura da história em o Mundo alucinante de Reinaldo Arenas*. Bauru: Canal 6, 2010, p.57.

desconstruir o discurso da história arquitetada pelas elites europeias e crioulas no continente americano.

Entre o discurso da história e da literatura

A pós-modernidade trouxe consigo a vantagem de assumir os textos como constructos e, portanto, como passíveis de serem revistos e reinterpretados, sem que necessariamente a interpretação do fato seja invalidada, mas permanece como ponto de discordância e revisões inúmeras que não podem descartar o texto primeiro. Como espécie de sombra, o texto “original” serve de ponto de partida para as revisões do passado, criando um espaço de convivência entre diversos textos e diversas interpretações do mesmo fato.

Nesse espaço de confluências e embates há dois gêneros textuais que se chocam, complementam-se, vivem sob o olhar enviesado da desconfiança que são os textos históricos e os literários, ambos atendendo a necessidades diferentes, mas atraindo leitores para o mesmo fato por meios diversos e conflitantes.

O chamado novo romance histórico latino-americano se presta a essas discussões e reinterpretações da história da América, invadindo um terreno que não é seu, do qual se apropria para deleite literário, por meio da paródia, do pastiche e de inclusão de novos acontecimentos e personagens a fatos históricos já consagrados, mas que a literatura pelo seu caráter se dá o direito de alterar para colocar em dúvida o leitor, muitas vezes oferecendo a este uma visão muito mais agradável que o da clássica história dos vencedores, pois ao narrar da margem fatos históricos antes vistos apenas pelo olhar da elite, inclui aquele que foi esquecido ao longo do processo colonizatório, ou seja, o próprio habitante do continente americano.

Vem somar-se a essas dúvidas do leitor o próprio momento vivido pelos historiadores, que também ao assumir ser o texto da História um constructo, uma análise sobre um fato realmente ocorrido, abre margem para dúvidas e releituras da colonização americana pelos intelectuais da América, que ao revisar documentos históricos, consultar fontes e ter acesso a materiais antes privados, podem lançar um novo olhar sobre a forma como o continente sofreu com a implantação do regime europeu de vida naquilo que eles chamavam de Novo Mundo.

No entanto, novo romance histórico e o texto histórico em si são meios diferentes de ver a história, um não substitui o outro, mas tem seu contraponto no seu oposto. De acordo com Linda Hutcheon, o discurso da história e o da ficção não fazem parte da mesma ordem de discurso:

[...] são diferentes, embora tenham os mesmos contextos sociais, culturais e ideológicos, e também as mesmas técnicas formais. Os romances (com exceção de algumas superficções extremas) incorporam a história social e política até certo ponto, embora essa proporção seja variável (Hough, 1966, 113); a historiografia, por sua vez, é tão estruturada e coerente e teleológica quanto qualquer ficção narrativa. Não é só o romance, mas também a história, que está ‘visivelmente entre e no meio’ (Kermode 1968^a, 235). Tanto historiadores quanto os romancistas constituem seus sujeitos como possíveis objetos de representação narrativa[...].⁵

Embora sendo da ordem de discursos distintos, é inegável o diálogo estabelecido entre esses dois meios de narrativa da história, um compromissado com a verdade e o outro com a ficção, ambos se relacionando com a história, com a sociedade e com a política, cada um por meio de seus instrumentos textuais que garantem ao leitor uma revisão do passado pelos olhos do historiador ou do narrador estabelecido pelo romancista. Tanto a ficção como a história estabelece para si sujeitos, construindo seus personagens ora para exaltá-los ou verificar seu papel no quadro histórico ora para rebaixá-los ao nível dos seres humanos comuns, como resposta a todo um discurso eurocêntrico que transformou os colonizadores em heróis brancos que deveriam ser exaltados pelo povo nativo das Américas. A esse segundo papel revisionista, mas cheio de (in)verdades também cabe à ficção seu espaço maior, uma vez que não está compromissada com a verdade, mas com a representação de uma pretensa verdade válida para contextos criados pelos romances.

Portanto, está fora de cogitação que algum dia o novo romance histórico se torne a base interpretativa da história dos países americanos. Ele é ficção e como tal deve ser lido e interpretado, mesmo que esteja ligado a um contexto histórico-político-social, este é apenas o estímulo para a criatividade exercida pelo autor para olhar a América pelos seus olhos, pela paródia muitas vezes do discurso histórico, apresentando-se como uma verdade inexorável, que só pode ser questionada porque é uma forma de questionar o próprio discurso histórico canônico.

⁵ HUTCHEON, Linda. *Op. cit.*, p. 148.

Augusto Roa Bastos no prólogo a seu romance *Vigilia del Almirante*(1992), afirma categoricamente o caráter de seu romance diante da história:

Este es un relato de ficción impura, o mixta, oscilante entre la realidad de la fábula y la fábula de la historia. Su visión y cosmovisión son las de un mestizo de “dos mundos”, de dos historias que se contradicen y se niegan. Es por tanto una obra heterodoxa, ahistórica, acaso anti-histórica, anti-maniquea, lejos de la parodia y del pastiche, del anatema y de la hagiografía.⁶

O romance de Augusto Roa Bastos é uma clara releitura da figura do navegador Cristóvão Colombo; como todo romance de caráter histórico tem como centro uma personagem também histórica e, nesse caso, de fundamental importância para o continente americano. O livro está inserido num contexto social de produção objetiva: a comemoração dos 500 anos da América, que gerou uma série de romances nessa linha revisionista das principais figuras históricas que participaram dos momentos de implantação das colônias no Novo Mundo.

A fala de Roa Bastos é esclarecedora sobre o papel desse novo romance histórico na América Latina. Assume livremente ser um relato de “ficção impura”, entre a história e a invenção literária, entre duas fábulas: a da realidade, que é uma, e da história que é outra, legitimamente pensada e arquitetada para ser a história canônica. Além disso, o autor assume seu papel de produto de dois mundos, de duas histórias que se contrapõem: a da versão espanhola sobre a colonização do continente americano e a dos americanos, que agora depois de 500 anos podem contar a história pelo seu ponto de vista, da perspectiva dos “mestizos”, daqueles que se tornaram realmente o povo do continente em questão.

Não há em Roa Bastos nem a intenção de transformar Colombo em anátema, nem tampouco fazer sua hagiografia, como a maioria dos escritores da América Latina que seguem a linha do novo romance histórico, levando à conclusão de que para estes escritores a história tradicional transforma os sujeitos da história em anátemas ou em santos (hagiografia). Quer apenas humanizar a figura de Colombo, transformá-lo em um ser mais próximo das pessoas que habitam o continente: ‘Quiere este texto recuperar la carnadura del hombre común[...]’⁷. Assim se expressa o autor, revelando que o texto, ou seja, novamente o discur-

⁶ ROA BASTOS, Augusto. *Op. cit.*, p. 11.

⁷ *Idem.*

so tem como objetivo recuperar o lado humano de Cristóvão Colombo, assim, revela-se o texto do autor paraguaio também como um constructo que se oferece como mais uma alternativa ao discurso histórico legitimado pelos saberes das academias.

Desta maneira, o discurso literário e o histórico se mostram muito próximos, cada um com suas devidas particularidades, mas ambos como textualizações de discursos legitimados por suas áreas, o primeiro preso aos cânones literários existentes, o segundo preso ao compromisso de reconstruir a realidade passada, porém tanto o literato quanto o historiador se apresentam como intérpretes de suas áreas e dos conceitos a elas ligados.

No entanto, há no literato um compromisso maior com a invenção, com a criação literária, com o fazer a arte com palavras, em contar a história mais pelo como do que pelo fato. Novamente, citando o prólogo de Roa Bastos, o autor afirma: “[...] un autor de historias fingidas escribe el libro que quiere leer y no encuentra en ninguna parte; ese libro que sólo puede leer una vez en el momento en que lo escribe[...].”⁸.

É visível o contraponto com o texto da história oficial, ela está presente no horizonte de expectativas do romancista, que não o perde de vista, mas por ser compromissado com a literatura, pode escrever o livro que deseja e não encontra, pode arquitetar sua história da descoberta da América, poder olhá-la como este “mestizo de dos mundos”. Recuperar “la historia que le robó su nombre. Necesitó quinientos años para nacer como mito. Para recuperar esta historia, porém, o autor se dá o direito de construir a sua, do seu ponto de vista, pela ótica que mais lhe interessa, praticando o que ele chama de “transgresiones con relación a los textos canónicos” que são “deliberados pero no arbitrarios ni caprichosos”.

O diálogo entre ficção e história se acirra ainda mais quando pensamos que tanto o historiador quanto o literato e até mesmos os leitores possuem uma capacidade limitada de compreender o passado⁹. Lidamos com retalhos do passado, com sobras dos arquivos, com materiais também já pré-selecionados para se tornarem documentos a partir de uma determinada concepção de história de sua época; de certa maneira, trabalha-se com aquilo que restou como recorte da

⁸ *Idem*, p. 11-12.

⁹ HUTCHEON, Linda. *Op. cit.*,

realidade do passado, mas que é a ponte com uma possibilidade de reconstrução de uma determinada época, portanto, novamente, o trabalho do literato e do historiador se cruza, ambos lidam com reconstrução e representação de uma dada realidade, a partir de determinadas realidades históricas em que estão inseridos, sendo obrigado a olhar para trás a fim de encontrar os vestígios que colarão os cacos do vaso quebrado da história.

Em “Metaficção Historiográfica: o passatempo do tempo passado”, Linda Hutcheon afirma que:

A metaficção historiográfica sugere uma distinção entre “acontecimentos” e “fatos” que é compartilhada por muitos historiadores. Como venho sugerindo, os acontecimentos tomam forma de fatos por meio de sua relação com matrizes conceituais em cujo interior precisam ser embutidos se tiverem de ser considerados como fatos.¹⁰

O acontecimento está para o escritor de romances assim como para o historiador em vias de se tornar fato. Para o primeiro, material literário que transgredir as normas lógicas de interpretação e garante a ele(ao acontecimento) o tornar-se fato literário dentro da arquitetura do romance; para o segundo, o acontecimento se torna fato ao ser interpretado por matrizes lógicas da historiografia que garantem a ele o status de fato histórico disponível para as mais diversas interpretações e discussões. Para o romancista o compromisso é com a fantasia, com o fazer poético, para o historiador, o foco é a verdade, o desvendamento dos acontecimentos, que ao se tornarem fato ajudarão a sociedade a compreender melhor seus processos de construção política e econômica.

Em outro romance latino-americano vê-se o trabalho do romancista e a liberdade que se permite ao interpretar ou reinterpretar os fatos à luz de suas necessidades, senão pessoais, a menos literárias. Numa espécie de nota explicativa, quase um prólogo, mas bem mais conciso que a maioria dos prólogos dos livros tradicionais a *Galvez, o imperador do Acre*, o autor faz a seguinte afirmação sobre os fatos que seguem narrados:

Este é um livro de ficção onde figuras da história se entrelaçam numa síntese dos delírios da monocultura. Os eventos do passado estão arranjados numa

¹⁰ *Idem*, p. 161.

nova atribuição de motivos e o autor procurou mostrar uma determinada fração do viver regional¹¹.

O primeiro alerta que se deve levar em contar é o fato de ser declaradamente ficção, mesmo que trate de um evento histórico, a independência do Acre, seu desligamento da Bolívia, o que vai narrado é invenção e nessa estão incorporadas figuras históricas que transitarão nos “delírios da monocultura”. Além disso, os fatos do passado foram (re)arranjados de forma a dar ao livro a configuração que desejava, os motivos são declaradamente outros, novos, adequados ao romance em tom de história picaresca que é o romance de Márcio Souza.

O romance é uma brincadeira com a história oficial, manipulando-a ao prazer do romancista, que inclui o humor, a ironia, a paródia como formas de criação artística. A História com maiúscula é apenas o pano de fundo, onde personagens também históricos como Galvez desfilarão seus desejos, suas vontades e picardias na construção do território hoje conhecido como Brasil. Logo após o prólogo, em forma de epígrafe, surge o provérbio português: “Além do equador tudo é permitido.”¹², para em seguida, em tom de deboche, o protagonista afirmar: “Nem tudo”¹³, com o acréscimo do contexto que gerou essa reflexão: a deposição do imperador Galvez, que experimentou viver o provérbio e sofreu as consequências com a deposição de seu cargo.

Em tom de brincadeira e deboche o romance tenta reconstruir episódios do período áureo da exploração da borracha no Brasil. O riso o tempo todo destrona a história oficial, tirando sua seriedade, relendo os episódios históricos pelo olhar da paródia, do pastiche, do romance picaresco. É significativo o fato de Galvez ser um aventureiro espanhol em terras brasileiras, buscando ascensão política e financeira, mesmo que seja como Imperador do Acre, nunca oficialmente reconhecido.

Tudo no romance depõe contra a história oficial. O palácio de Galvez não passa de um antigo barracão de zinco que servia de estoque da borracha tirada da selva. Para desfigurar ainda mais a oficialidade da história tradicional, esse palácio/barracão ganha uma luxuosa escada de mármore:

¹¹ SOUZA, Márcio. *Op. cit.*, p. 5.

¹² *Idem*, p. 6.

¹³ *Idem*.

A escada de mármore, pré-montada no Liceu de Artes e Ofícios de Lisboa pelo preço de 700 libras formava um conjunto bizarro com o barracão imperial. O mármore raiado de rosa contrastava com a madeira escura do Palácio Imperial e ainda correspondia com as proporções do pardieiro de zinco enferrujado. Os lances de degraus majestosos não levavam a lugar nenhum, numa metáfora ao meu Império.¹⁴.

O próprio Galvez, agora imperador, reconhece a bizarrice da escada de mármore, plantada no meio da selva amazônica, adaptada a um barracão velho que fora transformado em palácio. Percebe-se ainda nesse fragmento o trabalho literário, o narrador personagem admite a metáfora, o constructo literário e ideológico que aquela escada representava, nem permitindo ao leitor pensar em interpretar algo que é patente demais para se perder tempo. De certa forma, o leitor acompanha o delírio de formação do Acre por meio do narrador que assume todas suas falhas e narra o que há de pior em sua figura. Ao contrário dos grandes personagens históricos, Galvez é o aventureiro, e como tal deixa sua história.

Em geral, o novo romance histórico latino-americano tem sido visto como uma alternativa à história oficial do continente. No entanto, esses romances que levam ao questionamento dos episódios históricos da formação da América são literatura, e como literatura devem ser lidos, até mesmo para se apropriar das rebeldias contra a história oficial que esse romance provoca. O novo romance histórico latino-americano vive e revive por meio deste diálogo com o discurso oficial, o desrespeito a ele é uma forma de resistência às estruturas sociais impostas pelo colonizador aos habitantes do continente americano.

Por isso, pode-se afirmar que o novo romance histórico latino-americano é típico da pós-modernidade que não despreza o passado mas o incorpora de forma crítica ao seu arsenal criativo. Não se renuncia mais ao passado, mas este está presente até mesmo na negação de como foi contado oficialmente pelos historiadores. De certa maneira, o novo romance histórico sabe que não pode se livrar da História, então, alia-se a ela, reproduzindo ao seu modo os episódios da história que só ganham tom de humor porque agridem os textos históricos sacralizados pelas instituições oficiais que arquitetaram as nações latino-americanas.

A paródia dos textos históricos e literários é frequente na metaficção historiográfica; parodiam-se os discursos da história e da literatura, questiona-se

¹⁴ *Idem*, p. 191.

o artifício literário e histórico de herança europeia, fazendo com que o novo romance histórico latino-americano parodie estruturas discursivas, mais do que fato propriamente ditos, questiona-se de certa forma o “conceito realista ingênuo de representação”¹⁵. Assim, mais que a paródia dos fatos, tem-se a paródia dos discursos estético e historiográfico naquilo que se costumou chamar de metaficção historiográfica que alcançou vários autores no continente americano.

No entanto, para Linda Hutcheon¹⁶: “a paródia não é a destruição do passado; na verdade, parodiar é sacralizar o passado e questioná-lo ao mesmo tempo. E, mais uma vez, esse é o paradoxo pós-moderno.” Assim, autores como Roa-Bastos e Márcio Souza que têm servido até agora de base para as discussões propostas aqui não negam o passado, incorporam-no em forma de paródia dos discursos literários e históricos, não sendo em nenhum momento um texto que quer substituir o historiográfico, mas sim que entra em forte diálogo com o material discursivo que interpretou a história das repúblicas latino-americanas.

É desta maneira, por exemplo, que Márcio Souza imita ou parodia, ou reinventa o trabalho do historiador, que num sebo encontra um antigo manuscrito (fontes) que ninguém deu importância, mas que ele, o autor, comprou barato e depois de trabalhá-lo deu a forma de romance e o publicou:

Como toda história de aventuras que se preza, o manuscrito foi encontrado num sebo de Paris, em 1973, por um turista brasileiro. Até hoje não se sabe como esse manuscrito saiu e Cádiz e foi parar na prateleira de um sebo do Boulevard Saint Michel. O certo é que o brasileiro que andava fuçando as livrarias de Paris, adquiriu o manuscrito redigido em português, pela quantia de trezentos e cinquenta francos, o que na época não era um preço alto. O justo valor para um manuscrito irrelevante. O brasileiro leu o manuscrito em dois dias pensando em José de Alencar, que havia feito o mesmo no livro GUERRA DOS MASCATES, decidiu organizá-lo e publicar. O turista brasileiro era eu e acabei impressionado com as sandices desse espanhol do século XIX.¹⁷

A lenda do manuscrito achado e tão repetido na literatura está de volta em Márcio Souza, aqui de forma irônica, mas presente nesse texto que não se propõe substituir o material historiográfico sobre o desligamento do Acre da Bolívia,

¹⁵ HUTCHEON, Linda. *Op. cit.*, p. 165.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ SOUZA, Marcio. *Op. cit.*, p. 14.

mas sim admitidamente contar uma história de aventuras. A paródia escancarada do projeto literário de Alencar de contar a genealogia do povo brasileiro com seus romances mostra bem o trabalho literário da metaficção historiográfica, pois dialoga com duas formas discursivas: a literária, o romance alencariano, e a historiográfica, a vida de Galvez, e também a forma de produção de um dos mais consagrados romancistas brasileiros da época de afirmação da identidade nacional. Percebe-se, nitidamente, que a paródia não é apenas factual, mas rompe com a forma de representação ingênua do realismo tradicional que acreditava poder por meio de longas transcrições recriar o real.

O fragmento de *Galvez, o imperador do Acre* revela ainda que o texto da ficção está em pleno diálogo com as tendências literárias anteriores e a elas faz referências, comunga com ideais e rebate outros ao fazer o texto literário. Como forma de resposta, paródia ou dessacralização do passado literário, ou melhor, das formas de fazer literatura dos escritores pertencentes ao cânone, Márcio Souza, assim como Roa-Bastos utiliza de forma crítica dos instrumentos literários de outros romancistas que compõem a tradição. De forma mais objetiva, o intertexto maior da metaficção historiográfica é o próprio material literário pertencente ao acervo cultural do romancista, aí ser uma metaficção, ficção que remete a outros fazeres ficcionais antes de ser historiográfica. De certa forma, o diálogo é duplo, dá-se com dois discursos: da literatura e o da história, mais que diálogos com os fatos em si, o que existe é um intertexto com as formas discursivas que analisam os acontecimentos para torná-los fatos ficcionais ou históricos.

O reconhecimento, na pós-modernidade, de ser a história e a ficção discursos estruturados, a partir de suas bases teóricas, libertou essas formas textuais da antiga sacralização que as cercavam, até mesmo no âmbito literário, quando uma obra era passível de releitura apenas como mera cópia, pastiche, ou por meio do cômico, paródia no sentido tradicional, ou imitação, reinando livremente o conceito de fontes e influências, na qual a obra segunda sempre era um texto menor e devedor do texto que o antecedia.

O conceito de intertextualidade libertou as obras literárias desse pejo de textos de segunda mão, colocando-as em igualdade, permitindo perceber as várias vozes que compõem um texto literário, de certa forma um texto nunca é original, mas sempre participante de um pensamento que se desenvolveu ao longo de toda uma tradição. O escritor argentino Jorge Luis Borges em “Kafka e seus

precursores”¹⁸ inverte a questão da dependência e mostra como o texto segundo é que permite a releitura do texto anterior, agora com olhos da atualidade, ou seja, o último texto reelabora, reconstrói, atualiza o texto primeiro.

A metaficção historiográfica, portanto, não oculta suas leituras, antes as revela como forma de construção do texto literário e pseudo-historiográfico, ficção que se quer verdade, mas verdade apenas no âmbito da economia de seu texto, que remete abertamente à história com maiúscula, mas não a substitui, nem tem essa pretensão, relê criticamente a historiografia, mas tira partido da desconfiança que a ficção desperta no leitor sobre o que é a verdade, sem nunca se assumir como tal.

O novo romance histórico latino-americano não pode ser visto fora do que é: literatura, embora sirva-se da história e a ela se remeta o tempo todo, não se pode tomar um texto literário para ser estudado como história no sentido de discurso compromissado com a verdade, o compromisso do romancista sempre é com a ficção, com a inventividade, com uma espécie de mentira que cria uma realidade possível para o leitor, que lê aquilo que desejava e jamais encontrou em um livro de história:

En efecto, las novelas mienten —no pueden hacer otra cosa— pero ésa es sólo una parte de la historia. La otra es que, mintiendo, expresan una curiosa verdad, que sólo puede expresarse encubierta, disfrazada de lo que no es. Dicho así, esto tiene el semblante de un galimatías. Pero, en realidad, se trata de algo muy sencillo. Los hombres no están contentos con su suerte y casi todos —ricos o pobres, geniales o mediocres, célebres u oscuros— quisieran una vida distinta de la que viven. Para aplacar —tramposamente— ese apetito nacieron las ficciones. Ellas se escriben y se leen para que los seres humanos

tengan las vidas que no se resignan a no tener. En el embrión de toda novela bulle una inconformidad, late un deseo insatisfecho¹⁹.

O escritor peruano Mario Varga Llosa chama a atenção do leitor para um ponto essencial da literatura: a mentira. Literatura é mentira, uma é sinônima da outra, assim o leitor vive a aquela mentira como se fosse verdade e satisfaz o desejo de viver uma outra vida que não a sua, saciando o dom demoníaco de ser ou-

¹⁸ BORGES, Jorge Luis. Kafka e seus precursores (1951), in *Outras inquisições* (1952). *Obras completas*. vol. 2. São Paulo: Globo, 1999.

¹⁹ VARGAS LLOSA, Mario. *La verdad de las mentiras*. Madrid: Punto de Lectura, 2007, p. 16.

tro como afirma o mesmo escritor. O romance para Llosa é uma armadilha feita pelo escritor e vivenciada pelo leitor, que mesmo sabendo ser um engano, vive-o, pois ele revela toda a insatisfação que tem com uma determinada realidade.

É essa insatisfação que leva o escritor paraguaio Augusto Roa Bastos, já citado no início deste artigo, a escrever seu romance, sua história, aquela que ele nunca leu em nenhum livro, portanto, tem de a escrever para reinscrever a figura de Cristóvão Colombo na história pela visão do “mestizo entre dos mundos” que ele é, herdeiro de duas culturas, de duas histórias, insatisfeito com ambas, assim, ele pode escrever o livro que nunca leu, “ahistórico, anti-histórico, anti-maniqueo” como se expressa no prólogo, admitindo ser um autor de histórias fingidas, permitindo-se então a escrever o livro que deseja ler, uma vez que seu compromisso não é com o discurso historiográfico, mas com o literário, aquele cujas mentiras podem ser verdades.

Inegável é a que essa insatisfação está ligada aos textos históricos canônicos, àqueles que construíram e interpretaram a figura de Cristóvão Colombo e a colonização do continente americano, mas ainda assim *Vigilia del almirante* é um texto literário, no qual a liberdade fantasiosa reina do início ao fim, na qual os eventos históricos estão reajustados de forma a dar a interpretação desejada pelo autor da viagem realizada por Colombo.

O contato entre a realidade e a imaginação torna-se cada vez mais forte e tema de discussão do narrador em *Vigilia del almirante*, sabedor de um discurso inventado, mas que está em intertexto com a história oficial, estabelece com o leitor o pacto de pensar o que é mais importante, os fatos imaginados ou os fatos documentados, pois estes últimos também são parte de um seleção de historiadores que os apresentaram como verdade, de forma que o leitor pode decidir aquilo que julgar melhor, uma vez que a história se reescreve para Roa Bastos na leitura operada pelo leitor:

¿Cómo optar entre hechos imaginados y hechos documentados? ¿No se complementan acaso en sus oposiciones y contradicciones, en sus respectivas y opuestas naturalezas? ¿Se excluyen y anulan el rigor científico y la imaginación simbólica o alegórica? No, sino que son caminos diferentes, dos maneras distintas de concebir el mundo y de expresarlo. Ambas polinizan y fecundan a su modo – para decirlo en lenguaje botánico – la mente y la sensibilidad del

lector, verdadero autor de una obra que él la reescribe leyendo, en el supuesto de que lectura y escritura, ciencia e intuición, realidad e imaginación se valen inversamente de los mismos signos²⁰.

Para o autor realidade e imaginação se complementam, embora tenham discursos diferentes, uma não existe sem a outra. Não são excludentes como pensam muitos, mas todo discurso histórico ou literário exige de seu autor, que poder ser o leitor também uma dose de imaginação e de rigor científico ao mesmo tempo, percorrendo caminhos diferentes, mas lidando com signos de uma mesma cultura que está em construção. No caso da América Latina, tendo de lidar com sua própria invenção nos discurso de Colombo e tendo de reinventá-la quinhentos anos depois a partir da visão do “mestizo entre dos mundos” que é o autor/leitor latino-americano. Ambos os discursos, o literário e o histórico levam o leitor a refletir sobre sua realidade por caminhos diversos, mas que debatem o mesmo assunto.

A liberdade proporcionada pela literatura permite ao romancista criar intertextualidades que revelam a posição histórica do mesmo. A chegada de Colombo é anterior à composição de *Don Quijote de la mancha*, mas nem por isso deixou de apontar semelhanças entre Colombo e Alonso Quijana, cavaleiros andantes pelo mundo em busca de suas aventuras. Essas postura do narrador de *Vigilia del almirante* deixa antever como joga com os textos da tradição, ora do repertório histórico e ora do cânone literário. Narra-se a chega de Colombo à América quinhentos anos depois, tendo a liberdade de quebrar as linearidades temporais e avançar e regredir no tempo de acordo com sua vontade, desestabilizando as bases lógicas da cronologia, mas revelando que agora o que importa à crítica literária é o intertexto e não mais as influências sobre um autor.

No capítulo XXI intitulado “Fragmentos de una biografía apócrifa”, o narrador nos da um retrato de Cristóvão Colombo:

En un lugar de la Liguria de cuyo nombre no quiere acordarse, nació hará una cuarentena este hombre de complexión recia, crecida estatura, seco de carnes, cara alargada y enjuta, frente espaciosa con una hinchada vena en la sien derecha. El ojo izquierdo empequeñecido por una cicatriz corrugada entre la frente y el pómulo torna inquietante y perturbadora su mirada. Rojizos cabellos que han encanecido de pronto hacia la treintena de su edad. Su aspecto es autoritario y a la vez sumiso y aquiescente, del que sabe mandar y obedecer.²¹

²⁰ ROSA BASTOS, Augusto. *Op. cit.*, p. 55.

²¹ *Idem*, p. 129.

Além da clara intertextualidade como *Don Quijote* por meio praticamente de um pastiche do estilo literário de Cervantes, percebe-se que o diálogo extrapola o literário e esbarra nas construções históricas oficiais como a pintura de quadros que retratam figuras ou episódios históricos da maneira com que as instituições desejam deixar para a posteridade. Assim, sempre o que temos são construções ideológicas do passado, o que não deixa de revelar, em certa medida, o trabalho artístico do pintor ou a ficcionalização no caso do narrador da história com maiúscula. O fato de a citação ser parte de um capítulo intitulado “Fragmentos de una biografía apócrifa” revela ainda a intenção de construir um discurso paralelo ao da história oficial, desencavando fontes antes desconhecidas.

Para Foucault²² as categorias discursivas da história, da literatura, política, filosofia e religião não são precisas o suficiente para separá-las de forma de categórica. Digamos que a literatura tira partido dessas imprecisões e o novo romance histórico latino-americano adentra ao campo dos discursos da história reivindicando a seu modo, pelas particularidades da discursividade literária, uma revisão das interpretações históricas feitas a respeito do continente americano, por isso sempre esses romances operam de modo a desconstruir as representações consagradas de figuras históricas, humanizando-as, recuperando a “carnadura del hombre común”, para usar a expressão de Roa Bastos, ao revisar determinados períodos da história americana.

Foucault comenta essa inquietação diante dos agrupamentos discursivos do quais afirmarmos que a literatura tira partido:

É preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares. É possível admitir, tais como são, a distinção dos grandes tipos de discurso, ou a das formas ou dos gêneros que opõem, umas às outras, ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção, etc., e que as torna espécies de grandes individualidades históricas? Nós próprios não estamos seguros do uso dessas distinções no nosso mundo de discursos, e ainda mais quando se trata de analisar conjuntos de enunciados que eram, na época de sua formulação, distribuídos, repartidos e caracterizados de modo inteiramente diferentes[...]²³.

²² FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 3ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

²³ *Idem*, p. 24-25.

Nesse mundo de discursos em que se constrói a literatura e a história os romancistas latino-americanos requerem para si o direito de atuar em ambos os discursos, ora imitando o historiador em seu trabalho, ora atuando como romancista que age somente sobre o material literário, parodiando, confrontando e reescrevendo duas histórias: a da literatura e a histórica, deixando o romance flutuante entre duas realidades também construídas discursivamente. De certa forma, essas discussões se resolvem ou se complicam apenas no âmbito dos discursos, justamente onde há as incertezas, as brechas, as fissuras, que o romancista resgata em si o historiador escondido e romanceia a história da América.

Considerações finais

Empreendemos ao longo desse artigo uma tentativa de apresentar o diálogo entre os discursos da história e o da literatura, apontando as imbricações que esses modelos discursivos apresentam, sendo a metaficção historiográfica essa zona intersticial em que História e histórias se enfrentam, na qual romancistas e historiadores se confundem, num diálogo tão intenso que, coloca-se em dúvida o discurso da História e o da ficção, a ponto de o leitor questionar a verdade em ambas e não apenas no romance.

Dessas inseguranças e mobilidades o leitor esquece o que é ficção e o que é história, de forma que o romance serve de instrumento desestabilizador de formas discursivas consagradas, muitas vezes preferindo, pela inventividade que apresenta, a versão romanesca, uma vez que encontra girando nesse espaço figuras históricas humanizadas, descidas de suas estátuas equestres e habitando o mundo dos mais comuns mortais que compõe a história das nações todos os dias.

O leitor latino-americano há muito já não suporta mais os heróis tradicionais das epopeias clássicas, embora alguns romancistas e historiadores ainda insistam em sacralizar hoje as personalidades históricas como heróis inatingíveis. O leitor sente-se mais à vontade com os novos romances históricos, nos quais há a tarefa transgressora de desafiar a história tradicional, de certa forma alimenta-se dessa transgressão e sente-se dono de uma história que durante séculos foi vista apenas pela visão herdada de um mundo eurocêntrico.

Foram justamente essas questões que abordamos ao decorrer do artigo, explicitando como a pós-modernidade trouxe consigo a vantagem de assumir a

construção das representações do mundo como constructos discursivos e, portanto, passíveis de revisão, de releituras que não desprezam o passado, mas o incorporam como mais um elemento interpretativo da realidade, uma vez que a própria interpretação anterior também era discursiva.

Enfim, tentamos também por meio do discurso e de um recorte intencional, ao escolher os romances *Vigília del Almirante* e *Galvez, o imperador do Acre* debater como os romancista latino-americanos propõem o diálogo com a história, revendo-a, mas sabendo que não têm a autoridade para substituir o discurso histórico compromissado com a verdade. Assim, não foi a nossa intenção fazer longas análises dos romances em si, mas selecionar fragmentos, cacos de uma realidade arquitetada ficcionalmente, para explicitar a intertextualidade presente entre a literatura e a história.



*caderno
Especial*

JORNAL DO COMMERCIO, Campo Grande, 18.10.1935¹

Matto Grosso na Revolução Paulista, e as contas de requisições²

A actual comissão de syndicancia, presidida pelo dr. Cesar Salgado, está agindo activament, com apoio e applausos da população honesta.

“As requisições verdadeiras serão pagas por S. Paulo – diz-nos o dr. Cesar Salgado – as outras serão enviadas as competentes autoridades para as devidas sancções penaes”.

A Comissão de Syndicancia de Requisições forneceu-nos a curiosa relação abaixo, pedindo nos a sua publicação.

Levar aquella Comissão quaesquer esclarecimento, é um dever moral

De há muito q. se murmurava haver gdes. Abusos nas contas das requisições feita em Matto Grosso durante o período de Julho a Setembro de 1932, pelas forças q. se bateram ao lado da Revolução Paulista.

Constava vagamente, q. sem se saber como, offereceram em S. Paulo – e devidamente, meticulosamente, visadas por quem de direito! – grandes contas de fornecimentos dos mais variados artigo – armas, munições e gazolina incluídos - feitos por pessoas não commerciantes!

Os legítimos fornecedores, os commerciantes q. realmente prestaram o seu concurso ao movimento de 9 de julho de 1932 estavam com as suas contas pre-

¹ Jornal existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

² Durante os meses em que o sul de Mato Grosso foi envolvido na Revolução de 1932, os revolucionários foram sustentados através de requisições praticadas no comércio regional. Após o término do conflito, começou um processo de ressarcimento das dívidas pelo estado de São Paulo. Como houveram denúncias de fraude e de dívidas não contraídas, a solução foi resolvida através de uma “Comissão de verificação e liquidação das requisições em geral”.

judicadas em face de taes factos abusivos, em q. appareciam entrelaçados vários nomes de notoriedade militar e civil.

Boatos, noticias vagas, nunca lhes demos guarida em nossas columnas. Agora, porém, q. a actual Commissão de Syndicancia especialmente enviada pelo honrado Governo do Est. De SP, e q. tem a sua frente o alto critério do dr. Cesar Salgado, integro promotor publico na capital do visinho estado, auxiliado pelo distincto mattogrossense dr. lamartine Ferreira Mendes, procura com elevação e desassombro apressar a verificação das fraudes encontradas para solucionar as requisições verdadeiras, temos um dever moral, imposto a todas as consciências honestas, de prestar a essa Commissão todo o nosso apoio.

O illustrado Dr. Cesar Salgado, disse-nos antehontem, q. as requisições verdadeiras serão pagas pelo Thesouro Paulista, e q. as demais, de acordo com as conclusões documentadas da Commissão da Syndicancia, serão enviadas ás autoridades a quem competirem as sancções pennaes applicaveis.

Aquela digna Commissão, q. recebe e agradece todas as informações escriptas ou verbaes, forneceu-nos e pediu a publicação do seguinte comunicado;

Commissão de verificação e liquidação das requisições em geral

SYNDICANCIA

Secretaria de Justiça

Relação das firmas commerciaes e de particulares do Estado de Matto Grosso, portadoras de requisições superiores a 20:000\$000, relativas ao movimento Constitucionalista de Julho de 1932.

CAMPO GRANDE

Processo ns.	Requisições	Valor
60	Fellippe Calarge & Irmãos	488:261\$000
1589	Irmãos Neder	52:894\$900
2783	“	32:711\$900
61	“	81:362\$400
62	“	271:672\$100
63	“	160:850\$000
2733	Vasques & Cia.	190:782\$500
2810	“	27:518\$400
54	Oscar A. de Souza	82:240\$000
30	“	156:012\$000
53	“	101:030\$000
1968	Irmãos Candia	180:866:300
2892	“	41:500\$000
28	Pio nono Alves da Cunha	238:275\$000
2789	“	167:450\$000
4	“	48:240\$000
2645	“	36:446\$000
56	Bacha & Cia.	196:203\$000
36	João Vidal	137: 645\$000
25	“	122:725\$000
58	Mario Carrato	110:509\$200
59	“	90:131\$000
44	Joaquim de Almeida	107:195\$000
57	Antonio Calarge & Cia	100:623\$500
39	Anthero Antonio Ribeiro	90:513\$500
26	“	58:476\$500
75-78-84	Samuel Schindler	171:101\$000
70-74	Ulysses de Lima	94:675\$000
2801	“	87:670\$000
27	Américo C. Costa	85:300\$000
40	Etalivio Pereira Martins	84:120\$000
13	Henrique Martins	93:115\$000
38	José Faria Ribeiro	75:724\$000
14	Juvenal paixão	94:893\$800
45-47-48	“	50:780\$700
29	Pedro Pereira Borges	95:500\$000
2781	“	66:030\$700
52	“	30: 940\$000
2734	Y. Correa & Cia.	101:329\$500
2796	Irmãos Salomão	52:770\$000
32	João Candia Pinto	57:900\$000
3	Pérsio Chamane	33.950\$000
41	“	31:525\$000
2714	Antonio Alves Correa	36:325\$000
2	Alcindo Mascarenha	31:249\$800
2903	Aníbal Mourão	34:000\$000
33	Ceriacio Gonçalves	31:432\$000
2785	Felix Abbdalla	37:253\$000
2815	Ladislau Lima	38:510\$000
2815	Miguel C. de Oliveira Mello	24:000\$000
2799	Ramão Sobral	41:457\$000

17	Reinaldt Miguel	40:072\$000
2736	Salim B. Maluf	40:700\$000
2754 a 2777	Moyses Sadalla	40:536\$400
2753	Sandy & Irmãos	27:805\$600
3157	Thomé & Irmãos	27:000\$000
43	Zaria Pires Castro Rebello	21:840\$000

CORUMBÁ

2821	Boabaid & Primo	497:538\$000
------	-----------------	--------------

TRES LAGOAS

1	Octavio Sigefredo Roriz	460:863\$200
21	"	202:485\$000
2860	Atlantic Rifining Co. Lmt.	31:085\$600
2748	Brasil Land Cattle Paking Co.	25:000\$000

MARACAJU

35	Raphael Peres Filho	323:757\$500
14	Dyonisio Nascimento	56:888\$500

PORTO QUERINO MACHADO

86 a 91	Romão Carneiro & Cia.	207:057\$900
---------	-----------------------	--------------

BELLA VISTA

79 a 82	José M. Palmieri	312:237\$000
---------	------------------	--------------

PONTA PORÃ

55	A. Vaqued Irmãos	101:565\$400
2825	Matte Laranjeira S.A.	48:819\$300
2880	Ricardo Isnardt	40:717\$800
2826	Luiz Issa	30:080\$000

AQUIDAUANA

2837	Trindade A. Pace	37:582\$200
2856	Estevam Alves Correa Filho	21:770\$060

Diversas firmas e particulares, q. figuram nas relações, apresentaram também requisições inferiores a 20:000\$000.

A Comissão de sindicancia, actualmente nesta cidade, no hotel Colombo atende a qquer. Reclamação sobre fraudes ou irregularidades nos processos das requisições.

Cezar Salgado.

JORNAL DO COMMERCIO, Campo Grande, 24.05.1934³

Publicação a pedido⁴

As requisições militares das forças constitucionalistas em Maracaju

Quando em julho de 1932 rebentou a Revolução Paulista, quer a firma abaixo assignada, quer individualmente os sócios que a compõem, deliberaram manter-se alheios ao movimento, não tomando nenhuma attitude em favor da revolução ou contra.

Assim, quando fomos, já em fins de julho, procurados pelo Sr. Dyonisio do Nascimento, que fora nomeado coronel-commandante do Sector de Maracaju, para fazermos alguns fornecimentos ás tropas que o mesmo fora encarregado de organizar, declaramos-lhe francamente que só poderíamos fornecer a elle, pessoalmente, sob a sua responsabilidade individual, com o que o mesmo concordou, passando a nossa firma, desde então a attender aos seus pedidos de fornecimentos, que somaram um total de pouco mais de cinco contos.

Terminado o movimento constitucionalista, procuramos o Sr. Dyonisio do Nascimento, entregando-lhe as facturas dos fornecimentos feitos, com os comprovantes dos seus pedidos – ou requisições – feitas por escriptos.

Declarou-nos então o Sr. Dyonisio, que ia pleitear o pagamento global das despesas que havia feito no commercio de Maracajú, para nos effectuar o nosso pagamento logo que recebesse.

³ Jornal existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

⁴ Notícia ainda sobre as polémicas provocadas pelas requisições

A confiança que sempre depositamos na honradez do Sr. Dyonisio do Nascimento, não nos permittio a menor objecção e assim ficamos aguardando as suas promettidas providencias.

Tivemos ampla sciencia da vinda a Matto Grosso de duas commissões de verificação das requisições paulistas tendo uma destas estado em Maracajú.

Entretanto, a nenhuma procuramos, mesmo porque, conforme já ficou dito, nossos documentos estavam em poder do Sr. Dyonisio do Nascimento, o qual sobre os pequenos créditos do commercio de Maracajú, que fornecera por seu intermedio, já se havia entendido com aquellas commissões.

Foi publicado depois disso, que o Chefe da segunda Comissão de Verificação das Requisições Paulistas, achára a conta do Sr. Dyonisio do Nascimento, no total de 56:888\$500 muito razoável, visto ter o commercio local feito seus fornecimentos por intermédio do mesmo, estando todos incluído naquella importância. Não soffreu por esse motivo, nenhuma impugnação a conta do Sr. Dyonisio do Nascimento que, finalmente, lhe foi mandada pagar pelo Governo de S. Paulo.

Procuramos, então, depois de sabedores que S. Paulo havia pago ao Sr. Dyonisio do Nascimento os fornecimentos feitos pelo commercio de Maracajú, esse senhor para recebermos a nossa conta.

Foi então, com grande e penosa surpresa nossa, que o Sr. Dyonisio do Nascimento se recusou a nos fazer esse pagamento, allegando não ter recebido para nos pagar, e devolvendo-nos as nossas contas visadas, e acompanhadas com os seus pedidos escriptos de fornecimentos feitos naquella época.

E é, como rezultante da nossa extranhese, que fazemos pela imprensa esta publicação, com o relato verdadeiro dos factos, e da conducta do Sr. Dyonisio do Nascimento.

Maracajú, 20 de maio de 1934

Portinho Pache & Irmãos

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista Albuquerque é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e coautoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por um Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte Times New Roman, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé. Caso houver imagens, elas deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
6. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
7. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
8. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.

9. Em se tratando de pesquisa com apoio financeiro e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.

10. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico da Câmara Editorial revistaalbuquerque@gmail.com. O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

11. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

a) SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo Edição. Cidade: Editora, ano, p.

b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: Título do livro em itálico: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.

c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Editora, vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor, em CAIXA ALTA (maiúscu-

lo). Título. Data. Localização no arquivo, Nome do arquivo.

b) Para jornais, entrar com o título do periódico em itálico. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe à Câmara Editorial a decisão soberana referente à oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação da Revista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, um exemplar da revista gratuitamente.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenhavam o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

